UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas

Débora Antonieta Silva Barcellos Teodoro

MEMÓRIAS MARGINAIS DO BECO DO MOTA:

mulheres e crianças no cenário da prostituição

Débora Antonieta Silva Barcellos Teodoro

MEMÓRIAS MARGINAIS DO BECO DO MOTA:

mulheres e crianças no cenário da prostituição

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Humanas.

Linha de Pesquisa: Política, Cultura e Sociedade. Orientadora: Teresa Cristina de Souza Cardoso Vale.

Diamantina

Elaborado com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

T314m Teodoro, Débora Antonieta Silva Barcellos

Memórias marginais do Beco do Mota: mulheres e crianças no cenário da prostituição / Débora Antonieta Silva Barcellos Teodoro, 2019.

152 p.

Orientadora: Teresa Cristina de Souza Cardoso Vale

Dissertação (Mestrado — Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas) - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, 2019.

1. Sexualidade. 2. Memórias marginais. 3. História oral. 4. Jornais. 5. Dimantina. I. Vale, Teresa Cristina de Souza Cardoso. II. Título. III. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

CDD 306.74

Ficha Catalográfica – Serviço de Bibliotecas/UFVJM Bibliotecária Nádia Santos Barbosa – CRB6/3468.

DÉBORA ANTONIETA SILVA BARCELLOS TEODORO

Memórias marginais do Beco do Mota: mulheres e crianças no cenário da prostituição

Dissertação apresentada ao MESTRADO EM CIÊNCIAS HUMANAS, nível de MESTRADO como parte dos requisitos para obtenção do título de MESTRA EM CIÊNCIAS HUMANAS

Orientador (a): Prof.º Dr.º Teresa Cristina De Souza Cardoso Vale

Data da aprovação: 20/03/2019

Prof.Dr.ª TERESA GRISTINA DE SOUZA CARDOSO VALE - UFVJM

Prof. Dr. ANDRÉ LUIS LOPES BORGES DE MATTOS - UFVJM

Prof. Dr. BARBARA NATALIA LAGES LOBO - CESUC

Prof. Dr. ª KEILA AUXILIADORA DE CARVALHO - UFVJM

Dedicado a toda trabalhadora sexual, prostituta, meretriz, amásia, perdida, puta, quenga, rameira, bagaxa, cocote, concubina, cortesã, dama, garota de programa, marafona, messalina, mulher da rua, mulher da vida, mulher perdida, mulher pública, mulher de zona, pécora, piranha, rapariga, rascoa, tolerada, vaca, vulgívaga; do passado, do presente e do futuro. Dedicado a estas mulheres e a seus rebentos. Com todo meu respeito e mais sincera consideração. Dedicado especialmente a minha amiga Santuzza e seus filhos: João, Miguel e Açucena.

AGRADECIMENTOS

Este momento de agradecimento começa com um nó na garganta. Olhar para trás e pensar em todas as coisas e em todas as pessoas que contribuíram para que eu chegasse até aqui traz o peso de uma emoção indizível e impossível de expressar em um texto. Mas se faz necessário, além de cumprir a formalidade, deixar registradas as pessoas, organizações e instituições importantes que participaram deste trecho de minha trajetória.

Minha gratidão e meu reconhecimento ao ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, à expresidenta Dilma Vanna Roussef e ao ex-ministro da educação Fernando Haddad, por tornarem possível a existência desta instituição que me proporcionou 3 formações em 5 anos de caminhada. Sem o sonho e sem a vontade política de pessoas como eles, eu, muitos amigos, colegas e desconhecidos (quer reconheçam tudo isto, quer não) jamais teríamos a oportunidade de acessarmos a educação superior pública e de qualidade.

Meu agradecimento à Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri pelo investimento em minha pesquisa e por ter sido minha segunda casa desde 2014 até agora.

Meu muito obrigada, repleto de ternura, admiração, respeito e amizade à minha orientadora professora Teresa Cristina de Souza Cardoso Vale, extensivo aos seus filhotes Igor e Manuela. Você foi e continua sendo uma grande surpresa e um grande presente em minha vida, desde os tempos do Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades. Nunca imaginei que construiríamos uma relação tão sólida, solidária, madura e familiar, na qual somos capazes de conduzir com ética todos os momentos e situações que compartilhamos, sejam eles pessoais ou profissionais. Você é uma inspiração nos mais diversos sentidos.

Não posso deixar de registar um especial agradecimento à professora Adna Cândido Paula e ao professor André Luis Lopes Borges de Mattos, que, apesar de não saberem, plantaram em mim a sementinha da loucura que me fez acreditar que eu conseguiria alcançar um bacharelado, uma licenciatura e um mestrado ao final de 10 períodos de estudos.

Um obrigada especial às professoras Aline Sulzbacher e Keila Carvalho, por todas as trocas acadêmicas e pessoais. Vocês são mulheres incríveis e que tenho o privilégio de caminhar ao lado. Ninguém solta a mão de ninguém!

Agradeço, também, aos professores da graduação e do mestrado que regaram essa semente e colaboraram significativamente para minha formação: Adriana Gomes Paiva, Atanásio Mykonios, Conceição Bento, Davidson Afonso Ramos (o livro que ganhei dele foi um divisor de águas. Obrigada, para sempre, professor!), Elaine Sodré Vargas, Filipe César Pereira, Heron Bonadiman, Josélia Lima Barroso de Queiroz, Leonardo Lana, Mateus Moraes Servilha e Rachel Schwenk.

Gratidão e saudades, desde já, dos colegas de mestrado com os quais compartilhei momentos de tensão e alívio: Denis James, Lorena Lage Caldeira, Pedro Abder, Jordão Vieira, Dimas Castro, Daniela Siqueira, Flávia Godinho, Gilson Demétrio, Miriam Barbosa, Narjara Fonseca, Valdinei Pedro.

Registro também a alegria de ter encontrado na UFVJM colegas que despertaram em mim emoções, sentimento de amizade e, talvez sem saber, também contribuíram para minha formação pessoal: Taciana, Tallison, Margarete Almeida, Ana Flávia, Landerson, Ana Paula, Rebeca, Vanessa, Edilene, Evandro, Sr. Francisco, Sr. Lívio, Hilarina, Laís, Luciana Maia, Ramon, Rayane, Renatinha.

Um salve e mil obrigadas a meus amigos de longe, que tanta falta me fazem, mas que em alguma medida também são participantes desta caminhada: Lorena e Anderlon (casal que tanto amo); Gabi, Rapha e Zé Luis (a família mais linda deste mundo); Júnia Freitas (a amiga de sempre e para sempre); Bahia e Sara (meus irmãos de amor); James, Décio e Leocito (viva a Subversão Ursal!), Abdala e Karina Gea (pelas trocas acadêmicas e pessoais à distância).

Um agradecimento repleto de ternura e afeto às famílias que tanto amo, e que me ajudaram e ajudam a encarar com mais leveza a saudade da minha família que vive distante de Diamantina: Zé Henrique e Dani; Tê, Manu e Igor; Keila; Nagib e Amanda; Aline e Vinícius; Ana Paula Lopes; Helga, Haydn, Sofia e Isaac.

Muito obrigada a minha querida Jussara - a Ju - que me ampara e auxilia no cuidado com meu lar e que, a partir de seu trabalho permitiu que eu tivesse tempo livre para me dedicar com intensidade a esta pesquisa.

Agradeço a todas as putas/prostitutas/trabalhadoras sexuais que tive a oportunidade de conhecer nesta caminhada, pessoalmente ou por meio de redes sociais. Vocês foram imprescindíveis para me esclarecer sobre o quanto somos mais próximas e parecidas do que

qualquer um possa imaginar. E agradeço, também, às associações e movimentos organizados de trabalhadoras sexuais que, a partir do trabalho que realizam, defendem suas existências e desafiam a sociedade a superar as hipocrisias e exercitar o respeito.

Agradeço, especialmente, às prostitutas que conheço há muito tempo, mesmo antes de imaginar estudar este tema. A essas, que nunca confessaram ou admitiram serem ou terem sido trabalhadoras sexuais. A essas que se tornaram amigas que trago comigo, e que espero que assim continue. Vocês não podem imaginar a importância que vocês têm em minha vida!

Um obrigada repleto de respeito, reconhecimento, carinho, admiração e desejos de paz e todo amor que houver nessa vida à Monique Prada. Essa mulher tão mulher, tão incrível, tão forte e sensível, tão humana e tão arrasadora. Monique me ajudou a enxergar a prostituição de um modo que eu ainda não havia conseguido. Serei eternamente grata pela disponibilidade para conversarmos sobre coisas que devem ser até cansativas para ela. Não há como retribuir a atenção e a contribuição deste furação de pessoa para minha vida e para este trabalho. Salve a putafeminista mais incrível que eu conheço!

Gratidão ao universo por ter me permitido conhecer Santuzza. Às vezes eu tenho até a sensação de que já havíamos nos esbarrado por aí, ou que eu a conheço desde sempre, tamanha minha identificação com esta super mulher. San, como gosto de chamá-la, é puta, feminista, mãe de três, trabalhadora, linda e maravilhosa, sensível, fala o que quer e pensa, escritora (Tem que lançar livros logo. Material já tem. E muito!), ocupa os espaços com responsabilidade, militante e referência para muitas colegas de trabalho e para inúmeras mulheres que não são putas. San é minha amiga. E eu tenho um orgulho danado de dizer isso quantas vezes forem possíveis, sempre que for necessário e, também, de fazer esse registro aqui. Obrigada, San, por se tornar parte da minha vida e pelo privilégio indizível de tê-la como amiga.

Aos meus pais agradeço pela inspiração de toda uma vida, pelos exemplos de humanidade, humildade, entrega, solidariedade, empatia, amor, paciência... essas coisas tão humanas e por vezes tão raras. Foi com vocês que eu aprendi a respeitar os outros. Agradeço, também, por me apoiarem desde que cometi o devaneio de voltar para as salas de aula do ensino superior. Assim como eu, acredito que eles nunca tinham cogitado essa possibilidade. Eles, que tão bem me conhecem, sabem melhor que eu de como esse processo foi importante e me fez crescer e amadurecer como cidadã, como humana, como filha. Sei que eles se orgulharam

com cada momento de conquista. E sei que, assim como eu, eles não cabem em si de tanta alegria por eu ter chegado até aqui.

Meu obrigada apaixonado, cheio de amor e afeto ao meu marido, companheiro, melhor amigo, maior incentivador – Pacelli. Não sou capaz de descrever a importância de tê-lo ao meu lado nesta parte de nossa trajetória. Nossa parceria, que tanto tem dado certo nas mais diversas áreas do nosso cotidiano, foi imprescindível para alcançarmos, juntos, essa conquista. Obrigada por cuidar de mim nos momentos de desespero e de choro, obrigada pelas palavras duras ou incentivadoras que se fizeram necessárias, obrigada por assumir a cozinha nas suas férias (minha reta final de produção escrita), obrigada por ser o melhor pai do mundo para Liz e Raul. Por fim, obrigada por acreditar muito mais em mim do que eu mesma. Eu não daria conta disso sem você!

Meu agradecimento mais doce e singelo aos meus filhotes. À minha Liz, minha préadolescente que tanto precisou de mim nestes tempos e que, em ímpetos de muita maturidade, soube compreender minhas ausências, meu pouco tempo e meus momentos de falta e paciência. A ela que, junto de Pacelli, cuidou tão bem de mim, principalmente durante minha gravidez (de maio/2018 a janeiro/2019), todo amor que houver nessa vida. Essa mocinha é um furação de gente e vai ter um futuro tão lindo quanto tudo de bom que ela é capaz de distribuir por onde passa. É um orgulho sem tamanho ser a mamãe dessa menina-moça. Ao meu Raul, companheiro literalmente inseparável desde maio de 2018. Agradeço por reviver as dores e as delícias da concepção e por ele ter me dado forças para me manter de pé diante de tantos desafios, tudo isso em nome do milagre da vida. Foi simplesmente impossível me sentir sozinha, fossem nos momentos de enjoo, ou de chutes embaixo de minhas costelas...rs, ou das mexidas e remexidas mais deliciosas e vigorosas em meu ventre. Ter seu coração batendo pertinho do meu foi a emoção mais gostosa que eu pude sentir enquanto trabalhava duro. E a sua chegada na reta final deste trabalho me deu mais ânimo e me fez mais forte! Obrigada, meus filhotes! A mamãe é perdidamente apaixonada por vocês!

Por fim, agradeço aos sonhos por não envelhecerem e por ter sido possível, depois de não ser mais tão jovem e cheia de energia, dar um passo tão ousado, significativo e importante para minha própria história.

"Quando você diz que uma mulher vende o corpo, isso é profundamente ofensivo para as trabalhadoras sexuais; mas é também, no fim das contas, uma ofensa que se estende a todas as mulheres. Quando uma mulher não cobra por sexo, dela se diz que dá. Na origem dessa expressão está a ideia machista, e profundamente patriarcal, de que nenhuma mulher permanece inteira após o sexo: algo ali não é mais dela, pois ela deu ou vendeu algo de si. O corpo ou parte dele.

Independentemente da natureza da relação, é como se algo se perdesse. São expressões que naturalizamos, nas quais não temos quase que pensar. Mas elas estão aí: a posse e o poder sobre nossos corpos em jogo o tempo todo."

(Monique Prada, 2018, p. 46).

RESUMO

Este trabalho tem por finalidade registrar e analisar memórias marginais referentes a prostitutas do Beco do Mota, em Diamantina/MG, no período de 1950 a 1969. Por memórias marginais se entendem aquelas que se distinguem do discurso hegemônico e dos documentos escritos da época, levantados a partir de textos do jornal Voz de Diamantina. Este propósito dialoga com as novas concepções dos estudos contemporâneos das ciências Humanas no que diz respeito à valorização das memórias, tornadas fontes históricas a partir da metodologia da história oral. A importância desta empreitada é enriquecer as discussões a respeito da prostituição e da perspectiva romantizada acerca o Beco do Mota, a partir da amplificação de memórias e histórias que concorrem com os registros predominantes sobre a temática. Para tanto, realizaram-se discussões a respeito das relações sexuais ao longo da história, do lugar da mulher nas sociedades e da prostituição; foram analisados textos de jornal publicados no período do recorte temporal proposto e, por fim, apresentaram-se memórias constituídas a partir da coleta de relatos orais de depoentes que tiveram algum tipo de vínculo com mulheres que trabalharam como prostitutas na mais famosa zona de meretrício diamantinense. Os textos de jornal analisados demonstraram as influências da associação entre imprensa diamantinense e Igreja católica sobre a condução moral da sociedade, a qual distinguia mulheres entre boas e más, de modo a criar um dualismo entre esposas e prostitutas. A análise dos textos jornalísticos permitiu, também, compreender a relação entre a Ditadura Militar (1964-1985) com a extinção do meretrício no Beco do Mota. Deste modo, subjetividades das meretrizes permaneceram apagadas dos registros históricos, em função tanto do estigma que paira, historicamente, sobre a prostituição quanto do imaginário coletivo fomentado pelo discurso hegemônico local. Já as memórias apresentadas a partir da produção das fontes orais revelaram uma série de especificidades referentes às prostitutas que não eram sequer mencionadas nos registros escritos, tais como: a dedicação à maternidade; os passados de violação sexual e violência vivenciados por algumas; os laços de solidariedade delas entre si e em relação a outros sujeitos participantes do meretrício; fatos do cotidiano de seus filhos e filhas dentro e fora da zona de meretrício; a vaidade intrínseca ao universo feminino; afetos; relações familiares construídas após o desmantelamento das zonas do Beco do Mota. A partir das narrativas de um depoente filho de uma ex-prostituta emergiram detalhes sobre o cotidiano de uma criança que passou parte de sua infância na zona boêmia, o que se configurou como um elemento inesperado e agregador ao trabalho.

Palavras-chave: Sexualidade. Memórias marginais. História oral. Jornais. Diamantina.

ABSTRACT

The purpose of this study is to register and analyse marginal memories about prostitutes from the Beco do Mota, in Diamantina/MG, from 1950 to 1969. By marginal memories, we mean those that are distinguished from the hegemonic discourse and the written documents of the time (1950-1969), from texts of the newspaper Voz de Diamantina. This purpose dialogues with the new conceptions of the Human sciences' contemporary studies about the valorization of the memories, became historical sources from the methodology of oral history. The importance of this endeavor is to enrich the discussions about prostitution and the romanticized perspective about the Beco do Mota, by the amplification of memories and stories that compete with the predominant records. Therefore sexual relations throughout history, the place of women in societies and prostitution were discussed; journal texts published during the period of the proposed temporary clipping were analyzed, and finally, memories were constituted from the collection of oral reports of deponents who had some kind of bond with women who worked as prostitutes in Diamantina's most famous brothel area. The newspaper texts analyzed demonstrated the influence of the association between the press and the Catholic Church on the society's moral conduction in Diamantina, which distinguished women between good and bad, in order to create a dualism between wives and prostitutes. The analysis of the journalistic texts also allowed to understand the connection between the Military Dictatorship in Brasil (1964-1985) and the extinction of the brothels in Beco do Mota. In this way, the whores' subjectivities remained erased from historical records, due both to the stigma that historically hovers over prostitution and the collective imaginary fostered by local hegemonic discourse. The memories presented from the oral sources revealed specificities about the prostitutes that were not even mentioned in written records, such as: the motherhood; the past of rape and violence experienced by some; the bonds of solidarity between them and with respect to other subjects; facts of the daily life of his sons and daughters inside and outside the brothels zone; the intrinsic vanity of the female universe; affections; family relations built after the dismantling of the Beco do Mota. The narratives from a son of an ex prostitute presented details about the daily life of a child who spent part of his childhood in the bohemian zone. It was configured as an unexpected and aggregating element for this study.

Keywords: Sexuality. Marginal memories. Oral history. Newspapers. Diamantina.

SUMÁRIO

I. APRESENTAÇÃO	12
II. INTRODUÇÃO	15
1. RELAÇÕES SEXUAIS, O LUGAR DO FEMININO E PROSTITUIÇÃO	21
1. 1. Sexo: do instinto humano à castração do processo civilizador	22
1. 2. O lugar do homem e o sublugar do feminino	29
1.2.1 Breve nota sobre o tópico anterior	39
1. 3. Discussão sobre a prostituição ao longo da história	40
1. 4. Das contradições do presente	51
2. DIAMANTINA EM CONTEXTO	57
2. 1. Imprensa e Igreja: implicações sobre a sociedade diamantinense	58
2. 2. O discurso sobre os costumes e o papel da mulher	64
2. 3. Beco do Mota e meretrizes: mácula urbana	78
2. 3. 1. O fim compulsório nos tempos de chumbo	90
3. HISTÓRIAS MARGINAIS DO BECO DO MOTA	100
3. 1. História oral e memórias: caminhos para apresentar perspect	tivas em
disputa	102
3. 2. Mulheres para além do ofício	108
3. 2. 1. O que o silêncio tem a dizer?	119
3. 3. Crianças do Beco	122
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	139
REFERÊNCIAS	143

<u>APRESENTAÇÃO</u>

Quanto tomei a decisão de participar de um processo seletivo de mestrado, a única certeza que eu tinha era sobre o que queria falar: prostituição. Este assunto sempre me trouxe muitas perguntas e pouquíssimas certezas, desde que me entendo por mulher e muito antes de me dedicar à pesquisa acadêmica. Acredito que a grande maioria das mulheres, senão todas, em algum momento de suas vidas, já foram tratadas de modo pejorativo, a partir da evocação de algum termo que remeta à prostituição ou a qualquer circunstância relacionada a algum tipo de sexualidade fora das normas conservadoras que supervalorizam a virgindade, o recato e a família nuclear. Deste modo, nunca consegui fazer uma clara distinção do que as mulheres representavam para o imaginário social como um todo, independentemente de seu estrato social, grau de instrução, estado civil, profissão etc. Qualquer uma de nós, a qualquer instante, pode ser tratada por vagabunda, puta, piranha, prostituta e tantos outros adjetivos, como se costuma dizer por aí; independentemente de algum tipo de deslize ou transgressão e independente de ser ou não trabalhadora sexual. E tanto por homens quanto por outras mulheres. Basta algum tipo de descontentamento, destempero ou fúria da parte de quem a nós se refere.

Esta via de igualdade da condição feminina, para mim, começou a apresentar outras implicações e passei a refletir acerca do que havia de comum entre mim e outras mulheres com as quais eu tinha contato. Com as prostitutas não foi diferente. Passei a olhar para elas a partir de nossas convergências, de modo que o ofício de trabalhadora sexual passou a ser algo secundário para mim. Eu já conhecia algumas mulheres da vida, mas houve uma ocasião especial que cabe ser registrada. Às vésperas de me mudar para Diamantina, quando eu ainda não havia retornado à vida acadêmica, fui a uma zona do baixo meretrício de minha cidade, num final de noite, com meu esposo e alguns amigos. Ao chegar à porta, perguntei se eu poderia entrar no estabelecimento e sem problema algum o segurança me colocou para dentro. Foi engraçado porque essa zona, uma das mais antigas da cidade, ficava próxima à minha casa e alguns dos frequentadores eram velhos conhecidos, da época de minha infância. Creio que eles se assustaram tanto com minha presença lá que tudo acabou parecendo natural. Fiquei no balcão tomando cerveja com um amigo e escolhendo músicas numa juke box, até que um outro amigo, que era o grande frequentador da zona, trouxe uma prostituta para conversar comigo, dizendo que ela era do Vale do Jequitinhonha. Quando eu disse que me mudaria para Diamantina, a moça abriu um sorriso e começou a me contar sobre como era a vida dela no Vale. Eram muitas lembranças da pobreza e da lida na roça, saudade da família e do lugar de origem... e sonhos... muitos sonhos... O papo rendeu tanto que passamos do balcão para uma mesa e nossa conversa só foi interrompida quando eu precisei ir embora. Foi o meu primeiro contato genuíno com alguém do Vale do Jequitinhonha. E esta história, tão inusitada, vem me acompanhando desde então.

A minha primeira ideia de projeto a ser desenvolvido se referia à prostituição em Diamantina no tempo presente. Mas, em levantamentos prévios, tive a informação de que grande parte das prostitutas da cidade havia migrado para uma área de garimpo, conhecida pelas complexas relações entre seus atores sociais. Pensei numa série de contratempos possíveis, inclusive por parte do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), potencialmente relacionados à minha própria segurança, já que precisaria ir a campo para realizar entrevistas. Decidi, então, propor uma revisita ao passado, a partir de depoimentos de mulheres que haviam trabalhado no reduto de boemia mais famoso de Diamantina: o Beco do Mota.

Porém, nem tudo estava resolvido. A proposta que constava no projeto aprovado estabelecia o uso de histórias de vida como principal metodologia. Haveria, também, análise de textos de jornais, mas numa perspectiva complementar. Os caminhos da pesquisa apresentaram como inviável ter como foco principal do trabalho histórias de vida de prostitutas do Beco do Mota, tanto em função da distância temporal do período do estudo (1950-1969) quanto da dificuldade de acesso direto às mulheres. Precisei, então, buscar alguma estratégia para manter o tema e o recorte espaço-temporal. A alternativa encontrada foi adotar a análise de textos de jornal como uma ferramenta não tão secundária e buscar depoentes que pudessem fornecer relatos concorrentes ao discurso da imprensa, previamente mapeado e compreendido como conservador.

Considero importante fazer este registro porque nenhum pesquisador está livre de frustrações ao longo de seu trabalho. Minha temática, desafiadora e polêmica, foi prontamente acolhida pelo programa, pela minha orientadora, pelo CEP, pela UFVJM. Os contratempos com que me deparei se deram em função do próprio desenrolar da pesquisa, mas, de modo algum, impediram que eu me reposicionasse diante de minhas escolhas e aceitasse as novas possibilidades metodológicas para cumprir os objetivos propostos.

Espero que o resultado deste esforço acadêmico, realizado com muito comprometimento e respeito, possa proporcionar reflexões mais diversas a respeito da prostituição e das vidas de mulheres e homens que encontraram ou encontram no trabalho sexual uma alternativa de sobrevivência. Isto não exclui, de modo algum, os debates que se fazem necessários acerca de aspectos como precarização, violência e criminalidade, que costumam estar associados a este tipo de atividade (e a muitos outros tipos de atividade), mas

que não estão contemplados neste trabalho. Entretanto, em qualquer das circunstâncias que se dialogue, analise ou reflita acerca da prostituição, penso, particularmente, que cabe em primeiro lugar estar atento à inviolabilidade da dignidade humana, para além de qualquer tipo de preconcepção ou preconceito. Penso, também, que é impossível escrever, opinar, acusar ou defender um grupo social, como o de trabalhadoras e trabalhadores sexuais, sem se aproximar e se dispor a ouvir e a dialogar com estas pessoas. Sobretudo, no campo científico e, principalmente, nas ciências Humanas. Acredito que a humanidade de outrem independe de juízos de valor, particularidades morais ou religiosas, bem como faço coro com Gabriela Leite e Monique Prada, que nos dizem:

A prostituta tem que sair das luzes da ribalta a acender a luz geral, para que a sociedade possa, enfim, discutir sua sexualidade e entendê-la. [...] Por que a prostituta desperta interesse? Uma coisa que percebo é que as pessoas querem muito saber a respeito da vida sexual de prostituta para entender a sua própria sexualidade. (LEITE, 1992, p. 172).

Almoçamos, jantamos, consumimos. Existimos, por mais que existirmos também fora do gueto se inconveniente em uma sociedade profundamente hipócrita e conservadora – uma sociedade que nos alimenta, mas não quer que nos sentemos à mesa. Essa invisibilidade forçada pelo estigma, que afeta não só as trabalhadoras sexuais mas também suas famílias, amigos, filhas e filhos, me fala da urgência de abrirmos espaço para tratar dos temas relativos ao trabalhos sexual a partir de uma ótica feminista, não moralista, não punitiva e não vitimista. Precisamos poder pensar sobre nossas vidas, nossas questões, nossa comunidade – para além dos espaços que a sociedade tem nos reservado. Se há entre nós miuta gente interessada em desenvolver outra atividade e abandonar o meio, que possamos encontrar juntas caminhos realmente melhores e formação adequada. Almejemos mais do que apenas exercer trabalhos precários fora da prostituição. Ocupemos as universidades; nós somos capazes. E que possamos, ainda assim, se quisermos, seguir exercendo o trabalho sexual, pois não há nada de verdadeiramente errado nisso. (PRADA, 2018, p. 67-68).

Desejo uma agradável e instigante leitura!

INTRODUÇÃO

O primeiro grande desafio deste trabalho é tratar numa perspectiva histórica um tema que perpassa o debate público, quase que exclusivamente, no âmbito do estigma e do preconceito. À prostituição são correlacionadas ideias de promiscuidade, do pecado capital da luxúria – que sinaliza presença da matriz religiosa em possíveis discussões – da degradação humana, da criminalidade, das doenças sexualmente transmissíveis, da vulgaridade, do proibido. Não obstante, imaginários sociais coletivos reproduzem, há tempos, que a "prostituição é o trabalho mais antigo do mundo". Tal afirmação reducionista, potencialmente, impede o avanço de debates pertinentes a todos os sujeitos sociais que tornam real a prostituição e, também, colabora para a negação das existências e subjetividades das prostitutas para além da comercialização do sexo. A dimensão humana de quem exerce o trabalho sexual, a partir das singularidades, realidades e vozes de seus próprios sujeitos, costuma não ser respeitada pelo Estado, pela sociedade e, por vezes é negligenciada até mesmo por parte da academia.

A escolha do recorte espacial – Beco do Mota em Diamantina-MG – e temporal – (1950-1969) – impõe outros desafios que se referem a um período de repressão política e moral em uma cidade predominantemente conservadora e patriarcal. Os registros existentes em jornais locais apontam para um duro discurso higienista, moralista, religioso, com respaldo da Igreja católica e do Estado. Entretanto, contradições entre prostituição e instituições e, até mesmo, entre prostituição e as sociedades, são registradas ao longo da história.

Com o intuito de contribuir para ampliar os debates e trazer à tona elementos importantes para uma maior compreensão do tema, a proposta deste trabalho é, a partir de relatos orais sobre prostitutas do Beco do Mota e o cotidiano do meretrício, desvelar perspectivas concorrentes com os registros escritos sobre a complexa relação entre estas mulheres e o resto do mundo, no cenário pretérito diamantinense. O principal objetivo é colocar em evidência a dimensão humana, feminina e familiar das prostituas a partir de relatos que se distanciam do senso comum e do discurso hegemônico.

E por que falar de prostituição? Sejam nos estudos das relações de gênero ou dos feminismos, em pautas de luta de movimentos sociais, nas discussões a respeito dos submundos urbanos ou das alternativas à miséria em espaços desassistidos pelo Estado, nos complexos caminhos das relações trabalhistas etc., a prostituição é assunto emergente e tem alcançado importante espaço nas discussões contemporâneas. Pesquisadoras e pesquisadores

como Rago (1990, 2014), Engel (2004), Cavour (2011), Barreto (2015), Lobo (2017), entre outras, têm prestado relevantes contribuições na abordagem sobre a temática, com estudos que tratam desde o percurso histórico da prostituição até seus desdobramentos nos dias de hoje no país. Entre as abordagens trabalhadas, destacam-se algumas, por exemplo, o modo como as diferentes vertentes do feminismo¹ abordam o tema e lidam com as prostitutas; a intermitência de momentos de maior tolerância e total intolerância social à prostituição no Brasil; conquistas sócio-políticas dos movimentos sociais das trabalhadoras do sexo, sobretudo, a partir da década de 1980, com o protagonismo de Gabriela Leite²; as diferentes relações construídas entre prostitutas e a Igreja católica, por meio de suas duas vertentes – a conservadora e a libertária; generalizações diante da criminalização da atividade de lenocínio; as repressões ao meretrício, os determinismos atribuídos ao comportamento das prostitutas e o sanitarismo como modo de combate etc.

O Código Penal Brasileiro, Decreto-Lei n. 2.848/40, não considera a prostituição como delito. Porém, atividades correlacionadas à prostituição são puníveis na forma da lei, tais como agenciamento, tráfico de pessoas, manutenção de casa de prostituição (BRASIL, 1940). Até a alteração do documento (BRASIL, 2009), algumas interpretações do Código Penal reforçavam a vulnerabilidade das trabalhadoras do sexo no exercício de sua função, visto que havia artigos que tinham "como pré-condição para a tipificação do delito o fato de a mulher ser 'honesta' e não levar 'vida dissoluta'" (RODRIGUES, 2004, p. 152). Deste modo, em caso de abusos sexuais, as prostitutas ficavam à mercê do julgamento moral de autoridades, frente à necessidade de registrarem queixa. Eram e, infelizmente, ainda são comuns os casos de negligência do Estado para com este tipo de situação. Esta questão clama pela reflexão acerca do humano. Ao qualificarmos um ser humano por qualquer característica

_

¹ Piscitelli (2012) defende que o cenário do feminismo no Brasil é heterogêneo em relação à prostituição. De modo geral, algumas correntes incorporam em suas pautas demandas de prostitutas, enquanto outras defendem a abolição da atividade.

² Gabriela Leite (1951-2013), nome de trabalho, foi fundadora da primeira organização de prostitutas no Brasil, no final da década de 1980. Gabriela Leite tornou-se a principal ativista dos direitos das prostitutas no Brasil. Filha da contracultura dos anos 70, trocou a faculdade de sociologia pela prostituição. Diante das frequentes violações dos direitos de suas colegas, iniciou trabalho nacional de organização da categoria, a partir da desconstrução de representações socialmente aceitas sobre a prostituição, dando-lhe novos sentidos e buscando o seu reconhecimento como profissão. Foi também durante a década de 1980 que promoveu os primeiros encontros nacionais de prostitutas, passou a fazer parte do movimento internacional e criou o jornal 'Beijo da rua', para fazer circular os novos discursos e afirmar como sujeitos sociais as mulheres da vida. Incentivou ainda o movimento a entrar na luta contra a Aids, incorporando a saúde como direito, instrumento de cidadania e de controle social de políticas públicas. (Texto extraído de http://www.umbeijoparagabriela.com/?page_id=293. Acesso em 05 jul. 2018). Sua história marcada pela militância e autonomia, na qual ela se definiu como "mãe, avó e puta", inspirou o deputado federal Jean Wyllys a propor o Projeto de Lei n. 4.211/12, batizado "Lei Gabriela Leite", que propõe um determinado modelo de regulamentação da atividade dos profissionais do sexo (BRASIL, 2012).

que seja, neste caso, uma mulher como honesta ou vida dissoluta, retira-se desta sua dignidade e a garantia de que seus direitos sejam preservados. Fere-se, duramente, os princípios básicos norteadores dos direitos humanos.

Ainda no que tange às questões legais, o posicionamento das leis brasileiras adota uma postura abolicionista³, que, de acordo com Adriana Piscitelli, considera as prostitutas como vítimas, pois se sustenta a "[...] idéia de que o consentimento delas é irrelevante, desconhecendo o princípio de autonomia da vontade" (PISCITELLI, 2012, p. 21). Ante o exposto, uma das possíveis interpretações da condição da prostituta é de que ela necessita que alguém, alguma instituição ou o Estado interceda por ela, fale por ela e a resgate, em certo sentido, da vida que leva. Este tipo de concepção da realidade nega o status de trabalho à prostituição e vulnerabiliza, ainda mais, homens e mulheres, porque os torna dependentes da ação de alguém ou alguma instituição para sua proteção em função de sua atividade laboral, quando que esta deveria ser anterior e de caráter universal, ou seja, uma condição dada aprioristicamente a todo e qualquer humano. Cabe esclarecer que o trabalho sexual (ou prostituição) é exercido por pessoas maiores de idade, capazes e pela livre vontade. E é de extrema importância compreender que o trabalho sexual se diferencia do tráfico de pessoas, da escravidão sexual, da exploração sexual de menores e da exploração sexual infantil. A não distinção entre o que é trabalho e o que é crime ou coação colabora para estimular um discurso equivocado e que empurra ainda mais para as margens da sociedade trabalhadores e trabalhadoras sexuais.

Tanto a postura abolicionista das leis brasileiras quanto a incompreensão acerca do trabalho sexual, dotam de legitimidade o imaginário social que, por si só, não tolera, ao contrário, despreza as trabalhadoras e trabalhadores sexuais. Além disso, algumas formulações morais são socialmente sancionadas e reforçam a marginalização das prostitutas, somadas as questões legais — o quê soa paradoxal, afinal, ao mesmo tempo em que a legislação adota a linha abolicionista e a proteção dos direitos humanos, o juízo moral coíbe a ação protetora do Estado, em casos em que ela seria legitimamente solicitada:

A ação do Estado brasileiro referente à prostituição, ao reservar lugar de destaque ao sistema de justiça criminal e, dentro deste, ao aparato policial, até os dias atuais, revela que prevalece em larga medida a perspectiva do controle e da administração da atividade, embora sem desaguar propriamente na formulação de uma política pública. Essa tendência associa-se em grande medida à prevalência da percepção da prostituição enquanto um "mal" — necessário é bem verdade, mas um mal — que

³ Segundo Silva (2008), há três modos legais de lidar com a prostituição no mundo: abolicionismo, que considera a prostituta como uma vítima que só age sob a coação de terceiros; regulamentarismo, que reconhece e regulamenta a prostituição como profissão; e proibicionismo, adotado em poucos países e, como diz o próprio nome, proíbe a atividade.

deve ser mantido sob estreita vigilância e controle para não colocar em perigo a sociedade. (RODRIGUES, 2004, p. 168).

A prostituição foi recentemente incorporada à Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), no ano de 2005, sob o número 5.198. É um passo tímido em direção aos direitos plenos de cidadania das prostitutas, mas trata-se de uma importante conquista oriunda dos espaços de luta. Entretanto, diante de recentes avanços do conservadorismo sobre as democracias em todo o mundo, este reconhecimento, assim como questões outras referentes a direitos trabalhistas no Brasil estão sob constante risco de revisão ou revogação. Nunca se fizeram tão necessários esforços conjuntos dos setores progressistas da sociedade em nome da proteção de conquistas sociais e políticas, sobretudo, no que se refere ao trabalho sexual (e que é um desafio à parte, visto que alguns setores autodeclarados progressistas não se aliam aos movimentos organizados de prostitutas por questões, predominantemente, de cunho moralista). É importante ressaltar que a questão da humanidade, ou melhor, da dignidade humana, é de cunho ético e não moral. Ou seja, independente de crenças, costumes, regras, tabus etc., a dignidade faz parte de uma dimensão que é anterior ao que se considera moral. Ela faz parte dos chamados valores superiores que orientam o comportamento humano em sociedade. São universais e, portanto, referentes a qualquer indivíduo, ao mesmo tempo que particulares, respeitam as diferenças.

Este breve apanhado do cenário contemporâneo da prostituição se propõe a ilustrar e esclarecer alguns dos estímulos para a realização deste trabalho. Para além das questões teóricas, registrem-se algumas motivações, construídas a partir de experiência pessoal, como relações sólidas de amizade com mulheres que escolheram se prostituir; visitas casuais a casas de prostituição, anteriores à ideia da pesquisa, nas quais foi possível dialogar com sujeitos pertencentes ao referido contexto; empatia e interesse em compreender como categorias marginalizadas, entre elas a das prostitutas, concebem suas subjetividades e visões de mundo.

Ademais, em concordância com Silva (2008), acredita-se que a produção de conhecimento que traga novas proposições de reflexão, tanto ao meio acadêmico quanto à sociedade, é um dos instrumentos necessários para avançarmos como sociedade, no que se refere ao exercício da cidadania:

Para que houvesse realmente o exercício pleno da cidadania seria necessário que todas as pessoas vivessem seu dia-a-dia, desfrutando plenamente seus Direitos e

٠

⁴ A CBO integra os registros do Ministério do Trabalho e Emprego e objetiva identificar e reconhecer as ocupações no mercado de trabalho. Não implica, entretanto, na regulamentação da profissão, de modo que não há resguardos trabalhistas para as trabalhadores e trabalhadores sexuais.

Deveres, com dignidade. Limitações impostas pelo preconceito, a incompreensão e a intolerância determinam a exclusão social de grande parte da população brasileira, que trava uma luta diária para sobreviver minimamente. O exercício da cidadania para essa população excluída, ainda está por ser construído. [...] [nossa] principal tarefa é a desconstrução dos valores, tabus e preconceitos formados ao longo da construção da sociedade. (SILVA, 2008, não paginado).

O primeiro capítulo deste trabalho traz discussões acerca das relações sexuais ao longo da história, perspectivas do feminismo e a prostituição no passado e no presente. Estes assuntos foram abordados conjuntamente na intenção de instigar o leitor a pensar a respeito das normas e regras sociais que todos seguimos acerca de como devemos nos relacionar com nossa própria sexualidade. Neste âmbito, a perspectiva da lógica de dominação social masculina por meio do patriarcado se torna relevante ao debate, visto que a mulheres e homens sempre foram impostas diferentes normas e condutas sexuais, sendo sempre conferida aos homens certa permissividade, ao contrário dos cerceamentos e punições impostos às mulheres. A partir disto o feminismo se torna um importante caminho para rupturas e elaborações de novos olhares a respeito dos direitos das mulheres em relação à própria sexualidade. Apesar do aparente caminho de libertação sexual aberto pelo feminismo, a prostituição não é necessariamente algo plenamente aceito e assimilado entre as próprias mulheres. Por isto, o apanhado histórico sobre a prostituição se torna pertinente para demonstrar diferentes modos das sociedades lidarem com tal ofício ao longo do tempo, bem como para elucidar alguns contextos de inserção de mulheres nesta vida. Todo este esforço teórico objetivou abrir possibilidades de novos olhares para a prostituição em si, no intuito de que prostitutas, de qualquer época que seja, possam ser compreendidas e concebidas como cidadãs de direitos e mulheres, antes e para além do ofício do trabalho sexual.

O segundo capítulo discute o contexto diamantinense em sua relação com os costumes, o papel da mulher e o meretrício, manifesto por meio de textos do jornal *Voz de Diamantina*, no recorte temporal da pesquisa. As relações entre Igreja católica e imprensa também são discutidas, de modo a demonstrar como estas duas instituições atuavam, em certo sentido, como condutoras morais da sociedade à época. Cabe destacar que a imprensa, desde seus primórdios no Brasil colonial, sempre esteve muito presente no cenário da história Diamantinense. O Beco do Mota, sobretudo, à época de seu desmantelamento em função da ditadura civil-militar do Brasil (1964-1985), foi assunto frequente nos textos do jornal, principalmente, devido à mácula urbana que ele representava, diante de uma sociedade patriarcal, conservadora e religiosa.

O terceiro capítulo apresenta relatos orais e memórias acerca do Beco do Mota, de mulheres que lá viveram e trabalharam e de filhos e filhas destas mulheres. Tratados como memórias marginais, ou seja, concorrentes com os discursos dos jornais, os relatos escolhidos para compor o capítulo propõem ampliar o debate sobre este marco espacial do passado diamantinense e, principalmente, provocar reflexões e novos olhares para estas mulheres que, sob a prerrogativa de serem ou terem sido prostitutas, costumam ser reduzidas a um qualificador, tornando-se secundários ou irrelevantes quaisquer outros aspectos que a elas digam respeito. Ao final do capítulo há especial ênfase às memórias de um homem, filho de prostituta, que passou parte de sua infância na zona de meretrício.

Deste modo, para a realização deste trabalho foi feita a escolha de se abrirem os ouvidos para escutas sensíveis e de desprendimento de preconcepções, para que tivessem lugar os sentidos e as formulações do outro. Além disto, é importante destacar como estímulo ao trabalho a não conformação com os registros tradicionais e com o apagamento de alguns sujeitos sociais e de suas existências. Por fim, acredita-se na possibilidade de contribuir com um fazer interdisciplinar das ciências humanas que privilegie categorias marginais, a possibilidade de perceber o objeto por diversos vieses, com respeito e reflexões necessárias para construção de uma sociedade melhor para todas e todos.

CAPÍTULO 1

RELAÇÕES SEXUAIS, O LUGAR DO FEMININO E PROSTITUIÇÃO

Este capítulo discute alguns aspectos do processo histórico que envolve mudanças de costumes no que diz respeito às relações entre os sexos e às relações sexuais propriamente ditas, no âmbito da cultura ocidental, a partir do que propôs Norbert Elias. Seu livro, *O processo civilizador: história dos costumes*, originalmente publicado em 1939, tem como temática principal "os tipos de comportamento considerados típicos do homem civilizado ocidental" (ELIAS, 1994, p. 13). Há um capítulo, especialmente considerado nesta discussão, dedicado às mudanças nas relações entre os sexos, o qual discorre sobre o confinamento do sexo ao lar e a práticas precedentes a isto, dentre as quais a aceitação social da prostituição como um trabalho legítimo, por volta do século XVI.

As discussões de Pierre Bourdieu (2017) sobre a dominação masculina, que se ocupam de pensar a subjugação feminina a partir de estruturas simbólicas, se propõem a estabelecer diálogo o arcabouço teórico iniciado em Elias (1994). Bourdieu (2017) é um autor fundamental para esclarecer a manutenção do patriarcado e sua reprodução ao longo dos tempos, tanto por homens quanto pelas próprias mulheres⁵.

As contribuições de Nickie Roberts (1998), ex-trabalhadora sexual que se propôs a uma intensa pesquisa historiográfica sobre o assunto que intitulou seu livro *As prostitutas na História*, também possuem especial relevância para as discussões. A autora parte do período Neolítico, perpassa a Antiguidade Clássica e o período Medieval, até chegar aos dias de hoje. Usa ampla bibliografia produzida por mulheres, e justifica suas escolhas pela intenção de evidenciar contraposição ao desenvolvimento histórico do patriarcado, o qual predomina nos registros históricos, majoritariamente marcado por perspectivas masculinas. Autoras como Magali Engel (2004) e Margareth Rago (2014) também se destacam nas contribuições acerca do contexto da prostituição no Brasil.

Na intenção de aguçar reflexão, serão apontadas algumas contradições comuns ao discurso recorrente a respeito da prostituição, já no período contemporâneo, muitas delas

⁵ Para além das discussões sobre a dominação masculina, propriamente dita, que é a principal ideia de Bourdieu aqui trabalhada, é importante destacar o conceito de *habitus*, fundado também pelo autor, que é estruturante para a dominação masculina. Tal conceito é amplamente discutido por Jessé de Souza (2012), que assim o compreende: "O conceito de *habitus* permite sair da prisão do realismo da estrutura na medida em que se apresenta como a forma pela qual a 'necessidade' exterior pode ser introjetada, mais que isso, 'encarada' e 'incorporada' pelos agentes. O habitus seria um sistema de estruturas cognitivas e motivadoras, ou seja, um sistema de disposições duráveis inculcadas desde a mais tenra infância que pré-molda possibilidades e impossibilidades, oportunidades e proibições, liberdades e limites de acordo com as condições objetivas. Nesse sentido, as disposições do habitus são em certa medida 'pré-adptadas' às suas demandas" (SOUZA, 2012, p. 45).

trazidas por Roberts (1998) e por Gabriela Leite (1992, 2009), esta última, precursora do movimento das prostitutas no Brasil. A ideia de pensar as relações sexuais conjugando passado e presente se faz possível devido a tabus que são reforçados, reconfigurados ou mantidos ao longo do tempo.

1.1. Sexo: do instinto humano à castração do processo civilizador

Penso no dia em que sexo puder ser visto como sexo e o amor como amor, as pessoas discutindo amplamente; vendo, na sua própria vida, monogamia, poligamia e todas as questões envolvidas, longe dessas verdades absolutas que nós vivemos; escolhendo o que querem realmente para suas vidas; então provavelmente não mais haverá muito sentido para a prostituição. Quando falo de uma sociedade em que a prostituição não fará mais sentido, não estou falando de uma sociedade ideal, onde cada coisa tenha seu lugar predeterminado, a partir de racionalismos ideológicos ou qualquer outra forma de autoritarismo. Mas penso ser possível chegarmos a uma sociedade outra. Não acredito que se possa chegar a uma sociedade que exerça sua própria sociedade plena, sem autoritarismo de qualquer forma, num amplo convívio, onde as diferenças sejam fluentes. [...] Se estivermos dispostos a mudanças em nossas relações, em busca de uma realização pessoal mais plena, isso gera mudanças profundas sociais porque mexe com os indivíduos e com conceitos importantíssimos de realidade, como o de felicidade (LEITE, 1992, p. 16-17).

A colocação de Gabriela Leite (1992) é um estímulo para, sem reservas ou pudor, a sexualidade ser apreendida enquanto parte constituinte fundamental e natural dos seres humanos. Da perspectiva estritamente biológica, Collete Chiland⁶ aponta que "com exceção da cissiparidade entre os unicelulares, a clonagem e a partenogênese, que culminam, as três, na reprodução do idêntico, a vida se perpetua por uma procriação sexuada inovadora" (CHILAND, 2005, p. 11). Mas a mesma autora coloca que, apesar disso, "há quem procure minimizar, até mesmo esquecer que o ser humano é um animal" (CHILAND, 2005, p. 13).

Esta minimização ou supressão a respeito do sexo integrar caráter biológico de nossa espécie é fruto de um processo de socialização baseado em normas de comportamento. O pensamento e o discurso predominantes contemporâneos sobre relações sexuais pertencem à cultura ocidental, herdeira de um processo histórico patriarcal e judaico-cristão, caracterizado por pudores, proibições e regras, a despeito da pretendida liberdade pregada no sistema capitalista de produção social. Ao que parece, procura-se suprimir que, para além da

_

⁶ Colette Chiland (1928-2016) foi psiquiatra, psicanalista e professora emérita de psicologia clínica na Universidade René-Descartes. Foram trazidas a este trabalho algumas contribuições de seu livro *O sexo conduz o mundo* (2005), que teve a primeira edição publicada na França em 1999, no sentido de elucidar algumas implicações da sexualidade em suas correlações biológicas, pertinentemente discutidas. Entretanto, dentre suas contribuições científicas, destacam-se polêmicas em relação à transexualidade como patologia e perspectiva abolicionista em relação à prostituição, as quais são opostas às proposições deste trabalho.

finalidade reprodutiva, a prática sexual é fonte de prazer físico e emocional. Pelo menos no âmbito de certo discurso com finalidades de manter algum controle social.

De acordo com Magali Engel (2004), médicos que atuavam no Rio de Janeiro no século XIX, apesar de admitirem a satisfação do desejo sexual através do prazer como uma exigência fisiológica, reprovavam qualquer excesso, de modo que a atividade sexual assim caracterizada adquiria "caráter de perversão, compreendida [...] não só como sintoma do organismo doente, mas também como foco de degeneração física. Eis os principais passos percorridos na construção da dimensão física dos limites entre a normalidade e a doença no campo da sexualidade" (ENGEL, 2004, p. 71-72). Atribuía-se, deste modo, caráter patológico ao que fosse considerado desvio comportamental sexual.

Entretanto, não foi sempre assim. Norbert Elias (1994), em seus escritos sobre a história dos costumes, dedica um capítulo à relação entre os sexos. O autor compreende o processo civilizador, vivenciado pela cultura ocidental, como um processo histórico que sinaliza uma espécie de evolução social no que tange aos costumes. A perspectiva com a qual o autor trabalha estimula a compreender que exemplos apresentados por ele ilustram significativas mudanças de hábitos ao longo do tempo.

Elias (1994) parte do aparente, do visível, para questionar costumes que nos parecem dados, a despeito dos modos e motivos por meio dos quais eles foram formulados. E, a respeito do exercício da sexualidade, nos diz:

O sentimento de vergonha que cerca as relações sexuais humanas tem aumentado e mudado muito no processo de civilização. Isto se manifesta com especial clareza na dificuldade experimentada por adultos, nos estágios mais recentes da civilização, em falar com as crianças sobre essas relações. Hoje, porém, esta dificuldade parece quase natural. Afigura-se que, por razões quase biológicas, a criança nada sabe sobre as relações entre os sexos e que é tarefa extremamente delicada e difícil esclarecer as meninas e meninos em crescimento o que está acontecendo com eles e o que acontece em volta. A extensão em que esta situação, muito longe de ser evidente por si mesma, constitui mais um resultado do processo civilizatório [...] (ELIAS, 1994, p. 169-170).

Segundo o autor, nas cidades medievais e, até mesmo, nas aristocracias europeias, a existência das relações sexuais não era assunto proibido, nem mesmo entre as crianças. Das transformações ocorridas ao longo do tempo, a moralidade cristã é uma das questões definidoras. E, para demonstrar isso, se baseia na obra Colóquios, de Erasmo (1466-1536), dedicada a aprimorar a língua dos jovens e educa-los para a vida. Obra esta, criticada imediatamente após sua publicação e, também, a *posteriori*, por representantes das alas conservadoras das sociedades ocidentais:

No seu trabalho, Erasmo de fato trata de numerosas coisas que, com o progresso da civilização, haviam sido cada vez mais ocultadas dos olhos de crianças e que, no século XIX, em nenhuma circunstância teriam sido usadas como material de leitura

para crianças, da maneira que Erasmo desejara e expressamente declarara na dedicatória a seu afilhado de seis ou oito anos. [...] Representam mesmo, em comparação com o padrão da sociedade secular medieval, e até com o da sociedade secular de nossa própria época, uma mudança muito considerável rumo ao tipo de controle das ânsias instintivas que o século XIX justificaria, acima de tudo, sob a forma de moralidade (ELIAS, 1994, p. 171).

E ao refletir a partir da época em que escreve Erasmo, constata que: "só aos poucos, e mais tarde, é que uma associação mais forte de sexualidade com vergonha e embaraço, e a correspondente restrição ao comportamento, se espraia mais ou menos uniformemente por toda a sociedade" (ELIAS, 1994, p. 179). Hábitos como leitos familiares coletivos são reconfigurados e passa-se a considerar inconveniente que crianças e jovens estejam sob o risco de testemunharem os deleites dos adultos, sobretudo, dos pais. O desenrolar e as consequências deste processo de moralização pudica das relações sexuais se centram nas famílias nucleares:

No processo civilizador, a sexualidade, também, é cada vez mais transferida para trás da cena da vida social e isolada em um enclave particular, a família nuclear. De maneira idêntica, as relações entre os sexos são segregadas, colocadas atrás de paredes da consciência. Uma aura de embaraço, a manifestação de um medo sociogenético, cerca essa esfera da vida. Mesmo entre adultos é referida apenas com cautela e circunlóquios. E no caso de crianças, especialmente de meninas, essas coisas não são, tanto quanto possível, absolutamente mencionadas (ELIAS, 1994, p. 180).

A título de curiosidade, um exemplo material deste confinamento do sexo ao recôndito do lar, bem como a obrigatoriedade da discrição mesmo na vida privada, semelhante ao que é descrito pelo autor, pode ser observado no Museu do Diamante, em Diamantina/Minas Gerais. Na reprodução de uma residência aristocrata do século XVIII, o quarto de alcova do casal possui localização reservada, com uma antessala, uma pequena abertura próxima ao teto para entrada de ar e utensílios como escarradeira e jarro de água para lavar as mãos e as partes, com a finalidade de assegurar a privacidade do casal. Para além do sentido proibitivo dos assuntos sexuais, Elias (1994) aborda não somente um novo distanciamento entre crianças e adultos, mas também, as recomendações expressas à diferenciação no trato com as meninas, que bem sinalizam o lugar conferido à mulher neste contexto "medidos pelos padrões masculinos nas sucessivas classes dominantes" (ELIAS, 1994, p. 186), permeado de proibições e silenciamento.

Reflexos daquilo que Elias (1994) nomeou de processo civilizador ocidental, como o confinamento das relações sexuais legítimas ao lar, restrições no trato com as crianças, reforço da diferenciação entre homens e mulheres; meninos e meninas etc. permanecem na contemporaneidade. A resistência destes costumes sexuais atravessou a Idade Média, avançou sobre a Idade Contemporânea e, nem mesmo a revolução sexual

estadunidense (1960-1970)⁷ foi suficiente para implicar em ruptura definitiva com alguns aspectos repressivos. Inclusive, reforço do conservadorismo e adoção de costumes como se fossem naturais ou dados, podem ser observados, por exemplo, na perspectiva de Chiland (2005), ao relatar:

[...] ouvi, durante a *Gay Pride*, homossexuais dizerem: "queremos poder nos beijar na rua". Certo, casais heterossexuais se beijam na rua sem ser conspurcados, mas esses beijos públicos não são o que eles fazem de melhor e não anunciam a solidez de suas relações. A intimidade pertence por definição à esfera privada (CHILAND, 2005, p. 98).

Por que o beijo é considerado pertencente à esfera da intimidade? Quando e por quem isso assim se define? Como se define e por quê? Por que beijos heteroafetivos não incomodam à mesma medida que beijos homoafetivos? Ao se considerar a homoafetividade, o beijo nem chega a ser "necessário" para incomodar. Manifestações de afeto como mãos dadas ou abraços são suficientes para causar incômodo aos conservadores e moralistas.

Para além de todas as possíveis variações e diversidade de costumes nas relações entre os sexos antecedentes e, também, posteriores às observações de Elias (1994), cabe refletir em que medida somos herdeiros hoje do que foi por ele pontuado. No sentido prático de nossa existência, a partir das regras e códigos sociais assimilados enquanto sujeitos coletivos, como lidamos com o sexo oposto nas relações coletivas ou individuais? Como lidamos com nossa própria sexualidade e a partir de quê pensamos, refletimos ou arbitramos sobre o outro quando o assunto é sexo? Não é objetivo deste trabalho responder a estas perguntas, mas sim trazê-las para instigar a pensar sobre o que nós mesmos naturalizamos a respeito das relações sociais, interpessoais e sexuais. Estes questionamentos são importantes para que se pense sobre em que medidas são assimiladas posturas e discursos conservadores ou progressistas; como isso impacta na elaboração de imaginários sociais e discursos

_

⁷ "De todas as revoluções sociais e políticas, prometidas ou buscadas nas eras tumultuadas do final dos anos 60 e 70, a revolução sexual foi a que, afinal, teve a melhor sorte. A revolução sexual dos anos 60 é inseparável dos objetivos mais amplos de uma atividade contracultural que permeava tudo – contra a guerra, contra o racismo, contra o capitalismo e, eventualmente contra o patriarcalismo. Olhando para trás, no entanto, podemos discernir uma linha nítida de mudança demográfica, cultural e tecnológica que pode ser chamada de revolução sexual e que atingiu uma espécie de clímax no final dos anos 60, ainda que reverberasse sobre a década seguinte. Essa revolução se sobrepôs ao crescimento do feminismo e esteve inseparável dele, à redução - não ao término - da dupla moral sexual, e à emergência de comunidades gays e lésbicas [...] Aqui temos, então, uma maneira de mensurar as grandes mudanças trazidas pela revolução sexual: nos Estados Unidos dos anos 60, o aborto, o controle da natalidade fora do casamento e a exibição de filmes pornográficos eram, todos, oficialmente tabu. Se ocorriam, ocorriam de maneira ilícita e resguardada. Fossem quais fossem as relações sexuais que as pessoas mantinham, havia, como disseram os sociólogos Kristin Luker (2006) e Anthony Gidens (1992), e os historiadores Hohn D'Emilio e Estelle Freedman (1988), uma concordância frouxa de que a intimidade sexual era uma questão privada, e melhor seria relegá-la ao leito conjugal. No entanto, essa arena protegida logo começou a passar por mudanças, em parte graças ao novo caso do controle da natalidade pelas mulheres" (WILLIANS, 2012, p. 23-24).

hegemônicos e, por fim, quais os resultados disto na produção material das sociedades atuais, tendo em vista todas as categorias que dela participam, e especialmente aqui, a categoria das prostitutas.

Sobre os dias de hoje, Michel Foucault⁸ (1998) constatou que "[...] a repressão funciona, decerto, como condenação ao desaparecimento, mas também como injunção ao silêncio, afirmação da inexistência e, consequentemente, contestação de que, em tudo isso, não há nada para dizer, nem para ver, nem para saber" (FOUCAULT, 1998, p. 10). A partir disto, é importante questionar se posturas individuais ou localizadas em determinados grupos ou contextos sociais, em relação à maior liberdade sexual, são suficientes para afirmar alguma superação de moralismos ou códigos sociais naturalizados ao longo de muitos anos. Ao mesmo tempo, é importante acrescentar às reflexões em que medida a questão ética é confundida com valores orientados por moralismos⁹.

Procurou-se esclarecer, até aqui, que o modelo trabalhado por Elias (1994) se restringe ao ocidente e se pauta em uma perspectiva de processo histórico particularmente compreendido por ele. Contrariamente a esta concepção, sabe-se que sociedades se distinguem, não são lineares e podem apresentar, simultaneamente, comportamentos sexuais diferentes entre si dentro de um mesmo período histórico, apesar do período contemporâneo sinalizar certa generalização cultural tendente ao modelo ocidental. Os processos históricos das diferentes sociedades salvaguardam suas idiossincrasias e por meio delas se explicam,

_

⁸ É importante destacar que este Michel Foucault indaga a ideia de repressão por uma via dupla, de modo que compreende que o simples fato de afirmar a repressão já transgride, em certo sentido, a ideia de sua existência e traz à tona o discurso sobre a sexualidade. "É necessário deixar bem claro: não pretendo afirmar que o sexo não tenha sido proibido, bloqueado, mascarado ou desconhecido desde a época clássica; nem mesmo afirmo que a partir daí êle o tenha sido menos do que antes. Não digo que a interdição do sexo é uma ilusão; e sim que a ilusão está em fazer dessa interdição o elemento fundamental e constituinte a partir do qual se poderia escrever a história do que foi dito do sexo a partir da Idade Moderna. Todos esses elementos negativos – proibições, recusas, censuras, negações – que a hipótese repressiva agrupa num grande mecanismo central destinado a dizer não, sem dúvida, são somente peças que têm uma função local e tática numa colocação discursiva, numa técnica de poder, numa vontade de saber que estão longe de se reduzirem a isso" (FOUCAULT, 1998, p. 17).

⁹ Embora a questão do moralismo x a questão ética seja um universo muito rico e necessário de ser explorado, foge do escopo deste trabalho. Cabe, entretanto, expressar o entendimento de que o moralismo elege como universal um determinado valor moral, em detrimento de outros valores existentes. E acerca da distinção entre ética e moral, as contribuições de Pedro (2014) se fazem pertinentes: "estabelecida esta distinção, podemos agora colocar a pergunta: qual a relação existente entre valores, moral e ética? Será de sinonímia ou de antonímia? Bem, na verdade, consideramos que a situação se assemelha à anteriormente descrita, pois, se, por um lado, uma e outra fazem inevitavelmente uso dos valores, muito embora, sob perspetivas diferentes, uma, de natureza mais prática (moral), e outra, de pendor mais reflexivo e interrogativo (ética), por outro lado, valor, cuja origem etimológica deriva do latim valere, surge com uma conotação algo distinta dos restantes vocábulos acima assinalados, na medida em que remete para a ideia daquilo que vale (ou de merecimento), de robustez, força e poder de um objeto (bem) que se impõe primordialmente à consciência do sujeito" (PEDRO, 2014, p. 487-488).

mas a história tradicional¹⁰ – eurocêntrica, heteronormativa e branca – faz com que a valorização, ou mesmo a curiosidade, no que tange a culturas periféricas – ou não ocidentais – seja pouco comum. E isto colabora para o reforço de concepções etnocêntricas multiescalares. Se ora ignora-se o que há de diversidade em costumes sexuais para além do ocidente, outrora podem surgir barreiras para se interessar ou admitir condutas sexuais marginais ao modelo familiar, patriarcal e moral ocidental existentes na sociedade da qual se participa.

Da perspectiva cultural, o modo como relações sexuais compõem sociedades se modifica não somente ao longo do tempo, mas também, de acordo com os espaços. Destarte, cabe pensar, também, que as relações sexuais não são binárias ou heteronormativas. A homoafetividade, por exemplo, é característica do caminhar da humanidade e também se manifesta em outras espécies animais¹¹. A diversidade das construções sociais acerca das relações sexuais varia de modo rico e complexo, a exemplo das relações homossexuais encontradas nos registros da antiguidade clássica¹², as quais não se associavam à promiscuidade: "não nos esqueçamos que os gregos exaltaram o amor dos jovens, considerado como mais nobre que a atração pelas mulheres" (CHAUVIN, 1987, p. 18); passando pela liberdade sexual dos jovens nômades tuaregues¹³ até a prática contemporânea do celibato por parte de algumas mulheres e homens dedicados à vocação religiosa cristã, condição comum ao caso de monges e monjas budistas.

_

¹⁰ Para melhor elucidar o que aqui chamamos de história/historiografia tradicional, ver Collingwood (1981).

¹¹ "Como entre muitos outros primatas, a masturbação também ocorre e é um tipo de comportamento particularmente freqüente entre os bonobos de ambos os sexos, mas especialmente entre as fêmeas. Entre os bonobos, aliás, relações homossexuais entre fêmeas também são comuns: fêmeas no cio se abraçam e esfregam horizontalmente os genitais, parecendo obter grande satisfação com este ato. Também entre os bonobos, contatos genitais entre machos são freqüentes, como fricção mútua do pênis, mas parecem ser antes uma atividade de apaziguamento e solidariedade do que uma forma de obter satisfação sexual, porque são muito breves, não produzem ejaculação e ocorrem em situações de tensão grupal" (DURHAM, 2003, p. 109-110).

¹² "Evidências mais fortes e diretas são encontradas na cultura greco-romana. Há um registro no Symposium de Platão que sugere uma relação esposo-esposa entre Aquiles e Pátroco, embora não fosse claro o papel desempenhado por cada um (ESKRIDGE, 1993: 1442). Há relatos de que na antiguidade ateniense, os cidadãos (que eram apenas os homens adultos), 'poderiam penetrar indivíduos socialmente inferiores, como mulheres, garotos, estrangeiros e escravos' (RUPP, 2001: 288). Os historiadores parecem entrar em consenso de que o relacionamento entre pessoas do mesmo sexo não era proibida, havendo, inclusive, tolerância social (ESKRIDGE, 1993: 1445-1446)" (FARO; PESSANHA, 2014, p. 74).

O romance Tuareg, de Alberto Vázques-Figueroa (1980), retrata costumes destes nômades da Líbia, conhecidos como guerreiros do deserto, que intitulam o livro. Tendo a honra como característica norteadora, dentre as especificidades culturais incorporadas ao romance, está a livre conduta sexual das moças jovens, as quais têm o direito de se deitarem com os homens que desejarem de seu núcleo de migração, para que posteriormente à experiência vivenciada possam escolher um parceiro para constituir família.

Linda Nicholson (2000) chama a atenção para sociedades indígenas norte americanas, que permitiam a pessoas com genitália masculina se compreenderem como meiohomens/meio-mulheres. A autora considera esta formulação cultural como algo impensável para as sociedades ocidentais de origem europeia, as quais evocam para si a característica da modernidade. Tal prerrogativa de autorreferenciação de arauto da modernidade dialoga com a ideia presente nas reflexões de Elias (1994), no que diz respeito à tratativa do processo civilizatório ocidental como um referencial de avanço ou aprimoramento, o que situa determinada cultura como superior a outras. De fato, não estamos temporalmente muito distantes das teorias eugenistas dos séculos XIX e XX, e nem dos horrores do Holocausto; muito menos livres das ondas de conservadorismo e da xenofobia emergente diante das migrações de refugiados do continente africano para países europeus, ou de haitianos e venezuelanos para o Brasil, o que confirma, em certa medida, o rebaixamento do outro.

Outro exemplo de distinção de cultura sexual é a coexistência da sociedade indiana que confere aos hijras¹⁴ um papel sociocultural especial e da conservadora sociedade chechena e sua perseguição declarada a homossexuais (BBC BRASIL, 2017). Torna-se pertinente, também, exemplificar tradições e condutas culturais que desafiam até mesmo a concepção de universalismo dos direitos humanos, como a mutilação feminina ou circuncisão feminina que ocorre em países do continente africano. No âmbito cultural, há toda uma valorização da prática e assimilação por parte de algumas mulheres acerca do costume. Entretanto, não há consensos sobre como participantes da cultura lidam com a prática¹⁵. E se não há consensos mesmo entre as circuncidadas, implica-se aqui a importância do debate não ser reducionista acerca da existência ou não de prazer feminino, muito menos quanto ao fato

-

¹⁴ "The hijras are a religious community of men who dress and act like women and whose culture centers on the worship of Bahuchara Mata, one of the many versions of the Mother Goddess worshiped throughout India. In connection with the worship of this godness, the hijras undergo an operation in wich their genitals are removed. The hijra emasculation operation consists of surgical removal of the penis and teticles, but not construction of a vagina. This operation defines them as hijras – eunuchs – neither men nor women. It is through their identification with the Mother Godness, and the female creative power the she embodies, that the hijras are given a special place in Indian culture and society" (NANDA, 1998, p. IX). Entretanto, após a colonização inglesa, a aculturação modificou elaborações coletivas e os hijras passaram a ser hostilizados por uma parcela da população e até mesmo por suas famílias. (NANDA, 1998).

¹⁵ "Nos antípodas desta lógica, porém, situa-se um outro exemplo de um entendimento similar do clítoris como 'barreira' a uma relação sexual satisfatória, mas cuja remoção obedece, na perspetiva das mulheres inquiridas, a um fim inverso: ela aumentaria o seu próprio prazer ao promover estimulações mais complexas e profundas, que, embora requeiram uma maior aprendizagem por parte de ambos os parceiros, resultariam para elas em orgasmos mais intensos (Ahmadu, 2000; 2007). Estas mulheres vêm o prazer sexual como um direito no casamento, dizem desfrutar alegremente dele e estão portanto longe de corresponder à narrativa uniforme de sofrimento, subjugação e opressão que se padronizou e propagou a partir dos relatos mais mediatizados de mulheres africanas na diáspora como Waris Dirie (2007) e Ayaan Hirsi Ali (2006)" (CUNHA, 2013, p. 842).

de ser uma tradição. Tradições não permanecem, necessariamente, cristalizadas ao longo do tempo. A aculturação explica isto.

Em cada contexto social e histórico, há panos de fundo em que se articulam mitos, crenças, religiões, tabus, regras sociais, modelos familiares etc. Enfim, sem determinismos, sem linearidade, sem universalismo: assim se caracterizam as relações sexuais da humanidade, em toda sua diversidade, ao longo dos tempos, demonstrando a complexidade do tema aqui abordado.

E para se manter o convite instigador a partir de Gabriela Leite (1992), feito ao início deste tópico, fica aqui a complementação a partir de Engel (2004), ao discorrer acerca do sexo como objeto de conhecimento ao longo da história:

Tempos diferentes de um mesmo processo, o da constituição de uma *ciência sexual*, cujos desdobramentos nos afetam hoje de modo angustiante e violento. Buscar identificar e compreender melhor suas origens talvez represente uma contribuição no sentido de encontrarmos uma opção mais adequada e satisfatória de contestação ao controle exercido sobre nossa individualidade (ENGEL, 2004, p. 13-14, grifo da autora).

E como o que move nossas reflexões são as perguntas, ficam aqui algumas: em que medida somos sexualmente livres e felizes? Como olhamos, medimos ou arbitramos sobre o outro quando há alguma questão sexual envolvida? Nossos parâmetros funcionam igualmente quando se trata de homens e mulheres? Superamos ou rompemos, em alguma medida, com os sexismos?

1.2. O lugar do homem e o sublugar do feminino

No início era o matriarcado; fato não amplamente reconhecido pelas sociedades patriarcais de hoje. Rejeitada com desdém por gerações de intelectuais do sexo masculino como uma aberração da "norma" (patriarcal), a longa era de adoração à deusa — estimada em mais de 25.000 anos — em geral é rebaixada a uma série de "cultos à fertilidade" desajeitadamente explicados, se não totalmente ignorados. Mas a evidência está aí, incontestável: no período do tempo que os homens rotularam de "pré-história" (pré-patriarcado, para sermos mais precisas), a mulher é que era considerada a criadora da força da vida. Ela era adorada como a Grande Deusa e como tal estava no centro de toda atividade social. [...] A antropóloga Evelyn Reed mostra que as mulheres criaram a humanidade a partir do reino animal, quando inventaram nossa primeira organização social, o clã matriarcal. As mulheres foram também fundamentais para a economia destas primeiras sociedades, pois coletavam entre 65 e 80 por cento do alimento da comunidade (ROBERTS, 1998, p. 19).

Nickie Roberts faz coro com outras mulheres, como a própria Evelyn Reed (1905-1979) por ela citada, no sentido de fortalecer uma investigação e uma escrita histórica diferentes daquelas tradicionais, marcadas pela concepção patriarcal de sociedade. Trata-se de um esforço desafiador, mas que tem se realizado de modo a agregar uma escrita feminina que

esteja sempre em processo de ruptura com a dominação masculina, nos termos de Pierre Bourdieu (2017). E, para a seara de questionar as negligências e o rebaixamento histórico do universo feminino no âmbito dos registros históricos tradicionais e do próprio lugar social das mulheres, contrariando Roberts (1998) e Reed em relação a um modo de fazer ciência majoritariamente feminino, Bourdieu (2017) se impõe como um importante referencial, visto que buscou compreender e explicar mecanismos simbólicos que concebem, reforçam, legitimam e perpetuam o androcentrismo. Apesar da sinalização de rupturas e vanguardismo contemporâneos no que tange ao protagonismo das mulheres, a exemplo de Obras de autoras como Judith Butler (2014) e Simone de Beauvoir (1908-1986), ou mesmo o livro *O mundo das mulheres*, de Alain Touraine (2007), para o tempo histórico e o assunto a se analisar neste trabalho, o diálogo com Bourdieu (2017) se mostra mais adequado.

A ideia de violência simbólica, mecanismo pelo qual se realiza a dominação masculina, é definida como "violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento" (BOURDIEU, 2017, p. 7-8). E, ainda segundo o autor, este tipo de processo é responsável "pela transformação da história em natureza, do arbitrário cultural em natural" (BOURDIEU, 2017, p. 8).

Entende-se, portanto, que a violência simbólica sobre o universo feminino, fato gerador de um processo histórico de dominação, controle, negação, subjugação etc. das mulheres, ocorre por vias aparentemente dadas, como se fosse o curso natural das coisas, num contexto em que o universo masculino é a medida e o parâmetro para todas as coisas. Romper com tal lógica não é algo simples, visto que a assimilação inconsciente por parte dos dominados é um componente fundamental do mecanismo de dominação que, por sua vez, é resultado de um "trabalho incessante (e, como tal, histórico), de reprodução, para o qual contribuem agentes específicos (entre os quais os homens, com suas armas como a violência física e a violência simbólica) e instituições, famílias, Igreja, Escola, Estado" (BOURDIEU, 2017, p. 46).

A depender do contexto e do momento histórico, formas de violência excedem o caráter simbólico majoritariamente tratado por Bourdieu (2017)¹⁶. A exemplo do que Silvia

os mal-entendidos, gostaria apenas de prevenir contra os contra-sensos mais grosseiros que são comumente cometidos a propósito da noção de violência simbólica e que têm todos por princípio uma interpretação mais ou

_

¹⁶ É importante deixar claro que, ainda que Bourdieu (2017) tenha tratado majoritariamente o caráter simbólico da violência como mecanismo de dominação, sua perspectiva não se reduz ao simbolismo, de modo que deixou isso claro em seu livro: "Embora eu não tenha a menor ilusão quanto a meu poder de dissipar de antemão todos os mal-entendidos, gostaria apenas de prevenir contra os contra-sensos mais grosseiros que são comumente

Federici (2017) mostra em seu livro *Calibã e a bruxa*, o qual trata da condição feminina na transição do feudalismo para o Capitalismo, aborda as concepções religiosas que influenciaram o controle sobre as mulheres neste processo, bem como consequências de transgressões à ordem. A própria autora escreve que a questão mais importante de seu livro é:

[...] como explicar a execução de milhares de "bruxas" no começo da era moderna e por que o surgimento do capitalismo coincide com essa guerra contra as mulheres. As acadêmicas feministas desenvolveram um esquema que lança bastante luz sobre a questão. Existe um acordo generalizado sobre o fato de que a caça às bruxas buscou destruir o controle que as mulheres haviam exercido sobre sua função reprodutiva e serviu para preparar o terreno para um regime patriarcal mais opressor (FEDERICI, 2017, p. 19-20).

Apesar da importância do contexto de transição econômica tratado por Federici (2017), aqui, o que possui maior relevância para a discussão é a relação entre religião e sociedade e o modo violento de controle então instituído sobre as mulheres, a exemplo da Lei Canônica do século XII, mencionada pela autora:

[...] na sociedade medieval, as relações coletivas prevaleciam sobre as familiares e que a maioria das tarefas realizadas pelas servas (lavar, fiar, fazer a colheita e cuidar dos animais nos campos comunais) era realizada em cooperação com outras mulheres, nos damos conta de que a divisão sexual do trabalho, longe de ser uma fonte de isolamento, constituía uma fonte de poder e de proteção para as mulheres. Era a base de uma intensa sociabilidade e solidariedade feminina que permitia às mulheres enfrentarem os homens, ainda que a Igreja pregasse pela submissão e a Lei Canônica santificasse o direito do marido a bater em sua esposa (FEDERICI, 2017, p. 40).

Observa-se que a Igreja arbitrava não somente a respeito das relações sociais públicas, sobre as quais se impunham o controle e a dominação. Na esfera do lar também estava amparado o exercício de dominação do marido à esposa, inclusive manifesto no direito expresso à violência física.

Além disto, é sabido que a Igreja católica capitaneou a empreitada da caça às bruxas no período Medieval, sob a prerrogativa do combate à heresia. E, segundo Federici (2017), o movimento herético elevou a mulher a uma posição social significativa, de modo que "nas seitas hereges, principalmente entre os cátaros e os valdenses, as mulheres tinham direito de ministrar os sacramentos, de pregar, de batizar e até mesmo de alcançar ordens sacerdotais" (FEDERICI, 2017, p. 67). Não obstante, permissividade à convivência entre

menos redutora do adjetivo 'simbólico', aqui usado em um sentido que eu considero rigoroso e cujos fundamentos teóricos já expliquei em trabalho anterior. Ao tomar 'simbólico' em um de seus sentidos mais correntes, supõe-se, por vezes, que enfatizar a violência simbólica é minimizar o papel da violência física e (fazer) esquecer que há mulheres espancadas, violentadas, exploradas, ou , o que é ainda pior, tentar desculpar homens por essa forma de violência. O que não é, obviamente o caso. Ao se entender 'simbólico' como oposto de real, de efetivo, a suposição é de que a violência simbólica seria uma violência meramente 'espiritual' e indiscutivelmente sem efeitos reais. É esta distinção simplista característica de um materialismo primário, que a teoria materialista da economia de bens simbólicos, em cuja elaboração eu venho há muitos anos trabalhando, visa a destruir, fazendo ver, na teoria, a objetividade da experiência subjetiva das relações de dominação" (BOURDIEU, 2017, p. 46).

n

homens e mulheres não casados em um mesmo lar também marcava o estilo de vida dos hereges. Transgressões à ordem desta natureza eram inconcebíveis sob o ponto de vista da Igreja, de modo que punições físicas de tortura e morte foram instituídas com forte referendo social.

Outro modo de violência e subjugação feminina à época tratada por Federici (2017), o qual antecedeu a Inquisição, foi a aceitação do estupro. Sua prática, que se tornou comum, foi fruto de uma estratégia de cooptação de mão de obra jovem no processo de enfraquecimento do feudalismo.

Todavia, no final do século XV foi posta em marcha uma contrarrevolução que atuava em todos os níveis da vida social e política. Em primeiro lugar, as autoridades políticas empreenderam importantes esforços para cooptar os trabalhadores mais jovens e rebeldes por meio de uma maliciosa política sexual, que lhes deu acesso a sexo gratuito e transformou o antagonismo de classe em hostilidade contra as mulheres proletárias. Como demonstrou Jacques Rossiaud em Medieval Prostitution (1988) [A prostituição medieval], na França, as autoridades municipais praticamente descriminalizaram o estupro nos casos em que as vítimas eram mulheres de classe baixa. Na Veneza do século XIV, o estupro de mulheres proletárias solteiras raramente tinha como consequência algo além de um puxão de orelhas, até mesmo no caso frequente de ataques em grupo (Ruggiero, 1989, p. 94, 91108). O mesmo ocorria na maioria das cidades francesas. Nelas, o estupro coletivo de mulheres proletárias se tornou uma prática comum, que os autores realizavam aberta e ruidosamente durante a noite, em grupos de dois a quinze, invadindo as casas ou arrastando as vítimas pelas ruas sem a menor intenção de se esconder ou dissimular. Aqueles que participavam desses "esportes" eram aprendizes ou empregados domésticos, jovens e filhos das famílias ricas sem um centavo no bolso, enquanto as mulheres eram meninas pobres que trabalhavam como criadas ou lavadeiras, sobre as quais circulavam rumores de que eram "mantidas" por seus senhores (Rossiaud, 1988, p. 22). Em média, metade dos jovens participou alguma vez nesses ataques, que Rossiaud descreve como uma forma de protesto de classe, um meio para que homens proletários – forçados a postergar seus casamentos por muitos anos, devido às suas condições econômicas – cobrassem aquilo que era "seu" e se vingassem dos ricos. Porém, os resultados foram destrutivos para todos os trabalhadores, pois o estupro de mulheres pobres com consentimento estatal debilitou a solidariedade de classe que se havia alcançado na luta antifeudal. Como era de se esperar, as autoridades encararam os distúrbios causados por essa política (as brigas, a presença de bandos de jovens perambulando pelas ruas em busca de aventuras e perturbando a tranquilidade pública) como um preço pequeno a se pagar em troca da diminuição das tensões sociais, já que estavam obcecadas pelo medo das grandes insurreições urbanas e pela crença de que, se os homens pobres conseguissem se impor, eles se apoderariam de suas esposas e disporiam delas coletivamente (ibidem, p. 13) (FEDERICI, 2017, p. 86-87).

Neste caso, o agente colaborador da reprodução da dominação masculina, nos termos de Bourdieu (2017), foi o Estado. E, como consequência, Federici (2017) entende que a legalização do estupro foi responsável pela criação de "um clima intensamente misógino que degradou todas as mulheres, qualquer que fosse sua classe. Também insensibilizou a população frente à violência contra as mulheres, preparando o terreno para a caça às bruxas que começaria nesse mesmo período" (FEDERICI, 2017, p. 88). Destaque-se aqui que

violências instituídas contra mulheres, seja de que maneira ou por meio de qual mecanismo for, dizem respeito a todas as mulheres.

Já sobre ações da Igreja em séculos posteriores, o livro *Que seja em segredo:* escritos da devassidão nos conventos brasileiros e portugueses dos séculos XVII e XVIII, de Ana Miranda (2014), relata aspectos do trato religioso em relação às mulheres à época. Destituídas do outrora existente direito ao sacerdócio como no caso da Igreja primitiva e do estilo de vida herege do período medieval, a mulher foi, num processo histórico de subjugação, rebaixada e condenada pela sua natureza humana feminina, a qual, por si só, de acordo com o discurso arbitrado pela Igreja, incitava machos ao pecado sexual:

Antes de Cristo e um pouco depois, na Igreja primitiva, o sacerdócio feminino tinha assegurado o seu direito de batizar, predicar, oficiar, exorcizar. Mais tarde, a Igreja realizou suas inclinações patriarcais na criação do dogma e da hierarquia eclesiástica. Numa tentativa de transcender os instintos do ser humano, adotou a repressão, realizada através das promessas de condenação da alma. O inferno era inevitável para aqueles que se entregassem aos prazeres sexuais. A mulher, encarnação da volúpia, foi lançada a uma posição irrelevante e oculta na sociedade, ela mesma objeto das imprecações para afastar o mal. Viu usurpada a legitimidade de suas funções naturais de sedução, de sua forma mágica de amar, foram envilecidos os prazeres que dela irradiam. Então, a ambivalência erótica surgiu de maneira surpreendente: a execração da mulher e sua redenção (MIRANDA, 2014, p. 7-8).

No contexto sobre o qual Miranda (2014) escreve, o aspecto proibitivo aguçava ainda mais os instintos de homens, os quais eram socialmente e religiosamente autorizados a serem desprovidos de autocontrole ou respeito para com o sexo feminino. Para solucionar o conflito, confinavam-se mulheres em claustros religiosos, por quaisquer desvios do comportamento feminino então normatizado, ou caso esta mulheres não fossem capazes de conter sua volúpia arbitrada, nos termos da Igreja, como natural.

A vocação religiosa não era um dos motivos mais importantes para se mandar uma mulher para um convento em Portugal e no Brasil, nos séculos XVII e XVIII. A rebeldia, a sensualidade, o interesse intelectual, uma personalidade excessivamente romântica e apaixonada, um corpo demasiado atraente faziam com que se encerrasse moças nas celas úmidas dos mosteiros. Os homens mandavam para lá suas bastardas, suas amantes; também as filhas que perdiam a virgindade, as estupradas, as que se apaixonavam por um homem de condição inferior ou má reputação (MIRANDA, 2014, p. 8).

Entretanto, segundo a autora, deste ambiente repressivo suscitaram-se relações e amores proibidos, os quais deram origem aos textos freiráticos apresentados em seu livro. Estes textos foram escritos por homens da sociedade, homens comuns, homens religiosos e pelas próprias freiras. A título de curiosidade, apresenta-se aqui um poema de Gregório de Matos direcionado a freiras que, em ocasião de uma festividade religiosa, deixaram voar vários passarinhos (termo que sugere passarinha, que por sua vez menciona o órgão sexual da

mulher): "Meninas, pois é verdade, não falando por brinquinhos, que hoje aos vossos passarinhos de concede liberdade: fazei-me nisto a vontade de um passarinho me dar, e não o deveis negar, que espero não concedais, pois é dia, em que deitais passarinhos a voar" (MIRANDA, 2014, p. 43). A participação de homens religiosos neste tipo de costume criado nos conventos aponta para uma, dentre as muitas contradições presentes na Igreja ao longo da história.

Esta relação da Igreja católica com as questões sexuais marca profundamente a cultura ocidental e se estende ao longo do tempo, o que corrobora com a concepção de Bourdieu de ser a Igreja um dos agentes participantes da reprodução histórica da dominação masculina. E, para ilustrar um momento histórico mais recente e trazer a discussão para a realidade brasileira, cabe o exemplo apontado por Dayse Lúcide Santos (2003), que em estudos a respeito da sociedade de Diamantina/MG e região na virada do século XIX para o XX, destacou recomendações expressas da Igreja católica à sociedade, as quais diziam que:

Cabia à mulher o sustento ideológico e afetivo do núcleo familiar, por meio de deveres que exigiam das mesmas: mansidão, recato, fidelidade, prudência e subordinação. Em ambas as obrigações, o amor conjugal vem em primeiro lugar, denunciando a parceria entre amor e convivência dos casais para construir um lar feliz. Mas ao homem estava destinado o mando e a liderança do lar, à mulher, a obediência, a resignação e o servilismo (SANTOS, 2003, p. 9).

Se às mulheres era reservado o lugar do silêncio e da subserviência, ao homem era conferida, além da liderança da família, a liberdade de satisfazer extra conjugalmente os seus desejos, os quais poderiam macular a pureza das relações sexuais sadias e para fins reprodutivos, pertinentes ao lar. Revela-se, neste cenário, a idealização social do feminino dentro de um modelo de cultura patriarcal e dominadora, na qual a mulher era cerceada de autonomia dentro do próprio lar, enquanto infidelidades masculinas eram naturalizadas, justificadas socialmente ou permanecidas veladas. A cada um, homem e mulher, continuava a ser conferido e reforçado seu lugar e seu sublugar social, respectivamente.

Além da Igreja, o saber médico era mais um dos agentes de dominação. Neste caso, a coação física não se fazia necessariamente presente, visto que a naturalização daquilo que é constructo social se impunha sob a forma de aptidões, inclinações, natureza biológica ou psicológica da mulher. E, assim como a Igreja, o *status* de cientificidade da medicina avançava sobre a instituição familiar, como descreve Margareth Rago no livro *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar – Brasil 1890-1930*, que trata da cidade disciplinar na virada do século XIX para o XX:

Na verdade, a discussão que se abre em torno do aleitamento mercenário, visando convencer a mulher da importância de seu cuidado direto e permanente com os filhos, constitui uma primeira brecha pela qual o poder médico penetra no interior da

família, redefinindo os papéis de cada um. O discurso masculino e moralizador dos médicos e sanitaristas procura persuadir "cientificamente" a mulher, tanto da classe alta como das camadas baixas, de sua tarefa natural de criação e de educação dos filhos [...] A valorização do papel materno difundido pelo saber médico desde meados do século XIX procurava persuadir as mulheres de que o amor materno é um sentimento inato, puro e sagrado de que a maternidade e a educação da criança realizam sua "vocação natural" [...] Assim, aquela que não preenchesse os requisitos estipulados pela natureza inscrevia-se no campo sombrio da anormalidade, do pecado e do crime. Não amamentar e não ser esposa e mãe significavam desobedecer à ordem natural das coisas, ao mesmo tempo que se punha em risco o futuro da nação (RAGO, 2014, p. 108-109).

Termos como vocação natural e ordem natural das coisas faziam parte, ao mesmo tempo, do discurso da Igreja e do saber médico. E, quanto à subversão à natureza, a qual situava a mulher no "campo sombrio da anormalidade, do pecado e do crime" acima referido, discursos da religião e da medicina apareciam, muitas vezes, de fato, imbricados e indissociáveis, como constatado por Engel (2004):

O predomínio do instinto sobre a razão é qualificado através de imagens simultaneamente reveladoras do *delírio* (loucura) e da *degradação moral* (pecado). Mas se não há uma delimitação precisa entre o pecado e a loucura, é importante notar que tais noções se encontram diluídas num mesmo universo semântico, definido pela idéia de doença. A noção de pecado não é destruída pelo médico. Na classificação dos espaços da *normalidade* e da *anomalia*, o pecado é incorporado como substância básica para a construção do sentido moral do corpo doente (ENGEL, 2004, p. 81-82, grifos da autora).

Mesmo diante destes discursos marginalizantes, depreciativos e arbitrários, a ponto de tratar patologicamente qualquer variação das normas sociais da feminilidade, mulheres permaneciam em silêncio ou, em muitos casos, reproduziam tais ideias, a despeito destas determinarem controle sobre seus próprios corpos e sobre os corpos das outras mulheres. A incorporação deste discurso era mantenedora da ordem patriarcal, autoritária e que confinava mulheres cada vez mais ao lar e às obrigações da maternidade. Esta é outra característica do postulado de violência e dominação de Bourdieu, no sentido do simbolismo:

A violência simbólica se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (e, portanto, à dominação) quando ele não dispõe, para pensá-la e para se pensar, ou melhor, para pensar sua relação com ele, mais que de instrumentos que ambos têm em comum e que, não sendo mais que a forma incorporada da relação de dominação, fazem essa relação ser vista como natural; ou, em outros termos, quando esquemas que ele põe em ação para se ver e se avaliar, ou para ver e avaliar os dominantes (elevado/baixo, masculino/feminino, branco/negro etc.), resultam da incorporação de classificações assim naturalizadas, que que seu ser social é produto (BOURDIEU, 2017, p. 47).

Não obstante o poder patriarcal devidamente assimilado pelas mulheres, o saber médico da época, de acordo com Rago (2014), inspirado nas ideias de Jean Jacques Rousseau (1712-1778), fazia recomendações que se dirigiam, também, ao modo de criação dos filhos, o qual trazia distinções para meninos e meninas.

À menina são atribuídos qualificativos como passividade, docilidade, desejo de poder no lar, seu território natural, instinto de maternidade, romantismo, enquanto ao sexo masculino correspondem a vocação do poder, a capacidade de tomar iniciativas, a tenacidade, o desejo de liberdade e a racionalidade. A partir da constatação destes traços "inatos" da personalidade, instituídos pela representação burguesa dos sexos, o poder médico define as tarefas do educador: incutir no menino "o dever de obediência, respeito e amor", ou seja, discipliná-lo para cumprir o papel que a sociedade burguesa lhe reserva. Além disso, os filhos deveriam ser educados pela mãe, no lar, com o auxílio indispensável do médico da família, cuja presença assídua preveniria as doenças físicas e os desvios morais (RAGO, 2014, p. 113).

Isto demonstra a manutenção e/ou reforço, ao longo de algumas centenas de anos, das práticas adotadas à época de Erasmus, tratada por Norbert Elias (1994), no que tange à diferenciação sexual no trato com as crianças. O que parece particularizar uma época e outra é o fato do saber médico referendar o período mais recente, enquanto anteriormente tratava-se apenas da adoção de normas sociais.

Este trabalho de Margareth Rago (2014) aqui mencionado analisou o movimento das lutas operárias brasileiras no início do século XX. Apesar de, no âmbito do discurso, os proletários se declararem favoráveis à emancipação feminina e libertação da mulher em uma sociedade machista, na prática, a autora constatou que estes movimentos reproduziam ideias da burguesia, as quais eram orientadas à concepção de feminilidade direcionada à maternidade e confinada ao lar:

De modo geral, o discurso operário masculino fala da e para a mulher trabalhadora, definindo-a simbolicamente como "sexo frágil", física e moralmente, numa atitude paternalista que visa protege-la contra os dom-juans das fábricas e conscientizá-las da importância de sua organização política. Nesse sentido, o movimento operário, mesmo o anarquista, atribui-se o direito de liderança sobre as mulheres, seja devido à sua "débil constituição física", seja devido à falta de combatividade que caracteriza a "natureza feminina". São constantes os artigos incitando as operárias a se sindicalizarem e a resistirem politicamente na luta contra os patrões [...] (RAGO, 2014, p. 94).

Tais ideias transfiguravam o discurso libertário em práticas opressoras, que nada mais faziam que subordinar as mulheres aos homens, de modo manter o *status quo*. A identidade feminina compulsória se repetia em diferentes classes sociais e, ainda que houvesse algum tipo de resistência, esta não era suficiente para romper com os costumes justificados por saberes científicos e referendados pela importância das tradições.

E, ao se pensar que até mesmo em vertentes sociais progressistas e libertárias estava evidente o rebaixamento da mulher em suas condições sociais ¹⁷, não é de se estranhar o

-

¹⁷ Rebaixamento este que era mantido pelas próprias mulheres. A conquista do voto em 32 é um exemplo de que o feminismo brasileiro não rompeu fronteiras. As mulheres que encabeçaram tal ideia, não se consideravam feministas no sentido amplo, reafirmavam reiteradamente que presavam a família, os valores morais e sociais. Pediam alguma emancipação para tomar decisões, mas submetiam-se ainda ao homem, como discutido por Branca Alves (1977) sobre o sufrágio: "mostrando sua boa vontade, enfatizando os atributos femininos de altruísmo e caridade. Os problemas da classe operária são encarados sob um prisma assistencialista e a imagem

cerceamento das mulheres em seus direitos civis e políticos. Não à toa apenas em 1932 as mulheres brasileiras conquistaram seu direito ao voto. Do mesmo modo, o primeiro Código Civil da República, de 1916, de acordo com Moraes (2003): i) conferia à mulher a condição de subordinada ao homem na organização familiar. Após o casamento, ela perdia sua capacidade civil plena. Ela precisava de autorização do marido para trabalhar, realizar transação financeira e fixar residência; ii) punia severamente a mulher considerada desonesta; iii) considerava a não virgindade da mulher como motivo de anulação do casamento; iv) permitia que a filha que tivesse relação sexual fora do casamento fosse deserdada etc.

Estas violências simbólicas, sejam elas institucionalizadas ou aceitas socialmente, uma vez reproduzidas historicamente geram de uma série de outras violências que, ao longo do tempo, passam a não serem sequer questionadas. Deste modo, algumas coisas que permanecem, como correlações entre comportamentos sexuais femininos e patologias, ao mesmo tempo em que há permissividade e liberdade à conduta sexual masculina, podem acabar por justificar horrores, como em algumas das situações apresentadas no que Daniela Arbex (2013) chamou de Holocausto brasileiro, ocorrido no hospício Colônia, em Barbacena-MG, ao longo de 50 anos, no século XX.

Ao receberem o passaporte para o hospital, os passageiros tinham sua humanidade confiscada. [...] Eram obrigados a entregar seus pertences, mesmo que dispusessem do mínimo, inclusive roupas e sapatos, um constrangimento que levava às lágrimas muitas mulheres que jamais haviam enfrentado a humilhação de ficar nuas em público. Todos passavam pelo banho coletivo, muitas vezes gelado. Os homens tinham ainda o cabelo raspado, de maneira semelhante à dos prisioneiros de guerra. Após a seção de desinfecção, o grupo recebia o famoso "azulão", uniforme azul de brim, tecido incapaz de blindar as baixíssimas temperaturas da cidade. Assim, padronizados e violados em sua intimidade, seguia cada um para os eu setor. Os homens eram encaminhados para o Departamento B, e os que tinham condição de trabalhar iam para o pavilhão Milton Campos [...]. As mulheres andavam em silêncio na direção do Departamento A, conhecido como Assistência. Daquele momento em diante, elas deixavam de ser filhas, mães, esposas, irmãs. As que não podiam pagar pela internação, mais de 80%, eram consideradas indigentes. Nesta condição, viam-se despidas do passado, às vezes, até mesmo da própria identidade. Sem documentos, muitas pacientes do Colônia eram rebatizadas pelos funcionários. Perdiam o nome de nascimento, sua história original e sua referência, como se tivessem aparecido no mundo sem que alguém as parisse. Outros recebiam a alcunha "Ignorado de Tal". Muitas ignoradas eram filhas de fazendeiros as quais haviam perdido a virgindade ou adotavam comportamento considerado inadequado para um Brasil à época, dominado por coronéis e latifundiários. Esposas trocadas por amantes também acabavam silenciadas pela internação no Colônia (ARBEX, 2013, p. 28-30).

de mulher participante que está implícita no texto é suficientemente comportada para que possa ser aceita por uma sociedade que já vinha se beneficiando desta participação. Mantém-se intacto o universo feminino típico da burguesia vitoriana, aliando-se as qualidades femininas à idéia de se humanizar o capitalismo. Por outro lado, facilita-se a penetração de mão de obra feminina sem, ao mesmo tempo, romper com a imagem tradicional da mulher" (ALVES, 1977, p. 132).

Esta descrição de algumas condições para internação reforçam as ideias de que as mulheres eram responsáveis por manter sua virgindade, não podiam ser sexualmente livres como os homens o podiam e, até mesmo, mulheres casadas poderiam chegar a pagar preço do abandono e da condição de loucas em caso de serem desprezadas por seus maridos. Mais que mero silenciamento e controle sobre corpos, aqui se apresentam situações de punitivismo cruel, injusto, degradante e assassino¹⁸, pelo simples fato da condição feminina de existir, quando no caso das condições acima relatadas. Ademais, esta realidade aberrante era testemunhada por outras mulheres, ou que estavam de acordo com o que viam ou que não tinham coragem de romper com o silêncio que também as atormentava.

Na contemporaneidade, o controle social sobre as mulheres não deixou de existir e se realiza em diversos contextos. Seja na cultura do estupro, compreendida como o "conjunto de violências simbólicas que viabilizam a legitimação, tolerância e o estímulo à violação sexual" (SOUSA, 2017, p. 13), majoritariamente praticada por homens; seja na arena política, por meio de decisões cabíveis às câmaras legislativas brasileiras que, a despeito de considerarem, ouvirem e respeitarem as mulheres, visam proibir o aborto até mesmo em caso de estupros, como proposto da Proposta de Emenda às Constituição 181/2015; seja nos índices de violência doméstica, os quais orientaram, nas últimas décadas, a promulgação da Lei Federal 11340/06, popularmente conhecida como lei Maria da Penha, e a criação de delegacias especializadas no atendimento à mulher. É importante observar que todos os mecanismos de controle aqui exemplificados se correlacionam com a sexualidade.

Para além da realidade brasileira, reflexos da subjugação sexual de social da mulher também se manifestam em artigo de Michael Bozon (1995), a respeito da realidade contemporânea da França:

A despeito das muitas evoluções de sua posição social assinaladas acima, as mulheres continuam a ser percebidas pelos homens como um objeto simbólico, objeto passivo de contemplação e de desejo. Inversamente quando as mulheres observam e julgam os homens, elas não se detêm na aparência física, mesmo se a observam com atenção elas passam rapidamente para julgamentos referentes ao status social e profissional dos homens (exemplos: inteligente, trabalhador, corajoso, generoso) ou a julgamentos mais afetivos (exemplos: afetuoso, seguro) (BOZON, 1995, p. 125).

Pode-se compreender esta diferença entre as representações femininas e masculinas como característica de culturas ocidentais com ares de conservadorismo. Não obstante as mulheres não supervalorizarem a aparência física masculina, enquanto os homens

¹⁸ "Sessenta mil pessoas [entre homens e mulheres] perderam a vida no Colônia. As cinco décadas mais dramáticas do país fazem parte do período em que a loucura dos chamados normais dizimou, pelo menos, duas gerações de inocentes em 18.250 dias de horror. Restam hoje menos de 200 sobreviventes dessa tragédia silenciosa" (ARBEX, 2013, p. 26, grifo nosso).

as concebem como objeto de desejo. Bourdieu (2017) apontou como característica contemporânea o autodesprezo das mulheres por seus próprios corpos quando estes não estão adequados às tendências da moda. Este é mais um exemplo da introjeção do pensamento do dominador por parte das dominadas, e que perdura nos dias de hoje.

Os esforços atuais para enfrentar a violência simbólica e o controle violento sobre as mulheres e sobre seus corpos estão longe de serem suficientes como solução. Numa conjuntura social de retornos ao conservadorismo e de insurgência do fundamentalismo religioso, o próprio fortalecimento dos movimentos feministas acaba por ser desqualificado por discursos falaciosos e ignorantes a respeito das reais orientações e objetivos das ações promovidas. Se a vida em sociedade para mulheres que se sujeitam a condutas socialmente aceitas, já apresenta obstáculos, para mulheres que exercem sua liberdade sexual, encaram sozinhas a maternidade, decidem não se casar, assumem a homo ou a bissexualidade, as coisas se tornam ainda mais difíceis. O grau de emancipação financeira, profissional ou social alcançado pela mulher do século XXI ainda não foi suficiente para romper com as opressões do patriarcado. A quem serve o tão evocado processo civilizatório? A quem interessa a manutenção do patriarcado? No sentido prático, como isso violou e viola mulheres em seus direitos humanos básicos e em seus direitos à cidadania e autonomia?

1.2.1 Breve nota sobre o tópico anterior

Gênero não é exatamente o que alguém "é" nem é precisamente o que alguém "tem". Gênero é o aparato pelo qual a produção e a normalização do masculino e do feminino se manifestam junto com as formas intersticiais, hormonais, cromossômicas, físicas e performativas que o gênero assume. Supor que gênero sempre e exclusivamente significa as matrizes "masculina" e "feminina" é perder de vista o ponto crítico de que essa produção coerente e binária é contingente, que ela teve um custo, e que as permutações de gênero que não se encaixam nesse binarismo são tanto parte do gênero quanto seu exemplo mais normativo. Assimilar a definição de gênero à sua expressão normativa é reconsolidar inadvertidamente o poder da norma em delimitar a definição de gênero. Gênero é o mecanismo pelo qual as noções de masculino e feminino são produzidas e naturalizadas, mas gênero pode muito bem ser o aparato através do qual esses termos podem ser desconstruídos e desnaturalizados (BUTLER, 2014, p. 253).

Importa esclarecer o porquê de abordar "lugar do feminino", em vez de "lugar da mulher". Para além da concordância com Judith Butler (2014), de que gênero não se restringe ao binarismo feminino e masculino, reconhece-se que violências simbólicas e físicas, consequência da subjugação do sexo feminino, não se restringem a mulheres. Gays, mulheres transexuais, travestis, pessoas andróginas etc., devido à suas possíveis expressões femininas no vestir, no caminhar, no falar, na modificação corporal a partir de intervenções cirúrgicas

e/ou de hormonização, também costumam ser alvo de ações e discursos que reforçam o lugar das manifestações femininas em sociedades patriarcais: o lugar do rebaixamento, do silenciamento, da suscetibilidade à violência física etc.

Porém, a discussão aqui proposta não abarca a complexidade e a profundidade necessária à discussão sobre as tantas expressões de gênero existentes. Segue-se, então, uma discussão limitada às regulações normativas mais conservadoras, orientada ao binarismo homem-mulher. Mas acredita-se que, ainda que não seja possível tratar das especificidades das múltiplas construções dos sujeitos, reconhecer sua existência confere respeito a um tema tão caro aos estudos de gênero.

1.3. Discussão sobre a prostituição ao longo da história

Mulheres de má vida, meretrizes insubmissas, impuras, insignificantes, o que fazer com essas loucas que recusam o aconchego do casamento, que negam a importância do lar e preferem circular enfeitadas pelas ruas, desnudando partes íntimas do corpo, exalando perfumes fortes e extravagantes, provocando tumultos e escândalos, subversivas que rejeitam o mundo edificante do trabalho, surdas aso discursos masculinos moralizadores e que perseguem a todo o custo a satisfação do prazer? (RAGO, 2014, p. 115).

Não podem ser ignoradas as heranças culturais que situam as discussões sobre sexo no *hall* de assuntos proibidos ou restritos. Entretanto, igualmente, não podem ser ignoradas as relações sexuais como imprescindíveis à existência da espécie humana. Como apontado por Michel Foucault, "se o sexo é reprimido, isto é, fadado à proibição, à inexistência e ao mutismo, o simples fato de falar dele e de sua repressão possui como que um ar de transgressão deliberada" (FOUCAULT, 1998, p. 12). Destarte, se em muitos espaços falar sobre sexualidade é um tabu, admitir compreensivamente realidades de pessoas que exercem atividade sexual como fonte de ganhos econômicos é ainda mais difícil, apesar da modernidade que caracteriza o mundo ocidental contemporâneo. A naturalização de discursos acintosos que desprezam a existência de trabalhadoras sexuais desafia a própria história, uma vez que ao longo de séculos e mais séculos a prostituição tem sido tratada de modos variados e distintos em diferentes tempos e espaços.

Segundo Nickie Roberts (1998) a prostituição foi registrada na escrita pela primeira vez aproximadamente em 2000 a.C. Ainda de acordo com a autora, a ordem dos clãs matriarcais pré-históricos passou a ser desafiada por tribos nômades patriarcais, de modo que foi necessário instituir a prostituição sagrada enquanto uma tradição do ritual sexual, para se manter o culto à Deusa da fertilidade. Roberts (1998) destaca, também, que a divisão das

mulheres entre esposas e prostitutas é tão antiga quanto a história tradicional, por ela tratada como patriarcal.

Quando se trata do estigma que paira sobre a prostituição, Roberts (1998) remonta à Grécia clássica, mais especificamente à busca filosófica da razão, a qual subdividiu as mulheres entre boas e más. É importante destacar que neste modelo de sociedade a mulher era, necessariamente, considerada inferior ao homem. As mulheres boas eram as mulheres casadas, que possuíam uma rotina confinada ao lar e à procriação. Uma vez casadas, permaneciam totalmente submissas e controladas por seus esposos, além de serem socialmente vigiadas. As más eram as prostitutas, divididas em diversas categorias, que perpassavam de sacerdotisas de rituais sagrados até mulheres escravizadas. A liberdade sexual, a autonomia, o estudo, a acumulação de riquezas eram privilégios masculinos. Logo, algumas categorias de prostitutas subvertiam, em todos estes âmbitos, a ordem imposta por aqueles que dominavam o modelo de organização social. Entretanto, nesta mesma sociedade, funcionavam bordéis do Estado, os quais mantinham como escravas sexuais mulheres asiáticas prisioneiras de guerra (ROBERTS, 1998).

Diferentemente das mulheres gregas, as mulheres da aristocracia na Roma Antiga usufruíam um pouco mais de liberdade e vida social, apesar de também serem mantidas sob a salvaguarda dos maridos. À prostituição, acrescentaram-se as categorias das dançarinas e atrizes prostitutas, além de uma maior permissividade do comércio sexual, tanto para homens quanto para mulheres. E, de acordo com Roberts, "falando de modo geral, a prostituição na antiga Roma era uma profissão natural, aceita, sem nenhuma vergonha associada a essas mulheres trabalhadoras" (ROBERTS, 1998, p. 61).

Expõem-se aqui, já nesse início de discussão acerca da prostituição aos modos da Antiguidade, algumas das diferentes nuances que já se faziam presentes na atividade: permissividade, sacralidade, institucionalização estatal, poder econômico, arte, escravidão sexual¹⁹. Ou seja, desde os tempos mais antigos o debate sobre a prostituição não pode ser reducionista a uma ou outra característica, ou a um único modelo, dada sua complexidade.

10

¹⁹ É importante destacar que a questão da escravidão sexual e do tráfico de pessoas, atualmente, apresenta controvérsias, sobretudo, diante da margem de interpretações generalizantes e confusas a partir do Protocolo de Palermo. "O Protocolo de Palermo das Nações Unidas parece ser, atualmente, a referência mais citada por agentes que operam contra o tráfico e por pesquisadores que tratam do tema. No entanto, como apontam vários autores, o consenso internacional aparentemente encarnado pelo Protocolo oculta sérias divergências em suas interpretações. O Protocolo define o tráfico como: '...recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo a ameaça ou o uso da força ou a outras formas de coerção, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra para fins de exploração. A exploração incluirá, no mínimo, a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, escravatura, a servidão ou a remoção de órgãos...' Todavia,

Outro aspecto que pesa fortemente sobre a prostituição, e que fomenta o preconceito e o estigma que perpassam os dias atuais, é a antiga e enraizada ideia da degradação humana como algo inerente à atividade sexual enquanto fonte de ganho ou meio de sobrevivência. Entretanto, Roberts (1998) tenta desconstruir esta ideia falando, ainda, a respeito dos tempos remotos da antiga Roma. Até mesmo porque, em sua concepção, realmente degradantes eram as condições de escravidão normatizada, que tinha como finalidade de enriquecimento das elites:

[...] a verdadeira corrupção sempre esteve enraizada na instituição da escravidão – a miséria humana em uma imensa escala. Todo o trabalho realizado pelas mulheres e pelos homens pertencentes à classe dos escravos e ao proletariado empobrecido teve suas condições degradadas; por isso, é falso insistir – como muitos têm feito – que a prostituição era uma ocupação degradante. Ao contrário, para muitas mulheres, tornar-se prostitutas independentes era uma escolha positiva de sua parte (ROBERTS, 1998, p. 77).

A partir do momento em que se considera a história tradicional como eurocêntrica, androcêntrica e cristã, recuperam-se ideias das reflexões aqui propostas a partir dos modos como as pessoas da contemporaneidade lidam com suas sexualidades. Ainda que o elemento cristão ainda não estivesse presente na Roma antiga, registros sobre a época trazem inculcada em si a moral cristã. E, será mesmo que, na perspectiva histórica, o exercício da sexualidade é mais nocivo à dignidade humana do que a escravização de semelhantes? Ou será que este é mais um mecanismo de controle sobre as mulheres?

Também é interessante explorar as estreitas relações entre Estado e comércio sexual na antiguidade romana. De acordo com Roberts (1998), o Estado romano cobrava tributos de prostitutas, o que era uma significativa fonte de lucros. Pessoas de muitas posses, como senadores, também lucravam com a prostituição quando, sem infringir nenhuma lei, alugavam propriedades para administradores de bordéis.

As raízes pré-históricas presentes na Roma antiga, em alguma medida, ainda vinculavam a prostituição ao universo do sagrado. Isto, associado à importância comercial do sexo, fazia com que a atividade se realizasse sem máculas de vergonha e sem noções de pecado. Entretanto, esta perspectiva não durou para sempre:

como salienta Adriana Piscitelli, o Protocolo não define 'outras formas de coerção', 'o abuso de poder ou de uma situação de vulnerabilidade' e, particularmente, 'a exploração sexual dos outros' ou 'outras formas de exploração sexual'. Além disso, as leis das nações que ratificaram o Protocolo não necessariamente contemplam os aspectos nele presentes. No caso do Brasil, o Artigo 231 do Código Penal ignora qualquer referência à coerção ou às violações de direitos humanos, definindo como 'traficada' qualquer pessoa que cruza as fronteiras nacionais para trabalhar como prostituta, explorada ou não por terceiros. Em alguns países, as prostitutas que imigram para trabalhar legitimamente por meio de convites e vistos de trabalho não são consideradas 'traficadas', enquanto

outros signatários do Protocolo de Palermo definem também as dançarinas eróticas estrangeiras como vítimas do tráfico, independente de seu estado legal no país ou de seu envolvimento com a prostituição. A diversidade de definições de tráfico tem claras implicações para a pesquisa" (DAVIDA, 2005, p. 165-166).

(

Só após a queda da civilização romana que a nova religião do cristianismo completou seu golpe sobre o dogma oficial. Os homens que estavam no poder começaram a aceitar tacitamente a idéia de que a prostituição era moralmente repreensível e que a próprias prostitutas eram um mal e uma ameaça de corrupção para o resto da sociedade. Estava se iniciando o prelúdio de uma nova era do ódio à mulher (ROBERTS, 1998, p. 77).

O marco histórico do cristianismo, principalmente, da institucionalização da Religião Católica Apostólica Romana, possui grande relevância devido a toda a influência que religiosidade exerceu e exerce sobre as mais diversas culturas dominadas ou conquistadas pelo império romano. E, quando Nickie Roberts destaca que ali se iniciavam novos tempos de ódio à mulher, o faz por compreender e concordar com Federici (2017), Leite (1992, 2009) e Prada (2018), por exemplo, que entendem que o ódio e a repressão direcionados às prostitutas dizem respeito a todas as mulheres.

Na mesma linha de trabalho de Roberts (1998), Emmett Murphy (1994) se propôs a escrever um livro, também à margem da historiografia tradicional, intitulado "História dos grandes bordéis do mundo". Da perspectiva da necessidade de que este tipo de investigação também faça parte da História, não há o que se questionar. Porém, da perspectiva que busca romper com a hegemonia do discurso característico do patriarcado, como feito por Roberts (1998), há muito o que se discutir sobre as escolhas de Murphy (1994). Não que tal tipo de "cobrança" de ruptura deva pesar sobre este ou aquele autor, mas em se tratando de um tema que por si só desafia a história que se escolhe contar, observações pontuais podem servir muito mais a instigar do que a criticar. Murphy (1994) se ocupa dos bordéis como objeto principal de seu texto. A partir dos prostíbulos e de suas variações no espaço ao longo do tempo, muito das sociedades que os abrigavam vem à baila. Inclusive relações entre categorias e instituições sociais, como as pactuações no mínimo hipócritas entre clero e monarquias, as quais objetivavam lucrar com a existência dos lupanares.

Em se tratando das categorias sociais correlacionadas aos bordeis, podemos observar proprietários; clientes; agentes do Estado que ora recolhiam tributos, ora fiscalizavam, ora reprimiam; prostitutas etc. Nos diferentes tempos históricos abordados por Murphy, os clientes eram categorizados, como no caso dos clientes das prostitutas romanas (séc. IV-I a.C.) consideradas mais caras: "naquele tempo, como agora, seus clientes eram políticos, chefes militares e grandes homens de negócios" (MURPHY, 1994, p. 34). Em relação à categorização das prostitutas por Roberts (1998), as características eram mais detalhadas e se davam de acordo com: o tipo de serviços prestados; os locais de trabalho; as atividades exercidas simultaneamente, como no caso das atrizes; o estrato social de origem etc. Uma categoria mencionada por ambos os autores, entretanto, chama a atenção por um

detalhe ao fim da descrição: as prostitutas romanas *famosae*, que "[...] eram mulheres de famílias patrícias que recorriam ao oficio por razões financeiras ou simplesmente lascívia" (MURPHY, 1994, p. 34). A classificação dessas mulheres, sob uma perspectiva patriarcal, não foi elaborada por Murphy (1994), mas foi reproduzida por ele, integralmente e sem qualquer ressalva. Por que o desejo pelo prazer por parte da mulher possui uma conotação de reprovação, enquanto o desejo masculino, revelado pela procura dos serviços das prostitutas não recebe, também, tal tratamento? Por que essa distinção desde os tempos mais remotos? A crítica à prática sexual da mulher, no caso mulher de família, reforça a proibição sexual feminina enquanto mecanismo da dominação masculina. Sobre as mesmas prostitutas *famosae*, Roberts (1998) escreveu de maneira bastante distinta:

[...] a maioria destas prostitutas de elite eram na verdade provenientes de famílias "respeitáveis", instruídas, bonitas e realizadas; consequentemente, muitos historiadores sentem-se perdidos para explicar por que elas escolheram a prostituição como sua profissão. Sanger condena a "luxúria e a avareza", enquanto Henriques refere-se vagamente a "um desejo de dinheiro" ou a "tendência" como motivações. Mas a razão mais importante para uma mulher bem nascida se tornar cortesã era, evidentemente, ser financeiramente autônoma, sem depender de nenhum homem (ROBERTS, 1998, p. 72).

Talvez, o mais importante aqui, seja apontar as distinções entre as escolhas do processo investigativo e da escrita de Roberts (1998) e Murphy (1994), ambos relevantes. A primeira se propôs a compreender o desenrolar da prostituição na história a partir das próprias mulheres e seus modos de trabalho. O segundo, a partir dos bordéis como os principais condicionantes da atividade. Enfim, no âmbito da escrita histórica marginal, o trabalho de Roberts (1998) se mostra mais vanguardista e, de fato, não trata as mulheres como meras dominadas, uma vez que não reproduz noções patriarcais. Ao contrário, constrói outro olhar sobre um mesmo fato, a partir da perspectiva da autonomia feminina.

Em relação ao período medieval Roberts (1998) destaca o poder da Igreja de instituir a negação da sexualidade feminina para, deste modo, perpetuar o patriarcado. Apesar de excomungar e perseguir prostitutas, foi nesta época que a Igreja inaugurou a ideia da prostituição como mal necessário, de modo que:

Assim, eram obrigados ao mesmo tempo a aceitar e condenar a prática, e faziam isso com dois pensamentos patriarcais típicos e contraditórios. São Tomás de Aquino, teólogo do século XIII, expressou isso com um laconismo cristão, declarando que a "fornicação" era *sempre* pecadora, mas às vezes necessária [...]. Aquino também endossou a prostituição, dizendo que ela era necessária para evitar que o mundo fosse engolfado na "sodomia", termo medieval para indicar o sexo ilícito (ROBERTS, 1998, p. 100, grifo da autora).

É válido, também, retornar às reflexões de Norbert Elias (1994) acerca da história dos costumes. Cabe recuperar de seus escritos como se dava a relação entre as sociedades e as prostitutas, por volta dos séculos XV e XVI:

Esta diferença se torna ainda mais clara se levamos em conta a situação, nas cidades medievais, das mulheres que vendiam seus favores. Como ocorre hoje em muitas sociedades fora da Europa, elas tinham um lugar próprio e bem definido na vida publica da cidade medieval. [...] As prostitutas formavam na vida da cidade uma guilda com certos direitos e obrigações, como qualquer outra categoria profissional. E, como qualquer outro grupo profissional, ocasionalmente se defendiam contra concorrência desleal. Em 1500, por exemplo, certo número delas procurou o prefeito de uma cidade alemã para se queixar de outra casa onde era praticada a profissão para a qual a delas tinha a exclusividade legal. O prefeito deu-lhes permissão para entrar nessa casa, onde elas quebraram tudo e surraram a madame. Em outra ocasião, arrastaram uma concorrente de sua casa e obrigaram-na a morar na delas. Em suma, a situação social das prostitutas era semelhante à do carrasco, baixa e desprezada, mas inteiramente pública e não encerrada em sigilo (ELIAS, 1994, p. 177).

O que Elias (1994) expõe não é uma visão romântica e nem condenadora da prostituição, mas um relato, ao que parece, isento. A prostituição, segundo o autor, era considerada um trabalho como outro qualquer e às prostitutas era conferido um lugar social com suas especificidades, potencialidades e vulnerabilidades claramente compreendidas. Ademais, reforçando a visão não romantizada, no relato consta que se tratava de uma situação social marginalizada, assim como a do carrasco e de outras categorias. E sobre a existência das casas de prostituição, escreve que "era considerado como natural que as crianças soubessem da existência dessas casas. Ninguém as escondia. Na melhor das hipóteses, as crianças eram advertidas contra elas" (ELIAS, 1994, p. 176). É válido pensar que se o processo civilizador, de acordo com Elias (1994), é permeado pela ideia de seguir adiante, no caso da prostituição observam-se descontinuidades e rupturas em relação à tolerância social quanto à existência da atividade.

A dupla moral contraditória da Igreja, que classificava a prostituição como um mal necessário, e a desinibição dos europeus medievais em relação às práticas sexuais (ROBERTS, 1998) eram mecanismos que impediam a extinção da atividade no seio da sociedade. Ademais, as elites insistiam em não se restringir à vida sexual privada. Deste modo, as prostitutas seguiam com seu ofício, fosse ele marginalizado, clandestino ou, então, resguardado em função dos desejos dos poderosos. E isto foi registrado tanto por Elias quanto por Roberts:

Com freqüência [prostitutas] eram enviadas para dar as boas-vindas a visitantes ilustres. [...] O prefeito e o conselho da cidade conseguiam para visitantes ilustres acesso gratuito aos prostíbulos. Em 1434, o imperador Segismundo agradeceu publicamente ao magistrado da cidade de Berna por ter posto o prostíbulo gratuitamente a sua disposição e de seus acompanhantes durante três dias. Isto, tal

como o banquete, fazia parte da hospitalidade concedida a visitantes de alta classe (ELIAS, 1994, p. 177).

Quando o imperador sagrado Segismundo visitou Berna em 1414, o concelho ordenou que todos os bordeis locais abrissem suas portas para a corte do rei – gratuitamente. Os conselhos municipais frequentemente arranjavam para que os dignatários visitantes fossem recepcionados e festejados nos portões da cidade por grupos de prostitutas; por exemplo, quando Henrique VI da Inglaterra visitou Paris em 1431, deparou-se com uma fonte, na Porte de Saint Denis, onde três *filles de joie* divertiam-se nuas (ROBERTS, 1998, p. 108-109).

Apesar de divergência entre os dois autores no que concerne à data da visita de Segismundo, o que aqui importa é a tradição das cidades de recepcionar visitantes ilustres oferecendo como cortesia os serviços de prostitutas. Além da manutenção de práticas luxuriosas por parte das elites, o clero da Igreja, em mais uma evidência de contradição, não continha sua própria volúpia sexual, apesar de discursar contra os prazeres da carne. Eram comuns visitas de noviços, principalmente, mas, também, do alto clero aos prostíbulos (ROBERTS, 1998).

Por volta do século XVI, à época dos movimentos de Reforma e Contra Reforma, a prostituição foi duramente enfrentada em função de novos valores morais estabelecidos:

A partir de cerca de 1530, Católicos e protestantes passaram a competir no entusiasmo pela reforma. O Concílio de Trento (1543-63), católico, deu sua marca oficial às políticas reformistas, confiando aos recém-constituídos jesuítas a difícil tarefa de purgar a velha Igreja de sua corrupção e assim reconquistar uma base moral elevada. No cerne da nova imagem protestante do homem e da sociedade estava uma nova moralidade sexual — uma moralidade ao mesmo empo mais pragmática e mais repressiva que aquela da Igreja inicial (ROBERTS, 1998, p. 141-141).

Este recrudescimento moral voltou a reforçar algumas características do modelo patriarcal de sociedade, no sentido de admitir às mulheres apenas as funções do lar e da procriação. Adultérios passaram a ser punidos e os prostíbulos começaram a ser banidos. As prostitutas foram empurradas às margens das cidades e, caso fossem pegas em delitos, ou pelo simples fato de vagarem pelas ruas francesas, por exemplo, eram sujeitadas a toda uma sorte de humilhações públicas. As punições variavam entre pagamento de multas, correrem nuas pelas ruas, espancamentos, imersão em rios. E, muitas vezes, tendo plateias deleitosas como testemunhas (ROBERTS, 1998; FEDERICI, 2017). Também de acordo com Roberts (1998), certo puritanismo, originário dos novos valores morais e religiosos, perdurou por longo tempo, de modo que o trabalho duro era cultuado e o individualismo vangloriado.

Apesar da ocupação pelo trabalho e da característica do individualismo de cuidar da própria vida, a vigilância social da vida do outro marcou a Inglaterra rural no inicio do século XVII, de modo que puritanos submetiam "prostitutas a molestamento e intimidação legal, mas, como sempre, a prostituta mais pobre e mais visível [...] foi aquela especialmente

vulnerável às acusações e punições dos autroproclamados guardiães da moralidade" (ROBERTS, 1998, p. 163). A prostituição perdeu seu *status* de trabalho, de modo a marginalizar ainda mais as meretrizes e classificá-las como mulheres de vida fácil. O *modus operandi* das investidas contra a prostituição colocavam em cheque os supostos valores cristãos, norteadores das noções morais instauradas na sociedade. A violação à dignidade humana das prostitutas, por meio das torturas e punições físicas e públicas, demonstrava total ausência de complacência, amor e perdão – valores tão caros ao fundador do cristianismo: o próprio Jesus.

A ascensão da burguesia ao longo do século XVIII e sua consolidação no século XIX não seria possível sem o papel fundamental da mulher para a família burguesa: "sua fidelidade a seu amo e senhor garantia a sucessão patriarcal da propriedade e, ao mesmo tempo, supostamente ancorava a família, permitindo, assim que ela enfrentasse os entraves do desenvolvimento econômico" (ROBERTS, 1998, p. 264). Qualquer possível ruptura desta ordem por parte das mulheres poderia fazer ruir aquilo que estava estabelecido.

Neste sentido, o saber médico se tornou um importante aliado para instaurar socialmente a negação da sexualidade feminina. Diante deste novo elemento, o imaginário sobre as prostitutas foi reconfigurado. Se o desejo sexual era algo exclusivo ao universo masculino, a prostituta era, então "vista tanto como necessária quanto como nojenta; uma mistura ambígua de defensora da sagrada família e fossa obscena" (ROBERTS, 1998, p. 265). E sobre essa ideia de preservação das famílias, visto que a mulher/mãe/esposa era considerada praticamente assexuada, Rago (1990) conclui que "as prostitutas nunca foram importantes para a sociedade, a não ser num sentido muito específico, que todos conhecem: garantir a ordem na desordem das paixões, sem muita publicidade" (RAGO, 1990, p. 8).

Como se para alimentar o estigma não bastassem inferências psíquicas, as teorias de Cesare Lombroso (1835-1909) se valiam de características físicas para arbitrar novas concepções sobre as prostitutas:

De repente, foi descoberto que a prostituta era uma relíquia de ume estágio anterior da evolução humana: mentalmente subdesenvolvida, fisicamente deformada e subumana. Segundo Lombroso, *todas* as prostitutas exibiam as características físicas deste desenvolvimento retardado, que incluíam uma fronte recuada ou estreita, ossos nasais anormais e enormes mandíbulas: enquanto na região genital muito usada, dois por cento das prostitutas mostravam crescimento "exagerado" dos pêlos púbicos, 16 por cento apresentavam "hipertrofia" dos lábios vaginais e 13 por cento tinha clitóris "enormes" (ROBERTS, 1998, p. 272, grifo da autora).

Vale lembrar que o primado do instinto natural se sobrepõe ao da miséria econômica na explicação das causas do fenômeno da prostituição. À medida que se elabora o conceito de higiene social, a teoria da prostituição inata e hereditária ganha cada vez mais número de adeptos e só é contestada pelos grupos anarquistas no Brasil e na Europa. São também inúmeros os estudos que pretendem provar através da

antropologia criminal que as prostitutas, assim como os criminosos e anarquistas, possuem uma configuração de cérebro diferente e alguns sinais orgânicos que as distinguem da maioria das pessoas normais. Apoiando-se em Lombroso, para quem as prostitutas se caracterizam por sua fraca capacidade craniana e por mandíbulas bem mais pesadas que as das mulheres honestas [...] (RAGO, 2014, p. 122-123).

Para além desta perspectiva fisiológica das formas e de características corporais enquanto definidoras de mulheres transgressoras, tanto no Brasil (RAGO, 2014) quanto na Europa (ROBERTS, 1998), a prostituição se tornou objeto do saber médico devido a se associar diretamente às doenças venéreas (ENGEL, 2004). Não obstante a questão profilática, a cientificidade vinculava a prostituição à sexualidade pervertida, ao comportamento desviante²⁰, de modo que se reforçasse a construção social de oposição entre prostitutas e mães/esposas. A definição da oposição entre mulheres desumanizava completamente as prostitutas, de modo a descartar qualquer possibilidade de possuírem uma única qualidade que fosse:

Um dos traços mais característicos da personalidade da mulher pública, na visão dos médicos, é a preguiça, a aversão ao trabalho e a perseguição desenfreada do prazer. A prostituta é aquela que, ao contrário da mulher honesta e pura, vive em função da satisfação de seus desejos libidinosos e devassos. Ela "tem um andar, um sorriso, um olhar, uma atitude que lhe são próprios; é preguiçosa, mentirosa, depravada, extremamente simpática ao álcool, despreocupada do futuro, e muitas vezes destituída de senso moral". Antítese da esposa honesta, a mulher da vida tem um "apetite sexual, [...] inato e incontido, que leva a precocidades, por vezes fantásticas, na prática de perversões ou mesmo do coito". É burra e ignorante: "Limitadíssimos são os seus recursos intelectuais, raríssimas mulheres poderiam ostentar uma conversação em que seja necessário o manejo do raciocínio ou pequena contribuição lógica [...]". Leviana, inconstante, volúvel, irregular, adora o movimento, a agitação e a turbulência: "poucas há que persistam num mesmo domicílio durante o espaço de um ano." Instável física e espiritualmente: "Variáveis de opiniões, incapazes de seguir um assunto até o fim, levianas, exaltadas, irritáveis, e muitas vezes insolentes". A puta é aquela que, gulosa e incontrolável, adora os excessos de álcool, de fumo, de sexo (RAGO, 2014, p. 120-121).

Uma vez destituídas de sua humanidade e reduzidas à prática sexual, segundo o entendimento produzido neste contexto de cultura ocidental da virada do século XIX para o século XX, restou a estas mulheres a repressão, por parte dos diversos segmentos sociais. A convergência entre cruzadas morais – capitaneadas pela religião e referendadas pelas famílias tradicionais – e a empreitada higienista – inaugurada pelos médicos com apoio dos gestores

_

²⁰ Howard Becker (2008), importante autor contemporâneo da teoria do desvio, definiu como é possível identificar um desviante em meio às relações sociais: "Todos os grupos fazem regras e tentam, em certos momentos e em algumas circunstâncias, impô-las. Regras sociais definem situações e tipos de comportamentos a ela apropriados, especificando algumas ações como "certas" e proibindo outras como "erradas". Quando uma regra é imposta, a pessoa que presumivelmente a infringiu pode ser vista como um tipo especial, alguém de quem não se espera viver de acordo com as regras estipuladas pelo grupo. Essa pessoa é encarada como um *outsider*" (BECKER, 2008, p. 15, grifo do autor).

públicos – teve como aliado o braço armado do Estado (ROBERTS, 1998; RAGO, 2014). No caso do Brasil, repressão policial à prostituição passou a incorporar os textos legais:

O decreto 1.034A, de 01/09/1892, atribuiu ao Chefe de Polícia "ter sob sua vigilância as mulheres de má vida". Em 05/02/1902, o decreto 4.763 dispôs que cabia aos delegados urbanos e suburbanos essa vigilância, "da forma que julgar mais conveniente ao bem-estar da população e à moral pública". Em 1907, os decretos legislativos 1.631 e 6.440 destinaram essa função aos Delegados de Polícia. Uma vez que a prostituição não era matéria do Código Penal, a atuação do poder do Estado sobre ela estava a cargo da própria polícia que a criminalizava por sua prática cotidiana. (MAZZIEIRO, 1998, p. 248).

O aspecto subjetivo das ações por parte dos delegados, legalmente autorizadas, abriu precedente a toda uma sorte de arbitrariedades. Aos agentes da lei foi dado o poder não somente de autuar, mas também de julgar, condenar e punir prostitutas, segundo sua livre escolha e entendimento. Martins (2014) registrou que, nesta mesma época, em Diamantina, a zona boêmia central era o lugar mais fortemente policiado da cidade, sendo para lá reservada uma guarnição específica que atuava noite e dia. E para confirmar a existência de arbitrariedades, o autor menciona que, "no início do século XX, o estupro contra prostitutas ficava impune, pois os juristas de outrora argumentavam que as 'perdidas' já não tinham mais nada a perder" (MARTINS, 2014, p. 313).

Esta perspectiva vigilante e punitivista adentrou o século XX. Roberts (1998) considera que "nos anos entre 1900 e 1950, a história do comércio do sexo é, em sua maior parte, uma reprise dos temas lançados durante o século anterior [...]" (ROBERTS, 1998, p. 321). A autora destaca, também, que mudanças profundas ocorreram na produção das sociedades capitalistas industriais, sobretudo, em função da I e da II Guerras Mundiais (1914-1918 e 1939-1945, respectivamente), de modo que a força de trabalho feminina se tornou imprescindível à manutenção dos processos fabris. Já no pós-guerra, a emergência da sociedade de consumo ocidental criou novos postos de trabalho e a mão de obra de mulheres se fez necessária para a venda de produtos. Mas o imaginário coletivo do século anterior se manteve em voga:

Apesar disso, o estigma da prostituta e a divisão das mulheres em boas garotas/más garotas permaneceram inquestionados – na verdade, o freudianismo proporcionou mais um meio "científico" de se racionalizar o "desvio" das prostitutas. E as leis e os sistemas repressivos que se desenvolveram a partir da pureza social permaneceram intactos, apesar do aspecto atraente do liberalismo (ROBERTS, 1998, p. 322).

Na década de 1960, o frade francês Barruel de Lagenest publicou sua pesquisa sobre Lenocínio e Prostituição no Brasil. A partir das definições contidas na Declaração Universal dos Direitos humanos (1948), Lagenest (1960) "decidiu" que a prostituição não passava de uma forma de escravidão. Entre causas e consequências da prostituição por ele

definidas, defendeu o abolicionismo, justificando se tratar de "uma posição essencialmente humana, que visa tanto a proteção das môças por uma luta mais enérgica contra os fatôres de corrupção, como a readaptação à vida social das que tiverem a infelicidade de cair na prostituição" (LAGENEST, 1960, p. 139). E, para colaborar com a extinção da prostituição na sociedade brasileira, recomendou, até mesmo, a internação compulsória de personalidades psicopáticas, nas quais se incluíam as prostitutas, em casas de custódia especializadas. Não à toa o Colônia, de Barbacena/MG, recebia prostitutas entre seus internos (ARBEX, 2013).

Perspectivas estigmatizantes baseadas em teorias médicas ou psicanalíticas, como a freudiana apontada por Roberts (1998), resistiram e resistem até a contemporaneidade, não tendo sido superadas sequer pelo movimento da liberação sexual da década de 1960. Chiland (2005), psiquiatra e psicanalista francesa, adepta ao abolicionismo em relação à prostituição, lista quatro etapas de desumanização pelas quais, segundo suas escolhas teóricas, a prostituta passa:

[...] distanciamento em relação a si mesma, à sua identidade; desengajamento emocional: ela tem de se esforçar para não sentir mais nada; dissociação: ela não passa de três buracos nos quais os homens se esvaziam; desencarnação e simulação: cortada de seu corpo, ela desempenha o papel que dela se espera e finge experimentar sensações e sentimentos (CHILAND, 2005, p. 110).

Ao que parece, o que há de desumanizante aqui é esta classificação arbitrária, a qual não apresenta sua metodologia de conclusão, além de desconsiderar qualquer outro aspecto de um ser humano para além de sua natureza sexual. Não se defende aqui a ideia de que não existam mulheres que possam se sentir desta maneira. Mas é certo que esta generalização é limitada e reducionista, orientada única e exclusivamente pelo que se queira combater ou defender, sem levar em consideração variáveis como os diversos papeis sociais que qualquer pessoa assume em sua vida cotidiana – seja no trabalho, nas relações pessoais, na família, nos espaços públicos etc.

Alguns sensos comuns que se desenvolveram recentemente, por vezes baseados em perspectivas conservadoras, são fundantes para a manutenção da dominação patriarcal, como a máxima reproduzida por Chiland (2005): "o desejo da mulher se acompanha de mais 'romance' e foi durante muito tempo negado, ou reconhecido apenas para ser reprimido" (CHILAND, 2005, p. 111). Apesar de reconhecer a negação e a repressão do desejo sexual da mulher, a autora insiste que ele é acompanhado de romance. A via escolhida por ela para superar a divisão sexual da humanidade nas esferas do poder e do domínio, a qual acabou por inferiorizar o sexo feminino ao longo da história, é romantizar as relações entre os dois sexos, e não emancipar as mulheres. A partir desta ideia, o desejo feminino, quando não negado, é

admitido a partir de condicionantes, de modo a manter as mulheres sob controle, exatamente como estão.

Enquanto Chiland (2005) indaga: "como, em sua alma, uma mulher consegue suportar ser vendida ou vender-se como mercadoria sexual?" (CHILAND, 2005, p. 111), Roberts (1998) defende a ideia de que "hoje em dia não é necessariamente a absoluta carência que conduz as mulheres à indústria do sexo, pelo menos no Ocidente. Muitas prostitutas tendem a observar suas opções antes de fazer suas escolhas" (ROBERTS, 1998, p. 383). Enquanto a primeira insiste no discurso de venda do corpo – a despeito de após as relações sexuais os corpos permanecerem inteiros, sem faltar nenhuma de suas partes, a segunda estabelece a perspectiva da escolha de se fazer uso do corpo para comercializar o sexo. Até que se prove o contrário, para qualquer força de trabalho humano o corpo se faz necessário. Entende-se, portanto, que a incorporação do elemento da degradação se vincula às internalizações da necessidade de se manterem puras ou, no mínimo, românticas as relações sexuais, de modo que a prostituição contraria esta lógica. Não se defende aqui que a prostituição esteja isenta de condições precárias de trabalho ou situações degradantes, mas defende-se que precariedade e degradação possam estar presentes em qualquer outro tipo de trabalho: seja nas relações de abuso de poder entre patrões e empregados, em salários mal pagos, em situações de risco laboral, em exposição a situações humilhantes etc.

E para conectar este apanhado de informações à próxima parte do trabalho, ficam mais alguns questionamentos. Por que essa insistência em voltar os olhos apenas à prostituição quando se trata da prerrogativa da degradação humana? Há registros, por exemplo, de alguma campanha em defesa das pessoas que limpam banheiros públicos e precisam lidar diariamente com excrementos alheios? Ou esta não é uma atividade degradante ou, na melhor das hipóteses, nojenta? Se admite-se que é possível ao outro se habituar aos odores fétidos dos excrementos de terceiros, por que a dificuldade em se admitir a possibilidade do outro encarar sem asco o contato sexual com clientes? O julgamento social imputado às trabalhadoras sexuais é diferente do julgamento imputado às mulheres sexualmente livres e que não cobram por sexo? Em que medida?

1. 4. Das contradições do presente

Os movimentos feminista e gay, em especial, deram passos importantes rumo à abertura da liberdade de escolha sexual para todos, seja qual for sua tendência. Entretanto, por mais desconfortável que possa ser para algumas feministas, está implícito na demanda que as mulheres têm controle sobre seus próprios corpos e têm também o direito de vender seus serviços sexuais, se assim o quiserem. Não há

como isso continuar de fora da agenda feminista; pois o que as feministas e os gays vêm falando há vinte anos é que ninguém deve ter o direito de legislar sobre as escolhas sexuais consensuais dos outros. As restrições legais sobre o comportamento sexual adulto consensual são incompatíveis com a liberdade civil e com a autodeterminação defendidas pelos movimentos das minorias; e do ponto de vista das mulheres, não pode haver liberdade real enquanto continuarmos sujeitas ao estigma da prostituta (ROBERTS, 1998, p. 415-416).

Não se pretendeu e não se pretende aqui fazer nenhum tipo de generalização acerca da prostituição, muito menos romantizar sua existência em qualquer tempo, seja no passado ou no presente. Entretanto, como as sociedades ocidentais e suas instituições já cuidaram de, ao longo da história, estigmatizar o trabalho sexual e as prostitutas tanto quanto possível, escolhe-se aqui a perspectiva de tentar construir reflexões por outra via. A via que desafia certezas, discursos naturalizados e costumes dados.

Para tanto, cabe pensar que séculos se passaram desde o período analisado por Norbert Elias (1994) e o processo civilizador ocidental cumpriu, apesar de algumas rupturas e resistências aqui e acolá, a função de nos afastar do exercício da liberdade sexual. E, a partir do momento em que uma pessoa não é bem resolvida consigo mesma em relação aos próprios direitos e liberdade sexual, compreende-se que há dificuldade ou impossibilidade de lidar com o direito e a liberdade alheia neste mesmo âmbito, no mesmo sentido apontado por Roberts (1998) logo acima. Mas, é fundamental recuperar o elemento da dominação masculina, trabalhada por Bourdieu (2017), visto que, critérios diferentes são utilizados para medir homens e mulheres. Deste modo, empurram-se à margem e à criminalização as prostitutas.

De acordo com Roberts (1998), os movimentos por direitos inaugurados ao final da década de 1960 encorajaram a formação de grupos de defesa das prostitutas, organizados pelas mesmas. A despeito de tensões com algumas vertentes do movimento feminista que consideravam, assim como Lagenest (1960), a prostituição como escravidão, a luta organizada das trabalhadoras sexuais se fortaleceu e conseguiu permanecer pelo final do século XX, apesar de muitas investidas contrárias.

No Brasil, ao final da década de 1970, também se iniciou um movimento de organização de prostitutas. O gatilho de fundação do movimento organizado destas mulheres, pelo menos no então local de trabalho de Gabriela – São Paulo²¹, se deu em função de ações arbitrárias de um delegado alinhado com o Regime Militar, conhecido por Richetti (BRASIL, 2014b). Na ocasião, prisões arbitrárias de sujeitos do baixo meretrício, seguidas de torturas,

_

²¹ Em outros estados do Brasil também havia articulações entre prostitutas, como no Pará, que tem como principal referência Lourdes Barreto. Lourdes e Gabriela se conheceram na em 1979 e 1987 fundaram a Rede Brasileira de Prostitutas. Lourdes, após criar uma família de quatro filhos e muitos netos, ainda exerce esporadicamente o trabalho sexual. Além de representante de Rede Brasileira de Prostitutas, é fundadora do Grupo de Mulheres Prostitutas de Belém do Pará.

resultaram "na morte de dois travestis e uma mulher, que por sinal estava grávida. [...] Quando o delegado Richetti começou a prender, torturar, não houve reação. Foram precisos quatro meses, três mortes, para que começasse a se esboçar qualquer atitude" (LEITE, 1992, p. 85-86). Gabriela Leite (1992, 2009), através de sua militância e publicações, foi uma das primeiras putas (como gostava de ser chamada) a romper publicamente com o silêncio em relação à aceitação velada da existência das prostitutas, sobretudo, em função do período de repressão, e a denunciar a negação de seus direitos mais básicos. A organização de uma passeata de protesto foi um marco:

Nessa passeata eu estava na onda geral, a questão estava acontecendo, tinha-se que tomar uma atitude e só. Sentia o medo na pele. Não os medos diários que nós anestesiamos, fingindo que não existem. Mas daqueles medos grandes e inadiáveis em que sua integridade física está ameaçada. Na passeata percebi que, se nós conseguíamos realizar aquilo com o centro de São Paulo, é porque dava para fazer outras coisas mais. No auge da excitação com a passeata, algumas perguntas brotaram na minha cabeça: "Por que nós não nos organizamos de uma maneira mais permanente?" "Por que a gente não se organiza contra a violência policial?" Comecei a ver nisso um trabalho político seríssimo, concreto, que faz parte do dia-adia da prostituição. (LEITE, 1992, p. 86).

Apesar de ter empreendido uma batalha política e social em nome de um movimento que se organizava, seus escritos não se restringiram à defesa de sua atividade. Neles estão registradas algumas provocações a respeito do modo como todos nós lidamos com nossas pulsões e desejos sexuais:

Acho que poucas pessoas exercem, ou podem exercer, o seu desejo na vida. Mesmo num relacionamento isso é difícil, embora hoje haja mais discussão sincera sobre isso. Mas, na nossa cultura, sobrevivência e disciplina andam juntas, e novamente volta a nossa tendência a excluir o que não convém, como se o desejo não pudesse fazer parte e tivesse que ser descartado do nosso modo de vida (LEITE, 1992, p. 18).

Quando perguntam se a liberação sexual e a permissividade da sociedade diminuíram a prostituição, eu pergunto: "Liberação, onde?" Liberação numa sociedade em que uma revista de grande circulação semanal faz a seguinte pergunta a jovens classe-média-alta: "Você se casaria com uma mulher que não é virgem?" – e obtém respostas em que boa parte dos jovens reafirma a importância da virgindade e outras demonstram a preocupação com "rotatividade" das garotas, do tipo: "Sim, desde que ela tenha transado com um só cara, e por amor". Que sociedade liberada é essa, cujos rapazes e moças de classe média reproduzem com roupagem nova os mesmos preconceitos dos seus avós? (LEITE, 1992, p. 127).

De modo a exceder o aspecto da aceitação da sexualidade alheia, Roberts (1998) entende que a humanização da prostituta se faz necessária para a construção de uma sociedade melhor. Ela defende que problemas associados ao comércio do sexo diminuiriam, potencialmente, caso as prostitutas deixassem de ser, de antemão, classificadas como criminosas. E conclui que até "a violência contra as mulheres em geral também seria reduzida se o estupro e o assassinato de um grupo particularmente vulnerável de mulheres não fossem mais socialmente sancionados" (ROBERTS, 1998, p. 417). É exatamente este tipo de

pensamento que faz com que movimentos sociais e pesquisas contemporâneas concordem que a desumanização das prostitutas atinge a todas as mulheres.

Gabriela Leite vai além da questão da violência, ao colocar que "quando a prostituta for um fato corriqueiro na sociedade, uma trabalhadora como outra qualquer, de repente vamos poder pensar melhor sobre a sexualidade, o prazer, o amor, a felicidade, essas coisas tão caras a todos nós" (LEITE, 1992, p. 172). Ao refletir para além de sua própria realidade de trabalhadora sexual, pensando a superação do preconceito em relação à prostituição como algo libertador para quem o cultiva, Gabriela Leite faz com que até mesmo a felicidade possa ser considerada.

Se sociedades supostamente livres e democráticas não conseguem por si só reconsiderar construções sociais e culturais que cerceiam a liberdade alheia em função de escolhas autônomas, pessoas que são criminalizadas, negligenciadas e destituídas de direitos em função da manutenção de costumes precisam desafiar, de alguma maneira, a ordem. Deste modo, os movimentos de prostitutas e os apontamentos feitos por elas próprias que conseguem alcançar o debate público possuem importância para além de suas pautas particulares e reivindicações por direitos, visto que carregam o potencial de fazer pensar sobre si mesma uma sociedade em constante caminhar. Dentre os aspectos mais provocadores e polêmicos deste conflito, está a principal característica da prostituição: o ato sexual em troca de um pagamento. Sobre isto, Monique Prada (2018), em seu livro *Putafeminista*, escreveu:

O empoderamento financeiro das mulheres é muito valorizado e incentivado pelo movimento feminista como um caminho para termos autonomia e domínio real sobre nossas vidas. Há estudos importantes sobre o viés feminista do Bolsa Família e dos outros programas sociais e ações afirmativas brasileiros que teriam empoderado mulheres ao transferir a elas a responsabilidade pelas decisões sobre a administração financeira dos lares. É essencial que as mulheres passem a dispor de bens e que administrem suas vidas e o orçamento de suas famílias. No entanto, quando se percebe que muitas mulheres assumem a posição de mantenedoras de suas famílias e gestoras de seus bens por meio do trabalho sexual, todo esse discurso parece cair por terra. Aparentemente, o dinheiro ganho com o trabalho sexual é um dinheiro que não empodera, ainda que tenha exatamente o mesmo poder de compra que o dinheiro recebido pelo exercício de qualquer outra atividade (PRADA, 2018, p. 63-64).

Neste sentido, considerando que a cobrança de pagamento por sexo é o maior fator causador de repulsa em relação à prostituição, por que não pensar, também, nos acordos e interesses financeiros ou patrimoniais que integram relacionamentos? Sobre este assunto, Viviana Zelizer (2009), destaca pontos ainda não discutidos, ao discorrer sobre como se dão certas relações de poder entre casais, a ponto de algumas esposas se relacionarem sexualmente com seus maridos por obrigação. Isto remete ao discurso contemporâneo de movimentos de prostitutas organizadas, quando questionadas acerca da precarização de seu

trabalho e da "venda" de seu corpo por dinheiro. Quando isso ocorre, elas costumam responder com novas perguntas, trazendo à baila a situação de mulheres que se casam pela segurança financeira e se veem obrigadas a viver sob o jugo e o mando sexual de seus esposos, uma vez que não se sustentam financeiramente. E a comparação fundante é que há benefícios envolvidos. O benefício das esposas não é um pagamento pré-acordado por um tempo determinado de prestação de serviço sexual, mas há, indubitavelmente, uma relação de troca que pode envolver não apenas dinheiro em espécie, mas abrigo, segurança material e emocional, contas pagas, *status* social. Mesmo quando não há relações de poder marcadas em relações de casais, há trocas e/ou benefícios mútuos, o que não se configura, necessariamente, em problema:

Quando se trata da mistura da intimidade (sexual ou outra) com transações econômicas, encontramos enganos generalizados bloqueando a análise do quanto relações íntimas e transações econômicas de fato se misturam. Muitos observadores supõem, especialmente, que qualquer mistura de laços pessoais íntimos com transações econômicas corrompe inevitavelmente a intimidade, e que invasões das atividades comerciais pelas relações íntimas corrompem igualmente essas atividades. De onde vêm essas preocupações? (ZELIZER, 2009, p. 139-140).

De fato, em sociedades que não prescindem da economia capitalista, é difícil se imaginar relações purificadas e afastadas da necessidade de organização econômica de um casal. Admitir isto como realidade é um bom caminho para tornar a relação mais clara, objetiva e confortável para quem dela participa. As possibilidades de combinações de relações entre duas pessoas apresentadas por Zelizer (2009), — limitada ou ampla, durável ou passageira²² — apresentam todas as transversalidades da questão econômica. Mas cabe reforçar que relações não se reduzem a isto. Como a própria autora conclui em seu trabalho, a variável econômica é algo inerente às relações e às vidas, o que precisa ser tratado e resolvido cotidianamente, sem que seja, necessariamente, um tabu.

Admitir a relação econômica como parte estruturante das relações íntimas, joga luz sobre as verdadeiras razões pelas quais parcelas significativas das sociedades ocidentais tratam a existência da prostituição sob a ótica do estigma e do preconceito. Se todos nós que vivenciamos relacionamentos íntimos possuímos nossas moedas de troca e nos organizamos,

Relações íntimas também variam em sua duração, de quase instantâneas até um longo período. No lado passageiro dessa dimensão, podemos encontrar colegiais que "ficam" por uma noite; no lado durável, casamentos estáveis. Tanto quanto posso dizer, relações amplas, mas por um curto período, são raras ou inexistentes. No entanto, uma relação pode permanecer limitada durante um longo período, como é o caso de algumas ligações sexuais. Ou pode ser ampla e durável, como em muitas formas de coabitação. A duração não necessariamente produz a ampliação de uma relação íntima. A amplitude, no entanto, requer duração"

(ZELIZER, 2009, p. 143-144).

²² Zelizer (2009) propõe pensarmos relações íntimas ao longo de duas dimensões: amplitude e duração. Para a autora "Uma relação limitada envolve apenas uma, ou poucas, práticas compartilhadas, incluindo práticas econômicas. Uma relação ampla envolve uma extensa gama de práticas, incluindo práticas econômicas. [...]

também, de acordo com a variável econômica, por que a existência da prostituta causa tanto desconforto? Como as discussões baseadas em Norbert Elias (1994), Pierre Bourdieu (2017) e Nickie Roberts (1998) fornecem elementos para que se possa questionar em que medida as sociedades contemporâneas reproduzem valores religiosos, morais e patriarcais tão intrincados na cultura ocidental? Para além disto, no sistema econômico capitalista, por que não admitir a prestação de serviços sexuais como venda de força de trabalho, em vez de se reproduzir o senso comum de tratar-se de venda do corpo?

Mais que encontrar respostas exatas, todos os questionamentos feitos até aqui tratam de instigar a olhar para as prostitutas concebendo-as em toda sua dignidade humanidade, sem reduzi-las à sexualidade, seja de que modo for. Esta perspectiva de ruptura e superação do estigma é imprescindível a uma leitura sensível ao que se propõe nas próximas etapas deste trabalho: reconstruir perspectivas de um passado recente a partir das existências e da humanidade de prostitutas.

CAPÍTULO 2

DIAMANTINA EM CONTEXTO

Este capítulo discute o contexto da sociedade diamantinense no recorte temporal da pesquisa (1950-1969). Para tanto, é necessário recuperar aspectos de um período anterior à referida época, de modo a elucidar o caminhar e o desenrolar das relações sociais, sobretudo, levando-se em consideração a ligação entre imprensa e Igreja, como será demonstrado ao longo deste capítulo, bem como o alcance de suas influências no aspecto sociocultural.

Autores como James Willian Goodwin Junior (2007), que se doutorou a partir de relevante trabalho a respeito da imprensa mineira, especialmente a diamantinense, e Marcos Lobato Martins (2014), assíduo estudioso da história de Diamantina desde o período do Arraial do Tijuco²³, são importantes referenciais aqui utilizados. Ambos os historiadores trazem em seus trabalhos aspectos da correlação entre Igreja, imprensa e sociedade.

Outro ponto importante a ser discutido se refere aos costumes e ao papel da mulher na sociedade. Serão analisados textos e fragmentos de textos do jornal *Voz de Diamantina*, de modo a enriquecer a compreensão sobre os códigos morais e comportamentais, assim como seus laços estreitos com a religiosidade, visto que estes documentos se destacam entre os poucos registros encontrados sobre a temática à época.

Também a partir de textos jornalísticos será discutida a elaboração do imaginário coletivo acerca do Beco do Mota e das prostitutas (ou meretrizes, ou mulheres de vida fácil, ou mulheres de vida alegre etc.) até a década de 1960. Como já sinalizado, e como será elucidado ao longo deste capítulo, a influência da moral religiosa possui grande peso nesta elaboração. Entretanto, o fim do período estudado coincidiu com a instauração do Regime Militar (1964-1985) no Brasil, de modo que o recrudescimento dos costumes e dos valores morais também impactou, não somente no imaginário, mas na própria existência do Beco do Mota.

Por fim, serão esclarecidos os resquícios do Beco no âmbito público do tempo presente. Complementarmente, será proposta uma reflexão crítica acerca da visibilidade

²³ Primeiro nome da cidade de Diamantina-MG, atribuído por volta de 1713, em função da ocupação por exploradores de ouro que, posteriormente, encontraram jazidas de diamantes.

²⁴ Uma vez que nos acervos de jornais da biblioteca Antônio Torres (ou casa do Muxarabiê, localizada à Rua da Quitanda, n. 48, Centro, Diamantina/MG) e do Museu Tipografia Pão de Santo Antônio (Praça Professor José Augusto Neves, 171, Bairro Rio Grande, Diamantina/MG), o jornal Voz de Diamantina disponibilizava o maior número de exemplares para consulta em relação ao período estudado, este foi o periódico escolhido para seleção de material para análise.

atribuída ao Beco do Mota a partir da romantização da boemia e do tombamento patrimonial, em detrimento do processo passado de gentrificação pelo qual o espaço passou.

2. 1. Imprensa e Igreja: implicações sobre a sociedade diamantinense

O Episcopado de Dom João Antônio dos Santos, marcado pela "pureza doutrinária", deu início à tradição diamantinense de uma imprensa católica combativa – cujo primeiro veículo foi o jornal O Católico, da década de 1870. Os periódicos católicos diamantinenses atuaram zelosamente no sentido de difundir a moral da Igreja, amplificando a voz dos prelados, ao mesmo tempo em que denunciavam todas as coisas que corrompiam a devoção e a boa índole do povo norte-mineiro (MARTINS, 2014, p. 311).

Diamantina, cidade setecentista que foi, em princípio, chamada Arraial do Tijuco, teve seu início de formação em função da exploração aurífera pela Coroa portuguesa. Com a descoberta das jazidas diamantíferas e pouco mais de um século depois, o Arraial passou a ser vila e recebeu o nome atual (GONÇALVES, 2012). A estreita e constante relação com a Coroa, bem como a disponibilidade de riqueza mineral, contribuíram para que a história diamantinense fosse marcada por influências europeias e, também, fosse receptora de novidades dos processos de modernização. No âmbito cultural, destaca-se a formação das elites, que se distinguiam não somente pelos hábitos herdados e pela projeção dos costumes europeus, mas, também, pela distinção e desigualdade sociais, reforçadas, sobretudo, pelas práticas escravagistas²⁵ inerentes à época e ao contexto da mineração. E isto se estendeu em todo o século XIX, como confirmado por Martins (2001):

> Por força da mineração, o Alto Jequitinhonha tornou-se espaço de maior presença da autoridade estatal, desenvolveu rede urbana um pouco mais densa, interagiu mais amiúde com as áreas dinâmica do Sudeste brasileiro. Especialmente em Diamantina, a influência europeia marcou mais profundamente sua cultura local, por força da atuação da burocracia governamental e, a partir da década de 1860, do clero católico e dos educandários dirigidos por freis e freiras lazaristas (MARTINS, 2001, p. 58).

Outro aspecto importante apontado por Martins (2001) é o momento de fortalecimento da Igreja católica em Diamantina, bem como a sinalização de suas pretensões

²⁵ O glamour da cidade que possui seu núcleo urbano tombado como patrimônio Mundial pela Unesco desde

Ferreira Furtado, Chica da Silva e o contratador dos diamantes: o outro lado do mito, 2003); a Festa de Nossa Senhora do Rosário dos homens pretos, tradicional na cidade e que acontece nos meses de outubro; o Caminho

dos Escravos, rota de chegada ao Arraial do Tijuco a partir de Mendanha/MG, atrativo turístico da atualidade.

¹⁹⁹⁹ não evidencia e não lida com a mácula do passado escravagista diamantinense. A beleza da arquitetura não revela o trabalho incansável dos negros escravizados, controlados pelo chicote e pelas ameaças de serem postos no tronco. Entretanto, bens materiais e imateriais que remetem à esta época são parte da cultura da cidade: instrumentos utilizados em torturas de mulheres e homens negros encontram-se expostos no Museu do Diamante; a figura de Chica da Silva, recentemente desmistificada por pesquisas historiográficas (ver Júnia

formativas na e para a cidade²⁶. O que não se restringiu às instituições educacionais, conforme Goodwin Junior (2007):

Em 1853 a Igreja Católica implementou o episcopado em Diamantina, intensificando sua presença institucional e iniciando um processo que visava a moralização, regulamentação e enquadramento do catolicismo popular dentro das normas consideradas corretas pela hierarquia eclesiástica. Por um lado isso significou uma presença mais forte da Igreja Católica nas questões políticas e sociais da cidade: o Seminário (1867), a fábrica de Biribiry (1876), o jornal *A Estrela Polar* (1903). Também significou uma atuação dos bispos em prol de projetos de desenvolvimento regional e mesmo de caridade social. Por outro lado, porém, esse fortalecimento do Catolicismo institucional significou a oposição da hierarquia católica às práticas e costumes tradicionais, buscando reprimir as manifestações consideradas sincréticas ou imorais, especialmente de cunho popular (GOODWIN JUNIOR, 2007, p. 49).

O caráter pedagógico da Igreja estava presente nas instituições eclesiais, educacionais, nos projetos sociais e de desenvolvimento, além da atuação na vigilância dos costumes. O flerte com a imprensa se materializou em um jornal próprio no início do século XX, de modo a introduzir também nas bases religiosas uma tradição de folhetins que já marcava a cidade de Diamantina ao longo do século XIX:

A imprensa diamantinense floresceu, fortalecida pelo intenso debate político entre as elites regionais. Vários jornais foram produzidos na cidade, totalizando mais de 70 títulos diferentes durante o século XIX. O primeiro jornal republicano de Minas Gerais foi *O Jequitinhonha*, publicado a partir de 1869. Essa produção jornalística mostra a importância que a "cultura das letras" assumiu para as elites locais, como também a capacidade destas na demonstração simbólica de sua crescente adesão à modernidade. Mesmo em um ambiente de alfabetização extremamente diminuto — ou até por isso mesmo, já que também aqui a modernização não foi universal (GOODWIN JUNIOR, 2007, p. 49).

O registro de Goodwin Junior (2007) demonstra o significativo peso da imprensa na história de Diamantina. Além das dezenas de títulos de jornais nos oitocentos – quantidade expressiva quando considerados os modos de produção em máquinas tipográficas arcaicas²⁷, está o destaque de o primeiro jornal republicano do estado de Minas Gerais ter sido produzido na cidade. Apesar desta tradição e da significativa circulação de jornais em Diamantina, o autor aponta tratar-se de uma sociedade carente de alfabetização²⁸. É importante esclarecer que o período estudado por Goodwin Junior (2007) se finda em 1914. Mas de encontro ao que

²⁷ Para maiores informações sobre máquinas tipográficas ao longo da história ver Janes Mendes Pinto (2014), que desenvolveu um caderno temático sobre o assunto junto à Associação Pão de Santo Antônio. Disponível em: http://www.museutipografia.com.br/cadernos/impressora.pdf>. Acesso em 03 nov. 2018.

-

²⁶ Importa enfatizar que empreitadas da Igreja de conduzir moralmente as sociedades não são novidade. É válido memorar as discussões baseadas em Federici (2017), presentes no primeiro capítulo.

Dados censitários do Império e República, referentes aos anos de 1872, 1920 e 1960 apresentam, respectivamente, 85,6%, 75,4% e 49,6% de analfabetos na população do estado de Minas Gerais. Ver Ferraro e Kreidlow (2004).

Disponível em: https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/viewFile/25401/14733>. Acesso em 04 nov. 2018.

o autor esclarece, um recente documento oficial do município, o Plano Decenal Municipal de Educação de 2015, afirma que "o processo de desenvolvimento da instrução em Diamantina, conduzido pelas classes dominantes, ocorreu atrelado ao cenário socioeconômico advindo da exploração de diamantes" (DIAMANTINA, 2015, p. 86).

Vale destacar, também, alguns apontamentos sobre as instituições educacionais em Diamantina apresentado pelo mesmo documento (DIAMANTINA, 2015), o qual indica o atendimento educacional a camadas populares por meio de escolas noturnas e profissionalizantes ao final do século XIX; a fundação do primeiro grupo escolar municipal público, em 1907; criação da Escola Normal, para atender meninas que não poderiam pagar por ensino particular e que diplomou cerca de duzentas normalistas de famílias pouco abastadas; a distinção social no ensino público e privado, em função do posicionamento de famílias abastadas. A partir destas colocações, fica subentendido que por muito tempo, inclusive naquele período de circulação de dezenas de títulos de jornais, a escolarização era quase que restrita às elites. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que o aumento do percentual populacional alfabetizado de Minas Gerais ao longo do tempo acompanha os índices nacionais²⁹. Entretanto, mesmo com a implantação de escolas públicas, como no caso do Grupo Escolar Matta Machado, e de instituições educacionais orientadas a camadas populares, como as escolas noturnas, profissionalizantes e a Escola Normal Leopoldo Miranda³⁰ que cumpria a função de atender a meninas de famílias "não abastadas", não é possível precisar como essas medidas influenciaram na perspectiva prática da alfabetização da população como um todo em relação ao acesso às leituras de jornais.

De volta às relações estabelecidas entre imprensa e Igreja, importa compreender o percurso histórico do jornal Pão de Santo Antônio/Voz de Diamantina, cujos textos foram

²⁹ Para maiores informações sobre o censo da década de 1950, recomenda-se consultar o documento "Estudos sôbre a alfabetização da população do Brasil: baseados no censo demográfico de 1950", (IBGE, 1955).

³⁰ É importante também informar que ao fim do século XIX havia outra escola conhecida como Escola Normal, que na verdade esse trata do Colégio Nossa Senhora das Dores, que situava-se na atual Casa da Glória, importante ponto turístico diamantinense. Sobre esse Colégio, Martins e Martins (1993) registram que "as moças das famílias de classe média de Diamantina, em sua maioria, frequentava o externato [...] a maioria das internas era gente de alto poder aquisitivo, filhas de fazendeiros e comerciantes da região" (MARTINS; MARTINS, 1993, p. 14). Sobre a postura depreciativa das elites em relação ao ensino popular, é válido ilustrar com o seguinte exemplo: "No diário de uma normalista que estudou em Diamantina no final do século XIX, encontramos uma passagem em que há uma descrição da escola [...]. Trata-se do diário de Helena Morley, que, entre outras coisas, narra suas experiências na Escola Normal de Diamantina. [...] Helena Morley descreve sua primeira experiência como professora, aos 15 anos, quando foi substituir uma mestra, e registra sua percepção da escola destacando a condição racial dos alunos: 'o que será de mim se for obrigada a largar a Escola, estudo, minhas colegas e tudo para ir ensinar a meninos pretos e burros no Rio Grande?" (FONSECA, 2007, p. 215). Chama a atenção a pouca idade da normalista e sua pungência preconceituosa, por meio da distinção étnica e linguajar pejorativo presentes em seu registro.

escolhidos neste trabalho como meio de compreensão de características da sociedade diamantinense.

A história do Pão de Santo Antônio foi atribulada, como indicam as anotações de José Teixeira Neves [...], cujas cadernetas compõem um Fundo Documental na Biblioteca Antônio Torres, sob a guarda do IPHAN/Diamantina. Do primeiro número, de 09 de setembro de 1906, até o oitavo, o jornal foi publicado "nas oficinas de Joviano & Cia., Belo Horizonte"; "a partir do nº. 9, de 13-6-1907, passou a ser publicado em formato maior nas oficinas da "A Estrela Polar", (Tip. Diamantina), até 30-IV-1913, quando interrompeu a publicação" (Fundo José Teixeira Neves, Caixa 4, envelope 2). Retornou em 1915, quinzenal, desta vez impresso nas oficinas da Cidade Diamantina. Apenas em 1920 foi comprada uma máquina impressora própria, de segunda mão, a uma oficina tipográfica da capital – máquina, aliás, que sobreviveu ao próprio Pão de Santo Antônio, o qual encerrou sua existência em 1933, sendo semanário já há dois anos. Em 1936, a tipografia voltou a funcionar; mas por desentendimentos com setores da hierarquia católica, o jornal assumiu outro nome, Voz de Diamantina; este durou até o início de 1990 publicado ainda na mesma máquina! Por ocasião do centenário da instituição, foi retomada a publicação do Voz de Diamantina, desta feita em modernos computadores. Uma história jornalística que atravessa quase um século, portanto (GOODWIN JUNIOR, p. 106, grifos do autor).

E para melhor perceber certa função social deste jornal, importa conhecer um pouco de seu fundador, José Augusto Neves (1875-1955), que estudou direito e se tornou professor de História e Geografia. Foi funcionário público e lecionou Geografia em Diamantina, além de atuar no campo social e político da região (GOODWIN JUNIOR, 2007). Além disso, José Augusto Neves, logo no início do século XX "encabeçou um movimento na cidade visando construir um abrigo para idosos desamparados. Fundada a Pia União do Pão de Santo Antônio, o Recolhimento dos Pobres³¹ foi inaugurado em 1901. Cinco anos depois fundou o jornal [...]" (GOODWIN JUNIOR, 2007, p. 106).

Apesar de não possuir formação religiosa, José Augusto Neves dialogava com os princípios de uma sociedade conservadora e moralmente orientada, sobretudo, a partir dos preceitos católicos. O progresso das técnicas que avançavam sobre o Brasil na virada do século, ao mesmo tempo que eram bem vistos por ele, poderiam ser interpretados como possibilidade de rupturas de costumes e da moral cristã. Deste modo, o jornal que havia fundado, associado a sua inserção social e política, se configurava num importante instrumento para manifestação e materialização de suas convicções pessoais, com amparo do alinhamento com a Igreja local, a qual, além de seu jornal próprio, *A Estrela Polar*, passou a contar com mais um periódico para sua empreitada de influência sociocultural:

O jornal O Pão de Santo Antônio (e depois a Voz de Diamantina) pretendia ser um instrumento através do qual José Augusto Neves, e seus colaboradores, interviriam

_

³¹ Este abrigo a que se refere o autor funciona atualmente como asilo para idosos, anexo ao Museu Tipografia Pão de Santo Antônio.

na vida da comunidade diamantinense, procurando educá-la para viver no novo mundo que surgia. Contra o qual esse grupo não se opunha, posto que demonstrava entusiasmo pelas conquistas tecnológicas e melhorias de vida — e ao qual aderiu, pelo uso de seus principais símbolos, a imprensa. Um mundo, ainda assim, visto com cautela e reserva. O progresso era visto como algo bom, mas que apresentava riscos. Modificações nos padrões morais e de comportamento, especialmente no que se referia ao papel e à atuação das mulheres, eram vistas com grande temor pelos mentores desta publicação. Católicos liberais no campo político e econômico, eram ao mesmo tempo conservadores no campo moral. E assim tentavam construir uma cidade que fosse capaz de modernizar-se e, ao mesmo tempo, manter vínculos com uma dada religiosidade, moralidade, e hierarquia (GOODWIN JUNIOR, 2007, p. 108-109).

Destarte, um caminho de mudanças sem abandonar prerrogativas conservadoras fez deste jornal um importante aliado à condução moral da sociedade. E para atender a um público que não ignorava as transformações da época, "o *Pão de Santo Antônio* foi um jornal bem diversificado. Embora nascesse sob a epígrafe de boletim de Pia União, nunca se limitou aos assuntos de sua instituição mantenedora" (GOODWIN JUNIOR, 2007, p. 107). Diversificado, porém mantenedor dos rigores defendidos por seu fundador:

Coerente com sua atitude moralista, o jornal assumiu também o papel de educador de massas. Uma de suas diatribes mais pitorescas é uma condenação ao hábito de cuspir no chão, coisa que gente civilizada não faria. [...]. Ainda hoje, na Capela reformada para os festejos do Centenário de 2001, está afixada a antiga plaqueta com os dizeres: "Gente educada não cospe no chão". Tal postura era associada à pessoa de José Augusto Neves, que conduzia o jornal com pulso firme, tornando-o uma tribuna para expor suas ideias (GOODWIN JUNIOR, 2007, p. 108).

E a resistência a mudanças dos costumes, por vezes consideradas como desvios do mundo moderno, era uma marca registrada do periódico:

Em 24 de agosto de 1912, por exemplo, foi publicado um editorial afirmando a esperança dos católicos da cidade na reprovação da lei do divórcio que se discutia no Legislativo nacional. Esta resistência à mudança de costumes foi uma constante da publicação, atravessando décadas: em 1921, deu-se grande destaque a um texto papal que condenava a moda moderna e as danças femininas; em 1924, um artigo comentava a transformação nos hábitos dos freqüentadores do Rio Grande, deixando de ser um lugar próprio para famílias devido ao comportamento de "mulheres sem pudor" (06/01/1924). Dez anos depois, um texto condenava o "surto vergonhoso das pernas nuas sem meias" (13/05/1934). No ano seguinte, denunciava um grupo de meninos cujo passatempo era "mostrar livros com figura imorais" para crianças menores (06/01/1935) (GOODWIN JUNIOR, 2007, p.107-108).

O caráter conservador e o posicionamento de oposição às novidades trazidas pelos ares da modernidade se mantiveram no mesmo padrão ao longo de toda a circulação do jornal *Pão de Santo Antônio*, com continuidade também após a mudança do nome para *Voz de Diamantina*. Considerando o período de análise deste trabalho (1950-1969), de acordo com os exemplares impressos do *Voz de Diamantina*, José Augusto Neves esteve à frente do editorial até 1955, ano de seu falecimento. De 1956 até 1969 quem se tornou o editor chefe foi o Cônego Walter Almeida (1915-1997), também conhecido como Monsenhor Walter de

Almeida³², o qual também perdurou a linha editorial e a já tradicional relação estreita com a Igreja católica, de modo a conservar os mesmos parâmetros da gestão anterior.

Cabe destacar, também, que ao longo da segunda década da pesquisa (1960), Dom Geraldo de Proença Sigaud³³ (1909-1999), o popular e temido Dom Sigaud, era o Arcebispo de Diamantina (1961-1980). Esta informação se torna relevante uma vez que o religioso foi conhecido opositor das lutas sociais na década de 1960 (SERVILHA, 2012) e combativo ao "comunismo", considerado por ele uma seita internacional inspirada em Karl Marx³⁴. Não obstante, o religioso também era um dos articuladores do movimento Tradição, Família e Propriedade (TFP) (ZANOTTO, 2011), o qual era legitimado pela Igreja católica e fortemente alinhado à Ditadura Militar. Suas influências somadas ao já sabido perfil conservador do jornal *Voz de Diamantina* se tornaram diretamente participantes do conteúdo veiculado pelo periódico ao longo de sua atuação na cidade.

Enfim, numa sociedade religiosa e conservadora, com uma tradicional elite letrada e de mulheres alfabetizadas, os jornais informavam, entretinham, exortavam, vigiavam. O *Voz de Diamantina*, especialmente vinculado à Igreja católica, como fora desde sua fundação, nas décadas de 1950 e 1960 seguiu como agente desta empreitada de condução moral da sociedade, que zelava pelos costumes tradicionais, sobretudo, no que dissesse respeito ao universo feminino por meio, principalmente, da exaltação do patriarcado.

_

³² "Primeiro diretor pedagógico do Colégio Tiradentes, o major capelão, **Cônego Walter Almeida**, por mais de 30 anos esteve à frente do educandário, sendo um oficial e um sacerdote de grande conhecimento em todas as áreas do ensino. O Cônego Walter, com carinho e pulso firme, conseguiu fortalecer a imagem de um colégio sério, com rigor disciplinar, sem se esquecer do ensino de qualidade embasado em um tratamento humanitário e fraternal com os alunos. Não há como falar do Colégio Tiradentes de Diamantina sem associar a imagem, o carisma, o conhecimento, a dedicação e o empenho do Cônego Walter Almeida". Informações disponibilizadas pelo domínio público da Polícia Militar de Minas Gerais, em função do aniversário de 50 anos do Colégio Tiradentes da Militar Diamantina, Polícia no ano de 2013. Disponível em: https://www.policiamilitar.mg.gov.br/portal- pm/deeas/conteudo.action?conteudo=49732&tipoConteudo=noticia>. Acesso em 06 nov. 2018.

³³ Ver Silva Júnior (2006), que se pós graduou com dissertação sobre a atuação de Dom Sigaud em um bispado paulista. Disponível em:

">. Acesso em: 07 nov. 2018.

³⁴ A íntegra do livro "Catequese Comunista", de Dom Sigaud (1963) está disponível no link:<
http://www.sacralidade.com/igreja2010/0314.catecismo anticomunista.html>, acesso em 06 dez. 2018. Ainda sobre o Arcebispo, o Jornal Voz de Diamantina publicou, em função de sua nomeação: "Orador brilhante, dotado de sólida cultura, tem realizado palestras e conferências em vários Estados da Federação. Tem publicado trabalhos acerca dos problemas rurais, sendo o primeiro Bispo brasileiro a indicar os perigos de uma reforma agrária socialista. O seu trabalho teve grande repercussão, sendo transcrito nos anais da Câmara Federal. Recentemente, com mais tres outros escreveu o livro intitulado «Reforma Agrária, questão de consciência», que está alcançando enorme repercussão nos meios sociais, culturais e políticos de todo o país" (VOZ DE DIAMANTINA, 1961, ano 55, n. 15).

2. 2. O discurso sobre os costumes e o papel da mulher

Entre muitos elementos que faziam parte desse mundo "moderno" e "civilizado", a imprensa pretendia ocupar um lugar especial ao difundir, quer pelas notícias, quer pelos editoriais, os princípios dessa nova civilidade. [...] Por tudo isso, a imprensa é uma fonte privilegiada para a observação desse processo, e das reações a ele, em contextos históricos específicos. A complexidade do processo reflete-se na fonte escolhida: a produção de um jornal era (e é) um processo eivado de escolhas, recortes, subjetividades culturais e conjunturais. Assim, não há porque dividir o jornal entre o aquilo que seria fidedigno e aquilo que não: tudo que está publicado pode, e deve, ser considerado como elemento para uma leitura do contexto histórico no qual o jornal foi produzido. [...] Ler o jornal como um documento, portanto construído, significa perceber que um jornal existe como artefato produzido [...] (GOODWIN JUNIOR, 2007, p. 75).

Este e o próximo subcapítulo foram desenvolvidos a partir da seleção e análise de textos jornalísticos, para qual foram consultados 883 exemplares do semanário independente *Voz de Diamantina*, autointitulado como "protetor da Obra do Pão de Santo Antônio", publicados no período de 1950 a 1969. O material está salvaguardado e é disponibilizado ao acesso e consulta pública em formato digital³⁵ pela Associação do Pão de Santo Antônio, no museu de mesmo nome, em Diamantina/MG.

Foram utilizadas as seguintes palavras chave: prostituta, meretriz, mulher, prostituição, Beco do Mota, Beco do Alecrim, zona, boemia, boêmia. Os 103 textos em que foram encontradas palavras chave relacionadas com o contexto da pesquisa foram préselecionados para posteriores análises e correlações pertinentes. A grande maioria destes textos se refere a regras comportamentais segundo o padrão de feminilidade do período pesquisado. Nas citações escolhidas, foram preservadas a linguagem da época e as grafias erradas de palavras.

Admite-se aqui, como defendido por Goodwin Junior (2007), a imprensa como um advento da modernidade, além de importante fonte de observação de contextos sociais. Ou seja, toma-se emprestada do autor a concepção de se tratar o jornal de documento produzido, uma vez que eivado de escolhas, e intimamente correlacionado com o momento histórico de sua publicação.

Assim como em tópicos anteriores, é pertinente um breve retorno ao passado para contextualizar melhor o período especificamente referente a este trabalho. Deste modo, é

-

³⁵ O trabalho de digitalização deste material se deu graças ao projeto Memórias do Pão de Santo Antônio, realizado pela Biblioteca Universitária da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). É válido destacar a importante contribuição deste projeto para a realização de pesquisas documentais sobre a história diamantinense. A facilidade de se pesquisar acervos tão grandes a partir de palavras chave, em *softwares* de simples utilização, permite reduzir significativamente o tempo dedicado à seleção e análise de documentos. É fato que, neste caso, não se faz presente o prazer do manuseio e contato com o material original, nem do ato de estar no museu, mas a comodidade de se pesquisar a qualquer momento e em qualquer lugar, bem como a praticidade da busca eletrônica por termos e palavras, também tem seu valor.

válido iniciar com considerações sobre o papel da mulher e o ideal de comportamento feminino na virada do século XIX para o XX, a respeito dos quais, Martins (2014) escreveu:

No país inteiro e na Diamantina, valorizava-se o vínculo conjugal legítimo, indissolúvel e estável, capaz de afastar a luxúria dos casais e de estabelecer obrigações recíprocas entre seus participantes. Para as mulheres, o discurso teológico fixava a submissão feminina no casamento, preconizando às casadas extremo recato e austeridade. Cuidar dos afazeres domésticos, honrar seu marido e educar nos princípios cristãos sua prole, esses eram os deveres da mulher segundo a Igreja. As mulheres, moças ou casadas, deveriam ter um comportamento irrepreensível, observando os preceitos da moral católica e obedecendo aos seus maridos ou responsáveis. Assim, o modelo ideal de mulher era o de mãe e esposa, com comportamento dócil e submisso, cujos principais índices de moralidade eram sua fidelidade e dedicação ao marido e aos filhos. A honra da mulher solteira, por sua vez, era atribuída à virgindade, sendo-lhe vedada a possibilidade de dispor livremente do seu corpo. A "pureza" era fundamental para a mulher, em um contexto em que a imagem da Virgem Maria era o exemplo a seguir (MARTINS, 2014, p. 311-312).

O claro teor religioso do discurso padronizador da moral feminina se vinculava intrinsecamente à manutenção da instituição familiar, a qual se constituía como o principal núcleo formador da sociedade. A centralidade na família visava a manutenção da ordem e buscava estender a todas as categorias sociais³⁶ os princípios e valores incorporados e, então, ditados, pelas classes sociais hegemônicas. Neste cenário, pairava sobre a mulher a grande responsabilidade de resguardo da dignidade e da honra de si mesma e da família. Sobre este mesmo período, Rago (2014) apurou que:

Certamente, a construção de um modelo de mulher simbolizado pela mãe devotada e inteiro sacrifício implicou sua completa desvalorização profissional, política e intelectual. Esta desvalorização é imensa porque parte do pressuposto de que a mulher em si não é nada, de que deve esquecer-se deliberadamente de si mesma e realizar-se através dos êxitos dos filhos e do marido. É claro que, em grande parte, este modelo vitoriano de comportamento feminino determinou suas opções e condutas (RAGO, 2014, p. 91).

pobres. Com essa educação moderna de hoje, essas incautas criaturas se expõem a uma fogueira de males que as atiram á infelicidade, porque ha homens que parecem ter perdido, por completo, a noção do dever, e, por isso, desrespeitam esses ornamentos da sociedade, que são as donzelas cristãs. E a desgraça de muitas mocinhas vêm desses escuros e lugares desertos e solitarios, que frequentam, sempre ao lado de gaviões de rapina, em vez de se conservarem no seio de seus lares, entregues ao trabalho honrado e ao amôr de seus deveres. O trabalho é uma verdadeira potencia na conservação dos costumes, na pratica das virtudes. Os trabalhos domésticos elevam e dignificam a mulher. A mulher ociosa é um verdadeiro peso, é um fardo pesadissimo para o lar. A mulher é verdadeiramente grande, quando se acha em sua casa, cuidando de todos os afazeres, conforme as suas condições sociais. Póde haver quadro mais belo que uma mocinha honrada, trabalhando em sua choupana? Haverá na vida alguma cousa mais respeitavel? As labútas quotidianas do lar devem constituir a sua principal delicia. Os habitos de conversas pelas portas, esquinas, muros e capistranas, precisam ser riscados dos costumes diamantinenses. Procurem as mocinhas pobres evitar essas festas, esses bailes inconvenientes de hoje; fugir de passeios em lugares suspeitos, perigosos, principalmente, á noite distanciar-se de tudo aquilo que prejudicar possa a sua reputação, o seu bom nome. Não se esqueçam nunca de que o mundo inteiro não vale a honra da moça mais pobre que existe. O lema - Deus, patria, honra e trabalho, deve ser sempre o distintivo de toda mulher honrada, de toda mulher de bem" (VOZ DE DIAMANTINA, ano 44, n. 19, 10 agosto, 1952).

³⁶ A afirmação é corroborada pelo texto a seguir, retirado de uma das edições do jornal *Voz de Diamantina*: "O mundo enganador arma, cada dia, novas ciladas contra as pessôas incautas e, principalmente, contra as mocinhas

A partir da imagem construída de mãe pura, devotada e sacralizada, este ideal deveria, então, ser objetivo de toda mulher; independentemente se isso significasse autonegação e uma existência à sombra do marido e dos filhos, o que, ao contrário, conferia *status* de decência e honestidade no âmbito da aceitação social. Tal padrão confirma a manutenção dos valores patriarcais sempre presentes — reelaborados e reforçados historicamente, já discutidos no primeiro capítulo.

No que diz respeito a este período, especificamente em Diamantina, Santos (2003) reforça que o clero católico almejava cumprir a função de condutor moral das famílias. A maioria das exortações se dirigia às mulheres, sobretudo, no que dissesse respeito à guarda da honra e da pureza, no caso das mulheres solteiras, e à manutenção da ordem e da paz no lar, no caso das mulheres casadas. Dentre os conselhos que se dirigiam a todas as mulheres, destacam-se a existência de "deveres que exigiam das mesmas: mansidão, recato, fidelidade, prudência e subordinação" (SANTOS, 2003, p. 9). De acordo com documentos consultados pela autora, há registros de tais práticas em 1863, reforçadas em 1905 e intensificadas nas décadas de 1920 e 1930. A Igreja tinha a imprensa como grande aliada e principal porta voz, como apontado pela autora e confirmado por Martins (2014) e Goodwin Junior (2007), de modo que, com amplo espaço nas edições jornalísticas, buscava se impor sobre as famílias e a sociedade em sua missão moral, também em um espaço para além dos templos: nos jornais.

Ações que confluíam Igreja e imprensa eram práticas comuns em diversos lugares, como registrado pelo próprio Goodwin Junior (2007) em sua pesquisa sobre Juiz de Fora/MG. Zimmermann e Carlos (2014), em estudos sobre o estado do Mato Grosso no início do século XX, também registraram que:

Nas páginas do periódico *A Cruz*, além de firmar o papel que as mulheres deveriam desempenhar no seio da Igreja, como praticante da fé católica, enfatizava-se, por outro lado, à importância da figura materna como o modelo de bondade e de recato na família. [...] Ainda observou-se, nas matérias jornalísticas referentes ao papel materno da mulher, que a mãe cristã tinha de estar longe de atitudes maliciosas que pudessem tirar o seu pudor. Nesse modelo ideal, a mulher deve ser uma figura assexuada praticante da virgindade pré-nupcial e a frigidez pós-nupcial mantendo uma espécie de castidade espiritual (ZIMMERMANN; CARLOS, 2014, p. 81).

Também sobre a mesma época, Aras e Marinho (2012) apuraram que:

a imprensa feminina na Bahia da segunda metade do século XIX e início do XX explicitou um discurso pedagógico que procurou normatizar as condutas femininas, orientando o comportamento que deveriam seguir. O modelo feminino divulgado estava de acordo com o ideal da mulher mãe-esposa-rainha do lar que a sociedade da época desejava consolidar (ARAS; MARINHO, 2012, p. 96).

E, novamente, em relação à realidade da época em Diamantina, Santos (2003) volta a destacar a associação entre Igreja e imprensa:

[...] o Bispo de Diamantina procurava moralizar as populações do nordeste de Minas Gerais, pois o progresso de que se falava não poderia subverter os valores e padrões tradicionalmente estabelecidos na sociedade. A imprensa local atuou como forte aliada no projeto do Bispo, buscando circunscrever a região à tentativa de manutenção dos chamados bons costumes frente às mudanças e foi muito crítica aos ideais modernizadores (SANTOS, 2003, p. 6).

Passadas algumas décadas, foram mantidas as mesmas práticas. Imprensa e Igreja diamantinenses seguiam unidas no intuito de guiar a população, de modo a manter o conservadorismo, resguardar tradições, combater a modernidade e os modismos excessivos nas décadas de 1950 e 1960. As famílias, assim como outrora, continuaram como os principais núcleos da formação social, sobre os quais pousava a responsabilidade de serem mantenedores da ordem e do padrão ideal de sociedade. Sobre a mulher recaía a mesma cobrança pela própria honra, pelo recato e pela harmonia do lar. Deste modo continuava estabelecida, também neste período mais recente, a dominação masculina a partir de valores patriarcais, tanto nas famílias quanto na sociedade. Exemplos de materialização de tal prática se expressavam em textos do jornal *Voz de Diamantina*, como nos trechos a seguir:

A grande, elevada e importante missão da mulher, na sociedade, não é ser farmaceutica, dentista, jornalista ou doutora: é ser esposa e mãe. Ser mãe e esposa é uma ciencia, cuja posse, como a de todas a ciencias, depende de um longo e apurado estudo. Se é difícil saber ser bôa mãe, muito mais difícil é ser bôa esposa. Organizar e dirigir o interior de uma casa digna, rizonha, aprazível, é tarefa que demanda uma inteligência altamente esclarecida, o gosto mais sabiamente cultivado, os hábitos de ordem mais metodicamente estudados. Para que, por exemplo, um homem de genio, como Bismarck, digno de sua mulher: "devo-lhe tudo o que sou", é preciso que tenha desenvolvido, na organização e no arranjo do lar, um grande poder de extraordinária virtude; é preciso que tenha sido uma completa dona de casa, que tenha a serenidade e a paciencia posta até a ultima prova, que tenha suprema bondade e reuna a cultura do espirito precisa para ser a confidente de um homem de genio; que saiba todos os segredos da higiene e da quimica culinaria; tenha a compreensão e o gosto das artes decorativas, empregue, enfim, todo o espirito e todo o coração em ser, quando por Deus chamada, uma excelente esposa e bôa mãe. O LAR é um paraíso, quando a esposa-mãe e os filhos diletos procuram, de preferencia, como atavios, as rosas do pudor, e como ornamentos, a honradez e a virtude. (VOZ DE DIAMANTINA, ano 42, n. 15, 16 abril 1950).

Desde as mais remotas éras que a Mulher éra o símbolo do lar e da família! Mãe e esposa! Mas, tudo isso foi se transformando com o correr dos seculos, e hoje, a Mulher trabalha pela sua emancipação, procurando as mesmas posições do homem, com a tal igualdade de... sexos... Ser mãe e esposa, companheira amorosa do homem, animando-o e encorajando-o na luta, para a conquista do sublime ideal: a felicidade! era o papel preponderante do belo da mulher! Mas, tudo isso, nos dias de hoje são como contos de fadas e fagueiras ilusões! "Ah! ter filhos é muito cacête, e depois tira á estetica". Mas, não é uma verdade que transgredir as leis da natureza é provocar catastrofe?... A Mulher é inteligente, o reconhecemos, e tambem que tem direitos. Justiça se lhe faça. Achamos bonito a Mulher na luta, trabalhando ao lado do homem em todos os ramos da vida publica, mas só e só naqueles que coadunam com o seu sexo, com o seu valor, com o seu brio, com os seus modos. A mulher é um mimo, quando ela sabe se prezar! A mulher virtuosa, é um primor! Mas é que o modernismo horrivel veio imperar dominar mesmo a Mulher, e de tal fórma, que ela não será mais, nem mãe e nem esposa. Arrepia-se os nossos cabelos!... (VOZ DE DIAMANTINA, ano 44, n. 51, 16 março 1952).

O discurso de exclusão da mulher dos postos de trabalho não soa como novidade, como salientado por Rago (2014). E esta elaboração de uma ideia romântica e sacra da mulher acabava por encobrir a desvalorização, a subjugação e negação de suas qualidades e capacidades, cujas descoberta e desenvolvimento, certamente, levariam a algum tipo de revolta ou ruptura com o controle masculino sobre seus corpos e suas vidas. A admissão da mulher trabalhar ao lado do homem reforça o padrão já antigo, de que a satisfação feminina se daria à sombra do esposo e se manteria no âmbito privado, bem como a tratativa de ser a companheira, desde que soubesse se prezar, um troféu a ser exibido na vida pública.

Autoridades e homens importantes da sociedade também possuíam liberdade para manifestarem seus incômodos e opiniões reguladoras em colunas ou textos esporádicos, como pode ser observado a seguir, em trechos de um texto do então tenente ouvidor, o qual também havia sido publicado no jornal *Estrela Polar*:

Amor Mercadoria. Ouve-se hoje em dia, muito repetidamente, esta ponderação entristecedora: - A moça, para arranjar casamento, tem que ceder ás exigencias da época. Se uma senhorita adotar o puritanismo em suas relações sociais, se insistir em ser honesta ou de costumes severos, acabará "ficando para titia", pois as outras, as doidivanas, as sem juizo, as que dão todas as liberdades e "aceitam qualquer parada" passarão á frente, roubando-lhe o namorado e as possibilidades de casamento... Estará certa essa filosofia? Será que as jovens de modos recatados e austeros estarão mesmo na contigencia de abdicar de sua dignidade, de seu pudor, de sua nobreza natural e cristã, para se atirarem de olhos fechados nas competições de safadaria que se transportam, por ai, dos filmes americanos ou francêses para as praças, as esquinas e os salões? [...] O amor, para elas perdeu o seu conceito sobrenatural e elevado, para assumir as proporções acanhadas de uma simples mercadoria que se deve colocar, quanto antes, a qualquer preço e sob quaisquer condições. E medem o noivo pelo mesmo padrão. O coração de ambos passa a mero produto de compra e venda, naturalmente embrulhado no invólucro da carne colorida pelos matizes dos verdes anos. Pensam que casamento é aventura, é negócio, é rotina social, é açougue de magarefes ou barganha de zingaros. Não, minha gente! A cousa é bem diferente! Quem disse a vocês que os moços preferem, as moças "faceis"? Não nego que as prefiram, para as farras, como companheiras de escandalos; mas para esposas não se prova que tenham elas suas preferencias. E, mesmo que tivessem, não deviam elas concordar com esse rebaixamento, com essa humilhação de verem seu corpo entregue a quem não cogita do valor e das qualidades de sua alma. Casamento é cousa séria. É uma vocação e um Sacramento, e isso não apenas para os dias fugazes de paixão, do prazer e da sensualidade adolescentes, mas para a vida toda, para constituição do lar e para a educação dos filhos. Não é possivel concordar com essa redução pagã do casamento a simples acasalamento de sexos [...] É preciso que as jovens honestas e recatadas aguentem a mão e chefiem a revolta contra esta avacalhação insensata e despudorada que anda por ai. Se as açanhadas insistem em atribuir ao casamento o carater comercial, lembrem-lhes então a conhecida lei da oferta e da procura: - as moças - mercadoria, quando se ofertam muito, seu preço desce, pelo menos perante os "compradores" ajuizados. Querem ter por marido um desses? Diminuam a "oferta"... Pode ser que o "comprador" demore um pouco mais a aparecer; mas garanto-lhes que o "negocio" ficará muito mais seguro e bem feito, tanto para êle e como para vocês. [...] Ouviram bem? Não cedam, pois. Agarrem as féras pela juba ou pelos chifres. Ensinem-lhes, a todo custo, a dignidade do amor e procurem, em pleno azul da mocidade com que Deus as adornou, restaurar em nossa sociedade paganizada a verdade desta afirmação de Leon Bloy: "A mulher, quanto mais santa, mais mulher". Tenente Ouvidor. Da "Estrela Polar". (VOZ DE DIAMANTINA, ano 50, n. 2, 12 abril 1953).

Além de reproduzir fortemente o discurso religioso acerca da sacralidade do amor e da pureza da mulher em suas relações, o autor dos trechos separa as senhoritas, ou mulheres solteiras, em dois grupos – as recatadas e as doidivanas, estas últimas, segundo ele, disputavam namorados e possibilidades de casamentos. Posteriormente, o tenente ouvidor alerta sobre as "moças fáceis", desqualificando-as para o casamento. E, na tratativa do amor como mercadoria, recomenda às moças honestas que se revoltassem contra as "açanhadas". Esta oposição entre mulheres a partir da classificação como boas ou más reforça a discussão proposta anteriormente a este respeito, a qual aponta se tratar de prática muito antiga, que perdura e tem sido reforçada ao longo da história e que, principalmente, afeta a todas as mulheres. É válido lembrar que tal tipo de imposição sobre o universo feminino, segundo Roberts (1998), remonta à antiguidade clássica grega. Por fim, num desfecho sórdido, o tenente ouvidor figura todas as moças (recatadas e doidivanas) como mercadorias, os rapazes como compradores e apela à analogia da lei da oferta e da procura. Encerra com a cobrança de que as recatadas, por meio de sua dignidade e paciência, tomem para si a incumbência de restaurarem a sociedade ora paganizada. A menção a filmes americanos e franceses caracterizam o discurso combativo a determinadas novidades daqueles tempos que passavam a fazer parte do cotidiano da cidade, uma vez que o cinema se tornara um dos principais entretenimentos diamantinenses.

Sobre os novos comportamentos e gostos daqueles tempos, Salles (2009) entende que o contexto do pós guerra, caracterizado pela passagem de sociedades fechadas para sociedades mais abertas, foi um fator de "transição de uma sociedade de elite, restrita, com presunções aristocráticas, para a de uma sociedade de massa, irrestrita e de consumo universal" (SALLES, 2009, p. 86), transição esta que enfraquecia as elites e suas imposições valorativas a toda a sociedade. Além da popularização do consumo, a mudança de mentalidades, apresentadas por meio de propagandas, produtos e filmes estrangeiros³⁷, estimulavam novos modos de se vestir, de se adornar e de se comportar. E alguns desses modismos eram retratados em colunas que criticavam as tendências:

O clero tem reiteradamente recomendado que as toiletes femininas dentro de um tempo, devem conformar-se com a modestia cristã, **não permitindo grandes decotes, vestidos transparentes e destituidos de mangas.** Não compreendo que alguem se rebele contra tais instruções. Vestir bem não é somente trajar com apuro, escolher roupas bem feitas, dentro dos últimos cânones da moda, nem adornar-se conforme o indicam os figurinos (VOZ DE DIAMANTINA, ano 51, n.3, 21 outubro 1956).

.

³⁷ Edgar Morin (1989) discorre amplamente sobre as influências das estrelas de Hollywood nos mais diversos aspectos, como sociais, culturais, estéticos, econômicos etc. em seu livro "As estrelas: mito e sedução no cinema".

[...]A moralidade róla, está de mais; desaparece!... E digámos, sem rebuços, ás claras: Hoje, o pai, o espôso, o irmão, a madrinha protetôra, têm receio de desagradar, de contrariar caprichos, ou transmutuações do brio, e abrem a bolsa aos desvarios da espôsa, da filha e da irmã, vestidas sem o devido recato, cobiçadas pelos olhares vorazes da volúpia – que faz pontos nas ruas, ás portas das igrejas, nos salões' de bailes, ás vezes, onde a carne palpita na urgia dó pudor, sob a inferneira ás vestes colantes, ás pernas núas e aos casacos sem mangas. E tudo isso é a moda! é a civilização! é o progresso! Triste moda! perniciosa civilização! detestável progresso!... E a moral decai!... Mas, não seremos nós que lhe aplicaremos balões de oxigênio, nem tão pouco a véla á mão !... (VOZ DE DIAMANTINA, ano 52, n. 08, 23 maio 1954).

Decotes, transparências, vestidos sem mangas, pernas nuas, roupas justas etc. ameaçavam o recato, outro aspecto então considerado como imprescindível à moralidade da mulher em si e, consequentemente, de sua família. Esta mudança das relações com a própria aparência e as roupas, bem como nos hábitos e comportamentos, era recorrentemente criticada no discurso do *Voz de Diamantina*, enquanto a moda era demonizada a partir de fundamentos apregoados na Igreja, como pode se constatar nos trechos anteriores e nos trechos a seguir:

[...] A mulher não usa mais vestidos onde se aprecie a riqueza do talhe, mas usa (parece incrível!) "fazendas finíssima que mostram as linhas, as fórmas do corpo! é o chique, é o rigor da moda!... Quem, não aparece assim na sociedade, não é gente, é tatú do mato. Que horror!..." Quase núa! É assim que a moda manda! E esse quase?... Perdoai-nos, Senhor!... E com a moda vieram as dansas... dansas lascivas e perniciosas! Hoje, não mais se dansa como nos aristocraticos salões de nossos avós! É que êles eram ignorantes, eram retrogados, eram atrazados. Compreende-se... E assim, foi-se "pudor", o que de mais santo e puro possuia a mulher! Que nos desculpem a franqueza. A leviandade da moda atual exige que a mulher nos mostre o que devia, sempre e sempre, ficar oculto!... (VOZ DE DIAMANTINA, ano 44, n. 51, 16 março 1952, grifos nossos).

Que vemos? Hoje, tudo parece banal, não faz mal, não escandaliza a ninguem; mas avilta e deprime a nossa vida social, moral e religiosa. Nem tudo o modernismo devia permitir que se reformasse, como os nossos honestos usos e costumes... Como tudo, porém mudou!... Atravessamos, infelizmente, uma época de escandalos. O recato o pudor já se foram e não voltarão jamais! O relacionamento dos costumes, que a todos deve preocupar, não é senão uma consequencia do relaxamento familiar. O mundo parece que virou de pernas para o ar!... Mas, ah! a familia, êsse nome era, outr'ora tão sagrado, que seria severamente castigado quem o desrespeitasse. E hoje, que vemos! - A propria mulher desconsiderando-se, rebaixando-se, escravizando-se aos caprichos de uma moda imoral! O homem, por mais crapula e devasso de um meio, não teria coragem de aparecer em publico vestido de saia. No entanto, a mulher já veste calças, e esse costume não causa escandalo em nossos dias, porque tudo é natural, é inocente, sem maldade, talvez, como aquilo que um Mateus escondia e Paranhos nem percebia!... Antigamente, a mulher era a rainha do lar, e êsse lar era um santuario onde primavam os ensinamentos cristãos, oriundos de uma educação sevéra, modelar, em que imperava o temor de Deus e não existia o receio da desobediencia. O desejo de uma vida livre e de prazeres, tão apregoada pelos costumes modernos, vai convencendo a mulher de que ela deve obedecer e acompanhar, á risca, a moda; já não se contenta com os estufas e exibição das formas plasticas do corpo; já não se contenta com o saiote rodate, quer exibir mais, quer mostrar as pernas, os braços até á cava, abolindo o uso das meias, exibindo o cabelo á la home, diversos outros modelos extravagantes pelo exagero, e não se envergonham de, nesse estado, comparecerem ao ato mais sério e respeitoso da nossa vida, - á Santa Mesa da Comunhão! A Familia caminha para o abismo, não se contentai com a pintura exagerada das faces e dos lábios lacrosos profanadores até da hostia consagrada! E não é de se admirar, portanto, o uso pelas mulheres de

calças em publico!... De nada, afinal, duvidamos, porque hoje a atual sociedade moderna e civilizada é a unica causadora da sua desgraça e da sua ruína!... (VOZ DE DIAMANTINA, ano 44, n. 29, 19 outubro 1952, grifos nossos).

Como com tudo a gente se acostuma, segundo um velho adagio popular, a falta de moral campêa a par do escandalo publico, por toda parte. Desgraçadamente, para a ruina, da familia e anarquia da sociedade, a mulher moderna foi, pouco a pouco, acostumando se, até ao estado vergonhoso que todos nós vemos. O veneno da falta de pudor foi perdendo o que tinha de impressionante, e pessôas, até então recatadas, foram também perdendo o escrupulo e o pudor, até chegarem a aparecer em publico como hoje se apresentam!... É triste, mas é verdade: as mulheres só hoje obedecem, e cegamente, á moda, sem medir, porém, as consequencias... A moda é uma epidemia contagiosa; colocai, leitores, uma contagiosa em meio de pessôas sadias, e a epidemia alastrar-se-á [...] (VOZ DE DIAMANTINA, ano 44, n. 49, 08 março 1953, grifos nossos).

Em Diamantina, o tradicional imperio caiu, porque o elemento social-religioso da cidade negou-se ao sorteio. É nossa opinião: antes sem êle que com êle; nos atos religiosos certa nudez torna-se repelente e até afrontosa! **Mulher de calças e decotadas que se arranje nos bailes, no cinema, nos teatros**. Na casa de Deus, mil vezes não! Diante de Jesus Sacramentado não! nem nos atos do culto, com esses braços escandalosamente nús, até á cava, não! **A exibição de carne gorda deve ser feita exclusivamente nos açougues.** Triste e repelente a falta de pudor! (VOZ DE DIAMANTINA, ano 51, n. 9, 31 maio 1953, grifos nossos).

Nestes outros trechos também são apontados os usos de calças compridas e cabelo "á la home" pelas mulheres. A perda da exclusividade das saias e vestidos, bem como a ousadia dos cabelos curtos eram afrontas à feminilidade padrão. Para a Igreja, a moda, considerada epidemia contagiosa, condenava as famílias ao abismo e a sociedade à ruína.

E, num esforço para tentar demonstrar outras facetas estadunienses, que não aquelas que ditassem as modas e hábitos da modernidade de consumo, foi publicado o seguinte relato na coluna "Flagrantes da vida real":

Num concurso aberto, há pouco tempo, por uma revista norteamericana, á pergunta "o que devem saber as mulheres"?, foram dadas as respostas seguintes: "Em primeiro lugar uma sólida instrução elementar. Coser, bordar, tecer, engomar, lavar, cozinhar e serem boas e completas educadoras, e boas copeiras. Dizer-lhes que, para economizar, é preciso gastar menos do que tem, porque, do contrário, longe de melhorar, caminha-se para a ruina. Ensinar-lhes que um vestido de lã, comprado á vista, vale mais que outro de seda cuja importância se paga em prestações. Ensinar-lhes a comprar, a fazer a conta da cozinha, e a dirigir todos os trabalhos de casa. Fazer-lhes compreender que um homem trabalhador, ainda que nada tenha de elegante ou bem vestido, vale mais que uma duzia de janotas ou "almofadinhas", tipo coca-cola. Em segundo lugar, depois de conseguido e realizado êste ensino, que aprendam música, pintura, declamações e semelhantes. Ensinar-lhes ainda a desprezar a vaidade, e a ser inimigas da dissimulação e da mentira" (VOZ DE DIAMANTINA, ano 51, n. 09, 02 dezembro 1956).

Os esforços de controle das mulheres eram multifacetados e, na tentativa de melhor enfatizar a obrigatoriedade da compostura no vestir, uma edição do jornal chegou a apresentar recomendação expressa e direta sobre a circulação das mulheres nas Igrejas: "na Igreja: É vedada a entrada de mulher-homem, de calças, exageradamente decotada, pintada, de saiotes e sem mangas" (VOZ DE DIAMANTINA, ano 51, n. 25, 20 setembro 1953). A

recorrência e o tom utilizado nos esforços de colunistas e colaboradores para alertar e coibir as tantas mudanças mencionadas parecem sinalizar que as recomendações divulgadas eram frequentemente desafiadas e infringidas. Entretanto, também é possível observar a concordância com a manutenção do padrão da pureza feminina, como a partir do seguinte comunicado de um grupo de mulheres religiosas, distribuído nas lojas diamantinenses em função das folhinhas de calendários, comumente ilustradas, que há tempos são tradicionalmente distribuídas em comércios mineiros nos finais de ano:

CARTA CIRCULAR ENVIADA ÀS CASAS COMERCIAIS DE DIAMANTINA. Diamantina, 14 de novembro de 1952. Exmo. Sr. As Moças da Ação Católica e as Mães Cristãs de Diamantina, procurando defender a dignidade da mulher, hoje bastante rebaixada na propaganda comercial, vêm apelar a V. S., pedindo-lhe que ao fazer a escolha de sua Folhinha para 1953, não aceite de seus fornecedores, qualquer propaganda onde se estampem figuras indecorosas e revoltantes verdadeira afronta à dignidade de sua mãe, esposa, filha ou irmã. Na certeza de que. V. S. não exporá em sua casa e não concorrerá para distribuição de tais reclames contendo figuras que rebaixem a mulher, folgamos ressaltar, que assim V. S. coopera, para que se eleve o nivel moral da sociedade de hoje, defendendo a geração futura. Cordialmente, A Comissão. (VOZ DE DIAMANTINA, ano 44, n. 33, 16 novembro 1952).

Esta mensagem elucida a demonstração pública de adesão e introjeção da normatividade conservadora e religiosa por parte de algumas mulheres. Uma vez considerada a perspectiva de Bourdieu (2017) sobre a naturalização da dominação masculina, tratada anteriormente, em alguma medida faz parecer que a resistência às novidades da moda era uma livre escolha por parte destas mulheres. Entretanto, confirma-se aqui a existência de violência simbólica, praticada incessantemente ao longo da história por agentes específicos (BOURDIEU, 2017), e que perpetua a dificuldade das mulheres questionarem, quiçá romperem, com as imposições patriarcais. Do mesmo modo, demonstra-se uma pretensa autonomia de pensamento por parte das mulheres, apesar da reprodução de ideias que as subjugavam e limitavam seus comportamentos, o que também é um mecanismo simbólico de atuação do domínio masculino.

Por vezes, os conselhos e alertas do jornal não se restringiam a textos sérios, nem necessariamente faziam uso da prerrogativa religiosa. O tom jocoso e piadista também era utilizado como recurso para o mesmo fim: esclarecer às mulheres quais lugares poderiam e deveriam ocupar:

A MATERNIDADE é o primeiro titulo honorifico da mulher séria e honrada; quem não quer ter filho para que se casa? **Capinar assentado é que é bonito?...** (VOZ DE DIAMANTINA, ano 44, n. 09, 29 abril 1951, grifo nosso)

Preceitos do bom senso à mulher A não vestir calças nem montar a cavalo, como homem. A saber coser e cozinhar; A lavar e engomar; A talhar os proprios vestidos;

A não dormir na rua e parar em casa;

A não vestir indecente, não cortar o cabelo alá home, porque homem é homem, e a mulher é mulher,

A não assistir no cinema fitas indecentes e nem frequentar uns certos bailes...

A adorar a Deus no Céu, e a amar seu esposo na terra.

A pratica da virtude é que eleva e engrandece a mulher.

Finalmente, quem canta no terreiro é e deve ser o galo...

(VOZ DE DIAMANTINA, ano 51, n. 10, 07 junho 1953, grifo nosso).

O MOTIVO

Marido: - Sabe por que Deus criou primeiro o homem e só depois a mulher?

Esposa: - Ora, para fazer antes o rascunho...

Marido: - Nada disso! **Foi só para não ouvir palpites**! (VOZ DE DIAMANTINA, ano 55, n. 1, 02 outubro 1960, grifo nosso).

Na revista médica britânica "Family Doctor", o clínico Michael Odounell apresentou um trabalho alusivo a um seu cliente que sofria de asma. Era casado com uma mulher temperamental de personalidade esmagadora, espírito infernal. Dois sofrimentos, doença e uma mulher com enxêrto de demônio no corpo. O dr. Michael prodigalizou ao doente o máximo carinho, dedicação. Submeteu-o a tôda a sorte de testes de alergia. Tudo em vão. Em meio do tratamento morre a esposa. Opera-se um milagre. Desaparece o ataque de asma, as melhoras foram sensíveis. Cura-se finalmente o enferno que recebeu do médico êste diagnóstico: **Evidentemente, era alérgico á própria esposa** (VOZ DE DIAMANTINA, ano 58, n. 25, 12 abril 1964, grifo nosso).

O conteúdo destes escritos, não somente zombam, mas, também, rebaixam as mulheres em diferentes sentidos, como se pode observar especialmente a partir dos trechos destacados, respectivamente: seja na maternidade "compulsória" como atestado de retidão; na condição de silenciada diante do homem da casa; no cerceamento da emissão de opiniões; na obrigação com o bem estar do cônjuge a ponto de ser responsabilizada pelo adoecimento do mesmo. Recuperando, mais uma vez, a lógica patriarcal bourdiesiana e considerando a época da circulação do jornal, acredita-se que tais abordagens soavam engraçadas não somente aos homens, mas, também, a uma quantidade imprecisa de mulheres.

Outro aspecto que continuava a espantar e escandalizar a tradicional normatividade da época era a inserção, cada vez maior, de mulheres em postos de trabalhos outrora exclusivamente masculinos. O que Rago (2014) sinalizara sobre a exaltação da mulher maternal e do lar na virada do século XIX para o XX, em detrimento de sua habilidade e direito ao mercado de trabalho, perdurou ao longo do tempo e se manteve nas décadas de 1950 e 1960. Ares de inconformidade e disputa davam a tônica do discurso a este respeito:

Você sabia? As mulheres, no Brasil, estão invadindo profissões que, antigamente só eram exercidas por homens. Algumas chegam a dedicar-se a atividades arriscadas, não medindo perigos nem sacrifícios. Assim é que, no Estado de S. Paulo, existem 9 agentes de Estradas de Ferro, 5 mestres de embarcação, 4 marinheiras, 3 barqueiras e coveiras. E mais ainda, 50 mulheres motoristas. Meia centena de representantes do belo sexo que ganham o pão nosso de cada dia sentadas no volante de um automóvel. **Mas os motoristas do sexo masculino nem de longe se assustam com**

a concorrencia. É que êles em S. Paulo, são em numero de 76.824 (VOZ DE DIAMANTINA, ano 54, n. 45, 24 junho 1956, grifo nosso).

A ideia de oposição entre homens e mulheres, observada no destaque que menciona "concorrência", aparece aqui como uma concepção masculina³⁸. Entretanto, a partir de uma observação mais cuidadosa e crítica, em lugar de temor da concorrência em postos de trabalhos, é válido considerar a possibilidade de que os homens se sentissem ameaçados no que tange à tradicional divisão sexual do trabalho no lar, a qual impelia mulheres exclusivamente à execução de tarefas não pagas, cerceando-as do direito a qualquer tipo de autonomia financeira — porta de entrada para uma série de outras libertações. Uma vez que mulheres passassem a trabalhar fora de seus lares, algum tipo de reorganização familiar seria imprescindível, o que colocaria sob risco a hegemonia masculina financeira e de controle sobre o lar. E o descontentamento dos homens era manifesto:

Assim é que "doutamente" decidimos que a mulher não tem direito a assento, assim na "marra". Isto porque, há muitos anos atrás, quando no dizer do (também careca) Sr Gil Neves, se amarrava cachorro com linguiça, a mulher era uma pessoa respeitosa com o seu senhor, o chamado bicho homem. Assim é que nas discussões, nunca tomava a palavra sem permissão de quem de direito. Nas ruas, andava compenetradamente tres passos atrás do senhor seu marido. Nos demais lugares mantinha uma atitude de silencioso respeito, quando presente estava o bicho homem. Até nos grupos escolares, que naquele tempo se chamavam "escolas"; simplesmente não havia professoras, não. E sim mestres, calmos, distantes, sisudos, eficientes, e sempre com uma régua numa das mãos, e a palmatória ao alcance da outra. [...] E hoje que vemos? A mulher está expulsando o homem de todos os lugares. Primeiro dos grupos escolares. Depois das repartições públicas. Invadiram as profissões liberais. São médicas, engenheiras, advogadas, aviadoras, dirigentes industriais, Secretárias e Ministros de Estado. Para não falar em outros países, como Israel, onde prestam serviço militar tão completamente como o bicho homem. Ali dirigem aviões, tanques de guerra, tripulam navios, combatem nas trincheiras, manejam canhões e metralhadoras. A continuar assim, ponderou o careca Murilo Almeida do alto de sua sabedoria "a continuar assim, o homem dentro de pouco tempo servirá apenas para puxar carroça" [...] (VOZ DE DIAMANTINA, ano 60, n. 11, 12 dezembro 1965).

O pavor masculino de "servir apenas para puxar a carroça" não parece, nem de longe, levar a pensar a respeito dos fardos carregados pelas mulheres daqueles tempos, os quais acumulavam, exclusivamente, sobre elas os pesos do recato, da retidão familiar, do sucesso do lar, do bem estar dos maridos, do silêncio frente a qualquer tipo de divergência ou descontentamento. O trabalho feminino para além de postos subalternos, como na operação de maquinários em fábricas, comuns pelo país e em Diamantina (MARTINS, 2014; GOODWIN JUNIOR, 2007; SANTOS, 2003) era, definitivamente, algo a ser coibido e freado.

-

³⁸ Esta concepção passada se torna interessante de observar visto que, na contemporaneidade, com frequência, movimentos feministas são acusados de oporem homens e mulheres como concorrentes em força e posições, colocando uns contra os outros, resultando em conflito e fragmentação social.

Não obstante o forte controle sobre as mulheres casadas, como já mencionado, as condutas das solteiras também eram mantidas sob vigilância. Na década de 1950 foi inaugurada uma coluna intitulada "Consultório do Doutor Fidêncio", na qual supostas mulheres enviavam cartas que eram respondidas com conselhos, como no exemplo a seguir:

Consultório do Doutor Fidêncio. N. A. Felisberto Caldeira: "...sentida... porque me censuraram de namorista e quero saber si isso é mesmo grave..." Resp.: Esse assunto já foi tratado neste consultório; contudo vale a pena repetir. O povo entende por "namorista" uma moça leviana, que namora em qualquer lugar e a qualquer pessôa. Si Você está neste caso, então a sua situação é lamentável. Com certeza o teu futuro não será nada agradavel. Uma moça com este mau hábito está muito desvalorisada! Namorar às vezes é pecado. Como Você não ignora; namorar na hora do culto de Deus seja dentro da igreja ou na procissão pode ser pecado. Namorar um homem casado é pecado. Namorar á torto direito é leviandade pecaminosa. — O namoro sério costuma ser o começo de projeto de casamento; portanto não ha nada de mal nisso. (VOZ DE DIAMANTINA, ano 53, n. 38, 05 julho 1959).

Com a evocação de mandamentos da "lei de Deus", o respondente sob codinome Dr. Fidêncio trata o namoro como pecado em qualquer circunstância. Mas namoros sérios seriam tolerados por sinalizarem casamento sério. Mais uma vez o casamento aparece como uma espécie de redenção. Namorar em qualquer lugar ou qualquer pessoa conferiria leviandade à moça "namorista" de mau hábito, condenando-a à desvalorização e a um futuro nada agradável. O reforço da mancha à honra correlacionada a hábitos transgressores à pureza feminina também aparecem em outros textos, como em um caso ou "causo" relatado pelo jornal posteriormente:

Uma mulher sem juízo. É muito comum, a depreciação do que temos á mão. A humanidade nunca está satisfeita com o que tem, achando que os outros tem mais. É a eterna ambição na vida de muita gente, tornando-a insatisfeita, capaz de atos inconfessáveis para alcançar o ideal almejado. E daí vem o crime: Ha muitos anos, morava na Rua do Amparo, uma família cujo chefe, empregado no comércio, ganhando um ordenado miserável, não podia atender as exigências da mulher, que, comparando a sua vida com a de outras pessoas, não dava sossego ao pobre, alegando que vivia com o umbigo encostado no fogão dia e noite; ao passo que a visinha fulana. Uma empregada boa casa, bons vestidos, frequentando tôdas as festas. Ele, quando era apenas namorado, fazia ver á moça que não ganhava o suficiente para contrair matrimonio; mas ela o animava dizendo que, se fosse preciso, até num rancho de capim moraria! Em vista de tanto desprendimento, candidatou-se á sua futura desgraça. Empregado honesto, mas insinuado pela mulher, acabou roubando o patrão. Descoberto, quando surrupiava uma cédula de 200 mil reis (hoje 200 cruzeiros), foi dispensado. Chegou em casa desolado; mas a mulher tentou consola-lo, que o patrão pagando lhe um miserável ordenado, é que era ladrão, pois êle estava apenas se defendendo... Mas desempregado e desmoralisado pelo acontecido, entregou-se à bebida, falecendo em pouco tempo. E ela, viuva moça bonita e sem juizo, acabou expondo-se à venda... o que aliás já fazia veladamente, em vida do marido! O casal tinha dois filhos, meus colegas de escola, que foram morar no Rio com um tio materno. (VOZ DE DIAMANTINA, ano 57, n. 45, 25 agosto 1963).

Caso se tratasse de um causo, a alegoria pareceria realista. Mas se a narrativa se referisse a um relato verdadeiro, pareceria não importar à edição do *Voz de Diamantina* a

exposição dos sujeitos da história. O importante, neste caso, seria manter a linha pedagógica de condução moral quanto a todos os males uma mulher desajuizada poderia causar ao seu marido e, consequentemente à sua família. No caso publicado pelo jornal, o mau comportamento da mulher custou a honestidade, o emprego e a vida do esposo, bem como o direito dos filhos a um lar normativo e decente, uma vez que estes foram entregues a parentes. A mulher, qualificada de maledicente, maliciosa e ardilosa, foi responsabilizada pela ruína de toda a família, além de ser acusada de se vender, em outras palavras, se prostituir, tanto após a viuvez quanto estando o marido ainda vivo.

Vivenciar a própria sexualidade, compulsoriamente ou por vontade própria, talvez fosse considerada a maior das transgressões femininas. E isto, definitivamente, desde tempos mais remotos, como discutido por Roberts (1998), Rago (2014), Federici (2017), Leite (1992, 2009) e Engel (2004), serviu de "justificativa" para classificar dicotomicamente as mulheres, a exemplo de boas/más, puras/impuras, santas/putas, honestas/desonestas, recatadas/vadias etc. No contexto aqui discutido ainda ocorria, a partir da romantização do papel da mulher encarado como sacerdócio, a desqualificação de qualquer uma que ousasse manifestar ou viver sua sexualidade, ou ainda, aquelas que fossem empurradas ao serviço sexual, uma vez que:

Identificada à religiosa ou mesmo considerada como santa, à imagem de Maria, a mãe será totalmente dessexualizada e purificada, ainda mais que, ao contrário, a mulher sensual, pecadora, e principalmente a prostituta, será associada à figura do mal, do pecado e de Eva, razão da perdição do homem. Assim, serão contrapostas no discurso burguês duas figuras femininas polarizadas mas complementares: a santa assexuada mas mãe, que deu origem ao homem salvador a humanidade, que padece no paraíso do lar e esquece-se abnegadamente dos prazeres da vida mundana, e a pecadora diabólica, que atrai para as seduções infernais do submundo os jovens e os maridos insatisfeitos. A primeira, toda alma e sacrifício – símbolo do bem; a segunda, exclusivamente carnal e egoísta – encarnação do mal. Ambas, no entanto, submissas, dependentes, porcelanas do homem, incapazes de pensarem racionalmente e, consequentemente, de dirigirem suas próprias vidas (RAGO, 2014, p. 112-113).

Cabe, ainda, recuperar que essa dessexualização da mulher, como apresentada a partir das discussões de Roberts (1998), diz respeito a um arbítrio da Igreja, ainda no período medieval, e que tal medida visava a manutenção do patriarcado. Constata-se que, em diferentes tempos e espaços – no medievo europeu e no século XX brasileiro – mais uma vez é corroborado o postulado de Bourdieu (2017) acerca da dominação masculina e seu ciclo histórico de perpetuação, profundamente marcado por ações e imposições da Igreja. O que se configura como novidade dos tempos mais recentes é o surgimento e estabelecimento da imprensa, bem como sua imediata aliança com a prática eclesial aqui discutida, no caso de Diamantina. A imprensa se torna, então, mais uma instituição que, nos termos de Bourdieu

(2017), se empenhou por continuar transformando a história em natureza e o arbitrário cultural em algo natural frente às sociedades, sobretudo, frente às mulheres.

Entretanto, especialmente no trecho a seguir, confere-se uma publicação que se baseia em pregações do Bispo, na qual são observadas exortações dirigidas, também, a homens:

[...] Acho que a raiz principal da decadencia moral de nossa época se encontra nas deturpações do casamento, nos crimes que se cometem á sua sombra, nas caricaturas funestas que dele se fazem no recesso dos lares e nos proscenios da sociedade paganizada em que vivemos. As quédas horríveis do nivel moral contemporâneo vão quase todas por conta do clima de bordel que muita gente teima em sustentar nos céus do casamento. E o peior é que a maioria dos que contrafazem o matrimonio e o reduzem a simples fenômeno de sexualidade contra a natareza e contra o Evangelho, não gostam de quem se abalança a lhes apontar os erros e lhes receitar as duchas de pudor de que andam precisados para a higiene moral. O que desgraçadamente está ficando muito comum por aí, além dos maridos desavergonhados e devassos, são uma tantas "madames" que desviam duas trompas: a de Falopio, para não ter filhos, e a de Eustáquio, para não ouvir a pregação da Verdade e a condenação da sua depravação muito mal disfarçada. Esses e essas devem ser os que estão estranhando as pregações do Sr, Bispo. Mas, como purificar o templo do matrimonio cristão, sem expulsar, de chibata em punho, os vendilhões que lhe profanam as naves? Como conseguir a reforma da família e a restauração da sua sacralidade, sem entupir os ouvidos dos casados com os impactos de doutrina segura cuja ignorancia explica em parte os seus desatinos? [...] Para a reforma da sociedade é absolutamente necessaria a extirpação do divorcio, do adulterio, da frustração das finalidades básicas do matrimonio. Ora, para se chegar a isso, não ha outro meio senão incomodar pelas sonoridades austeras do evangelho os adúlteros, os divorciados, os amancebados, os desavergonhados que têm a "matriz" do lar na rua tal n° tal e as "filiais" indecentes do Bêco do Mota ou noutra rua tal nº tal. Como reconduzir a mulher á nobreza sublime do seu papel de esposa e de mãe, sem lhe pintar ao vivo o crime das que se negam ao cumprimento dos seus deveres de esposa e aos imperativos das suas obrigações de mãe? A sociedade anda cheia dessas que, por vaidade, por covardia e por outros motivos ainda menos nobres, não querem saber de filhos, quando nós estamos cansados de saber que o lar sem filhos se enche comumente de amantes ou a "boneca" vai perturbar a paz dos outros lares numa triste concorrencia com as moçoilas sem juizo. [...] (VOZ DE DIAMANTINA, ano 42, n. 12, 26 março, 1950).

Uma verdadeira novidade o registro de adjetivações a homens – adúlteros, divorciados, amancebados, desavergonhados e devassos – uma vez que tal tipo de discurso não era comum em um contexto que se referia de modo pejorativo, majoritariamente, a mulheres. A menção ao Beco do Mota e às "filiais indecentes" também acaba por expor desvios de comportamento masculinos, principalmente dos homens comprometidos. Mas trata-se de uma exceção encontrada no extenso material digital pesquisado e analisado.

Ressalva registrada, cabe retornar à prática predominante do jornal: exortar as mulheres pertencentes às sociedade a partir da normatização do padrão feminino de conduta e comportamento. Nas entrelinhas desta maneira de atuação e, por vezes, de modo direto como será mostrado no próximo item, as mensagens jornalísticas definiam clara distinção entre as mulheres adequadas ao casamento e as outras. Estas outras, as quais simbolizavam o mal, eram socialmente condenadas e consideradas as reais responsáveis pela decadência moral da

época. Seus comportamentos e hábitos representavam tudo aquilo que não cabia às mulheres de sociedade.

2. 3. Beco do Mota e meretrizes: mácula urbana

Um dos traços mais característicos da personalidade da mulher pública, na visão dos médicos, é a preguiça, a aversão ao trabalho e a perseguição desenfreada do prazer. A prostituta é aquela que, ao contrário da mulher honesta e pura, vive em função da satisfação de seus desejos libidinosos e devassos. Ela "tem um andar, um sorriso, um olhar, uma atitude que lhe são próprios; é preguiçosa, mentirosa, depravada, extremamente simpática ao álcool, despreocupada do futuro, e muitas vezes destituída de senso moral". Antítese da esposa honesta, a mulher da vida tem um "apetite sexual, [...] inato e incontido, que leva a precocidades, por vezes fantásticas, na prática de perversões ou mesmo do coito". É burra e ignorante: "Limitadíssimos são os seus recursos intelectuais, raríssimas mulheres poderiam ostentar uma conversação em que seja necessário o manejo do raciocínio ou pequena contribuição lógica [...]". Leviana, inconstante, volúvel, irregular, adora o movimento, a agitação e a turbulência: "poucas há que persistam num mesmo domicílio durante o espaço de um ano." Instável física e espiritualmente: "Variáveis de opiniões, incapazes de seguir um assunto até o fim, levianas, exaltadas, irritáveis, e muitas vezes insolentes". A puta é aquela que, gulosa e incontrolável, adora os excessos de álcool, de fumo, de sexo (RAGO, 2014, p. 120-121).

Assim como em outros tempos, desde a remota antiguidade clássica, é parte da lógica da dominação masculina classificar mulheres entre esposas e prostitutas. Com o surgimento do cristianismo, a moral religiosa passou a defender o matrimônio católico, no qual o sexo deveria ser normativamente destinado à procriação. No início do século XX, em alguma medida a Igreja manteve um posicionamento ambíguo, pois acabava por reconhecer a importância da prostituição para a preservação da pureza e honra das mulheres de família, uma vez que "a sexualidade masculina não tinha seu livre exercício desencorajado, nem mesmo no casamento" (MARTINS, 2014, p. 313). A prostituição acabava por se constituir em mal a ser combatido, porém, necessário à manutenção da sacralidade dos lares.

A dupla moral da Igreja, que aparece com mais ou menos ênfase em um ou outro tempo histórico (ROBERTS, 1998; MARTINS, 2014), sempre foi um mecanismo contraditório e que contribuiu, em certo sentido, para a manutenção da prostituição, uma vez que a classificava como mal necessário. Esta dualidade, entretanto, não foi suficiente para imbuir a atividade de qualquer licitude nos tempos mais recentes. E, não obstante as prostitutas serem consideradas desviantes sob o ponto de vista comportamental, os postulados de médicos sanitaristas passaram a contribuir com a empreitada de repressão às mulheres consideradas de má vida. Vinculado ao prazer excessivo e sem a finalidade de reprodução, o trabalho sexual foi inserido no *hall* do saber médico, sobretudo, quando associado a moléstias,

como a sífilis, de modo que a prostituição passou a ser concebida como espaço de sexualidade doente e distorção da natureza (ENGEL, 2004). Destarte:

[...] os médicos sanitaristas brasileiros invadem o submundo da prostituição, classificam as mulheres "degeneradas", investigam seus hábitos e gostos, diagnosticam suas doenças, procurando acumular todo um conhecimento sobre a mulher pública e difundir o estereótipo da puta, a partir do qual elas serão situadas para fora do campo da normalidade sexual e social. Nos laboratórios de estudo em que são transformados os bordéis, os hospitais e as prisões das "perdidas", elaboram-se simultaneamente técnicas de saber e estratégias de poder destinadas a enclausurar e a domesticar as práticas sexuais extraconjugais (RAGO, 2014, p. 117).

Assim, as marcas da diferenciação moral entre mulheres da vida e esposas honestas, por meio do discurso médico e com a amplamente discutida atuação da Igreja, fomentavam um imaginário social preconceituoso e duro em relação às prostitutas. Neste contexto, a prostituição se tornara uma transgressão notória, já que se tratava de uma atividade estigmatizada e que mantinha suas adeptas à margem da sociedade, as quais eram assim definidas:

Mulheres de má vida, meretrizes insubmissas, impuras, insignificantes, o que fazer com essas loucas que recusam o aconchego do casamento, que negam a importância do lar e preferem circular enfeitadas pelas ruas, desnudando partes íntimas do corpo, exalando perfumes fortes e extravagantes, provocando tumultos e escândalos, subversivas que rejeitam o mundo edificante do trabalho, surdas aso discursos masculinos moralizadores e que perseguem a todo o custo a satisfação do prazer? (RAGO, 2014, p. 115).

O Beco do Mota é conhecido como o mais famoso reduto da boemia e do meretrício do passado diamantinense. Trata-se do principal marco espacial deste trabalho e se constitui em referência à temática de prostituição em Diamantina. Localizado na área central da cidade, foi considerado por Martins (2014) como um gueto, assim definido:

Inegavelmente, desde o século XIX a principal "zona" em Diamantina era o Beco do Mota. Na verdade, o Beco do Mota era um conjunto de estreitíssimos becos no centro da cidade, situados diante do Largo da Sé e limitados, de um lado, pela rua Direita, e, de outro, pelas ruas da Quitanda e do Carmo. Desses becos, o mais comprido era o do Alecrim, cortado transversalmente pelo beco do Mota e pela Travessa do Carmo. Nesses becos, irregularmente calçados com pedras, havia casas baixas e uns poucos sobrados geralmente construídos com paredes de meia. As edificações do Beco do Mota abrigavam bares, cabarés, casas de mulheres e umas poucas casas de família, localizadas no princípio do beco do Alecrim (MARTINS, 2014, p. 320).

Para ilustrar um pouco a intensidade da ocorrência do meretrício no local, de acordo com o recorte temporal deste trabalho (1950-1969), importa destacar que Martins (2014) apurou que em 1938 entre 40 e 50 mulheres trabalhavam no Beco do Mota. Ao final da década de 1940, elas somavam-se cerca de uma centena. A partir de 1953 eram 74 e, dez anos depois, cerca de 50. Observa-se um aumento na década de 1940 e posterior diminuição gradativa nas décadas de 1950 e 1960, respectivamente. Acredita-se na existência de

correlação entre os discursos normatizadores apresentados no subcapítulo anterior com a mitigação do movimento na zona de meretrício. E, entende-se, a partir das análises e exemplos que se seguem, que um esforço conjunto entre Igreja, autoridades, sociedade e Estado foi responsável pela extirpação da existência do meretrício no Beco do Mota.

Dentre os 103 textos selecionados dos exemplares pesquisados do jornal *Voz de Diamantina*, há 33 que fazem algum tipo de menção à prostituição e/ou ao Beco do Mota. É uma quantidade bem inferior aos tantos textos que se ocupavam de exaltar o padrão ideal de feminilidade. Entretanto, estes novos textos do periódico demonstram, por exemplo, como as elites diamantinenses se posicionavam em relação à existência do Beco do Mota e à atividade de meretrício:

A madrugada. Orgias e desacatos. De sabado para domingo, á hora, justamente, que o *bronze* da nossa Catedral anuncia a Missa Matinal, pais de familia, pessôas de responsabilidade reclamam sérias providencias da nossa digna autoridade contra casos escandalosos que se teem praticado no coração da cidade, na rua Dr. Francisco, antiga da Quitanda. Justamente á hora em que as famílias de Diamantina procuram o templo, para assistir á santa missa, não é possivel que se permitam essas algasarras infernais, perturbadoras do socêgo publico, assim como que se reproduzam as cenas escandalosas que ali foram praticadas por meretrizes, o que nos vexam relatar. Ao dr. Antonio Felicio da Silva, nosso digno Delegado Adjunto, solicitamos suas providencias. (VOZ DE DIAMANTINA, ano 42, n. 6, 05 fevereiro 1950).

A veemência da reclamação era reforçada pela localização geográfica do Beco do Mota: exatamente em frente a Catedral da Sé, bem no centro da cidade. Diante das tantas recomendações de recato e pudor, com forte teor de moral religiosa, nos diversos textos jornalísticos utilizados, a proximidade entre Catedral e zona de meretrício se destaca como um fator que exaltava ainda mais os ânimos. Além do mais, como proposto inicialmente, não se pode dissociar a insistente atuação da Igreja na elaboração de um imaginário coletivo acerca do que seria adequado para as mulheres de sociedade, nem do consequente rebaixamento dirigido às mulheres que representavam o clímax do desvio às regras impostas pelas elites: as meretrizes do Beco do Mota.

No que se refere especificamente às prostitutas, historicamente, é parte das características destas mulheres certa extravagância no vestir e no comportar (FEDERICI, 2017; RAGO, 2014; ENGEL, 2004; ROBERTS, 1998; DRUMMOND, 1991), sobretudo, em seus locais de trabalho. Exibir as formas, adornar-se com sensualidade, comportar-se ousadamente, brincar com os próprios cabelos ou com perucas para valorizar a própria aparência etc. são partes intrínsecas à comercialização dos serviços sexuais. Os novos paradigmas culturais da década de 1950, os quais traziam inúmeras novidades na moda feminina, encontravam entre as prostitutas um terreno fértil para se disseminarem. Além do

mais, as características das novas tendências de roupas, que encurtavam os tamanhos das saias, exibiam braços e colos, deixavam os cabelos mais livres ou curtos, torneavam as pernas com as calças cumpridas, coloriam os lábios de batons e pintavam de rubras as bochechas das mulheres, afrontavam o tradicionalismo da conservadora Diamantina. De modo que Martins (2014) registrou:

Portanto, para os moralistas de Diamantina, em meados do século XX, as prostitutas e os cabarés do Beco do Mota faziam parte de uma coisa maior e perversa, o "americanismo", os modismos difundidos pela indústria cultural, intrinsecamente orientados para a destruição dos padrões morais tradicionais. Os setores mais conservadores da sociedade diamantinense acreditavam que o país e a cidade estavam afundando no poço da dissolução dos costumes porque as "leis, em troca de impostos, permitiram a porta franca dos bordeis". Para esses setores sociais, a omissão das autoridades contribuía para que moços incautos e senhores esquecidos do seu nome, do seu estado, da sua conduta e de seus deveres escorregassem diariamente nas zonas boêmias (MARTINS, 2014, p. 315-316, grifo do autor).

Há um ar de negação dos próprios desvios por parte das alas sociais representadas pelas observações acima. A associação direta do americanismo com as prostitutas, aqui compreendida como correlacionada à moda e aos comportamentos, não deveria causar impacto algum às mulheres recatadas da sociedade, visto que, ao que consta, as segundas não tinham qualquer tipo de convívio com as primeiras. Outra prerrogativa que soa equivocada é o suposto poder exercido pelo Beco do Mota de atrair rapazes e senhores para as zonas. Apesar de estes homens estarem, no texto, caracterizados como incautos e despreocupados com a própria conduta, o *status* de problema urbano recaía sobre a existência das mulheres da área de meretrício, de modo a isentar os frequentadores de sua real parcela de responsabilidade sobre os próprios atos, como se estes fossem fracos a ponto de se tornarem totalmente vulneráveis e à mercê de qualquer encanto ou apelo feminino.

As cobranças às autoridades por parte de um periódico que também fazia, por vezes, ecoar a voz da população, continuavam a aparecer em uma ou outra edição: "em Diamantina, nem uma meia dúzia de casas populares ao menos conseguimos, até hoje, para um bairro urbano. Que não se constrúa Arranhas-Céu, mas ao menos arranhas-Inferno, para sanear aquele centro do Bêco do Mota, vulgo Alecrim..." (VOZ DE DIAMANTINA, ano 52, n. 5, 02 maio 1954). O texto não expõe se havia e qual seria a real necessidade de moradias por parte da população que justificasse a construção de casas populares. Entretanto, está clara a insatisfação em relação às moradoras e moradores do Beco do Mota. Acredita-se que a menção aos arranhas-céu se correlacione ao início das obras do edifício JK³⁹, no ano de 1952,

-

³⁹ "O prédio foi arquitetado por Oscar Niemeyer e construído graças ao então governador de Minas Gerais, Juscelino Kubitschek, motivo pelo qual o edifício recebeu esse nome. O objetivo de JK era 'atenuar a crise de moradias que afetava a classe média, proporcionando habitações de alto padrão a custos muito baixos'. A obra

em Belo Horizonte. Entretanto, a perversidade pode ser observada ante o jogo de palavras que opõe "Arranhas-Céu" e "arranhas-Inferno", sendo o segundo sugerido como moradia às pessoas que ora habitavam a área das zonas. Perversidade esta fruto do preconceito, alimentado, sobretudo, pelo discurso moralizador característico do *Voz de Diamantina* à época.

Nem mesmo o filho mais ilustre de Diamantina, Juscelino Kubitscheck (1902-1976), como figura política conhecida que se tornou no âmbito nacional a partir dos mandatos de governador do Estado de Minas Gerais (1951-1955) e de presidente do Brasil (1956-1961), escapou dos apelos da população:

Recado semanal aos Diamantinenses. Em uma reunião de diamantinenses falava-se e comentava-se sobre o interesse que desde os primeiros dias de seu governo tem o Dr. Juscelino Kubitschek demonstrado em trazer beneficios a Diamantina com extraordinários melhoramentos que estão á vista de todos. E se mais não tem feito o Governador, é porque falta uma certa coordenação e planejamento por parte dos próprios diamantinenses que não debatem com interesse e objetividade os problemas que de perto afetam á nossa vida coletiva. Fato é que não há convocação de todos os elementos que poderiam cooperar para o bem público e participar da vida da nossa comuna, com opiniões e pareceres de tecnicos e experientes, reduzindo-se, afinal, por aqui, homens e fatos a um denominador comum de questiunculas mesquinhas e de mal disfarçados, ressentimentos ainda mais mesquinhos. Se nos fôsse dado opinar, fariamos, como de resto o fariam muitos diamantinenses, as seguintes sugestões para o debate e para que as mesmas fossem levadas á apreciação do Sr. Governador: 1°) Construção de casas populares em zona suburbana para a remoção do meretricio do centro da Cidade. 2°) Diamantina, cidade sem praças ajardinadas, aproveitaria a área do Beco do Mota para construção de uma com jardim, fonte luminosa e pérgula para um conjunto musical. 3) Organização de uma sociedade de capital de subscrição publica e particular para exploração industrial de produto de fácil adptação ao nosso clima (dôces de frutas, industria da sêda e exploração industrial do diamante). 4) Embelezamento do Bairro do Rio Grande, com piscinas e lagos para esporte de regata e natação, já que esse recanto é, conforme pensamos, dos mais interessantes e originais do Município e poderá tornar-se grande atração turística. Por falta do espaço, que o nosso é pouco nesta coluna, ficaremos, por agora, nas quatro sugestões acima, prometendo voltar oportunamente, certos, porém, de que não seremos mal interpretados. (VOZ DE DIAMANTINA, ano 52, n. 1, 04 abril 1954).

A cobrança manifesta no texto é permeada por decoroso respeito ao governador, uma vez observada a parcela de responsabilidade conferida à população por benfeitorias ainda

foi encomendada em 1952 e teve início no ano seguinte, porém, sua conclusão só foi acontecer em 1970. O plano do ex-governador era construir um hotel, uma boate, um complexo comercial, cinema, teatro e área de lazer, que seriam anexos de dois prédios ligados por uma passarela. Na época, a construção demorou mais do que o previsto e a intenção era de que os apartamentos fossem destinados a um apart-hotel, com alguns apartamentos de luxo. Porém, a dificuldade de se terminar o prédio, por causa do tamanho, fez com que várias administrações passassem pela construção e, antes da inauguração, marginais tomaram conta do local. Após um período de declínio, o prédio foi recuperado e destinado a moradias. O edifício é considerado um dos maiores da capital mineira. Atualmente, existem dois edifícios, um de 23 andares, localizado em frente à Rua Timbiras, e o outro de 36 andares, localizado na Rua Guajajaras. No total, cerca de cinco mil pessoas residem nas quase 1100 unidades existentes nos dois blocos do complexo. Entre esses apartamentos, há diferentes tipos: moradias com quarto e banho, com dois quartos ou duplex com três quartos e área de empregada. A população que mora no edifício é bem diversificada, desde pessoas mais humildes até médicos e advogados." (Extraído de: http://www.belohorizonte.mg.gov.br/node/33144>. Acesso em 01 dez. 2018).

não realizadas por Juscelino Kubitscheck, em função da mencionada ausência de certa coordenação e planejamento por parte dos próprios diamantinenses. Das quatro sugestões publicadas, três se referiam ao melhoramento urbano. E entre estas três, as duas primeiras se dirigiam diretamente ao Beco do Mota, sendo que recomendavam a remoção de moradores para casas populares a serem construídas no subúrbio e consequente modificação do aspecto urbano da mesma área, com construção de praças, fontes luminosas e local para apresentação musical.

Algumas edições após, em tom de charada, o apelo popular ao governador se repetiu: "Diamantina, ha velhos longos anos, possue, no seu centro uma zona encravada, pestilenta que só por um milagre, podia desaparecer; mas por milagre humano que só o dr. Juscelino pôde fazer. — Onde está ela, leitor, amigo?" (VOZ DE DIAMANTINA, ano 52, n. 35, 28 novembro 1954). Onde estaria ela, ou seja, a tal zona pestilenta central, senão no Beco do Mota? A velha perspectiva higienista, implícita na primeira cobrança, agora se desnudava. Nos termos de hoje, a gentrificação do espaço urbano, travestida de revitalização, se tornaria a materialização da instauração da moralidade no centro de Diamantina. Entretanto, não foi nos governos de Juscelino Kubitscheck que isso se concretizou, como veremos mais a seguir. E continuavam as denúncias e cobranças por parte da sociedade:

Bom dia... O problema mais cruciante de Diamantina no momento e á zona do meretrício no centro da cidade. Julgamos mais do que oportuno, sérias medidas para a erradicação de tal cousa de onde se encontra, o ideal seria que os diamantinenses interessados exigissem de seus candidatos a postos eletivos em 1962, a promessa (por escrito) de que resolveriam o problema (VOZ DE DIAMANTINA, ano 56, n. 9, 26 novembro, 1961).

Enquanto as mudanças tão desejadas pelas elites e pela sociedade conservadora não se concretizavam, o desprezo social ao meretrício e às prostitutas podia continuar a ser observado em uma ou outra matéria veiculada. Foi publicada a seguinte crônica a respeito do livro de Lagenest (1961), citado no primeiro capítulo deste trabalho:

Crônica de livros. Estudo sôbre o maior cancro social. "Lenocinio e prostituição no Brasil", de H. D. Barruel de Lagenest, em lançamento recente na Livraria AGIR Editôra, representa valiosa contribuição para a cultura brasileira, como depoimento completo sôbre o mais sério problema social. É um estudo minucioso, baseado em observações diretas e dados estatísticos, reproduzindo, também, declarações impressionantes das próprias vitimas da maior degradação humana[...]. Confirma, pois, que a profunda crise de caráter, manifestada, nos últimos trinta anos, na política e administração do Pais, é também um reflexo do baixo nível moral que inúmeros lares têm revelado. [...] Principalmente os que têm o poder de legislar, os educadores e os magistrados não podem ignorar essa obra de profundo sentimento humano, de amarga expressão como depoimento da maior miséria moral, mas, igualmente, de grande esperança como valiosa orientação, que servirá de guia para as pessoas honestas e competentes que desejarem, de fato, contribuir para a eliminação, em nosso Pais, da maior degradação humana. O autor apresenta os meios de combate ao lenocínio e a prostituição, indicando, principalmente, os processos de reabilitação das decaídas, processos comprovados pelos grandes

resultados obtidos pelas "casas de reajustamento", que já vêm funcionando, para readaptar essas moças a uma vida inteiramente normal. Nessas "casas de reajustamento" a assistência que lhes é proporcionada toma-se completa, concedendo-lhes confôrto moral, através de tolerante e sábia orientação cristã, e amparo material, através do recolhimento das mais desajustadas a um regime de internato. [...]. Helio C. Teixeira (VOZ DE DIAMANTINA, ano 55, n. 22, 12 março 1961).

Apesar dos apontamentos acerca de condições de vida humilde que poderiam empurrar moças à prostituição, o que as medidas corretivas de Lagenest (1960) propunham se referiam, sobretudo, à recuperação moral, a qual contaria com orientação cristã. Não obstante, este autor também concebia a prostituta a partir do viés da sexualidade anômala, resultante de psicopatia, o que servia de justificativa para as casas de ajustamento e as internações compulsórias por ele estimuladas. Tudo isso contribuía para alimentar ainda mais um imaginário desumanizador em relação às meretrizes.

Outra publicação, desta vez um texto intitulado "Salário mínimo, círculo vicioso" questionava, dentre outros aspectos econômicos, a possibilidade da decisão governamental de aumentar o salário mínimo⁴⁰. Cabe destacar o seguinte trecho:

Nas classes trabalhadoras pelo que se vê, se ouve e se lê (onde o autor dessas linhas é uma unidade) não querem mais dinheiro, mas sim uma vida mais barata. Além disto existe entre nós, por exemplo, muitas mocinhas, rapazolas, muita gente nova na vida que, mesmo recebendo um salario pequeno, este ainda vem servindo para ajudar á casa e proporcionando a esta gente uma oportunidade para, com as suas aptidões, melhorarem suas remunerações. Se forem dispensadas do emprego que têm, uma vez que as empresas patronais não suportam o salario minimo, então onde e como se ocupará esta gente? Seria a corrupção, o meretrício. Estamos diante de um circulo vicioso que o regime não conseguiu eliminar e provavelmente não o consiga tão cedo [...] (VOZ DE DIAMANTINA, ano 52, n. 9, 30 maio 1954, grifos nossos).

Diante da eminência de uma crise de desemprego em função da possível oneração das folhas de pagamento, a autora do texto expressou sua preocupação com as moças jovens, às quais uma vez sem trabalho e salário, restaria a corrupção, o meretrício. Assim como no exemplo anterior a este, o aspecto econômico está apontado como fator de estímulo à prostituição. Entende-se que, em certo sentido, o meretrício também era compreendido como o ponto de dignidade mais baixo a se alcançar em troca de algum tipo de remuneração, além de estar claro que esta perspectiva de dignidade existente era elaborada, também, em função dos moralismos religiosos, do conservadorismo e da subjugação feminina como um todo.

Ao contrário dos dias de hoje, em que a prostituição possui *status* de trabalho de acordo com a CBO⁴¹, ao se falar das décadas de 1950 e 1960 admite-se ausência de dignidade

⁴⁰ No início de 1954, João Goulart, então ministro do trabalho que mantinha diálogo com a classe trabalhadora, havia proposto o aumento de 100% para o salário mínimo vigente, o que custou sua permanência no cargo. O ano é registrado como conflituoso economicamente dadas as reações dos sindicatos patronais.

intrínseca ao trabalho sexual da época, a qual se dava em função do preconceito generalizado, do estigma e da marginalização, que resultavam em vulnerabilidade no que diz respeito à segurança e à saúde, por exemplo. Tratam-se de tempos distintos que devem ser analisados e compreendidos a partir de suas próprias dinâmicas e processos de elaborações sociais. E, novamente sobre a época do estudo, outro aspecto a ser considerado no âmbito de falta de dignidade quanto à existência das prostitutas se refere aos motivos que as conduziam ao trabalho nas zonas. Martins (2014) registrou que:

As prostitutas que atuaram em Diamantina tinham a mesma extração social. Eram mulheres provenientes de áreas rurais, de famílias de lavradores, quase sempre analfabetas. [...] Até a década de 50, as prostitutas que viveram em Diamantina foram empurradas para o meretrício porque perderam a "honra". Nas comunidades rurais do nordeste mineiro, as moças que se "perdiam" muitas vezes não tinham alternativa, senão prostituírem-se. Eram invariavelmente postas para fora de casa e estigmatizadas pela população local, restando-lhes o caminho da migração para centros urbanos maiores na tentativa de sobreviver. Sem qualquer qualificação, a maioria das vezes analfabetas, essas mulheres procuravam empregos domésticos ou passavam a vender seu próprio corpo. Outro fator que empurrava mulheres para a prostituição era o abandono de seus companheiros. (MARTINS, 2014, p. 321-322).

Pode-se dizer, a partir do que coloca o autor, que as mulheres do Beco do Mota que se enquadravam no tipo de histórico acima exposto eram duplamente agredidas em sua dignidade: primeiro, pelo abandono da própria família em função da perda da honra, que costumava se dar em condições de violação; segundo, pelo não acolhimento social diante de possíveis violações sofridas. Como resultado, nestes casos, a prostituição se tornava uma realidade compulsória. A predominância da norma patriarcal de culpabilização da mulher se faz presente neste contexto, assim como a total ausência de compaixão e misericórdia por parte da sociedade que se apresentava como extremamente religiosa e devota a Deus. A leitura contemporânea que se pode (e se defende aqui: que se deve) fazer disto é a de se tratar de uma sociedade omissa, a qual, no caso da prostituição, ao invés de buscar compreender as origens das próprias mazelas sociais, optava por desqualificar suas vítimas.

De modo a reafirmar, mais uma vez, a normatividade patriarcal e a prática de rebaixamento da mulher, cabe mencionar o temor do divórcio, a respeito do qual discutia-se na época, mas que veio se tornar legal apenas em 1977 (MORAES, 2003). Era comum no *Voz de Diamantina* haver publicações que alertassem as mulheres acerca dos males desta possibilidade, dentre as quais selecionou-se a seguinte:

A mulher divorciada A reportagem de uma revista americana colheu dos lábios de uma senhora divorciada a seguinte confissão: "Um dia, depois de divorciada, fui visitar uma amiga. Conversando, entardeceu. Acompanhei-a até à cozinha, quando foi preparar a ceia. Alentava a esperança que me convidaria para passar a tarde em sua companhia. Entretanto, repentinamente, minha amiga me disse: perdoa-me, mas

-

⁴¹ Ver nota de rodapé n. 4, na introdução.

devo despedi-la antes que meu marido regresse. Não o quero perder, nem quero que me encontre com uma mulher divorciada... Voltei para casa, e chorei a noite tôda". Dos 6 milhões de mulheres divorciadas americanas, quantas não se sentirão perdidas, como esta, num mundo desconhecido? A outra vítima inevitável: Os filhos são, sem dúvida, os primeiros sacrifícios exigidos pelo divórcio, mas nem os cônjuges são poupados. A mulher é a próxima vítima, intoxicada pelo veneno divorcista. E, por isso não é sem um certo mal estar que se lêem estas palavras de uma mulher, em O Jornal, de 8 de junho, enaltecedoras de conhecido divorcista brasileiro, louvando-o como "lutador corajoso e leal das reinvindicações femininas". Sabe-se que uma destas reinvindicações é o divórcio. Os que o defendem têm-no como um meio de emancipação da mulher, arma jurídica contra os maridos que não deram certo. A mulher emancipada pelo divórcio: Será mesmo? Discutamos assim o problema: a mulher que se divorcia ou é inocente ou é culpada. E ainda: ou ela requer o divórcio, ou seu marido, ou pedem no os dois. Se a mulher é inocente, e o marido pede o divórcio contra ela, qual sua verdadeira posição? O marido pode estar cansado por ser ela uma flor que começa a desbotar e a fenecer; ao seu lado aparece outra flor mais perfumada, mais rica, mais fresca. Por que não colhê-la? A porta está aberta, basta arranjar o pretexto... Que momentos de incerteza e amargura para a pobre mulher ameaçada, e sem esperanças e mesmo sem a vontade de organizar outro ninho. Já o fantasma do divórcio pode apavorar um coração de espôsa e mãe sensível ao amor. E se já não é moça, e se tem filhos, e se é feia, e se não é rica, irá bater a porta de que coração de homem para querê-la em lugar de tantas outras que oferecem muito mais atrativo ao homem egoista? O divórcio dá carta branca ao homem; mas compromete de modo impressionante a mulher. A mulher é sempre mulher. Pensemos na outra hipótese: é a mulher que requer o divórcio contra o marido indigno dela. Parece que neste caso está de fato usando a arma do mesmo para a sua emancipação. Será assim na realidade? Uma frase de De Ronald resume magistralmente a verdadeira situação: "O casamento é uma sociedade natural e não uma associação comercial. As quotas não são iguais; o homem entra com a proteção de sua fôrça, a mulher com as exigências de sua fraqueza. Em caso de separação, não são iguais os resultados. O homem sai com toda a sua autoridade; a mulher não sai com toda a sua dignidade, e de tudo que ela levou para o casamento, pureza virginal, juventude, beleza, fecundidade, consideração, fortuna, em caso de dissolução, só poderá retomar o seu dinheiro". O exame das diferenças entre o homem e a mulher explicam estas asserções. A vida sexual do homem é mais longa que a da mulher. As graças femininas começam a perder seu vigor entre os 40 e 50 anos, e as estatísticas mostram que a maioria dos lares se desfazem depois dos 10 ou 20 anos de casados. O número enorme de divorciadas que acabam loucas, ou meretrizes, ou põem fim à vida pelo suicídio, não será talvez um indício de que elas não tiveram a fôrça de enfrentar a nova situação criada por aquilo que julgaram ser remédio infalível para a sua emancipação? A lei pode pôr a mulher em pé de igualdade com o homem será sempre homem, com suas virtualidades típicas, e a mulher será sempre mulher com seu coração para dedicar-se como espôsa e amar como mãe. A mulher divorciável ou divorciada é reduzida á simples categoria de mulher, ou para falar claro: de um objeto de exploração. É a realidade! -Mas, não bastam os milhões de vítmas sacrificadas pelo divórcio? Será, que a mulher brasileira quer aumentar o número delas? Urge, de sua parte, uma tomada de posição contra os que querem aumentar o número destas infelizes abandonadas. (Pe. Dr. Frei Ildefonso Silveira, O. F. M., Div. CRF.) (VOZ DE DIAMANTINA, and 52, n. 41, 27 julho 1958, grifos nossos).

Este texto é mais um elemento bastante ilustrativo do argumento presente neste trabalho de que o estigma que paira sobre a prostituição diz respeito a todas as mulheres. Nesta lógica, alguma superação da insignificância feminina poderia se construir à sombra de um homem, melhor dizendo, de um marido que aceitasse amparar a mulher dando a ela a posição de mulher casada. De autoria de um religioso, a mensagem pontua a defesa da

superioridade masculina em autoridade, em força e, até mesmo, em vigor sexual. A mulher foi reduzida, mais uma vez, à função de procriadora e sua dignidade reduzida à virgindade oferecida no casamento. A mulher foi, também, desmerecida em função da perda de atributos físicos ao longo do tempo. E caso ousasse solicitar divorciar ou aceitasse o pedido de divórcio do companheiro, passaria a ser classificada como objeto de exploração, tal como eram as prostitutas. Poderia até se tornar prostituta, caso não enlouquecesse ou suicidasse antes.

No contexto social da época, o divórcio significava, para a mulher, a perda de qualquer valor que se pudesse ter. Por fim, o que haveria então de comum entre as prostitutas e as outras mulheres, a partir do teor e da mensagem deste texto? Eram ambas sujeitadas, objetos. Nenhuma delas era concebida como sujeito.

Ainda no âmbito da destituição das prostitutas de qualquer tipo de dignidade⁴², aqui tratada no sentido mais básico do direito ao mínimo respeito, uma publicação específica chamou a atenção ao longo da análise. Trata-se de um relato sobre o suicídio de uma mulher de Governador Valadares/MG:

"Bom dia, tristeza" S.O.S. III — Sinal dos tempos, foi o episódio pungente acontecido recentemente em Governador Valadares. Uma mulher da vida fácil (que ironia o nome) suicidou-se juntamente com os seus 5 filhos menores, o mais velho dos quais de 6 anos de idade. O motivo, foi que a mesma estava prestes a cair em extrema miséria com as crianças. Preferiu a morte. De quem a culpa? Do govêrno que tolera a prostituição oficializada no Brasil; da sociedade que nada faz para remediar tamanho mal, quando sabemos que nos paizes mais adiantados e que encaram tal problema de frente, a prostituição é crime. Enfim a culpa é de todos nós, que nada fazemos para acabar com essa mancha que enfeia a nação brasileira. Afinal, que se pode esperar de crianças criadas em tais ambientes, sem ter quem lhes oriente, eduque e conduza através da vida? Uma cousa é certa: agora ninguem tem culpa e não quer assumir responsabilidades, mas nenhum de nós, escapará ao julgamento de Deus (VOZ DE DIAMANTINA, ano 52, n. 11, 15 dezembro 1957).

A mensagem reforçava a tratativa da prostituição implicar em mal a ser combatido e questionava os responsáveis por sua existência. Afirmar que a prostituição era oficializada no Brasil não se constituiu em afirmação inverídica, visto que o Código Penal (BRASIL, 1940) não tratava e não trata a atividade como crime. Entretanto, é questionável o ponto em que o governo é apontado como tolerante ao meretrício, visto que, uma vez autorizadas pelo governo, ações policiais dirigidas aos crimes como lenocínio, rufianismo ou qualquer outro correlacionado à prostituição, tanto no passado quanto nos dias de hoje, costumam se caracterizar pela truculência para com trabalhadoras sexuais, as quais não são criminosas em função de suas atividades.

4

⁴² De acordo com Vale (2016), "os direitos humanos emergiram da necessidade de construção valorativa da dignidade humana como paradigma e referencial ético orientador da ordem internacional" (VALE, 2016, p. 2). Não obstante, a ideia de dignidade enquanto um direito universal implica que se trata de algo aplicável a todos os indivíduos, sem exceção. Entretanto, particularidades também precisam ser consideradas, de modo que sejam respeitados aspectos como culturas, saberes e histórias.

Mas o novo aspecto contido no conteúdo acima é a manifestação da preocupação com as crianças, aquelas filhas e filhos de prostitutas. A grande pergunta feita pelo jornal é quanto ao que aquelas crianças poderiam se tornar. Já o que se impõe como certeza, diz respeito à inexistência de alguém capaz de educá-las e orientá-las nos ambientes de prostituição. A prostituta, ainda que fosse capaz de parir, era inconcebível para o papel de mãe. Deste modo, os rebentos se tornavam herdeiros do estigma que pairava sobre suas mães, o que condenava, também, a própria relação entre eles. Salvar estas crianças e garantir a elas um futuro se tornou, em Diamantina, uma empreitada social:

A Sociedade Beneficente S. Francisco, tendo à frente o Capitão João Julio Costa, idealisou a Construção de um Asilo nesta Cidade, com a finalidade de recolher as menores que vivem na zona boemia, na mais triste promiscuidade, afastando-as daquele meio pernicioso e proporcionando-lhes sadia educação. E não ficou só na conversa. O trabalho foi iniciado com entusiasmo, foi adquirido o terreno e a construção do prédio atacada. Mas como sempre acontece com Iniciativas particulares, nem todos compreenderam o alcance da instituição e poucos foram os que contribuiram com os seus donativos. Dos poderes públicos uma migalha foi recebida. E lá está no Bairro da Consolação, a obra iniciada, parada, á espera das minguadas contribuições recebidas daqui e dali. Muita generosidade se espera do povo de Diamantina neste novo ano de 1959 para continuar e dar novo impulso à construção do Asilo Imaculada. Asilo Imaculada (VOZ DE DIAMANTINA, ano 53, n. 15, 11 janeiro 1959).

Ou seja, aquelas crianças precisavam ser recolhidas daquele ambiente. E, até aqui, não é possível compreender como poderiam se dar tais recolhimentos: de modo arbitrário, compulsório, violento, com autorização das mães etc.? É importante esclarecer que não se pretende fazer qualquer defesa do meretrício como um espaço adequado à infância. Mas o que se questiona é a ideia de ser a prostituta desqualificada para a maternidade e de se apresentar como solução para as crianças o afastamento de suas mães.

O texto a seguir, publicado cerca de seis anos após o anterior, revela outros aspectos deste tipo de empreitada, mas, desta vez, baseado em ações já executadas:

RETALHOS... OS ANJOS NÃO DEVEM CAIR Inegavelmente, o ponto alto da "Voz de Diamantina" vem sendo as crônicas [...]. Pelo sentido de humanidade de que se revestem, num estilo facil e agradável. A mais interessante delas focalisou, com tintas fortes, o doloroso quadro da infância da zona boêmia. [...] pouco, muito pouco se tem feito em nosso meio para solucionar este problema de importância vital. E esse pouco mesmo é, em geral, precário, prejudicado pela falta de um entrosamento entre os setores de assistência, de uma colaboração esclarecida dos poderes públicos e de uma compreensão mais realista do problema - Qual a primeira solução que nos ocorre? Naturalmente, afastar as creanças daquele meio, dando-lhes um ambiente mais propício a sua formação. Mas, sendo possível acolher em nossa cidade todas essas creanças, estará resolvido para elas o problema? Não! – Por culpa e deficiência dos estabelecimentos destinados a isso? – Pelo menos em grande parte, não! É uma questão muito complexa e que só a experiência nos vai fazendo compreender aos poucos, em todos os seus aspetos que sempre nos guardam surprezas. Em primeiro lugar, encerra dois problemas: o da creanca que desejamos recuperar e o da Mãe. Infelizmente, é regra quase geral não haver linhas convergentes entre eles, pelo contrário. Mais pela ignorância, muito acima do que se possa imaginar, do que propriamente por culpa formal dessas infelizes. A creanca é

internada por exigência das autoridades, por um resto de bom senso da fibra materna que quer dar melhor futuro aos filhos, aquietando aos últimos escrúpulos, ou para obter uma liberdade mais ampla. Em geral um pouco de tudo isso, em maior ou menor dose. Há Mães mais discretas e compreensivas. Mas há também e em maior dose os que pretendem suprir a ausência do carinho materno com um excesso de presentes, gulodices, dinheiro, satisfazendo todas as fantasias e exigências dos meninos e dando oportunidade para a dissimulação e mentira. Esta situação de "diferente dos outros", o menor prejuízo que acarreta é ser explorado pelos "espertinhos", que sempre os há numa coletividade. É preciso conviver com eles para compreender o drama do menino a quem o colega do Grupo perguntou se a Mãe era rica, porque lhe levava sempre maçãs no caminho da Escola Ou onde a Mãe morava e porque estava na E.P.I.L. Ou aquele rapazinho, acusado de malandro e agressivo, não parando em oficina alguma, porque sempre havia um colega que descobria onde a Mãe morava e lançava piadas. Ou os que dão fugidas em casa das Mães, ou correm na saída da matinê, até a esquina da rua do Alecrim, ou ficam para traz, quando não para a Escola Igreja, disfarçando e comentando pequenas mentiras pretextos, lançando olhares anciosos e furtivos para o local "que por justa razão a sociedade classificou de proscrito"... Ou o menino de 10 anos que, em vez de manifestar a alegria plena, que só a infância tem, com o lindo presente de Natal, cansava se em explicar que "foi com dinheiro emprestado que a Mãe comprou"... E tanta cousa mais que a humilhante pecha de "menino do beco" traz... E o adolescente revoltado que falou em suicidio... É claro que a E.P.I.L. procura, ao máximo, atenuar essas cousas, promovendo encontros normais dos filhos com as Mães e procurando explicar lhes o que julgamos ser o bem para eles. Embora atenciosas e aparentemente cordatas, temos a impressão de que falamos linguas diferentes e desconhecidas. E como é desagradavel e dificil controlar uma manifestação de amor maternal, mesmo mal compreendida! E é evidente que essa proximidade anula, ou quase, todo o esforco educativo, em favor do menino. Já pensaram no mundo de conflitos e perplexidades destas pobres creanças, privadas até de frequentar as casas das Mães que moram tão perto?! Como poderão ter desenvolvimento emocional normal?... É claro que as creanças socialmente desajustadas, mas longe da origem desse desajuste, têm também o seu drama, mas bastante atenuado e muito mais facil de ser contornado. A família é uma necessidade tão essencial na vida de uma creança que, quanto menos se refere a ela, mais pensa! E é até bem de vez em quando, motivar desabafos em que o menino fale, chore mesmo e a gente tenha oportunidade de conversar, do modo mais natural possivel, dizendo sempre o máximo da verdade que eles podem compreender, para manter a confiança em nós e evitar idéias falsas que podem trazer choques emocionais no futuro. E, seja quem fôr essa família, na medida do respeito e acatamento que tivermos por ela, será a confiança e estima por nós, principalmente da parte dos adolescentes. Nessa proximidade, em que as pobres Mães se iludem, afastando-se fisicamente um pouco, mas continuando presentes, com todos os seus prejuízos, acostumando os meninos a usar e desejar o seu triste dinheiro, que respeito mutuo poderá haver mais tarde, que beneficie uns e outros, tornando os filhos responsáveis pela manutenção das Mães, numa vida decente e normal? [...] (VOZ DE DIAMANTINA, ano 60, n. 11, 12 dezembro 1965).

O ar de denúncia da mensagem sobre a infância misturada à boemia reforçou o caráter de crônicas que eram publicadas no jornal. O assistencialismo social apareceu como possível solução, de modo a propiciar ambiente considerado por aquela sociedade como adequado à formação das crianças. Foi manifesto o desejo de recuperação dos menores, enquanto as mães foram consideradas um problema. O conteúdo do texto também remete ao estigma que recaía sobre as crianças filhas de meretrizes, quando fala a respeito da condição destas no ambiente escolar, diante de possíveis interpelações e piadas de colegas e, também sobre a pecha do título de "menino do beco". Quaisquer tipos de afetos de mães para com

seus filhos recolhidos na EPIL⁴³ pareciam ser considerados nocivos e prejudiciais ao trabalho realizado pelas instituições de ressocialização dos meninos que lá permaneciam recolhidos.

Este texto do *Voz de Diamantina* confirma que a perspectiva da sociedade da época era de arbitrar sobre as prostitutas uma intrínseca inabilidade maternal. É de extrema importância pensar nas correlações desta postura social coletiva com o padrão de feminilidade exaltado e reforçado por diferentes instituições: a maternidade, a partir do exemplo da Virgem Maria, deveria ser sagrada e fruto de casamentos cristãos, de modo que a mãe fosse submissa a seu esposo e totalmente dedicada ao lar e à família. Diante disso, a desqualificação das prostitutas se tornava, então, automática. Além do mais, essas mães, não obstante fossem apontadas como corruptoras enquanto mercadoras do sexo, estavam também classificadas como corruptoras dos próprios filhos, o que fica claro quando afirma-se que as mães supriam a ausência de carinhos oferecendo presentes e que isso, segundo o jornal, estimularia as crianças à dissimulação e à mentira. As mães também eram apontadas como prejudiciais ao desenvolvimento emocional dos filhos, os quais pareciam estar condenados a serem desajustados socialmente.

A pergunta que se faz é se os fins se justificariam. Estaria esta sociedade preparada e disponível para suprir tudo aquilo que ela julgava faltar àquelas crianças e adolescentes enviados ao Epil ou retirados do convívio de suas mães de alguma outra forma? E quanto aos meios? Estavam alinhados, de fato, à prerrogativa da formação pessoal e moral dos filhos das putas? A pesquisa documental não ofereceu elementos suficientes para responder a estes questionamentos. Mas espera-se que no próximo capítulo outras elaborações possam contribuir para melhor compreender a situação. Cabe enfatizar que estes dois últimos textos citados foram publicados no período do Regime Militar (1964-1985). Isto se torna significativo diante do recrudescimento dos costumes e valores morais, bem como em função do alinhamento da ala conservadora da Igreja católica com governo militar e respectivas ações nacionais de repressão a guetos marginalizados.

2. 3. 1. O fim compulsório nos tempos de chumbo

Visto da Rua Guaicururs, na Zona Boêmia de Belo Horizonte, na noite de 31 de março de 1964, o Brasil não parecia estar nos momentos iniciais de um golpe militar para depor o Presidente da República; nem mesmo um tanque extraviado, que passou na Rua Guaicurus por volta das 10 da noite, estragou o clima de uma festa de adeus: a última noite de Hilda Furação na Zona Boêmia de Belo Horizonte;

.

⁴³ A Escola Profissional Irmã Luzia (EPIL) foi fundada em 1911 pela Congregação das Filhas de Caridade, que recebia e cuidava de meninos de rua no Colégio Nossa Senhora das Dores, em Diamantina. Funciona em sede própria desde 1968. À época analisada, acolhia crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

ao que parece, no fundo do coração, todos sabiam que estavam se despedindo de um tempo inocente simbolizado por uma Garota do Maiô Dourado, transformada em sonho erótico que fazia a alegria dos homens (DRUMMOND, 1991, p. 274).

Como no restante do Brasil, em Diamantina aconteceram movimentos precedentes ao Golpe Militar, orientados por valores que reivindicavam a defesa da moral, da família e dos bons costumes. É interessante observar que estes valores se fizeram presentes, implícita ou explicitamente, no conteúdo dos textos apresentados do jornal *Voz de Diamantina*. Importa, também, recuperar que quando se instaurou a Ditadura Militar o arcebispo diamantinense era Dom Sigaud, conhecido por seu perfil elitista e tradicionalista e, também, por ter participado diretamente da articulação e se mantido como importante aliado do regime:

O golpe militar de 1964 correspondeu aos desejos de um grupo numeroso da hierarquia e do clero católicos. Liderados pelo cardeal dom Jaime Câmara, arcebispo do Rio de Janeiro, por dom Vicente Scherer, arcebispo de Porto Alegre, e por monsenhor Sigaud, bispo de Diamantina, os setores conservadores apoiaram a deposição do presidente João Goulart certos de que somente a ação dos militares seria capaz de frear a expansão do comunismo e preservar a ordem moral no país. (BRASIL, 2014b, p. 396).

O Regime Militar (1964-1985) reprimia violentamente qualquer movimento social organizado que defendesse direitos democráticos e liberdades públicas. Direitos individuais também ficaram profundamente comprometidos e, no âmbito da liberdade de expressão e da existência de grupos progressistas e libertários, prostituição e homossexualidade⁴⁴ passaram a ser consideradas transgressões absolutas à moralização institucionalizada pela ditadura. Diante disto, os sujeitos destes grupos passaram a ser duramente reprimidos por uma polícia que teve seus poderes reforçados pelo regime (LEITE, 1992, 2009; BRASIL, 2014b).

Não à toa, em Diamantina não foi diferente. A significativa presença de dom Sigaud no bispado da cidade, bem como o já manifesto desejo das elites e da sociedade conservadora de extirparem do centro da cidade um local considerado como antro de luxúria, pecado, doença e pouca vergonha, ganhou novos aliados. Aliados estes investidos de liberdade para agir, como as delegacias de polícia que tiveram sua autoridade reforçada pelo regime. Deste modo, a empreitada moral que antes prevalecia no âmbito do discurso começou, de fato, a ser articulada.

É voz corrente em Diamantina que tôda autoridade que tenta mudar de lugar o Beco do Mota, não fica mais no cargo "nem um minuto mais". Pois vamos tentar muda-lo

⁴⁴ "As ideias que relacionavam a homossexualidade à subversão tanto influenciavam os participantes dos cursos da Escola Superior de Guerra, um centro ideológico fundamental para o regime militar, quanto informavam a linha política das agências de repressão, desde o Sistema Nacional de Informações (SNI), Destacamento Operações Internas (DOI) – Centro de Operações e Defesa Interna (CODI) e Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS), passando também pelas divisões de censura de televisão, teatro, filmes e imprensa. No final dos anos 1960 e começo dos 1970, os ideólogos ampliaram o raciocínio sobre os perigos da homossexualidade e a associaram a um submundo de degenerados – 'pederastas', alcoólatras, prostitutas e outros desviantes e não conformistas – que representavam uma ameaça à segurança nacional''. (BRASIL, 2014b, p. 302).

de lugar. E iniciaremos nossa campanha tão logo nos desembaracemos de outros problemas. Como procederemos? No peito e na marra? Não senhores; no geito e na combinação. Dizem também que o assunto é complexo. Engano, nunca vimos nada tão simples. O que tem faltado é união, identidade de pontos de vista, coragem. E como procederíamos no caso em questão? Em primeiro lugar emocionaríamos a cidade com uma campanha bem preparada. E em seguida a Prefeitura doaria o terreno, já urbanizado com água luz e esgoto. Ali os interessados construiriam suas moradias e cada entidade de classe, indústria, repartição de maior monta. etc., edificaria um barração. A maneira como tal seria doado, vendido, ou gerido, seria um assunto no qual não nos interfeririamos. Caberia ás autoridades e ao povo da cidade resolver. De qualquer maneira porém, vamos movimentar o assunto. Vencer ou cair. (VOZ DE DIAMANTINA, ano 58, n. 46, 06 setembro, 1964).

O Sr. Anatólio Alves de Assis, que ainda continúa Delegado Especial de Polícia de Diamantina, tem sido criticado em algumas de suas medidas. Claro, principalmente quando não tem ele a presunção de ser infalível, ou imune a defeitos e limitações. Nas suas atribuições tem procurado fazer o que julga mais certo e mais interesse para o povo de Diamantina. E será ele muito mais criticado, quando iniciar sua campanha de mudança do Beco do Mota, haverá para tanto uma reunião do povo e autoridades dia 20, Terça feira, ás 19:30 horas na associação Comercial. (VOZ DE DIAMANTINA, ano 59, n. 3, 18 outubro 1964).

Todo um discurso de criminalização do Beco do Mota e de suas moradoras, fomentado ao longo de décadas, já havia produzido e mantido um imaginário coletivo que, majoritariamente, se posicionava contra a permanência do meretrício naquele local. Tratou-se de um esforço contínuo e bem articulado. Como resultado, construiu-se uma sociedade que enquanto fechava os olhos para os seus próprios desvios, visto que pouco ou quase nada se pôde observar quanto a existência de repreensões dirigidas aos homens frequentadores das zonas, enquanto atribuía às existências das prostitutas daquela área a vergonha que maculava a cidade.

E como fruto dos esforços da sociedade, junto à Igreja e com o apoio do jornal *Voz de Diamantina*, por fim, o assunto ganhou a arena política no sentido de decisões drásticas serem tomadas. Deram-se início às providências:

Boa notícia para Diamantina. Depois da Câmara dos Vereadores ter aprovado pela um animidade de seus membros, e o Prefeito ter assinado o respectivo decreto, foi adquirido pela nossa municipalidade, ás margens da estrada do Salto da Divisa, a 200 metros mais ou menos além do estádio do Tijuco, em lugar discreto, o terreno onde serão localizadas as mulheres e os seus dependentes que atualmente residem á Rua do Alecrim. E para se concretizar a mudança das pessoas — inclusive 50 crianças que vivem atualmente no Beco do Mota, confinados em 27 dependências (quartos), foi construída uma sociedade que se denominou SOCIEDADE PRO MELHORAMENTOS DE DIAMANTINA, que tem por missão precípua esse empreendimento. Embora essa associação tenha sido constituída em moldes comerciais, para que se possibilitasse o fim em vista, tão logo os gastos com as construções que serão edificadas no local sejam ressarcidas, a SPMD será extinta, ou dará novos rumos ás suas finalidades (VOZ DE DIAMANTINA, ano 59, n. 12, 20 dezembro, 1964).

À época da decisão, o local então chamado de estrada Salto da Divisa não contava com nenhum equipamento urbano, como arruamento, serviços de distribuição de água e

energia ou qualquer outro tipo de infraestrutura. A providência que se decidiu tomar dizia respeito exclusivamente à remoção das prostitutas e seus filhos. Pelo que a edição do *Voz de Diamantina* relatou, não houve nenhuma menção a qualquer tipo de amparo à edificação das moradias ou, ainda, apresentação de alguma alternativa de trabalho àquelas mulheres que tinham no meretrício sua única fonte de renda. O que leva a acreditar que, uma vez dali retiradas, elas, junto a seus descendentes, estariam entregues à própria sorte.

No livro *Hilda Furacão*, que combina romance, ficção e autobiografia, Roberto Drummond (1991) descreve semelhante situação na região da Rua Guaicurus, no centro de Belo Horizonte na década de 1960. No caso da capital, a associação entre alguns políticos, a Igreja católica, e grupos sociais como a "Liga de Defesa da Moral e dos Bons Costumes, presidida por Dona Loló Ventura [...]" (DRUMMOND, 1991, p. 35), defendia a remoção da zona de meretrício para um local na periferia, bem longe do centro, denominado "Cidade das Camélias". Para além da perspectiva higienista de limpeza da área central da cidade, havia apontamentos da existência de especulação imobiliária. Segundo o que conta Drummond (1991), a maioria da população era favorável à remoção e os jornais davam amplo espaço para a divulgação do tal projeto. Isto confirma que o que se desenrolava em Belo Horizonte e em Diamantina não eram coincidência, mas parte de um processo de repressão moral institucionalizada pelo governo militar que acontecia em diferentes lugares do país. O que também está relatado nos relatórios da Comissão Nacional da Verdade (BRASIL, 2014a, 2014b).

Em 1965 e 1966 o que se observou nas edições do *Voz de Diamantina* acerca do meretrício foram as já mencionadas providências para retirar as crianças do Beco do Mota. Estas ações manifestas no jornal faziam parte de todo um processo de apelo ao apoio da sociedade para tomada de medidas acerca da limpeza do centro da cidade, sob o pretexto de salvar as filhas e os filhos das meretrizes. Ao que se observa, tal apelo foi eficiente de modo a reforçar o imaginário coletivo e a opinião pública construída em relação a todo o mal representado pela área e seus habitantes.

Proprietários de imóveis e negócios comerciais da zona boêmia passaram a ver seus empreendimentos serem ameaçados. Aqueles mais abastados e corajosos passaram a divulgar anúncios imobiliários de venda de imóveis no Beco do Mota e adjacências. Isto confirmava algo que se dava como certo: a extinção do meretrício no local. "Oportunidade. Vende-se 1 Barzinho na zona Bohemia, rua Alecrim, 46 – por seiscentos mil cruzeiros apenas. Urgente – motivo mudança. Tratar – Beco Antônio Pedro, 459. Romana – c/ L. Lopes." (VOZ DE DIAMANTINA, ano 61, n. 37, 09 julho, 1967).

Muito próximo à data da assinatura do Ato Institucional 5⁴⁵, a zona de meretrício localizada no Beco do Mota, começou a ser desmantelada.

Na Bateia. Mereceu destaque especial, durante a semana, a iniciativa de nossas autoridades policiais de extirpar do coração da cidade aquele cancro que tanto a desfigurara. Se as autoridades conseguirem arrancar dali a zona do meretrício, prestarão um dos maiores benefícios à cidade e poderão contar com o apoio e a gratidão das pessoas de bem (VOZ DE DIAMANTINA, ano 63, n. 9, 01 dezembro 1968).

Não foram encontrados registros precisos sobre o dia exato de início da ação que de fato retirou as prostitutas e seus filhos do Beco do Mota. Os textos do jornal *Voz de Diamantina* apontam para a primeira quinzena de dezembro de 1968. Não é possível, também, afirmar quanto tempo foi necessário para a total expulsão das moradoras e suas crianças de lá. Entretanto, acredita-se que foi um processo que levou alguns dias, como poderá se observar nas datas das notícias jornalísticas que se seguem.

O passo seguinte foi cobrar dos donos e donas de imóveis que seguissem com as providências para a modificação do espaço:

Correio da Prefeitura. O Prefeito informa. E AGORA, SENHOR PROPRIETÁRIO? Realizou-se, afinal, o que ninguém acreditava. Mudaram se os tradicionais moradores da zona boêmia, no centro da cidade, e há dias que reina completo silêncio no conjunto de bêcos por extensão, conhecidos por "Bêco do Mota". Quais os principais fatores que contribuíram para tão mágica transformação? Entre outros, como lá acentuamos no Correio anterior, o estado precário das casas e sobretudo, as suas péssimas condições de higiene. A Saúde Pública, conforme estamos informados, não permitirá novos inquilinos ali, enquanto não se fizer um saneamento completo nas moradias. Bem, assim, a Hulha Branca não poderá permitir que, com risco de incêndio, permaneçam ligações elétricas tão deficientes. Portanto, senhor proprietário, coopere com a cidade, recuperando ou vendendo o seu prédio. A Prêfeitura completará, depois o saneamento, mudando o calçamento da rua. (VOZ DE DIAMANTINA, ano 63, n. 11, 15 dezembro 1968).

Uma vez que o silêncio passou a reinar e o mal maior já havia sido cortado, a partir da expulsão das meretrizes, era hora de completar a higienização do complexo central dos becos que, segundo a perspectiva hegemônica de Diamantina, envergonhava a cidade. Não somente os proprietários eram cobrados de tomarem providências sobre seus imóveis, mas, também, a companhia de energia da época, Hulha Branca, de solucionar a questão das ligações elétricas precárias. Equipe da saúde pública e prefeitura deveriam se manter vigilantes e darem andamento ao processo de saneamento do Beco.

.

⁴⁵ O Ato Institucional n°. 5 (AI-5) foi assinado em 13 de dezembro de 1968. Tal documento, "editado sob a justificativa de combater os, nas suas palavras, "atos subversivos" que estariam prejudicando o fiel cumprimento da "revolução" – estabeleceu, dentre outras medidas, a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição; a suspensão dos direitos políticos de qualquer cidadão pelo prazo de dez anos; a decretação do estado de sítio; a suspensão da garantia de habeas corpus, nos casos de crimes políticos, contra a segurança nacional, a ordem econômica e social, bem como a economia popular; e reiterou a exclusão de apreciação judicial de todos os atos praticados de acordo com o AI-5 e seus atos complementares."(BRASIL, 2014a, p. 304).

Enquanto isso, a sociedade se manifestava satisfeita:

Na Bateia. E a operação desocupação da zona boemia do centro da cidade, continuava com aquela mesma tônica, firme, vigorosa, sem arbitrariedades. As nossas autoridades estão de parabéns. Conseguiram solucionar um problema que até então parecia insolúvel. Merecem os aplausos e o apoio de tôdas as pessoas de bem. Não se pode admitir que uma pessoa sensata, de bom senso e honesta possa ser contra uma medida como esta (VOZ DE DIAMANTINA, ano 63, n. 12, 22 dezembro 1968).

É interessante observar no trecho acima a afirmação de que não havia arbitrariedades na ação de desocupação da zona de meretrício. Entretanto, é plenamente questionável a perspectiva de ação pacificadora em qualquer ato de desocupação que seja. Não se trata da violência física, necessariamente. Neste caso, cabe retomar o preceito de violência simbólica de Bourdieu (2017), por se entender que no âmbito da existência e das histórias das prostitutas que trabalharam no Beco do Mota, esta se fez presente o tempo inteiro, tanto nos discursos desqualificadores diretos, os quais as reduziam à comercialização dos serviços sexuais, quanto nos indiretos, que exaltavam o modelo de feminilidade e maternidade no qual elas não se enquadravam. O resultado de toda essa violência simbólica foi a retirada compulsória das mulheres da zona boêmia, sem que nada pudesse resguardá-las de algum direito de permanência ali. As violências explícitas à quais as meretrizes eram sujeitas não podem e não devem, de maneira alguma, passar em branco. Fosse por parte de clientes, cafetões ou da polícia e até mesmo entre colegas de ofício, há registros de agressões, estupros e até assassinatos no meio à época (SANTOS, 2003; MARTINS, 2014).

Quanto ao que se pôde pesquisar documentalmente, as ações de desmantelamento do Beco do Mota e despejo de suas moradoras e moradores continuavam a ser elogiadas:

Operação Bêco do Mota. Um dos aspetos mais deprimentes de Diamantina, era sem dúvida a localização da zona boêmia, no coração da cidade. Vergonhoso e humilhante, para uma cidade que sempre gosou de boa fama, graças á formação de seu povo, fiel às mais puras tradições cristãs. Há muitos anos, vinha se cogitando nesta medida, mas o problema se apresentava de difícil solução. E as medidas eram sempre proteladas. As casas do Beco do Mota, muitas em ruínas e sem os mínimos preceitos de higiene, eram um entrave ao progresso da cidade e uma ameaça constante à saúde pública. Foram ha tempos constatados casos graves de molestias altamente danosas e algumas delas até mesmo letais. A situação era vexatória para a cidade que tinha em seu coração, ali defronte à Catedral, um verdadeiro cancro. Foi quando, entenderam as autoridades policiais e sanitárias desfechar a operação de fechamento e tudo foi feito sem arbitrariedade e em ordem, com aplauso das pessoas de bem. Houve é verdade os saudosistas, os que acharam até que se estava perpetrando um ato descaridoso contra as infelizes mulheres, mas isto é outro assunto. Ninguém pode em sã consciência compactuar com o lenocínio. Apesar daquelas casas não oferecerem condições de habitação, há o perigo de tudo voltar à estaca zero. E por incrível que pareça, pode haver até pessoas favoráveis ao antigo estado de coisas. A cidade precisa crescer. Aqueles cortiços devem ser demolidos e sua área deve ser destinada a outros fins. Parece que o Patrimônio não oporia entraves. Ali poderia ser construída a nova séde Banco do Brasil, ou a séde do INPS ou mesmo o novo edifício do Fórum. As nossas autoridades não podem ser

desprestigiadas e merecem o apoio de tôdas as pessoas honestas e que querem uma Diamantina melhor. (VOZ DE DIAMANTINA, ano 63, n. 14, 05 janeiro 1969).

Este texto é particularmente interessante. Além de reforçar a ausência de arbitrariedade na expulsão das prostitutas do Beco e enfatizar a satisfação daqueles classificados como pessoas de bem, opõe a vergonha atribuída à zona de meretrício ao gozo de boa fama por parte da cidade, cuja sociedade formou-se a partir de preceitos cristãos. A existência de moléstias venéreas é tratada como mais um símbolo de vergonha para a cidade, sobretudo, por seu nicho de propagação ter estado situado em frente à Catedral. Um dos novos elementos é o discurso de que seria a região em questão, na configuração que existira até ali, um entrave ao desenvolvimento. Outra novidade é a sugestão de que as edificações da área fossem demolidas, uma vez que o conjunto arquitetônico do centro histórico de Diamantina é tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional como patrimônio, no âmbito federal, desde 1938.

Não se sabe como se deu o desdobramento da repercussão desta sugestão que infringia o tombamento federal, mas a notícia correu o estado e o país. Decerto, ocorreu algum tipo de mal estar, para além do município, de modo que a prefeitura se ocupou de tentar retificar as informações:

CORREIO DA PREFEITURA. O PREFEITO INFORMA. O GALO E A AURORA. É muito comum confundir-se o galo com a aurora. Aconteceu recentemente em Diamantina. Confundiram maldosamente, os moradores que, por medida de saneamento, foram retirados do Beco do Mota, com o próprio beco. Deturpando os fatos, pessoa inescrupulosa forneceu alarmante notícia, habilmente fabricada à Comissão de Turismo da Associação Comercial. Esta, por sua vez retransmitiu ao presidente de sua entidade, a falsa informação que acabara de receber. E eis aí o ponto de partida da descabida publicidade, dada pelo "Globo", denunciando um plano municipal de demolições inexistente (VOZ DE DIAMANTINA, ano 63, n. 18, 02 março, 1969).

E esforços para superar o equívoco e, ao que parece, até mesmo desmentir a intenção de ser realizar expressiva modificação arquitetônica do casario da área central, foram realizados:

CORREIO DA PREFEITURA. O PREFEITO INFORMA. BECO É NOTICIA. Do "Correio da Manhã" de 14 de março: "Baseando-se em informações do Presidente da Associação de Minas, a inspetoria do Patrimônio Histórico ameaçou denunciar o prefeito Sylvio Felicio dos Santos de pretender demolir a parte central daquela cidade, que é considerada monumento nacional. Apurados os fatos, verificou-se que o Prefeito apenas removeu as pessoas residentes do tradicional Beco do Mota, zona boêmia da cidade, por medida de higiene e saneamento. Não houve, assim nenhuma medida desfiguradora da cidade." Do "Diário de S. Paulo" de 9 de Março: "Não vai ser destruído o Beco do Mota. O Prefeito Sylvio Felicio dos Santos, sobrinho-neto do historiador jurisconsulto mineiro Joaquim Felicio dos Santos, não poderia, em verdade, por suas tradições e formação tomar semelhante decisão, que contraria todo o seu passado ilustre. Na entrevista que nos concedeu declarou o seguinte: - No caso em apreço, existem apenas acusações fantasiosas fornecidas a outrem por meus inimigos políticos, aproveitando-se do momento critico para indispor-me com o

governo. Quem enviou essa notícia teria refletido um pouco sôbre a inexequilibilidade dessa pretensa avenida? Implicaria na destruição do centro de uma cidade e, portanto, seria uma obra totalmente sem sentido" (VOZ DE DIAMANTINA, ano 63, n. 22, 30 março 1969).

Esta notícia, além de retificar as informações, tratou de mencionar a publicação que circulou em um jornal de grande expressão nacional. Além do mais, foi significativo o esforço de defesa e preservação da conduta do prefeito e de sua ascendência, diante da repercussão negativa da ideia de destruição do patrimônio histórico.

Fato é que a estrutura física do local não foi destruída, mas o tão desejado desmantelamento do Beco do Mota aconteceu. Quanto às suas moradoras, tão temidas pela sociedade tradicional e conservadora, não foi possível apurar que destino tomaram a partir das edições do jornal *Voz de Diamantina* analisadas até o final do ano de 1969. O que é, em certo sentido, compreensível, diante do discurso que em nada se mostrava interessado no bem estar daquelas mulheres. Ao contrário, o que se desejava e empreendia era unicamente extirpar, assim como a presença daquelas mulheres, qualquer vestígio de que elas ali passaram parte de suas vidas.

O apagamento de histórias e de versões não hegemônicas de perspectivas é uma prática recorrente na civilização humana, como no caso do apagamento das mulheres ao longo da História, que Federici (2017) e Roberts (1998) discutem em seus trabalhos. No caso do Beco do Mota, segundo uma edição do *Voz de Diamantina*, o próprio prefeito, em comunicado que se tornou público, se manifestou em tom de lamento pelo fim do meretrício:

Correio da Prefeitura. O prefeito informa. SOLIDÃO NO BECO DO ALECRIM. Morreu o Beco do Mota. Mudaram-se os seus tradicionais moradores. E, assim, muito breve, haverá uma natural transformação na fisionomia Urbana da cidade. A própria situação precária das casas de nossa zona boêmia, muito atribuiu para a sua extinção. A falta de higiene e portanto de confôrto, em desacordo com os elevados alugueis, não deixou de ajudar bastante. Junte se a tudo isso a operação estratégica executada com firmeza pelo atual Delegado, Major Jacy Barbosa e, então, compreendemos facilmente a solução imediata do problema. Quando por ali passamos, numa dessas tardes, com a sombra da noite já envolvendo a cidade, sentimos que uma outra sombra de tristeza começava também a envolver a atual solidão da ex zona alegre da cidade (VOZ DE DIAMANTINA, ano 63, n. 10, 06 dezembro 1968).

Esta manifestação de tristeza e sentimento de solidão pelo fim da mais famosa zona da cidade, classificada no texto como alegre, talvez tenha sido o prenúncio de uma romantização do que existiu ali até então, apesar de todo apoio declarado na mesma mensagem à ação policial que finalizou as atividades de meretrício do local. Quanto às prostitutas que faziam o Beco do Mota ser o que era, nenhuma menção ou lamento direto. A impressão que se tem é de que um segundo imaginário social coletivo, desviante e luxurioso, que pairava sobre a zona prescindia da existência das meretrizes. Considera-se que este seja

outro aspecto da violência simbólica sofrida por estas mulheres, que faz com que elas permaneçam marginalizadas e criminalizadas, a despeito do tipo de imagem saudosista da boemia que se construiu sobre a antiga zona após o seu fim.

A romantização da boemia diamantinense, a partir do Beco do Mota, é um fato⁴⁶. A projeção nacional do local se firmou quando Milton Nascimento e Fernando Brant, integrantes do notório Clube da Esquina, poetizaram e musicaram a história do Beco com a canção que recebeu seu nome:

Clareira na noite, na noite/ procissão deserta, deserta/ nas portas da arquidiocese desse meu país/ profissão deserta, deserta/ homens e mulheres na noite/ homens e mulheres na noite desse meu país.

Nessa praça não me esqueço/ e onde era o novo fez-se o velho/ colonial vazio/ nessas tardes não me esqueço/ e onde era o vivo fez-se o morto/ aviso, pedra fria/ acabaram com o beco/ mas ninguém lá vai morar/ cheio de lembranças vem o povo/ do fundo escuro beco/ nessa clara praça se dissolver/ Pedra, padre, ponte, muro/ e um som cortando a noite escura/ colonial vazia/ pelas sombras da cidade/ hino de estranha romaria/ lamento, água viva/ acabaram com o beco/ mas ninguém lá vai morar/ cheio de lembranças vem o povo/ do fundo escuro beco/ nessa clara praça se dissolver...

Profissão deserta, deserta/ homens e mulheres na noite/ homens e mulheres na noite desse meu país/ na porta do beco estamos/ procissão deserta, deserta/ nas portas da arquidiocese desse meu país/ Diamantina é o Beco do Mota/ Minas é o Beco do Mota/ Brasil é o Beco do Mota/ viva meu país! (NASCIMENTO, 1969).

De acordo com Coelho (2010), a música "Beco do Mota" traz metáforas que se referem à liberdade coibida no local, além de tratar do sagrado e do profano, em referência aos valores morais historicamente pregados e impostos pela Igreja católica e a vida de luxúria das mulheres livres. Entretanto, segundo Diniz (2012), a principal correlação que os compositores apresentam no sentido metafórico é com a repressão do Regime Militar. A pesquisadora analisou a letra a partir desta premissa e registrou:

A primeira parte, apoiada em um ritmo análogo ao "passo lento" das procissões religiosas, já oferecia sinais de que "Beco do Mota" transcendia a simples menção a um episódio particular ou "sagrado". Como se pode antever, as expressões "arquidiocese desse meu país" e "homens e mulheres na noite desse meu país" desarticulavam os significados em geral atribuídos às vigílias e profissões de fé. Na segunda parte, o andamento até então moroso cede espaço a um mais acelerado, em estrita comunicação com a letra que, nesse momento, passa a narrar sobre mudanças ocorridas em um lugar real e, ao mesmo tempo, figurado. Por fim, a terceira e última parte, ao retomar o ritmo vagaroso, transpõe para outra proporção as forças conservadoras que se afirmaram sobre o Beco do Mota, em Diamantina. Este recompõe a visão acerca das Minas Gerais e do Brasil em tempos de ditadura. Daí o teor crítico e irônico da canção, profundamente relacionada com a percepção de um país "fechado", "noturno" e "sem vida". (DINIZ, 2012, p. 52).

_

⁴⁶ Na contemporaneidade, à entrada do Beco do Alecrim há uma placa com a inscrição da letra da música *Beco do Mota*, de Milton Nascimento e Fernando Brant. No Beco do Mota há uma série de bares e lanchonetes, que colaboram para intensa movimentação noturna no local. A partir de pesquisas em sites de buscas, além da letra da música do Clube da Esquina, aparecem endereços e relatos de viajantes, que costumam apontar o Beco como o mais famoso da cidade.

Por mais que o grupo Clube da Esquina seja reconhecido, também, por seu engajamento político, a essência da música Beco do Mota, quando lançada, não foi devidamente assimilada pela população. O constructo social contemporâneo que prevalece acerca do Beco do Mota não é diferente, uma vez que remete a um saudosismo da boemia de um passado não tão distante, sem que os verdadeiros meios para seu fim sejam objeto de discussão: a associação da extinção do meretrício com a Ditadura Militar, além de haver pouca ou nenhuma ênfase às prostitutas propriamente dito.

Entende-se, deste modo, que, segundo os documentos até aqui consultados, uma vez silenciadas e suprimidas as perspectivas das meretrizes, as quais são as únicas responsabilizadas pela maculação deste capítulo da história de Diamantina, a sociedade permaneceria à vontade para evocar para si uma constituição cristã, ilibada e gloriosa. Consequentemente, as histórias e os destinos das prostitutas do Beco do Mota acabam por se apresentar como irrelevantes para os registros hegemônicos. Principalmente, após o desmantelamento do local que, violentamente, se deu por meios que ignoraram o princípio da dignidade humana, do qual aquelas mulheres eram participantes, sobretudo, se considerado que a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) já estava vigente e que o Brasil era um dos países signatários.

Porém, não há impedimentos para que novos olhares revisitem o passado e procurem compreensões outras a respeito de qualquer coisa que seja. Neste sentido, espera-se que o próximo capítulo possa colaborar para diferentes percepções e elaborações acerca daquelas que fizeram a zona boêmia do Beco do Mota existir e resistir por tanto tempo – as prostitutas e meretrizes.

CAPÍTULO 3

HISTÓRIAS MARGINAIS DO BECO DO MOTA

Este último capítulo apresenta relatos orais e memórias referentes ao meretrício no Beco do Mota em sua última fase de existência, nas décadas de 1950 e 1960. Autores como Alberti (2015), Thompson (2002), Portelli (2016) e Pollak (1989, 1992) foram fundamentais para respaldar o caminho metodológico escolhido, que foi utilizar o amparo da história oral para registrar memórias marginais sobre a principal zona boêmia diamantinense do passado. Aqui são tratadas como marginais elaborações e perspectivas que concorrem, por exemplo, com os registros de jornais apresentados no capítulo anterior.

A distância temporal do período estudado a partir do tempo presente se constituiu em grande desafio. Apurou-se que a maioria das mulheres que trabalharam como prostitutas no Beco do Mota já havia falecido, mas soube-se de algumas poucas que ainda se encontravam residindo em Diamantina. Porém, acredita-se que a delicadeza da temática da prostituição associada ao estigma que paira sobre ela foi um fator dificultador de acesso direto a estas mulheres. Tais obstáculos, entretanto, não impediram que se realizassem coletas e análises de testemunhos que proporcionassem o cumprimento dos objetivos propostos. Diante da impossibilidade de se ouvir as prostitutas ou ex-prostitutas — principais sujeitos deste estudo — adotou-se a estratégia de entrevistar homens e mulheres que estiveram próximos de alguma maneira, no passado e/ou na contemporaneidade, a mulheres que participaram do contexto da zona boêmia. Compreende-se que isto não desmerece o âmbito qualitativo da pesquisa. Ao contrário, insere outros elementos para estabelecer uma via específica de compreensão sobre como alguns aspectos do passado das meretrizes do Beco do Mota podem ser concebidos a partir do tempo presente e, até mesmo, influenciar no aceite ou recusa de participação neste tipo de trabalho.

A escolha dos entrevistados demandou conversas informais com pessoas naturais de Diamantina que pudessem, potencialmente, indicar depoentes estratégicos. A introdução da temática a estas pessoas costumava ser recebida com surpresa e alguns olhares desconfiados, visto que a ideia de se estudar sobre o Beco do Mota pode, de alguma maneira, trazer à tona nomes e condutas socialmente blindadas de qualquer tipo de questionamento. Uma vez conhecido este temor, todos os nomes, tanto de entrevistados quanto de pessoas citadas, estão suprimidos. Mesmo para um único entrevistado que não fez objeção à preservação de sua identidade, escolheu-se utilizar apenas suas iniciais. A aproximação de alguns entrevistados

foi mediada e a de outros foi direta, por meio de uma primeira abordagem pessoal ou telefônica.

As entrevistas aconteceram entre março e novembro de 2018, a partir do aceite formal do colaborador e respectiva assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, segundo o projeto aprovado⁴⁷ pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFVJM. Para o registro foi utilizado um gravador de voz e os locais das entrevistas foram escolhidos pelos depoentes. De acordo com o contexto social de cada entrevistado em relação à temática da pesquisa, foram escolhidas perguntas específicas apenas para iniciar os diálogos, de modo que as conversas transcorreram livremente, sem o uso de questionários prontos. À medida que determinado assunto era suscitado, pequenas perguntas e intervenções da pesquisadora eram rapidamente elaboradas para dar continuidade ao processo da coleta dos relatos orais. Foram entrevistadas duas mulheres e dois homens. Tratam-se de Carlos, profissional da medicina; Sônia, amiga de uma ex-prostituta; Lia, descendente em segundo grau de um médico e José, descendente direto de uma ex-prostituta do Beco do Mota⁴⁸.

As transcrições das narrativas foram feitas pela própria pesquisadora e optou-se por preservar ao máximo a linguagem utilizada, para conferir a maior fidelidade possível ao modo como foram concedidos os relatos orais. Deste modo, expressões e pronúncias populares, por vezes com características regionalistas, estão presentes nas falas. Algumas expressões denotam a simplicidade do depoente ou demonstram que certas palavras ou frases são pronunciadas de modo muito particular pelos mineiros, independentemente de estrato social. Apesar de se tratar de um texto acadêmico, esta escolha remete ao respeito às origens dos depoentes, bem como à crença de que a riqueza do conteúdo dos relatos deve se sobrepor à forma culta que aqui poderia ter sido adotada. Uma entrevista não concedida se converteu em objeto de análise, como será esclarecido a seguir.

A partir das fontes orais produzidas foram escolhidos dois temas para demonstrar a seleção e as análises das memórias das entrevistadas e entrevistados. O primeiro, Mulheres para além do ofício, apresenta dimensões cotidianas da existência de algumas prostitutas, para além do mero ofício do comércio sexual. Ainda neste tema está relatada uma experiência da pesquisadora sobre a abordagem e aproximação de uma ex-prostituta, a qual se recusou à entrevista. Recusa esta, porém, que coube ser analisada e compreendida a partir da escolha pelo silêncio. O segundo tema, Crianças do Beco, apresenta diferentes perspectivas e

4

⁴⁷ Pesquisa aprovada sob o Certificado de apresentação para apreciação ética número (CAAE) 79454017.2.0000.5108 e parecer do CEP número 2.417.013.

⁴⁸ Todos os nomes são fictícios e foram atribuídos para preservar a identidade dos entrevistados.

elaborações sobre as vidas e os destinos de alguns filhos e filhas de meretrizes do Beco do Mota, com destaque especial às memórias de um homem que passou parte de sua infância no local.

3. 1. História oral e memórias: caminhos para apresentar perspectivas em disputa

Aprender a ouvir é uma habilidade humana fundamental: para aqueles que importam, a história oral está aí para nos ajudar a compreender melhor nossos passados e para criar memórias nacionais muito mais ricas, mas também para nos ajudar a construir um futuro melhor, mais amável, mais democrático. (THOMPSON, 2002, p. 28).

Tratar o passado por uma via única e considerá-lo como algo cristalizado orienta para que se privilegie determinada perspectiva em detrimento de um sem fim de outras possibilidades. Durante muito tempo, os registros humanos escritos ao longo da marcha civilizatória foram considerados os pilares da história legítima. Entretanto, uma série de intervenções humanas não escritas, como as sociais, culturais, arquitetônicas etc. são igualmente participantes e produtoras das sociedades dos nossos dias. No caso do passado remoto, escavações e pesquisas arqueológicas, por exemplo, ampliam a compreensão e produzem conhecimento acerca de agrupamentos e sociedades humanas extintas, independentemente da existência de registros escritos.

Segundo Verena Alberti (2015), "durante muito tempo, desde a perspectiva predominante do século XIX, a História preconizou o escrito em detrimento do oral (este, identificado como o anedótico, como as sociedades sem escrita e, portanto, 'sem História')." (ALBERTI, 2015, p. 163). Como uma das consequências desta arbitração hierarquizante, pode-se considerar a baixa ocorrência do registro de memórias e perspectivas marginais, ou não hegemônicas. Entretanto, isto não significa, necessariamente, que estas estejam eternamente fadadas ao esquecimento. Sobretudo, sob a égide das concepções mais recentes da História que, também de acordo com Alberti (2015), principalmente a partir da década de 1990, findou polarizações como vencedores e vencidos, escrito e oral, erudito e popular. Deste modo, a partir de consensos contemporâneos que admitem a história oral como fonte histórica legítima, torna-se possível, a partir de estudos que se valem de fontes orais, registrar "múltiplas possibilidades que se manifestam e dão sentido a formas de vida e escolhas de diferentes grupos sociais, em todas as camadas da sociedade." (ALBERTI, 2015, p. 164).

Destarte, a história oral passa a se constituir em importante ferramenta, a qual "permite o registro de testemunhos e o acesso a 'histórias dentro da história' e, desta forma, amplia as possibilidades de interpretação do passado." (ALBERTI, 2015, p. 155). Se faz

necessário, portanto, esclarecer a partir de autores relevantes aos estudos da história oral algumas ideias e delineamentos acerca desta ferramenta metodológica de pesquisa. Talvez, a primeira definição importante para justificar a escolha de seu uso seja que:

A História oral é uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes para o estudo da história contemporânea surgida em meados do século XX, após a invenção do gravador a fita. Ela consiste na realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participara de, ou testemunharam, acontecimentos e conjunturas do passado e do presente. [...] O trabalho com a História oral se beneficia de ferramentas teóricas de diferentes disciplinas das Ciências Humanas, como a Antropologia, a História, a Literatura, a Sociologia e a Psicologia, por exemplo. Trata-se, pois, de uma metodologia interdisciplinar por excelência. (ALBERTI, 2015, p. 155).

A perspectiva interdisciplinar⁴⁹ é parte importante e constitutiva da empreitada acadêmica aqui realizada. Para além de ser a interdisciplinaridade uma das características do programa que acolheu e apoiou esta pesquisa, em concordância com Ricardo Leis (2005), compreende-se que para sua concretização de um trabalho interdisciplinar é importante respeitar os saberes disciplinares, mas, também, buscar articular suas complementariedades e transpor seus hiatos, em nome de uma produção de conhecimento integrativa. Assim como Alberti (2015), Paul Thompson (2002) compreende a história oral como um método interdisciplinar, potencialmente transformador e uma forma fundamental de interação humana. Deste modo, entende-se como pertinente a utilização de uma metodologia interdisciplinar por excelência para se alcançar os propósitos de uma pesquisa com perspectiva também interdisciplinar.

Quanto ao uso da história oral, Alberti (2015) pontua a importância de se tratar relatos como fontes, e não como a história propriamente dita. Isto significa que, uma vez entendidos como fontes, relatos orais, assim como fontes escritas, devem passar por interpretação e análise, de modo a não serem apresentados como verdades absolutas. Outra questão apontada pela autora é que se deve ter cuidado ao trabalhar com categorias marginalizadas, sendo imprescindível não reforçar preconceitos sobre tais grupos, para que estes não sejam tratados como tutelados por pesquisadores na hora de apresentar suas elaborações e visões de mundo. Além do mais, sobre o papel do pesquisador, se faz necessário que este entenda que sua contribuição "está na elaboração e na articulação dos conhecimentos da comunidade e na disseminação desse conhecimento para além de sua fronteira" (PORTELLI, 2016, p. 23). Ou seja, isto significa que as histórias e memórias destes

2005, p. 9).

-

⁴⁹ "A interdisciplinaridade pode ser definida como um ponto de cruzamento entre atividades (disciplinares e interdisciplinares) com lógicas diferentes. Ela tem a ver com a procura de um equilibro entre a análise fragmentada e a síntese simplificadora (Jantsch & Bianchetti, 2002). Ela tem a ver com a procura de um equilibro entre as visões marcadas pela lógica racional, instrumental e subjetiva (Lenoir & Hasni, 2004)." (LEIS,

sujeitos prescindem de qualquer tipo de contato ou abordagem de quem quer que seja. Logo, a autonomia destas pessoas precisa ser respeitada.

Ainda neste sentido, Thompson (2002) entende que todos carregam histórias de vida que são de interesse histórico e social, porém, aos que vivem às margens do poder, é menos provável que suas vidas sejam documentadas, visto que suas vozes estão ocultas. O fato da ausência de registros e da ocultação de algumas vozes, como já mencionado, não implica que estas não existam. Cabe exemplificar a partir da experiência de Alessandro Portelli (2016) com um de seus entrevistados: Dante Bartoline, combatente, operário e poeta, membro integrante da Resistência italiana ao regime nazista à época da segunda Guerra Mundial (1939-1945):

Aprendi através de Dante que a ideia de que estamos "dando voz" a quem não tem voz não faz sentido. Dante não era alguém sem voz; eu sim. Eu não sabia cantar, não tinha histórias para contar, e só podia escrever porque pessoas como Dante dava, para mim, uma voz. Eu devolvi o favor escutando e amplificando suas vozes. [...] Essa é a nossa contribuição [...]: nós oferecemos a eles e às histórias deles exposição e acesso a um discurso mais amplo. (PORTELLI, 2016, p. 32).

Diante da impossibilidade de se realizar um trabalho de história oral sem que haja uma escuta, a ideia de dar voz a quem quer que seja, nos termos de Portelli (2016), não faz sentido. A principal ferramenta do pesquisador neste momento são os ouvidos, os quais devem estar atentos e sensíveis ao que o interlocutor tem a relatar, por meio de sua própria voz. A parte que cabe ao pesquisador é a escolha sobre como tratar aquilo que se ouve. Também é dele a responsabilidade sobre, novamente nos termos de Portelli (2016), a amplificação, a exposição e o acesso a um discurso mais amplo às vozes daqueles que se dispõem a participar e colaborar com nossas pesquisas.

No âmbito da abordagem de sujeitos potenciais às pesquisas, é importante se atentar ao fato de que "[...] os entrevistados são tomados como unidades qualitativas, e não como unidades estatísticas." (ALBERTI, 2015, p. 172). Não obstante, sobre as pessoas que tornamos sujeitos de nossas pesquisas, Alba Zaluar (1994) destaca que "se nada nos garante o direito de perturbar-lhes a vida no espaço que eles concebem como o de sua liberdade (a casa, o bairro), só nos resta concluir que contamos também com a paciência e a generosidade no nosso 'objeto'" (ZALUAR, 1994, p. 15). Ademais, trata-se de um processo de construção de relações humanas, e não simplesmente de relações de pesquisa. Como também apontado pela autora, as relações entre pesquisadores e sujeitos em trabalhos que envolvem entrevistas se pautam em trocas, as quais podem afetar positiva ou negativamente qualquer das partes.

Portelli (2016) complementa as reflexões acerca deste processo ao colocar que "[...] a história oral nos oferece acesso à historicidade das vidas privadas" (PORTELLI, 2016,

p. 17). E, também, que: "como a história oral é uma coisa que fazemos com outras pessoas, ela vai além do nosso 'trabalho' – ou, pelo menos, nosso 'trabalho' não pode ser realizado a menos que nos insiramos em um contexto mais amplo das relações humanas." (PORTELLI, 2016, p. 43). Neste sentido, se faz necessário um esforço para compreender subjetividades e em qual medida elas atuam na formulação dos relatos. Do mesmo modo, é imprescindível considerar as relações de intersubjetividade, as quais implicam em reflexão sobre os sujeitos entrevistados e autorreflexão a respeito de todo o processo de aproximação e da relação construída. Uma vez que pesquisador e objeto pertencem à mesma categoria, considerar como possível estar alheio ou imune a qualquer tipo de envolvimento, seria abrir mão da inserção no contexto de relações humanas, apontado por Portelli (2016) como parte do fazer da história oral.

E, para esta empreitada nada simples e apesar do envolvimento entre pessoas sempre poder reservar surpresas, a teoria se esforça para respaldar a realização do exercício ora de envolvimento, ora de distanciamento, intrínseco ao processo da história oral:

Reconhecer os paradigmas que estão na base da História oral não implica renunciar a sua capacidade de ampliar o conhecimento sobre o passado. Ao contrário, saber em que lugar nos situamos ao trabalhar com determinada metodologia ajuda a melhor aproveitar seu potencial. Uma das principais vantagens da História oral deriva justamente do fascínio da experiência vivida pelo entrevistado, que torna o passado mais concreto e faz da entrevista um veículo bastante atraente de divulgação de informações sobre o que aconteceu. Esse mérito reforça a responsabilidade e o rigor de quem colhe, interpreta e divulga entrevistas, pois é preciso ter claro que a entrevista não é um "retrato" do passado. (ALBERTI, 2015, p. 170).

Ante o exposto, certifica-se que dentre as responsabilidades de quem se utiliza da história oral, está exatamente o esforço para compreender como o próprio depoente lida com os relatos que faz, o contexto referente ao passado⁵⁰ para além da percepção do entrevistado, bem como aspectos do presente que atuam na elaboração da memória. Destarte, uma vez realizada a escuta e passado algum tempo da intensa relação com os entrevistados, é imprescindível aguçar o olhar para além das emoções. E, diante das recomendações de Alberti (2015) e Portelli (2016) quanto às relações que se desenvolvem com os entrevistados, entende-se que o caminho metodológico da história oral pressupõe, além de sensibilidade e alteridade por parte do pesquisador, ruptura com o objetivismo e, ao mesmo tempo, manutenção da responsabilidade em relação ao rigor da produção científica.

Nos termos de Thompson (2002), os relatos orais externam memórias. E, segundo Keila Carvalho (2016) "[...] o depoimento oral só pode ser trabalhado tendo em vista a memória [...]" (CARVALHO, 2016, p. 195). Esta correlação intrínseca leva a retomar

_

⁵⁰ Esta ideia reforça a importância do que é trazido pelo capítulo anterior.

aspectos referentes ao uso da história oral, já apontados, e que se aplicam, também, à memória:

Durante muito tempo, a memória foi tratada, mais uma vez, de forma polarizada. Falava-se da oposição entre "memória oficial" e "memória subordinada" ou "dominada". Hoje há um consenso de que é preciso ter em mente que há uma multiplicidade de memórias em disputa. [...] O reconhecimento da diversidade constitui, portanto, a melhor alternativa para evitarmos a polaridade simplificadora entre "memória oficial" e "memória dominada" e realizarmos uma análise mais rica dos testemunhos obtidos em nossa pesquisa. (ALBERTI, 2015, p. 167).

Complementarmente, de acordo com Portelli (2016), a história oral é "[...] história dos eventos, história da memória e história da interpretação dos eventos através da memória. A memória, na verdade, não é um mero depósito de informações, mas um processo contínuo de elaboração e reconstrução de significado." (PORTELLI, 2016, p. 18). Assim, para além da escuta, a compreensão acerca da memória propriamente dita se constitui em fator determinante à análise das fontes orais. E, sobre o processo de reelaboração e ressignificação destacado por Portelli (2016), Alberti (2015) também diz que:

[...] o trabalho com a História oral pode mostrar como a constituição da memória é objeto de contínua negociação [...] Ela [a memória] é resultado de um trabalho de organização e de seleção do que é importante para o sentimento de unidade, de continuidade e de coerência – isto é, de identidade. (ALBERTI, 2015, p. 167).

Esta contínua negociação referente à memória diz respeito ao tempo presente. E, de acordo com Carvalho (2016), a memória pode ser compreendida enquanto uma construção do presente para o passado, de modo que os contextos sócio-políticos de entrevistados à época de coleta de relatos também devam ser analisados. Esta perspectiva dialoga com o que foi apontado por Portelli (2016) e Alberti (2015), respectivamente, acerca da memória não se tratar de um mero depósito de informações e nem de um retrato do passado. E Carvalho (2016) reforça:

Quando me refiro à memória como algo passível de ser reelaborado continuamente, não quero dizer que ela possa ser forjada, mas sim que "constituir uma memória" é fazer a seleção do que deve ser lembrado e do que deve ser esquecido. Isto, pois, envolve uma relação política que é realizada de acordo com as necessidades dos sujeitos que participam de determinada conjuntura. [...] Torna-se, então, imprescindível compreender que nos testemunhos as questões são dadas historicamente e devem ser compreendidas em sua relação com o presente. (CARVALHO, 2016, p. 196).

Ou seja, a memória é fruto não apenas da percepção do depoente, mas de seu trânsito contextual ao longo do tempo e das reformulações acerca daquilo que se relata. Isto reforça as ideias de não estar o passado cristalizado e da importância de se considerar diferentes apreensões sobre um mesmo tema, lugar ou acontecimento. Portelli (2016), por exemplo, elucida percepções e elaborações concorrentes de memórias de sujeitos que ocupavam diferentes lugares sociais na relação entre a Resistência civil italiana e o massacre

das Fossas Ardeatinas⁵¹, em Roma, na década de 1940. Carvalho (2016) também apresenta distintos posicionamentos a respeito da internação compulsória de leprosos na antiga Colônia Santa Izabel, em Minas Gerais. A autora concluiu que as relações entre os pacientes e o local variavam de acordo com a época em que estiveram internados. Outras variações que marcam as distintas percepções por ela discutidas se davam em função do tipo de entrevistados - pacientes, médicos, familiares, funcionários da instituição etc.

Nestes dois exemplos apresentados, os lugares – Fossas Ardeatinas e Colônia Santa Izabel – são estrategicamente utilizados para acionar memórias. Pollak (1992), igualmente, compreende lugares como gatilhos importantes para a emergência de memórias. Não obstante, Carvalho (2016) destaca que:

A dinâmica tempo/espaço faz-se presente na trajetória de qualquer indivíduo. Bloch (1997) definiu a história como a ciência dos homens no tempo, uma temporalidade abstrata processada em um espaço que é concreto. Isto leva-me a pensar na relação perene que o sujeito estabelece com estes dois elementos, mas devido à abstração o tempo nem sempre é percebido facilmente. O espaço, por sua vez, pressupõe enraizamento e contribui de maneira decisiva na construção da identidade de uma pessoa ou grupo. (CARVALHO, 2016, p. 229).

Não se trata de algum tipo de sobreposição entre tempo e espaço. Entretanto, ao se investigar determinado assunto, um marco espacial, sozinho ou associado a alguma temporalidade, pode, de fato, instigar e estimular memórias mais facilmente do que um marco temporal isoladamente. Como já apontado, o Beco do Mota é marco espacial da análise dos textos jornalísticos e, principalmente, da etapa de recuperação de memórias deste trabalho.

O beco estreito e seus adjacentes estão fortemente presentes na memória, nos causos e histórias populares, bem como no imaginário coletivo de Diamantina. E foi a partir da menção a ele que foram mapeadas e realizadas as entrevistas, cujos trechos serão apresentados nos itens que se seguem. Como de antemão já se sabia a respeito do estigma sobre as prostitutas e ex-prostitutas, bem como da relação de apego da sociedade, de um modo geral, à romantização do passado do Beco, entendeu-se como pertinente falar das mulheres apenas após as janelas de memória sobre o local se abrirem e serem manifestas nos diálogos.

.

⁵¹ Em 24 de março de 1944, em represália à morte de 33 soldados alemães por italianos membros da chamada Resistência, Adolph Hitler ordenou o fuzilamento de 355 civis dentro de uma caverna, em um subúrbio rural de Roma. Este episódio da II Guerra Mundial ficou conhecido como "massacre das Fossas Ardeatinas". Os corpos dos assassinados foram ocultados, resultando em grande sofrimento às famílias. Entre as distintas percepções mapeadas por Portelli (2016) destacam-se viúvas que atribuíam à Resistência grande parcela de responsabilidade pela ofensiva alemã e, consequentemente, pela perda dos seus esposos.

3. 2. Mulheres para além do ofício

O mundo não é sobre mim. Aprender a perceber e respeitar a outra pessoa e suas vivências se mostrou essencial para ampliar meus horizontes sobre a prostituição [...]. falo a partir de minha experiência de mulher, filha, mãe, avó. [...] Experimentei não só a prostituição, mas também a pobreza. De certa forma, por escolha própria: saí da casa de meus pais para o mundo ainda bem jovem, arcando com todas as consequências de ser alguém que, sem formação, estrutura e apoio adequados, se joga na vida levando uma criança pequena pela mão. É a partir desse lugar que eu falo. [...] Falo como uma mulher que também provou a aspereza do matrimônio na sociedade patriarcal — que, paradoxalmente, louva o amor romântico, a devoção e a fidelidade feminina, e a infidelidade e o aparente pragmatismo masculinos. Pragmatismo que, em geral, se esvai ao primeiro par de chifres recebido — ou descoberto. (PRADA, 2018, p. 40).

O que vem à mente ao se atribuir, a qualquer mulher que seja, a adjetivação de prostituta, puta, meretriz, messalina etc.? Como discutido por Roberts (1998), Rago (2014), Federici (2017), Engel (2004), Prada (2018), pode-se dizer que, via de regra, a alcunha de prostituta se sobrepõe ao sujeito mulher, de modo que o estigma sobre o meretrício, introjetado historicamente em muitas sociedades, se torne capaz de reduzir tal mulher à condição de marginalidade atribuída à comercialização do serviço sexual. Os discursos do jornal *Voz de Diamantina*, por meio do reforço da distinção entre putas e esposas, também se apresentam como materialização da permanência desta prática social coletiva nas décadas de 1950 e 1960 em Diamantina. Monique Prada (2018), ao compartilhar um pequeno resumo de sua trajetória no meretrício, demonstra que, mesmo nos dias de hoje, esta realidade redutora acerca das mulheres que cobram por sexo ainda não mudou, apesar de todas as prerrogativas da tão aclamada liberdade individual.

Ainda que haja este tipo de semelhança na tratativa às prostitutas ao longo do tempo, não convém considerar sob uma mesma perspectiva a realidade atual da prostituição e o modo como eram as coisas à época e no espaço do recorte deste trabalho. Diante de todo o conservadorismo, vigilância e punitivismo observados nos discursos dos textos de jornais analisados, os quais dimensionam um panorama moral da cidade de Diamantina, se torna um exercício difícil imaginar mulheres como Monique Prada, ou mesmo como Gabriela Leite (1992, 2013) que trabalhava como prostituta na década de 1960 em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, se manifestando em arenas públicas diamantinenses. Mas, de fato, algumas formulações parecem atemporais:

Não comecei na prostituição por vocação e, por minha vivência, não acredito que exista, na sociedade em que vivemos, algo que se possa chamar de vocação para a prostituição. Em um mundo menos preconceituoso e mais igualitário, em que o (livre) exercício da sexualidade possa ocupar um lugar menos marginal e clandestino, talvez ela pudesse ser uma habilidade a ser treinada, um talento a ser direcionado por pessoas de ambos os sexos, independentemente de orientação sexual (o que também dispensa vocação). Mas numa sociedade como a nossa, vira puta

quem precisa. Digo puta profissional, prostituta, com horário e metas a cumprir. (PRADA, 2018, p. 41).

Entretanto, por mais que a elaboração do estigma, fundada em moralismos e sob a lógica patriarcal, não seja necessariamente diferente ao longo do tempo, o contexto de uma cidade mineira de região interiorana e com um passado colonial evocado como glorioso não pode ser compreendido senão a partir de suas especificidades. Como exposto anteriormente por Martins (2014), os caminhos que, praticamente de modo compulsório, instalavam mulheres na vida de meretrício diamantinense são reveladores da forte associação de qualquer tipo de sexualidade desviante à perda total de dignidade. Alguns entrevistados relataram situações especificamente acerca de determinados motivos que traziam mulheres para o meretrício à Diamantina:

Ela disse que teve eu com... 16 anos. Ela sofreu muito. Ela diz que sofreu muito. Pai... ela diz que é... tem pai é que é coiso... [...] E ele... seguiu mãe é pra matar. Eu vi ele... pegou mãe... eu tava brincando assim perto do canteiro... aí ele andando com mãe lá, chegou com ela pra beirada do barranco e jogou ela lá, lá embaixo. Lá embaixo tinha um telhado de zinco, e pegaram ela lá e... e fazia assim (mostrando tapas) e queria fazer alguma coisa comigo... aí pegou eu e veio pegando eu e jogou no quarto lá, sabe... trancou tudo... aí depois que mãe apareceu toda cortada. Saiu sangue assim. Eu lembro direitinho, olha procê ver... 3 anos, mais ou menos. [...] Aí ela teve que saltar a janela, pegou uma trouxinha de roupa assim, saltamos a janela, aí... fomo andando, pegou cavalo... acho que eu andei de cavalo até no trem de ferro [...]. Aí nós chegamos aqui e agora todo mundo queria saber onde nós tava e ninguém sabia. Porque não tinha telefone, não tinha... era difícil. Cê sabe como é que era, né? Não comunicava... (José, 2018).

Quando diz "aí nós chegamos aqui", o entrevistado se refere à chegada dele e de sua mãe ao Beco do Mota em Diamantina. A violência doméstica vivenciada em uma zona rural fez com que a mulher abandonasse o lar e o esposo. Ao fazer o relato, José demonstrava ter uma memória muito clara do que havia acontecido à mãe, além de ter enfatizado que ele tinha cerca de três anos de idade apenas. Esta lembrança de algo ocorrido na primeira infância denota o quão marcante foi a situação para a criança que viu a mãe ser machucada pelo pai. Já os fatos em si, apontam para um contexto social em que a mulher não possuía resguardo acerca de sua integridade, o que confirma, em certo sentido, que o *status* de dignidade feminina dependia da tutela de um marido, independentemente de como fosse a relação do casal⁵². Ouviu-se de outra pessoa entrevistada, o seguinte:

[...] ela só caiu nesta vida porque a família dela era muito pobre e ela, criança ainda, foi ajudar na casa d'um... d'um garimpeiro, que o pai dela... que era patrão do pai

⁵² A condição do rebaixamento da mulher ao longo da história foi amplamente discutida no primeiro capítulo. Quanto aos códigos sociais impostos às mulheres em Diamantina no recorte espaço temporal do trabalho, o segundo capítulo explorou e demonstrou como o discurso presente no jornal *Voz de Diamantina* e a empreitada pedagógica da Igreja católica atuavam no âmbito da organização e da moral social. Cabe retomar a ideia de Pierre Bourdieu (2017) acerca da dominação masculina exercida sobre as mulheres, a partir de violências simbólicas praticadas por instituições como famílias, Igreja e Estado.

dela. Então esse garimpeiro punha ela pra lavar roupa, ela pequena ainda, hein?! Punha ela pra lavar roupa, arrumar casa lá pra ele e tudo, e ela ficava lá. E aí ele começou a abusar dela. Ela era criança. E aí ele ficou muito tempo com ela. Depois eu acho que ele que... que... que ele ficou com medo de alguém descobrir tudo, porque ele tava abusando dela e ela era de menor... e ele desapareceu. [...] ela foi pra Belo Horizonte, ficou uns tempos em Belo Horizonte e ela não tinha onde ficar que eu acho que os pais num queriam ela mais dend'casa. Porque descobriram o abuso do homem e que ela não deu... não deu... como é que fala? Alarme nenhum, não falou nada com eles, então naquele tempo o povo era muito severo, né? Não aceitaram ela dend'casa. Ela pegou e ficou de "deu em deu", né, como diz... [...] muitas pessoas caem na vida por falta de opção. Por pobreza, por... por... como é que fala... os pais não aceitarem, pôr pra fora... não tinha... não tinha ninguém por ela! Não tinha dinheiro, não tinha emprego, não tinha estudo. Não tinha nada! Então o único recurso foi essa prima dar pra ela o abrigo, com esta condição d'ela morar lá. (Sônia, 2018).

O "lá", onde a mulher foi morar, é o Beco do Mota. Não bastasse ser violentada sexualmente por um homem adulto que era patrão do pai, esta mulher não foi acolhida pela própria família quando da descoberta das violações por ela sofridas. Ao contrário, ela deixou de ser aceita na casa dos pais. Sem qualificação profissional e sem estudo, segundo a depoente, não restou nada à conhecida, senão se prostituir. Os dois exemplos acima mostram o quanto é importante afastar a dignidade da moralidade e aproximá-la da ética. No primeiro, a moral da época destituía de dignidade social uma mulher que deixasse seu marido, sem que se colocasse em questão os motivos, o que, por si só, limita à situação ao moralismo, visto que não se admite uma compreensão ética acerca das circunstâncias. Já no segundo, se no âmbito social e moral da época pudesse ser inapropriado dar guarita a uma filha "perdida", na esfera ética há de se questionar o abandono familiar. Os dois casos são claros no que tange violações dadas por crenças e valores temporalmente localizados. E, apesar da análise evocar crenças e valores numa especificidade temporal é importante recuperar as discussões de Roberts (1998) e Federici (2017) em relação aos diversos tipos de julgamentos, violências e violações às quais eram sujeitadas mulheres vinculadas ao meretrício em diferentes momentos da história.

E sobre as origens das mulheres que trabalhavam no Beco do Mota, um dos depoentes confirma os apontamentos de Martins (2014) acerca delas serem naturais dos arredores diamantinenses e do norte e nordeste mineiros:

A maioria dessas mulheres vinham dessas... dessas cidades, dessas comunidades vizinhas de Diamantina. Muito poucas, que eu saiba, teriam vindo, por exemplo, de Belo Horizonte, de um centro maior. Vinham daqui dessa região mesmo... quando muito, da região de Montes Claros, Pirapora e coisa... mas era tudo aqui do norte de Minas mesmo (Carlos, 2018).

Ao que parece, uma vez inseridas no meretrício, as mulheres sobre as quais falaram acima, eram destituídas, além do direito à dignidade futura, do direito a uma justa análise acerca das violências sofridas que as conduziram à prostituição. Pelo contrário, o

passado de agressão e violação sexual, relatados respectivamente nos depoimentos de José e Sônia, se tornaram alvos de esquecimento e desprezo por parte de uma sociedade e de uma família que escolheram culpabilizar as mulheres pelo que sofreram e por seus destinos subsequentes.

É necessário pensar que tanto antes quanto após o exercício do trabalho sexual há uma série de questões sobre estas mulheres que são imprescindíveis às existências delas. Suas subjetividades desde a infância, perpassando pelos motivos que as fizeram se tornar prostitutas, até toda a complexidade de seu novo papel social meretrício adentro ou de uma possível mudança de vida, dizem muito mais a respeito delas do que simplesmente o fato de ganharem dinheiro em troca do serviço sexual. Ademais, como se tem insistido ao longo desta pesquisa, a condição de trabalhadoras sexuais não pode continuar a arrancar destas mulheres uma série de características, sentimentos, perspectivas, frustrações etc. comuns a qualquer pessoa que seja.

Mulheres que eram e que são, com inúmeras coisas em comum com tantas outras mulheres, tinham a vaidade, a beleza e o cuidado ao se vestir como marca de suas expressividades. Ao ser perguntado se lembrava-se das aparências das mulheres do Beco do Mota e se elas diferenciavam-se das outras mulheres da sociedade, um depoente respondeu:

Tinha de toda sorte. Aquelas mais afeiçoadas e coisa... se... gabavam uma certa... né?... queriam aparecer mais. Então, vestiam-se melhor. Mas as outras também era... era... vestimenta, roupa comum... do dia a dia... não tinha muita, né? Durante a noite quando tinha aquelas... aquelas... aquelas bailes, aquelas danças lá e tal... elas todas vestiam da melhor forma que podiam. Mas nada de chiqueza não, porque não tinha... chiqueza não. (Carlos, 2018).

Em tempos de americanismo e de muitas novidades na moda⁵³, para prostitutas do baixo meretrício, de fato, deveria ser difícil ostentar luxo. Porém, o relato fala de diferenciação nos trajes do dia a dia e nos trajes de festa. Como o depoente não se identificou como alguém que se associava ao meretrício, sua fala deixa subentendido que prostitutas frequentavam algum tipo de baile comum à toda sociedade, o que permitiu que se testemunhasse aquilo que foi relatado. Entretanto, Carlos registrou em outro trecho da entrevista:

Elas se... elas se restringiam àquele ambiente do Beco do Mota. De um modo geral elas não saíam assim... dali. Só pra... quando tivesse de ir pra comprar mantimentos e coisa, que elas saíam à rua. E saíam bem arrumadas, não era motivo de escândalo, de parecer que são indigentes, não! Elas iam bem arrumadinhas. A gente encontrava com elas na rua fazendo compras e coisa, mas nada de passear na Capistrana e... junto com sociedade, não tinha não. Elas se restringiam a seu ambiente. (Carlos, 2018).

_

⁵³ Destaquem-se as considerações sobre o americanismo e a moda da época apresentadas no capítulo 2.

Em certo sentido, é possível considerar estes dois trechos de uma mesma entrevista como conflitantes no que diz respeito ao trânsito das prostitutas na arena pública diamantinense. No primeiro trecho há menção aos bailes, tipo de entretenimento tradicional da sociedade de Diamantina. No segundo trecho, apesar de relatar que as mulheres saíam às compras, o depoente sinaliza que elas não passeavam na Capistrana⁵⁴ e não se misturavam à sociedade. O acesso a uma loja comercial não é entendido do mesmo modo que o acesso a uma festa dançante para pessoas de família. Isto sinaliza que em alguns espaços havia certa tolerância à presença destas mulheres e, em outros, não havia nenhuma. Mas é pertinente levar em consideração a recomendação de Alberti (2015) de que:

A análise de um depoimento de História oral – realizada seja pelo próprio pesquisador, seja por terceiros – deve considerar a fonte com um todo. É preciso saber "ouvir" o que a entrevista tem a dizer tanto no que diz respeito às condições de sua produção quanto no que diz respeito à narrativa do entrevistado: o que nos revela sua visão dos acontecimentos e de sua própria história de via acerca do tema, de sua geração, de seu grupo, das formas possíveis de conceber o mundo etc. (ALBERTI, 2015, p. 185).

Deste modo, a escolha feita para analisar as diferentes elaborações de um mesmo entrevistado sobre situações semelhantes é a de que não cabe classificar o relato necessariamente como contraditório, dada a posição social do depoente tanto no passado quanto no presente. Cabe entender que, em certo sentido, ao mesmo tempo em que ele se apresentava durante a entrevista como uma pessoa livre de preconceitos, preocupava-se em testemunhar a integridade moral da elite de uma sociedade da qual era ativo participante, e que poderia vir a ser comprometida em caso de tolerância à presença de meretrizes em determinados contextos ou círculos.

Outro entrevistado, que passou parte de sua infância vivendo no Beco do Mota, respondeu o seguinte ao ser perguntado sobre os trajes escolhidos pelas prostitutas para o trabalho:

Vish... uma roupa apertadinha... aquela roupa... veludão... veludo, né?! Lisinho assim... bem apertadinha... me desculpe falar assim... (simulando um vestido sobre o próprio corpo) seu te falar tudo aonde que é forma, a roupa vai... e a saia vai até... como é que é? Vestido, né?.. vinha até aqui (mostrando uma atura bem acima do joelho)... o vestido ficava até aqui assim e dava pra ver até... a... beiradinha assim.. os homem ficava doido! Quando eu ia pro cinema, todas elas... nossa... iam mais bonitas ainda! (José, 2018).

Novamente, está sinalizada a distinção entre as escolhas e os modos de se vestir para o trabalho e para frequentar locais comuns à sociedade. O cinema, como já exposto, era

_

⁵⁴ De acordo com o que contam moradores locais, Capistrana, além de se referir ao estilo de calçamento existente no centro da cidade, com grandes lajotas de rocha com acabamento bruto, também se refere a um antigo costume no qual moças transitavam para cima e para baixo neste calçamento, enquanto rapazes as observavam.

uma das principais diversões disponíveis para a população. Para poderem frequentar o cinema, as prostitutas eram obrigadas a seguir, sob o controle da polícia, a regra de entrar após o início da sessão e sair antes do filme acabar, como relatado por Martins (2014). Portanto, a presença delas no local não era totalmente censurada. E, sobre sua própria mãe, o depoente do relato acima fez questão de enfatizar, de modo bastante orgulhoso: "Todo mundo fala! Mãe era bonita! A mais bonita que tinha no Beco do Mota. Não é porque é minha mãe não, mas todo mundo falava que ela era a mais bonita. Ela tinha um cabelo maior [...] um cabelo assim..." (José, 2018).

Outro aspecto presente nos depoimentos e que remete a questões cotidianas da vida de qualquer tipo de comunidade, são os laços de solidariedade⁵⁵. Quanto à existência deste tipo de relação entre as trabalhadoras do Beco do Mota, Martins diz que:

A precariedade material, a insegurança típica da carreira no meretrício e as violências praticadas por clientes e policiais contribuíram para a formação de laços de solidariedade entre as prostitutas de Diamantina, especialmente visíveis para o caso das mulheres do Beco do Mota. Havia entre elas disposição para o auxílio mútuo, socorrendo material e afetivamente aquelas que se encontravam em dificuldades. Esse socorro era extremamente necessário na ocasião de doenças, quando as mulheres tinham seu trabalho interrompido e ficavam sem dinheiro para pagar suas diárias e refeições. Nas palavras de um antigo boêmio, "elas tinham um coração enorme" [...] (MARTINS, 2014, p. 324-325).

Um tipo de auxílio afetivo, segundo o que refere Martins (2014), foi relatado por

Eu era menino. Tinha 3 ou 4 anos... acho que eu fiquei lá até 6 anos, eu acho... né? 6 anos... aí comecei a ter amizade... quem eu gostava muito lá e no caso eu dormia muito com ela, ela chama R.... Ela era prostituta e ela morava lá no São Paulo. E ela ficava me contando história... que morava em São Paulo perto da casa de Mazzaropi. Em São Paulo! Mazzaropi. Procê ver. Mazzaropi cê sabe quem foi ele... Então ela gostava de mim demais... Cê sabe... eu podia chegar lá e dormir junto com ela. Eu tinha quatro anos, assim... (José, 2018).

Enquanto uma prostituta, certamente, estava trabalhando, outra se disponibilizava a cuidar de seu filho. Isto posto, fica demonstrado que os laços de solidariedade na zona boêmia não se restringiam às meretrizes entre si. O vínculo entre este menino e a meretriz que trabalhava com sua mãe era tão forte que ele, em certo sentido, se mantinha atento e sentia que de alguma maneira conseguia tomar conta dela:

Eu brincava no quintal assim... um quintal pequeno... um homem puxando um cabelo de mulher, R.... chamava R.... puxava o cabelo dela e ia pro banheiro, tava arregaçando ela lá, não tinha ninguém pra socorrer... e eu fiquei assim, chorando,

-

José:

⁵⁵ Roberts (1998) destaca laços de solidariedade entre meretrizes, muitas vezes necessários para enfrentar, por exemplo, o ódio à mulher na antiguidade clássica ou a perpetuação do patriarcado com forte atuação da Igreja. Federici (2017) também menciona a importância da solidariedade entre mulheres, para além do contexto do meretrício, para enfrentamento dos desmandos da Igreja à época da Lei Canônica. Entretanto, é importante destacar a possível fragilidade destes laços, os quais se constituíam em função da ausência de direitos, de ataques à dignidade e da inexistência de amparo social ou institucional.

tremendo... depois saiu do banheiro... eu vi sangue lá no coisa... aí eu vi a turma... na porta... "que foi isso aí, menino?" "- ele aí tá batendo nela!", eu falei. (risos nervosos)... "Ele ali tá batendo nela!"... Na hora que eu cheguei da porta ele tava chegando lá na esquina e fazendo assim, ó (sinal de banana com os braços) chamando a turma pra bater, pra brigar também, né? Pra pegar ele. Não sei se pegou, né? Porque eu não entendia nada esse negócio de polícia, né? Mas, né... tem dia que era bom, tem dia que era ruim... [perguntado se R. havia ficado muito machucada nesse dia] (semblante como de quem sente dor) ficou muito machucada. Era um rola no chão... e eu que tive que chamar todo mundo. Se eu não chamasse ela tinha morrido. Por isso que ela gostava de mim (José, 2018).

O carinho e o cuidado entre ambos era recíproco. E, apesar dos ciúmes que José contou que a mãe sentia de sua relação com a prostituta R., não havia conflito em função do apego entre o menino e a colega meretriz.

Donos de bares também se mantinham atentos e, em um contexto de autoritarismo policial, intervinham quando necessário, segundo o depoimento que diz: "[...] seu A. falando... o dono do bar, do boteco. Falava com a polícia, porque a polícia tava... atacando mulher e tudo, batia... às vezes as mulher errava muito lá, em conta... né? Não sei o quê... eles chegavam vendo e cada uma apanhava muito. Rancava sangue" (José, 2018). Apesar das relações comerciais e conflitos existentes entre proprietários de estabelecimentos e prostitutas, como no caso dos erros nas contas das mulheres, laços de solidariedade também integravam os vínculos que se construíam entre eles, de modo que as arbitrariedades policiais fossem questionadas.

Outros sujeitos sociais, como alguns médicos, também atuavam solidariamente no atendimento às prostitutas e aos seus filhos. Nas entrevistas realizadas, ouviram-se relatos sobre os favores médicos gratuitos de um ginecologista e de um pediatra:

O que eu sei... com relação ao meu avô com as mulheres do beco... é que ele mantinha lá uma caridade muito grande, porque ele foi médico da delas durante toda sua vida e não cobrava um tostão, porque ele sabia que eram pessoas que tinham... né... dificuldades pra... pra ter um... um... pagamento prum médico. Então ele nunca cobrou, ia toda vez que era chamado e a gente sabe que assim, de uma forma muito caridosa (Lia, 2018).

Pagavam com o quê? (risos) O dinheirinho que elas recebiam mal... acredito que mal dava pra comprar o pão e o café pra dar pra criançada e... a comidinha que eles tinham... não... não tinham... eles não tinham esse recurso pra pagar médico não! Naquele tempo não se falava nada não. Pagava quem podia pagar, né? Na sociedade. E deixava de pagar aquele que não podia pagar. E muitos dos que podiam pagar não pagavam por hábito de não pagar mesmo! Era solidário. Eu acho que sim. (Carlos, 2018).

Ambos os depoimentos apontam para um modelo de exercício da medicina no qual o compromisso e o cuidado com a vida e a saúde humana se sobrepunha às relações

⁵⁶ Arbitrariedades policiais no meretrício brasileiro também foram relatadas por Rago (2014), Leite (1992), Mazzieiro (1998), Martins (2014), como exposto no capítulo 1.

mercantilistas. Para além do puro exercício da medicina, a prática do socorro por parte de um dos médicos resultou no relato do caso a seguir:

A mulher teve uma briga com a outra lá dentro do Beco e ela deu-lhe uma facada na barriga... e ela tentou ser atendida na Santa Casa de madrugada e as portas fechadas, ela não conseguiu. Então ela, não sei de que forma, ela foi parar na porta de onde hoje é a faculdade de odontologia na rua da Glória. Tava estendida lá, na hora que eu passei de madrugada pra ir atender chamado. Então eu peguei essa mulher e levei-a pro hospital, chamei o cirurgião que foi... começou a prepara-la e tal... depois nós... eu voltei para ajuda-lo na intervenção lá, para fechar a ferida, suturar o intestino dela e tal... e ela escapou e ficou lá den'do hospital durante muito tempo. Até que um dia ela fugiu do hospital e nós fomos atrás dela e encontramos ela voltando com um papagaio, né? Que ela tinha muita paixão pelo papagaio dela, foi lá buscar o papagaio. E ao chegar no hospital as irmãs do hospital, que geriam o hospital naquela época, não queriam permitir que ela entrasse com o... o... o pássaro dela lá. Aí foi... intervimos, e tal... chegamos panos quentes e por fim conseguimos que ela deixasse o papagaio lá num viveiro que tinha lá no fundo do hospital e tal... e diariamente ela ia lá ver o papagaio e tal... e na volta com esse papagaio teve uma outra cena... muito engraçada relacionada a isso... como é que foi gente... ela chegou com um... um sargento da polícia falou com ela... "ah... seu papagaio, cê tá voltando com o papagaio"... e ela falou: "ele é... o papagaio é meu..." como é que ela falou, meu Deus... que ele era o companheiro dela... é quem chamava a atenção dela quando chegava o cliente... "tá chegando gente!..." (risos) É... era uma coisa muito engraçada esse fato do papagaio. (Carlos, 2018).

Como em qualquer núcleo social ou comunidade, não somente de laços de solidariedade se faz uma zona. Nestes espaços, entretanto, conflitos internos por vezes violentos, como apurado por Martins (2014) por meio de registros policiais, são fomentadores dos estigmas e da perspectiva que os criminaliza, a exemplo, também, deste caso, em que uma prostituta foi esfaqueada por uma colega, encontrada a esmo e socorrida por um médico, levada a um hospital e operada. Mas a história tem outros elementos. A mulher, senhora e dona de seus apegos, no período da internação pós-operatória ousou uma fuga para buscar seu papagaio, com o qual mantinha vínculos de afeto. A fuga foi uma transgressão, enquanto o apego à ave de estimação se refere a algo tão corriqueiro, tão comum, tão humano. Um caso engraçado e interessante, revelado pela história oral.

Isto leva a pensar que tipo de ares ou proporção ganharia uma história dessas, se acaso figuras diamantinenses como Juscelino Kubitscheck ou Helena Morley⁵⁷ é que tivessem vivenciado uma aventura semelhante. Cabe tomar emprestada de Thompson (2002) a ideia de que a história oral está aí para nos ajudar a criar memórias mais ricas e interessantes, além de auxiliar na criação de um futuro mais amável e democrático, no qual um relato engraçado e humano como da fuga do pós-operatório por um papagaio seja digno de registro, independentemente de quem o vivenciou.

-

⁵⁷ Pseudônimo da diamantinense Alice Dayrell Caldeira Brant (1880-1970), dona de um diário que foi publicado como o livro *Minha vida de menina* (1942).

De todos os afetos cotidianos presentes nas fontes orais consultadas, o mais significativo é o vínculo maternal. Como apurado também pelas fontes escritas utilizadas nesta pesquisa, muitas crianças, filhos e filhas de prostitutas, passaram parte de suas vidas no Beco do Mota. Monique Prada (2017), cortesã contemporânea que já é mãe e avó, defende enfaticamente que:

É certo que há lógicas vigentes no trabalho sexual e na vida das mulheres que o exercem que fogem da lógica convencional das vidas e das relações, mas nada de outro mundo, nada que nos torne verdadeiramente pessoas moralmente incapazes de zelar pelos nossos. Ainda assim, o fantasma da condenação moral nos assombra noite e dia, tornando ainda mais complexa essa função de cuidá-los, sustentá-los, educá-los evitando que o preconceito lhes cause danos irreversíveis (PRADA, 2017).

Monique nos fala sobre o tempo presente, a partir de um cotidiano de cidade grande e de incontáveis diferenças socioculturais em relação à época deste estudo. No caso do Beco do Mota, as crianças vivenciavam o dia a dia do meretrício, em toda sua complexidade. De fato, não se acredita que este seja um ambiente adequado para a infância. Entretanto, não havia nenhum tipo de política pública que associasse a questão da sobrevivência das mães e de seus filhos com o direito que estas tinham de ter os seus consigo. Trata-se de um conflito já exposto no capítulo anterior. Entretanto, sobre a relação das prostitutas do Beco do Mota, o médico pediatra entrevistado contou ao ser perguntado sobre como se davam as relações destas mães com suas crianças:

[...] a maioria com uma relação maternal muito... muito profunda que a gente sentia. Noutras não... a gente notava um certo desprezo pela criança e tal... às vezes até agressivas com... com os filhos, e coisa... mas eram poucas. Mas a maioria eram verdadeiras mães, que cuidavam, que... né? A gente era chamado frequentemente... elas procuravam... chegavam a mandar emissário chamar a gente pra ir lá, porque não tinha telefone assim, pra... né? E a gente ia, atendia, levava pro hospital, cuidava... (Carlos, 2018).

Carlos diz não apenas da profundidade da relação maternal, mas da atenção à questão da saúde dos filhos e da preocupação por parte das mães de que as crianças tivessem acompanhamento médico quando necessário. E sobre aspectos como alimentação e acesso a bens materiais básicos, o depoente disse que:

Não eram... não eram... crianças assim... é... maltratadas, malcuidadas não. Eram relativamente cuidadas durante o dia. O problema era à noite, que essas crianças muitas vezes assistiam as cenas dentro da casa, né? Dentro da residência das mulheres. É natural que fosse assim. Porque não... não havia um albergue, uma coisa pra colocar essas crianças naquela época. As crianças que... que internavam no hospital é quando era acometida de uma gastroenterite, de uma infecção mais séria... que necessitavam de assistência hospitalar. Mas... de mais, elas conviviam lá... no meio da... naquele bafuá, feito a gente falava, né?! (Carlos, 2018).

E, novamente, o depoimento aponta para a ausência de algum tipo de política pública adequada de assistência às crianças. Fato este que, como já analisado, acabava por expor as crianças a situações inadequadas às suas idades, as quais serão melhor discutidas adiante.

A entrevistada Sônia contou sobre outras duas crianças que chegaram a morar no Beco do Mota:

Ela teve um filho só. E ela tinha uma outra menina que era de um outro... de uma outra pessoa. É... é... a outra menina era de... de... era de uma relação dela, sabe... Essa menina morreu e ela já... aí ele já tava morando com ela, separado, que a condição dele melhorou, ele tirou ela de lá e pôs uma casa pra ela, aonde foi criar essa menina e o filho dele que... que já tava grandinho, uns três anos mais ou menos. Aí ele separou: ele tirou ela do Beco e levou ela pra essa casa. E lá, essa menina dela sofria do coração e morreu. Então ela ficou só com aquele menino lá. (M. D. M. S., 2018).

Apesar de não haver necessariamente uma sequência de temporalidade no trecho acima, é válido considerar a afirmação de Alberti (2015) de que "cabe ao pesquisador estar atento ao fato de significados atribuídos a ações e escolhas do passado serem determinados por uma visão retrospectiva, que confere sentido às experiências no momento em que são narradas" (ALBERTI, 2015, p. 170). E, com este respaldo, ao se analisar a entrevista como um todo, foi possível entender que a ex-prostituta já tinha uma filha, quando conheceu um homem e teve com ele outro filho. Ambas as crianças viveram no Beco do Mota, sendo que o menino, o filho mais novo, até os três anos de idade, aproximadamente. O pai deste menino era casado e se separou, e, após isso, comprou uma casa e levou esta ex-prostituta e as crianças para morarem com ele. A menina, que sofria do coração, faleceu quando morava com a mãe, o padrasto e o irmão.

Além de ter contado que a ex-prostituta era uma boa mãe e que o companheiro que decidiu viver com ela não dava satisfações de suas escolhas nem à família e nem à sociedade, Sônia falou um pouco mais sobre os rumos da vida de sua conhecida após deixar o Beco do Mota, além de ter enfatizado algumas qualidades da mulher:

É... é... depois que essa menina dela morreu, ela tornou-se funcionária pública. Ela foi trabalhar como... como... faxineira [...]. E lá ela aposentou, sabe... e é uma pessoa muito boa. Fantástica, sabe? Porque ali... ali não... em zonas... tem muita gente boa, gente! Tá ali, porque não tem recurso mesmo. Tá ali porque num... num olhou o futuro... então... caiu nessa[...] Muito boa. Muito boa. Familiar, sabe... muito prestativa, respeitadora, sabe... e nunca teve "isto". Entre ela e o marido. Nunca teve nada. Viveram bem a vida inteira, até ele morrer. (Sônia, 2018).

Como foi observado ao longo da entrevista e como manifesto nos trechos apresentados, Sônia demonstrou compreensão e alteridade em relação ao passado de meretrício de sua conhecida e certa compreensão também em relação às mulheres que,

independentemente do motivo, assim viveram ou vivem suas vidas. Além do mais, fez questão de relatar situações de um passado mais recente que demonstraram características positivas da ex-prostituta sobre a qual falou:

Quando... quando... os pais dele (do companheiro) adoeceram... ele trouxe ela pra dentro de casa pra ajudar a olhar os pais. Ela ajudou até o fim, sabe... A mãe é... ficou... ficou de mal de Alzeimer, ela cuidou dela demais, sabe... foi... ela foi uma mãe da mãe dele. Sabe... cuidou muito, zelou muito tanto por... pela... por ela... como também pro... pro... pai dele, sabe... e é um tipo de pessoa assim: se ocê precisar... (Sônia, 2018).

Segundo Carvalho (2016), "[...] entender a fonte histórica sob o viés da memória, implica, antes de tudo, em considerarmos o contexto em que foi produzida, os atores nela envolvidos com seus anseios, posicionamentos e intenções" (CARVALHO, 2016, p. 30). A partir desta perspectiva de análise, que considera tanto contextos quanto intenções, cabe apontar a clara intenção da depoente de demonstrar que sua conhecida alcançou uma existência dentro dos padrões e das normas sociais, a despeito de sua passagem pelo prostíbulo. Quando perguntada se a conhecida, que quando chegou ao Beco do Mota foi morar com uma prima, trabalhou lá por muito tempo, respondeu: "uns tempos só! [...] ela ia e ficava lá... fazia alguma coisa lá e tudo, mas... assim... ficar direto, direto, direto, não... ela tinha de ir embora pra casa da prima" (Sônia, 2018). É explícita a tentativa da entrevistada de amenizar como foi o desenrolar deste período da vida da conhecida, como se isso pudesse comprometer sua trajetória.

Segundo Rousso (2006), a memória "[...] é uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional" (ROUSSO, 2006, p. 94). Também, a partir das recomendações de Alberti (2015) e Portelli (2016), acerca do pesquisador refletir sobre os contextos em que as memórias são produzidas, são imprescindíveis para que as diferentes formas de revisitar o passado sejam respeitadas e devidamente compreendidas. Ao mesmo tempo, há de se atentar para que elaborações pessoais dos entrevistados, acerca daquilo que relatam, não sejam necessariamente tomadas em seu valor absoluto. Como já discutido, a fonte oral não é a história propriamente dita. Como toda fonte histórica, as memórias precisam ser analisadas pelo pesquisador (ALBERTI, 2015; CARVALHO, 2016). E, neste caso, a via de compreensão escolhida na análise que aqui se realiza é a de que o ofício da prostituição, no passado ou no presente, de modo algum concorreria com qualquer outra característica de uma trabalhadora sexual. Deste modo, defende-se que as histórias sobre estas mulheres possam ser consideradas, também, a partir de elementos que aqui foram apresentados, tais como: o

passado, a maternidade, os afetos, as particularidades, as escolhas, a complexidade do universo feminino.

3.2.1. O que o silêncio tem a dizer?

A maneira como entrei nessas casas definiu o jeito como saí delas. Eu sinto que se uma pessoa não sai de uma entrevista modificada, ela está perdendo tempo. As mudanças podem ser imperceptíveis, mas vão se somando ao longo dos anos e nos fazem ser o que somos enquanto indivíduos, não apenas enquanto estudiosos ou ativistas. (PORTELLI, 2016, p. 44).

Tomo a liberdade de fazer este relato dentro da pesquisa na primeira pessoa do singular, por se tratar de uma experiência especialmente significativa vivenciada em campo. Por meio de uma amiga, tomei conhecimento a respeito de uma senhora que havia trabalhado como prostituta no Beco do Mota, próximo à época de sua extinção. Como as duas são próximas, esta amiga fez a gentileza de informar à mulher a respeito de um trabalho que estava sendo realizado sobre a "história da Diamantina antiga" e perguntou se poderia recomendá-la para ser entrevistada. Entretanto, essa minha amiga não deixou totalmente explícitas as motivações da entrevista, mas me comunicou confiante que aquela senhora me receberia.

A supressão do assunto principal do trabalho por parte de minha informante é um primeiro ponto a ser analisado. É compreensível que em uma cidade interiorana, com um passado recente conservador, dialogar sobre determinados assuntos não seja algo simples, uma vez que, como compreendido por Pollak (1989): "distinguir entre conjunturas favoráveis ou desfavoráveis às memórias marginalizadas é de saída reconhecer a que ponto o presente colore o passado. Conforme as circunstâncias, ocorre a emergência de certas lembranças, a ênfase é dada a um ou outro aspecto" (POLLAK, 1989, p. 8). Ao se considerar que, no âmbito público e coletivo, o aspecto evidenciado em relação à identificação dos diamantinenses com o Beco do Mota se refere, majoritariamente à romantização da boemia do passado, é necessário ter claro o quanto qualquer outro tipo de referência a este passado pode causar algum tipo de constrangimento. Principalmente se for para falar do Beco do Mota a partir da prostituição e das prostitutas. Logo, a postura de minha informante é mais do que justificada. Além do mais, o papel de trabalhar a abordagem desta potencial entrevistada era meu, e não dela.

Telefonei para Lourdes (nome fictício pelo qual chamarei a possível entrevistada neste relato) para agendar um encontro. Ela me recebeu em sua própria casa, numa tarde de quarta-feira. Bati à porta e um filho de Lourdes estava deitado no sofá, assistindo televisão.

Ele me cumprimentou cordialmente. Eu e Lourdes nos sentamos em um outro sofá, lado a lado. Me apresentei, disse que era amiga de nossa conhecida em comum. Perguntei se ali era o melhor lugar para conversarmos e, com muito tato, comecei a falar da pesquisa. A presença do filho dela na sala deixava o ambiente tenso. Lourdes olhava para ele o tempo inteiro.

Eu disse que tinha um grande interesse na história passada da Diamantina, sem fazer qualquer referência direta à prostituição ou ao Beco do Mota. O filho de Lourdes, então, abaixou o volume da televisão para ouvir o que eu conversava com sua mãe. Mas eu precisava ser específica e, por fim, disse que tinha interesse em histórias do Beco do Mota. Nessa hora, a fisionomia de Lourdes mudou e ela disse que não sabia de nada daquele lugar. O filho levantou a cabeça e me perguntou: "o que aquela mulher (minha informante) falou de mãe para você?". Um clima desagradável começou a se formar. Eu, ciente do melindre da situação, disse que a minha amiga havia dito que Lourdes morava em Diamantina havia muitos anos e era boa para contar casos. E este era o motivo de ter sugerido que eu a procurasse.

Lourdes se fechou. Disse que não poderia me ajudar. Mas me olhava fixamente, como se tivesse algo a dizer. Eu agradeci por ter sido recebida e me dirigi até a porta. Lourdes me acompanhou e, já do lado de fora, sem presença do filho, começou falar sobre os fluxos da cidade, sobre o Grande Hotel. Aí começamos a conversar sobre a necessidade de autorização do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional para reformas de edificações tombadas, que nem sempre os proprietários contam com recursos necessários e que, talvez por isso, o Grande Hotel estava fechado. Então, ela listou os antigos donos do prédio, demonstrando ter conhecimento a respeito dos proprietários do prédio no passado, sempre com um olhar fixo e a impressão de algo mais a dizer. Agradeci mais uma vez e parti. Frustrada. Bastante frustrada. Um pouco triste mas muito reflexiva.

Alba Zaluar (1994) alerta para a situação do pesquisador que não está, a *priori*, autorizado a entrar nos lares e na intimidade dos sujeitos de sua pesquisa. Caso venha a conquistar este tipo de liberdade, se trata de fruto de um processo de aproximação, responsável e fundamentado teoricamente, que demanda preparo e sensibilidade. E, ainda que o pesquisador se dedique ao preparo para ir a campo ou, ainda que tenha experiência neste tipo de trabalho, o inesperado é o que há de mais possível e a frustração pode ser inevitável. Porém, uma porta fechada não é impedimento à reflexão. Ao contrário, pode, como neste caso, trazer novos elementos de análise.

Neste sentido, Pollak (1989) coloca que:

[...] existem nas lembranças de uns e de outros zonas de sombra, silêncios, "não-ditos". As fronteiras desses silêncios e "não-ditos" com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em perpétuo deslocamento. Essa tipologia de discursos, de silêncios, e também de alusões e metáforas, é moldada pela angústia de não encontrar uma escuta, de ser punido por aquilo que se diz, ou, ao menos, de se expor a mal-entendidos. (POLLAK, 1989, p. 8).

Ou seja, o silêncio não precisa ser compreendido exclusivamente a partir da possibilidade de esquecimento, tampouco por um inconsciente reprimido. No caso de Lourdes, acredita-se na angústia e no medo de punição pelo que se diz, uma vez que quando se tratam de prostitutas, trabalhadoras sexuais, putas etc., a marginalidade histórico-social e o estigma são elementos, muitas vezes, silenciadores por si só.

E o autor também aponta que: "na ausência de toda possibilidade de se fazer compreender, o silêncio sobre si próprio - diferente do esquecimento - pode mesmo ser uma condição necessária (presumida ou real) para a manutenção da comunicação com o meioambiente [...]". (POLLAK, 1989, p. 14). Em outras palavras, suprimir o próprio passado, no caso de Lourdes, pode ser entendido até mesmo como um mecanismo de autoaceitação, para se tornar possível, agora não mais como uma prostituta⁵⁸, encarar, viver e andar de cabeça erguida na mesma sociedade que nela um dia desejou atirar pedras.

Desejei, por algumas vezes, fazer um novo contato com Lourdes. Até mesmo porque inferi que a presença do filho dela na ocasião poderia ter sido o único empecilho à entrevista. Porém, refleti muito e me perguntei por vários momentos se deveria, ou por quê deveria ou não, tentar conversar com ela novamente. Foi um dilema pessoal e ético. Em que medida o meu interesse e fascínio de pesquisadora por uma fonte tão importante poderia se sobrepor ao direito daquela mulher não ser importunada para remexer num passado que, ao final das contas, não me dizia respeito? Qual deveria ser o limite das minhas ações diante de uma situação já compreendida como incômoda e constrangedora para Lourdes? Rousso (2006) diz que "[...] a história da memória tem sido quase sempre uma história das feridas abertas pela memória, não sendo no fundo senão uma manifestação, entre outras, das interrogações atuais e palpitantes sobre certos períodos que 'não passam'" [...] (ROUSSO, 2006, p. 95). Seria mesmo válido correr o risco de reabrir uma ferida, cujas consequências jamais caberiam a mim dimensionar, em troca de um depoimento?

Decidi refletir a respeito de todas as informações que consegui levantar neste trabalho sobre o Beco do Mota, sobre como a sociedade lidava e tratava as mulheres que lá trabalhavam, sobre os tipos de trajetória que conduziam ao meretrício. Mesmo sem conhecer a

- -

⁵⁸ Lourdes se casou e constituiu família. A mediadora do contato contou que o marido de Lourdes, já falecido, foi quem a "tirou" do Beco do Mota.

história de Lourdes, procurei me colocar no lugar dela. E não me arrependi da escolha que fiz. Seja por não precisar carregar comigo qualquer responsabilidade pela possibilidade de ter despertado algum sofrimento a Lourdes, seja pelo outro possível caminho de trabalho que me permitiu escolher "ouvir" e tentar compreender o que o silêncio dela tinha a me dizer.

3. 3. Crianças do Beco

Sendo a vida dos filhos de putas tema fortemente presente no imaginário das pessoas que não cobram por sexo, o estigma de contato atinge a essas crianças de modo bastante violento, e isto é algo que precisa ser combatido – sob pena de acabarmos alimentando um ciclo de exclusão e opressões que, no fim das contas, é o que todas desejamos combater. (PRADA, 2017, não paginado, grifos nossos).

Falo também, e talvez principalmente em muitos momentos, a partir do lugar de mãe. Uma mãe que lutou para livrar suas crias da mochila pesada do estigma, não apenas de serem filhos de uma prostitua, mas também de ter uma mãe solo, separada, "mãe solteira", "mãe de filhos de pais diferentes". Estigmas que nos atingiam exatamente do mesmo modo violento que o de puta, como pude experimentar nos momentos em que exerci a prostituição. Falo como alguém que segue lutando para criar mundos melhores para receber as crias que o futuro nos trará. (PRADA, 2018, p. 41).

Ao final do segundo capítulo foram apresentados trechos de jornais que manifestavam a preocupação de alguns grupos da sociedade diamantinense em relação às crianças que viviam no Beco do Mota. Também ficou demonstrada a existência de algumas medidas tomadas para tentar solucionar o que se considerava um risco ao presente e ao futuro daqueles filhos e filhas de prostitutas, como o recolhimento dos meninos no EPIL.

A questão exposta por Monique Prada (2017, 2018) acerca do violento estigma de contato sobre os filhos de putas da contemporaneidade não era diferente à época deste estudo. Como já discutido no capítulo anterior, as prostitutas, apesar de "parirem suas crias", não atendiam às prerrogativas impostas socialmente como necessárias à maternidade. E o contato delas com seus filhos, por si só, parecia significar uma condenação social irreversível. Ou seja, recaía sobre filhos e filhas de prostitutas um julgamento moral tão perverso quanto, ou ainda mais perverso, do que aquele que recaía sobre suas mães.

Foi apurada, a partir das fontes escritas analisadas, a existência de forte preconceito em relação às crianças que viveram no Beco do Mota, de modo que sobre essas crianças pairava a "humilhante pecha de 'menino do beco'" (VOZ DE DIAMANTINA, ano 60, n. 11, 12 dezembro 1965). Este preconceito também se mostra evidente diante da perspectiva de considerar estas crianças como socialmente desajustadas, bem como a partir do desejo de parcela da sociedade, manifesto em um dos textos de jornal, de poupá-las de situações

constrangedoras nas escolas, nas quais pais orientavam seus filhos a não conviverem com os meninos do Beco.

Apesar destas evidências das fontes escritas, ao ser perguntado sobre a relação da sociedade com os Meninos do Beco, se acaso o preconceito em relação às mães se estendia aos filhos, Carlos respondeu que:

Oh... criança é sempre criança, né? Seja filho de quem for, é criança. De modo que de um modo geral, em Diamantina, a sociedade era muito solidária com crianças de rua e tudo mais... não hostilizavam não, né?! Naquela... naquela época, as crianças trabalhavam na prefeitura, com um ferrinho. Na... aquele bando de criancinhas, não sei se eram procedentes do Beco do Mota não... com o ferrinho capinando entre as lajes do calçamento. Naquela época era normal o trabalho infantil, sabe? E era uma forma de... colocar essas criancinhas mais marginalizadas com um ofício... que muitas... depois do... vieram a assumir funções de... de... de trabalho dentro da... da prefeitura. Mas é... não... não havia preconceito assim contra crianças por elas serem originárias do Beco do Mota. Que eu me lembre, não! Havia, pelo contrário... eu acho que havia muita... muita tolerância... muita compreensão da... né? Não sei se as famílias falavam "olha... não quero ocês com esses meninos aí não que esses meninos são do beco do Mota!"... nunca ouvi isso. A sociedade diamantinense me parece que foi sempre muito... é... solidária com as crianças daquele... não fazia distinção não... de que são do Beco do Mota não... "não brinca com aqueles meninos..."... nunca ouvi isso não. (Carlos, 2018).

Segundo Alberti (2015), é papel do entrevistador reconhecer aquilo que influencia o andamento da tomada de um relato oral, bem como considerar estas possíveis influências no momento de análise. Assim como em outro depoimento de Carlos. analisado anteriormente, entende-se que sua posição social, tanto no passado quanto no presente, é indicativo de que exista uma intencionalidade de demonstrar as qualidades da sociedade diamantinense, de modo que confirmar a existência de preconceito por parte desta sociedade não dialogaria com uma postura de defesa da mesma. Outra possibilidade é de que o depoente não compartilhasse dos preconceitos de seu grupo social⁵⁹ e, por isso, de alguma maneira, tentasse projetar em outras pessoas suas próprias concepções.

⁵⁹

⁵⁹ No trecho de depoimento a seguir, G.M. P. admite a existência de preconceito por parte da sociedade em relação às prostitutas. É possível supor que ele não concordasse, necessariamente, com posturas adotadas pelos seu círculo de convívio: "Ah!... preconceito contra o Beco do Mota era muito grande. Antes de ser fechado eu lembro que a sociedade diamantinense ia lá pra... pra Água Limpa, pra passar o domingo, a parte do domingo, fazer um... levava alguma coisa pra se comer e coisa... as principais famílias se reuniam ali. Até que um dia vimos chegar um caminhão lotado de gente... a criançada toda brincando lá nos poços... chega esse caminhão e despejou umas 30 ou 40 mulheres que foram lá lavar roupa (risos)... E foi um escândalo porque o preconceito... as mulheres do Beco contrataram o caminhão de... dum senhor daqui que [...] levou essa turma de mulheres pra lavar roupa e tal... no meio da criancada e tudo... (risos) as famílias todas recolheram as criancas e veio todo mundo embora revoltado com isso (risos) e dessa revolta nasceu o Clube Campestre, porque nós fomos no dia seguinte procurar um lugar para... para fundar um clube que seja assim... [...] Mas... você vê que... fruto de uma... de um preconceito, né? Que nós mesmos, eu mesmo, como médico, aceitei aquela (risos) aquele alvoroço de todo mundo querendo sair e vir embora, recolher as crianças, vir embora porque chegaram as mulheres do Beco do Mota. É o preconceito que havia contra. Mas naquela época era assim" (G.M.P., 2018, grifos nossos). Outra possibilidade é de se compreender a postura do entrevistado a partir do que defende Carvalho (2016), ao dizer que "a necessidade de se afastar, ou mesmo de redimensionar uma postura assumida no passado, é comum quando a pessoa propõe-se a narrar suas lembranças. Isto ocorre, porque, se o ato de lembrar remete-

Mas, frente a outras narrativas analisadas, não houve elementos corroborassem com esta memória de Carlos, que diz respeito a uma sociedade solidária e compreensiva para com os Meninos do Beco. Ao contrário, outra entrevistada contou o seguinte:

> [...] sei de um caso também que estavam os... os... a mãe de uma... de um dos rapaz/dum... dum... menino... uns meninos que brincavam juntos, a mãe viajou... e então eles estavam em casa só com a moça que trabalhava lá e ela fez café... quando ela fez café o J. chegou. J. era menino do Beco que brincava com eles, mas o J. chegou e ele não podia dar café na caneca, como é que ele ia fazer pra dar café pro J., não podia, era Menino do Beco. O J. era filho de mãe do Beco e morava no Beco, mas ele brincava na rua com... os outros meninos, mas não podia tomar café na caneca porque era dos meninos da casa, né? Então... quê que ele fez, tinha acabado de coar o café, ele fez assim, abriu a garrafa térmica e falou assim: abre a boca, J. e virou... queimou. O J. bateu a mão na garrafa... o café quente caiu nele e queimou ele todo... gente, isso foi uma confusão. Porque aí a mãe do J. achou ruim e foi atrás dessa senhora mãe dos meninos, que nem tava sabendo, que ela tava viajando. Houve um entendimento depois entre as duas e... entendeu que era coisa de criança, mas a mãe dos meninos que não eram do beco teve que cuidar, fazer né... mandar fazer curativo e cuidar da queimadura e tal... então o negócio era pesado... (Lia, 2018, grifos nossos).

J. foi classificado pela depoente como menino do Beco e, por esse motivo, J. não poderia tomar café na caneca. Era algo inconcebível um menino do Beco colocar a boca na mesma caneca que posteriormente seria levada à boca de algum menino daquela casa, mesmo considerando que seria de se esperar que a caneca fosse lavada após o uso. Para que o colega pudesse tomar café, uma das crianças da casa decidiu virar o líquido quente diretamente na boca que J., o que resultou em uma queimadura feita por água após fervura. Apesar de J. ser menino do Beco, ele tinha uma mãe que foi tirar satisfações sobre a ferida causada a seu filho. Segundo o depoimento, a situação foi resolvida, visto que a mãe dos meninos da casa se comprometeu a cuidar da queimadura de J.

Entretanto, ainda que a entrevistada tenha dito que houve entendimento de que o ocorrido era coisa de criança, é importante refletir sobre a situação. Virar o café quente na boca de J. pode ter sido uma estratégia da outra criança, ou coisa de criança, para que aquele menino não ficasse sem receber a bebida. Mas qual a origem da regra de que todas as crianças presentes, exceto J., poderiam utilizar canecas, a qual foi a verdadeira causa de J. ter sido queimado com café quente? Com base em Jean Piaget (1896-1980), Vale (2012) defende que, em crianças, noções valorativas advêm da coação social exercida por adultos, os quais representam autoridade, de modo que não há, necessariamente, assimilação dos juízos morais

nos inevitavelmente ao passado, a memória que permite reabilitá-lo e trazê-lo à tona novamente não se refere unicamente ao que passou, mas também ao presente. Dessa forma, o indivíduo não consegue reproduzir um fato "tal como ocorreu", mas sim, expor uma interpretação (uma versão) sobre ele, já que, para ter acesso às lembranças de seu passado, a pessoa precisa lançar mão de instrumentos que estão à sua volta no momento

presente" (CARVALHO, 2016, p. 206-207).

por parte das crianças. Deste modo, as ações das crianças consistem em repetição ou reprodução de comportamentos e noções dos adultos, como no caso de preconceitos manifestos.

No filme a Lista de Schindler (1993), dentre as inúmeras cenas de horror, uma chama a atenção por conter um tipo de perversidade que pode passar despercebida, visto que não há nela nem morte, nem sangue, nem corpos. Enquanto judeus são conduzidos por uma rua, crianças alemãs, ao imitar o exemplo dos adultos, atiram esterco nas pessoas e gritam: "Goodbye, Jews"! Ainda que duramente incômoda, a analogia faz sentido e é pertinente, pois, assim como no caso de J., os adultos do filme são socialmente e culturalmente detentores de autoridade diante das crianças pelas quais são responsáveis. A violência não se reduz ao ataque com esterco aos judeus. Expor crianças a uma situação em que são coagidas a agir como algozes, é violentar suas infâncias. Ou será que uma sociedade que joga pedras, joga bosta, bate e cospe em Genis, como ilustrado pela música Geni e o Zepelin de Chico Buarque (1979), é incapaz de se assumir como um espelho para suas crianças ⁶⁰?

E, nada melhor do que saber, a partir de um homem que em sua infância morou no Beco do Mota, como o preconceito, passado de pais para filhos, se materializou em sua experiência no primeiro grupo escolar que frequentou, quando tinha cerca de 5 ou 6 anos de idade:

Escola... a primeira escola que eu completei foi o grupo Júlia. Morava no Beco. Até quem foi a primeira professora minha foi dona O. [...] Fui pra escola... mas só que... lá na escola quase eu fui... eu fui muito odiado... fui muito odiado por causa de quê quem é de lá é... tinha que sofrer... porque eu era filho de prostituta, né? [...] Colega... família... não queria ficar junto... lá na escola... a família falava assim: "ó... não vai ficar junto com isso..." não sei o quê, né? "é mulher de zona!". Lá na época falava mulher de zona. Falava prostituta não. Era mulher de zona. Então eu ficava muito assim... mãe que de vez em quando tinha de me buscar e o povo ficava só falando... e mãe ficava: "que praga, sô!"... era só xingar, né? Mãe só chegava... perto da casa da Chica da Silva. Ela me esperava ali. Ela nunca chegava lá no... na escola não. Que o povo cê sabe... naquela época o povo era mais respeitável. Prostituta era pouca aqui, né? (José, 2018).

Apesar de ser um homem já sexagenário, a memória de José sobre essa fase de sua infância é do quanto era odiado, e que isso ocorria em função de ser filho de mulher de zona. É válido observar que ele não fez referência a si mesmo como menino do Beco, termo usado pejorativamente, como já exposto. Entretanto, ele contou tranquilamente que morou dentro do Beco do Mota: "[...] lá é que eu fiquei desde menino, né? [...] só sei que eu conheço mais é lá, Beco do Mota... é... é... ali eu brinquei muito, todo mundo gostava de mim ali... [...] (morava) dentro, lá no meio. Lá dentro" (José, 2018).

⁶⁰ Estes dois exemplos mostram que a arte, através da ficção, podem escancarar fatos reais, mesmo que aquele não seja. Mas que embora muito importante esta discussão, foge do proposto neste trabalho.

Isto demonstra que, para o entrevistado, ter morado no Beco do Mota não fora um problema e nem motivo de vergonha, inclusive porque em seu depoimento ele diz que, no ambiente do meretrício, todos gostavam dele, de modo que lá ele se sentia acolhido. Seu local de conflitos, num primeiro momento, foi a escola, onde o que provocava o incômodo era como as outras crianças e seus respectivos pais lidavam com o fato dele ser socialmente⁶¹ classificado como menino do Beco.

Ao retomarmos a ideia de que a construção da memória se realiza do presente para o passado, estando esta sujeita a reformulações e ressignificações (CARVALHO, 2016), o indicativo é de que o tempo e a trajetória vivida não foram capazes de apagar o transtorno pessoal e emocional que o preconceito por parte da sociedade causou à existência de José. Estes impactos negativos puderam ser observados diante do sentimento de tristeza demonstrado por ele ao relatar sua primeira experiência escolar. Também é marca de seu depoimento a lembrança de que as famílias é que colocavam a regra da distância entre outras crianças e ele. Segundo sua fala, além do ódio e da exclusão dos quais ele era vítima, sua mãe sequer chegava a ir até a porta da escola quando ia buscá-lo⁶², mas, ainda assim, ela costumava ouvir impropérios, o que a levava a reclamar com xingamentos. Além do mais, nota-se, por parte de José certa introjeção das normas⁶³ daquela mesma sociedade que marginalizava a ele e a sua mãe, quando diz que "naquela época o povo era mais respeitável", o que leva a pensar que, de alguma maneira, para ele, o preconceito sofrido era justificável.

Ainda que a reprodução irrefletida de preconceito seja mesmo coisa de criança, a responsabilidade sobre o preconceito em si é dos adultos. Deste modo, os adultos que repassaram para crianças o preconceito e o estigma contra filhos de prostitutas, como no caso

_

⁶¹ Em seu trabalho sobre a internação compulsória de leprosos na Colônia Santa Izabel, em MG, Carvalho (2016) analisou memórias de ex-internos que não consideravam como marca negativa de suas histórias fato de terem confinados arbitrariamente naquele local. Ao contrário, aquele era um lugar de recomeço e criação de novos laços sociais. O que pesava sobre a vida daquelas pessoas era o modo como a sociedade da qual eram participantes escolhia as tratar quando tomava conhecimento da doença de lepra. Em relação às memórias de José, reforça-se que o depoente não atribuiu à sua infância no Beco do Mota um trauma para sua vida. O que o marcou negativamente foi o modo como as pessoas o tratavam, semelhantemente ao caso dos ex-internos da Colônia.

⁶² O museu Casa da Chica da Silva, Diamantina/MG fica a, aproximadamente, 100m de distância da Escola Estadual Professora Júlia Kubitscheck, popularmente conhecido como Grupo Júlia.

⁶³ Outras formulações marginalizantes permanecem com o depoente, ainda nos dias de hoje. Quando foi perguntado se a mãe dele já havia trabalhado, respondeu: "Mãe não trabalhava não, trabalhava é... prostituta. Mãe nunca trabalhou não. Eu nunca vi não. Porque ela não sabia ler. Ela não sabe ler. Ela trabalhava lá, na roça... lá no... Mato Verde, diz ela... catando algodão. Antes de vir pra cá... catava algodão e eu ficava assim... no balaio, comendo banana não sei o que lá, né... então ela viveu, trabalhado, colhendo algodão... no sol quente"(José, 2018).

de J., assim como os adultos que estimularam a não convivência entre seus filhos e as crianças do Beco, como no caso de José, não poderiam ser considerados, de maneira alguma, nem solidários e nem compreensivos à realidade daqueles meninos e meninas, como o depoente Carlos tentou pontuar.

E, não eram poucas as crianças que residiam no Beco do Mota, como confirma o seguinte relato: "era muita criança... talvez ali tivesse umas 20 a 30 crianças, normalmente ali no meio daquele ambiente de... totalmente impróprio pra educação daquelas crianças, né?" (Carlos, 2018). Tratavam-se não somente de meninos. José relatou que teve três irmãs que chegaram a nascer no Beco do Mota, mas que foram entregues a famílias que se dispuseram a criá-las. Outra entrevistada que falou sobre sua conhecida que tinha uma filha, também indicou que esta menina chegou a morar na zona de meretrício com a mãe:

Morava. Morava lá também. É... é... mas como diz: morava lá, mas tudo no freio, sabe, num tinha... num... diz que num saía nem na rua assim. Quando saía, saía pra escola, com a outra... com a tia levando... é... e frequentava escola, fazia primeira catequese, fez primeira comunhão, tudo direitinho, sabe... então, é... depois morreu. Morreu de repente. (Sônia, 2018).

Estas informações levam a pensar em quantas dezenas de meninos e meninas foram expostos à humilhação e ao preconceito no passado, pelo fato de morarem no Beco do Mota. E, não somente a isso, visto que, como bem colocado por Carlos, se tratava de um ambiente impróprio para a educação daquelas crianças. Apesar das críticas aqui apresentadas acerca de como a sociedade lidava tanto com as prostitutas quanto com seus filhos, não há como romantizar a associação da infância ao ambiente do meretrício. Algumas das memórias de José sobre sua vida no Beco servirão para elucidar detalhes complexos do cotidiano de uma criança dentro da zona. E, obviamente, toda sua relação com este ambiente se iniciava na relação com a própria mãe, a respeito da qual ele deixou transparecer que sempre houve conflitos:

[...] dela eu já apanhei muito... mas não tenho... fiquei com ódio dela não... foi ruim... ela sofreu muito... ela brigou muito lá no Beco... todo mundo tinha ciúme dela... levantava com o cabelo raspado, arranhada... tanta mulher... é porque... depende dos homens... é que ela é bonita, né? Paga mais caro, né? (José, 2018).

Um primeiro ponto interessante de se observar nesta narrativa é que, ao que parece, a exclusão social das prostitutas fazia com que o nível de competição por qualquer trocado potencializasse certo "estado de natureza" ou de "vale tudo" naquele território que parecia ter lei própria, já que a lei "lá de fora" só era utilizada para punir, nunca para dar assistência. Outro aspecto de destaque é que, apesar de apanhar da mãe quando pequeno, a elaboração da memória do entrevistado aponta para certa compreensão acerca das atitudes

tomadas por ela. José também deixou claro, mais de uma vez, que não nutria nenhum sentimento de ódio ou mágoa pela mãe. De modo que reforçou:

De mãe eu não tenho ódio não porque eu já vi que ela sofreu. Só o quê que eu vi que ela sofreu com aquele tanto de sangue no corpo... vish... aquilo lá me deixou... me deixou raiva, né? Contra quem fez isso com ela. Aí eu entendi porque ela sofreu no Beco do Mota. Por causa disso aí e tal, né? (José, 2018).

Entende-se que, ao olhar para o passado e refletir acerca das coisas ruins acontecidas à mãe e testemunhadas por ele, ainda quando da saída da casa do pai, há plena compreensão acerca das circunstâncias que a fizeram migrar da roça para o Beco do Mota. Não obstante, ao dizer que "aí eu entendi porque ela sofreu no Beco do Mota", José também demonstrou conservar o pensamento da época, o qual implicava a prostituição como um dos únicos destinos possíveis para mulheres em condição similar à da mãe: sem estudo, sem formação, sem marido e, portanto, condenada a suportar qualquer condição adversa que pudesse ocorrer neste outro estilo de vida. Por fim, a escolha do depoente, diante de tantas intempéries enfrentadas pela progenitora, foi de perdoar qualquer tipo de falha, negligência ou maus-tratos por parte daquela que, ao que se pôde notar, é a principal, senão única, referência familiar de sua vida.

O fato de José dizer que a mãe brigava muito e costumava ser atacada pelas outras prostitutas no Beco do Mota, suscitou o questionamento acerca de existir alguma preocupação específica pelas violências que ela sofria: "Muito! Ficava vendo coisa" (José, 2018). Ao que parece, esta pergunta engatilhou uma sequência de narrativas a respeito de outras situações de violência, vivenciadas não necessariamente pela mãe, mas que ele testemunhou no Beco ao longo da infância:

[...] eu lembro, eu já vi... um dando soco, murro, quase que matou... só que eu achei que era uma luta lá dentro do quarto assim... a mulher tava pro lado de fora chorando. E... eu era menino... não tava sabendo como é que fica, e o homem tava fazendo assim (fazendo gestos de espancamento)... no corredor, escuro. Eu fui falar com o dono do bar lá, aquele trem era... "o homem tá batendo no outro ali!" Não sei o que era... e foi lá ver, já tava morto. O outro correu. Não foi no bar. Foi na casa grudada no bar. Eu fui comprar uma bala lá. Sempre eu comprava bala nesse lugar. Bala e... o que mais que eu comprava ali, que eu gostava? Pão! Eu vi... eu vi essa... eu vi um homem lá, eu vi a mulher chorando, achei que ela tava chorando por alguma coisa, mas aí quando eu voltei assim... que vi um homem fazendo assim, assim (fazendo gestos de espancamento), tava não sei o quê lá assim... o corredor tava escuro. A casa até feia. Aí eu fui falar com o homem, o homem...aí depois ficou amontoado de gente lá... me empurrou assim "vem cá! Sai pra cá!". Eu sei que eu lembro. Eu lembro essa parte. Um tanto de gente assim... carregando... pôs num caixão, aquele caixão... pobre, né? Parece que a prefeitura que deu... e levou pra algum lugar. E daquele, onde que era hotel... também matou uma pessoa ali [...] Matava bebê também, né? Muita mulher lá acabava com o bebê. Já vi enfiando agulhas... de injeção... grávida... (dá socos na própria barriga) "sai daqui, capeta! Puta que pariu!"... "sai daqui da minha barriga, sai!"... isso... até isso... é... aborto também, né? Fazia isso!... muita coisa ruim que tinha ali. (José, 2018, grifos nossos).

Espancamentos, assassinatos e abortos, de fato, não eram incomuns ao cotidiano do meretrício no Beco do Mota. Martins (2014) analisou uma série de registros policiais dos séculos XIX e XX que reforçam esta realidade, com algumas variações ao longo do tempo. O contexto excludente quanto às existências dos sujeitos participantes do meretrício tornavam o Beco do Mota em um espaço *sui generis*, visto que o restante da sociedade não o tinha como partícipe. E dentre as especificidades deste espaço de prostituição, destaca-se o fato de ser um terreno fértil para fatos como os relatados por José. No entanto, há de se refletir acerca de a quem atribuir algum tipo de responsabilidade sobre esta realidade de violência. É fato que espaços marginais ou que se contrapõem a padrões estabelecidos costumam ser criminalizados, a partir de convenções sociais estabelecidas hegemonicamente. Deste modo, cabe considerar a violência inerente a este ambiente como consequência de todo um processo de exclusão e, a partir disto, pensar nos sujeitos participantes do meretrício como possíveis vítimas, e não necessariamente como vilões.

É importante enfatizar que entende-se que, de maneira alguma, quaisquer pessoas que fossem deveriam ser expostas a estes tipos de situações relatadas por José. Quanto às crianças, especificamente, estas ficavam expostas a tudo isto por se tratar de um território esquecido e ignorado pela sociedade, a qual, movida pelo moralismo, não conferia respeito às pessoas identificada a partir do Beco do Mota.

Não obstantes os episódios de violência, obviamente que em um local destinado às relações sexuais, o sexo estava impregnado no ambiente. E, muitas vezes, explicitamente:

[...] por isso que eu sou assim, fanático, sabe... fanático com sexo... é... como é que é? Gosto de mulher demais, sabe... é por causa disso, aprendi lá, né? Homem... na hora que os homem entrava no quarto, eles não maltratava e nem nada não, pra sair rápido... "sai daqui, menino!"... Não era assim não!... "Ô, menino, me dá não sei o quê!"... mas na hora de fazer o sexo mesmo... aí... pede licença, "vai pra lá, ó"... aí eu ficava brincando lá, mas eu via... de vez em quando via... ali, então eu acho que... porta aberta, via... fazendo sexo... ô meu Deus... mas não sabia... ficava assim... hã? Normal!... eu tô falando assim, mas cê sabe como é que é... como é que eu vi! Mas não tem maldade... eu achei que era normal. Né? Achei que era normal. Tem a mulher que brigava até com outra... "Ô... aqui!... olha que beleza esse homem aqui! Olha que gostosão! Que bonito!"... moco feio, moca, sabe... (risos) era homem feio aí a outra ficava assim: "ó... pode ficar procê!"... não era bonito não. Eles eram meio ogro... nossa Senhora! E outra coisa... as mulher ficavam mais na porta da rua, adivinha como? Desculpa! O que eu tô falando, só pra falar como é que é a história dessas mulher lá. Ficava nessa posição aqui (simula estar sentado com as pernas abertas). Ficava sentada, agachada num... numa parede, na porta, com a perna assim (mostrando os joelhos afastados) (José, 2018, grifos nossos).

A partir de concepções culturais e convenções sociais vigentes e com base na ideia de um processo civilizatório, nos termos de Elias (1994), seria comum pensar que, assim como no caso dos adultos que se comportam preconceituosamente diante de suas crianças,

adultos que se dão ao desfrute sexual diante de meninos e meninas deveriam ser igualmente responsabilizados pelas consequências de suas ações nas vidas dos pequenos. Entretanto, esta formulação reforçaria moralismos aos quais a perspectiva deste trabalho se contrapõe. José acabou por encarar o sexo explícito com naturalidade ainda na tenra infância. Para as normas vigentes da época, esta exposição também seria um tipo de violência. Porém, nas elaborações do depoente, testemunhar sexo explícito só se tornou violência quando ele tomou conhecimento do significado social dado ao sexo, posteriormente à infância vivida no Beco e quando mais velho. Sua fala sobre ser fanático com sexo sinaliza que, à época da entrevista, ele ainda precisava lidar com reflexos da experiência de testemunhar atos sexuais no Beco do Mota, em certo sentido sob um ponto de vista resultante de sua convivência com o exterior ao contexto do meretrício.

Por mais que este trabalho defenda a ideia de que as relações sexuais devam ser encaradas e vividas como uma parte natural, essencial e fundamental da existência humana, entende-se, com base em regras sociais e premissas culturais vigentes contemporaneamente, que não é na infância que isto deva se iniciar. Sexo diz respeito a pessoas livres e autônomas, o que não é o caso das crianças, as quais, em nossa sociedade, devem ser legalmente protegidas pelos adultos. Entretanto, em relação ao contexto diamantinense da época, no qual havia uma produção social de exclusão de sujeitos correlacionados ao ambiente do meretrício, é necessário refletir que tudo que tinha vínculo com o imoral era confinado no Beco do Mota, destituindo de dignidade aqueles que lá viviam. Deste modo, estas pessoas ficavam constantemente expostas a violência física, moral, psicológica, social. Quanto às crianças descendentes das prostitutas especificamente, se não fosse a moral religiosa que seguisse como norteadora dos atos, estas não estariam no ambiente de trabalho das suas mães, como não estavam as crianças da sociedade diamantinense do além Beco. Destaque-se mais uma distinção na tratativa desta sociedade para com as crianças, separando-as entre crianças da sociedade de um modo geral e crianças do Beco.

Destarte, entende-se que as prostitutas não poderiam ser, em circunstância alguma, responsabilizadas pela exposição a que as crianças eram submetidas. Com quem elas poderia deixar suas crianças, se nem mesmo na escola seus filhos eram bem tratados? Ao contrário, eram estigmatizados e se tornavam alvo de deboche por parte de outras crianças e respectivos pais. Qualquer tipo de culpabilização às mães meretrizes quanto a seus filhos, neste caso, seria relegá-las, juntamente com as crianças, ainda mais à margem. Uma vez que a lei e os direitos sociais exteriores ao Beco do Mota não chegavam lá com igualdade, regras internas, ou até mesmo a ausência de regras, se formulavam e vigoram.

Os frequentadores do Beco eram igualmente participantes da atmosfera exibicionista, como se pode observar a partir do seguinte depoimento: "tudo malandro! Até hoje eu lembro até dum rapazinho novo, ia pra lá... ficava peladão lá... em cima da mesa, no bar... de bar, né? Ficava no boteco... tudo ficava peladão lá... dançando com as mulher... e as mulher... nossinhora!..." (José, 2018). E, não somente rapazes jovens e descompromissados se faziam presentes nos bares do Beco, protagonizando cenas memoráveis. Homens da sociedade também se destacavam: "então, era os homens casados direito, casado na Igreja" (José, 2018), a ponto de haver no Beco intervenção direta de representantes do clero local:

É... o... o bispo! O bispo também foi lá pra acabar com isso. Padre... lembro do bispo ir lá, falando... chamar a atenção de... R. S., dono do bar. E tocando música "tic tic" não, que tem Igreja. Tem que respeitar a Igreja... a Catedral... porque é pertinho... já vi ele assim... já vi cada coisa lá... mas... não sei... (José, 2018).

Estes episódios de violência e sexualidade explícita, certamente associados a outros fatores componentes do contexto da época, como intervenções da Igreja, das delegacias e da própria sociedade, levaram a tomada de diversas medidas por parte das autoridades ao longo do tempo. E houve, à época da infância de José, uma intervenção especialmente delicada, que retirou, compulsoriamente, alguns filhos de suas mães:

[...] que mandaram tirar todo mundo lá e foi pra Datas... junto com... é... como é que chama?... é... idosos... não sei a data direitinho. Eu era pequenininho. [...] E foi... e nós fomos pra Datas. Foi 13 crianças... que tinha... tirou de lá. Ficou comigo lá. [...] menino pequeninho... até no berço tinha... pôs pra lá. Fora algum lugar aí que foi uma criança. Tinha muita criança (José, 2018).

Este fato, segundo a temporalidade compreendida a partir dos relatos do depoente, sem referência a datas precisas, indica que o ocorrido se deu à época da emancipação da então localidade de Datas/MG⁶⁴, por volta do início da década de 1960. Quando perguntado sobre os motivos desta remoção das crianças para esta espécie de asilo, José respondeu: "eu ouvi falar que fizeram que... tava muita... violência, né?... tava matando muito... [...] Mas é porque... o juiz mandou..." (José, 2018), o que corrobora com a ideia de que algumas medidas tomadas pelas autoridades eram determinadas em função de situações violentas, como brigas e mortes, ocorridas no Beco do Mota. Entretanto, a retirada compulsória dos filhos de suas mães precisa ser compreendida também como violência. No caso das mães a violência se dava na arbitrariedade de serem consideradas inaptas à maternidade, como fortemente imposto a partir do imaginário social da época⁶⁵. Quanto aos filhos, talvez o aspecto mais cruel da violência praticada pela ação "benevolente" da sociedade fosse a ruptura do vínculo maternal

⁶⁵ Como demonstrado e discutido no segundo capítulo.

_

⁶⁴ O município de Datas está distante a, aproximadamente, trinta e sete quilômetros de Diamantina.

e das relações sociais criadas dentro do Beco e a respectiva inserção em ambientes e rotinas totalmente desconhecidos.

Quanto à estadia das crianças na instituição de Datas, o entrevistado fez um relato, no mínimo, inusitado:

[...] porque quando deu veneno lá, pra gente lá no... pôs veneno no leite, todas crianças... desmaiaram... passou mal, aí teve que arrumar um carro pra trazer a gente. No hospital lá. Nós ficamos misturado... a gente com os velhinhos lá. Olha procê ver que lá o leite era pra nós. Só pra criança. [...] A gente não ficou sabendo muito assim não. Eu sei que... acabou com isso. Não pôs criança lá mais não. Fiquei sabendo assim. Fiquei no hospital aqui quase um mês. Tava cortando a gente, o negócio lá. (José, 2018).

Seria de se esperar que, um fato como este, o qual envolveu autoridades de Diamantina e uma instituição de outro município, com a possível ocorrência de um episódio de envenenamento, fosse amplamente divulgado e permanecesse devidamente registrado. Entretanto, não se encontrou nos jornais analisados nenhuma referência à condução destas crianças que viviam no Beco, incluindo uma criança que ainda estava no berço, para a cidade de Datas. Tentou-se, também, obter informações a partir de registros do hospital de Diamantina, mas sem sucesso⁶⁶.

Diante disto, entendeu-se como pertinente perguntar a outro entrevistado, Carlos, se ele tinha alguma lembrança a respeito do ocorrido. Ao que respondeu:

Não me lembro desse fato não... [...] Eu vivi Diamantina esse tempo todo, desde 55 pra cá. Não me lembro desse episódio. [...] Naquela época o único pediatra era eu. E eu não tô recordando desse fato não... [...] Eu já estava aí... com 10 anos de atividade. Não me lembro em absoluto deste episódio... mas a memória vai ficando muito ruim... [...] É... e a única... quem poderia esclarecer isso, seriam as irmãs que naquela época administravam o hospital. Mas elas toda que... que passaram por aí... eu acredito que de todas já faleceram... se tiver uma ou duas aí elas já estão todas já velhas, caducas feito eu... não me lembro desse fato deles terem ido pra Datas. Por que razão pra Datas se aqui tinha condição pra ser acolhidas as crianças? Eu não sei... [...] (Carlos, 2018).

De acordo com Carvalho (2016), em um relato de memórias o indivíduo estabelece uma dinâmica própria e certa seletividade, visto que é dele a escolha quanto ao que deve ser lembrado ou esquecido. Durante a entrevista, o depoente tentou demonstrar certo esforço para se lembrar de algo, mas sem sucesso.

Ora, pois, se por um lado não se pode julgar a existência ou não da memória acerca deste fato por parte de Carlos, por outro, não convém desqualificar a memória manifesta por José sobre algo tão grave e traumático que ele disse ter vivido. Afinal, por mais

⁶⁶ Foi solicitado à Santa Casa de Caridade de Diamantina vistas aos registros de internação, a partir do nome do paciente e época aproximada. Apesar da solicitação ter sido acolhido pelo hospital, foi alegado que tanto o estado atual de desorganização dos arquivos, quanto a imprecisão da data e a distância temporal dos fatos se constituíram em empecilho para verificar a existência de algum documento comprobatório.

que o ambiente do qual fora retirado não fosse realmente adequado à infância, a sequência de fatos que parte da compulsoriedade associada ao rompimento de vínculos com a mãe e as pessoas com quem estava acostumado, seguida do confinamento em um asilo e posterior internação por diversas semanas em função do que classificou como envenenamento, não pode ser tratada como mera invenção ou fantasia⁶⁷. Não obstante, o fato de ser Diamantina uma cidade relativamente pequena, de modo que relações sociais e acontecimentos se tornam suscetíveis a investigações diante de algum esforço, levam a acreditar que José, com toda sua simplicidade, não criaria um enredo com elementos que pudessem comprometer injustamente outras pessoas, como a possibilidade de envenenamento de crianças sob a guarda de uma instituição.

A sequência que o entrevistado apresentou sobre seu destino após a internação no hospital de Diamantina foi:

Aí... puseram, o único jeito era pôr no asilo, mas pra mim foi abandonado, né? Mãe devia ter o esforço, né... Fui pro asilo velho. [...] ali era asilo velho, não era aquele jeito lá não! Lá reformou. Já desmanchou a casa velha ali, a casa quase caindo... lá que eu sofri muito. Eu, com 6 anos, comecei a capinar tudo ali. Com 6 anos eu tava lá. 6, 7. Eu morava lá. Eu de Datas fui pra lá [...] Fiquei lá de... 7... 6, 7... até, até 13, né... (José, 2018).

Neste novo local para onde foi levado, chamado por ele de asilo velho, José alega ater passado cerca de seis anos entre a infância e o início de sua adolescência. Apesar de não ter falado muito sobre a época em que lá esteve, ele demonstrou um tom de cobrança em relação à mãe, visto que manifestou ter se sentido abandonado por ela. Não se sabe se em função de, ao contrário do asilo de Datas, estar bem próximo ao Beco do Mota, ou se em função do sofrimento que disse ter vivenciado lá, com uma breve menção ao trabalho infantil.

Ao atingir certa idade, José saiu deste asilo e seu destino passou a ser o Epil, instituição de acolhimento e formação profissional de adolescentes, mencionado anteriormente:

No Epil eu fiquei 11 meses só. [...] Do asilo velho pra lá, acho que eu fui, eu tava... 13 anos. Saí com 14. Onze meses que eu fiquei. [...] No Epil eu ficava plantando grama lá... ainda tava começando... não tinha nada assim, igual... Tinha nada! Não tinha marcenaria, não tinha nada! Nem mesa direito não tinha. Nós é que fazia... eu fazia mesa com cadeira. (José, 2018).

A exclusão social estigmatizante sobre a infância vivida no Beco produzia ações sociais que visavam salvar as crianças, mas não de modo a acolhê-las como crianças comuns.

⁶⁷ Apesar da vontade e do interesse em investigar mais o episódio do envenenamento das crianças do Beco, abrigadas no asilo de Datas, tal empreitada demandaria esforços e deslocamentos que se distanciariam do objetivo e da temática principal deste trabalho. De modo que se optou por fazer o registro do que pôde ser apurado a partir dos relatos, mas sem maiores delongas.

Sobre elas, desde cedo, pesava algum tipo de cobrança acerca de já trazerem consigo, segundo a concepção hegemônica, marcas indissociáveis de marginalidade, além de se imputar a elas a necessidade, quase que imediata, de se tornarem pessoas aptas a algum tipo de trabalho útil. Isto é corroborado por uma das falas de Carlos, quando defendeu a solidariedade da sociedade diamantinense em relação às crianças do Beco do Mota e, subsequentemente, disse que se lembrava de criancinhas com ferrinhos a capinar entre o calçamento no centro da cidade, visto que àquela época era comum os menores trabalharem. Os relatos de José confirmam a existência de mão de obra infantil também no asilo e no Epil.

O que o entrevistado contou sobre a saga à qual foi sujeitado, de afastamento de sua mãe e do Beco do Mota, apontam para uma período repleto de sofrimento e tristeza. Apesar das demonstrações de sentimentos negativos em relação a esta época, insistiu-se em tentar compreender outros elementos de sua infância, que poderiam estar presentes nas memórias. Foi perguntado a ele se havia mais alguma lembrança boa, além dos relatos que já havia feito sobre as pessoas que viviam no cotidiano do Beco gostarem dele. Ao que respondeu:

Coisa boa? Coisa boa era assim... às vezes a... a... alguém me chamava por lá, pra casa... brincava com alguma outra criança lá... né? É... comida não faltava, né? Tinha comida gostosa! Refrigerante e tudo! Ia na matinê. [...] Eu ganhava muito presente! Trem de ferro... muito presente mesmo! Bonito, sabe? [...] Cê vê... os homens gostavam de mim, tudo que era assim... [...] Os homens do centro, né? [...] Uai, então! Era uai!... mandava chamar a gente... na Baiúca... e tudo... eles todos que já namorou com mãe assim, eles tinham comércio lá... (José, 2018).

Brincar com outra criança, ser presenteado, beber refrigerante em um tempo em que isso não era tão comum, ter sempre comida na mesa e frequentar as matinês no cinema, estão entre as lembranças felizes de José. Tratam-se de coisas que agradariam a qualquer criança, independentemente de sua origem. Entretanto, cabe recuperar a mensagem presente em um texto de jornal apresentado no capítulo anterior, intitulado "Os anjos não devem cair" (VOZ DE DIAMANTINA, ano 60, n. 11, 12 dezembro 1965), no qual há uma crítica a respeito da corruptibilidade a que os meninos do Beco recolhidos no Epil estariam expostos diante de agrados como estes listados, sobretudo, quando oferecidos pelas respectivas mães. Segundo o conteúdo da publicação, o fato das progenitoras continuarem a presentear seus filhos acostumaria os meninos a desejar seu "triste" dinheiro, de modo a comprometer a possibilidade de uma vida decente para eles. O que se observa, em todo tempo, é o modo como o estigma sobre a prostituição era o principal norteador dos juízos feitos pela sociedade e pelas instituições, tanto sobre as mulheres, quanto sobre seus filhos e, inclusive, sobre as relações entre eles. Qualquer tipo de provimento por parte da mãe, ou oriundo dos

relacionamentos vividos pela mãe, era desqualificado e considerado também como um problema.

À época da extinção do meretrício no Beco do Mota, José conta que foi retirado do Epil pelo homem que se tornou companheiro de sua mãe, de modo que pôde testemunhar a retirada das prostitutas das zonas do centro da cidade. Foi perguntado se ele tinha memórias de como foi o desenrolar da situação:

Lembro! Lembro le eu só vi o caminhão pegando os trem lá, uai... os móveis... eu ficava do lado de cá, tava sentado ali... e uma pessoa olhando eu... enquanto mãe tava ajudando... com... mudança... com o pessoal lá... colega dela, né? Todo mundo indo lá pro... pro... Rio Grande, lá pra cima... é aquela área ali... a Glória... lá fazia rancho... lá tinha rancho... de capim. Aqui não tinha essas casas assim não... aqui também... né... aqui era mato... (apontando para o entorno de sua residência) [...] nós, a gente podia entrar por baixo assim, do mato. Fizemos um barraco ali. Ficamos 6 anos sem luz, 6 anos sem esgoto, água. Uai... a única água que tinha era a que tem lá no hospital, sabe, né? Quando A. C. entrou pra prefeito... o único que deu ajuda a gente. Fez essa estrada aí... Pôs a água. Pôs esgoto. Cê já ouviu falar dele? A. C.? Pois é... já falaram que ele foi o melhor prefeito aqui? Ele tava salvando todo mundo. Ele dava emprego, dava serviço pra mim. Eu pintava os caminhão, sabe... "Prefeitura Municipal"... aqui (novamente apontando para o entorno de sua residência)... aqui era mato, cheio de carrapato, gabiroba... é... nossa... mas depois... tá aí... agora cresceu tudo... mas eu preferia naquela época (da vida no Beco), que foi melhor pra mim. É porque menino, né? (José, 2018, grifo nosso).

Este depoimento não se refere apenas à saída da mãe do depoente da zona no centro da cidade. É revelador, também, de quais foram as alternativas para algumas das mulheres da zona, como morar nos tradicionais ranchos, ou edificações simples de madeira e capim, que eram comuns em áreas periféricas da expansão urbana no modelo da época, nas áreas dos atuais bairros Rio Grande e Glória. O homem que veio a ser seu padrasto, junto da mãe conseguiu construir um barraco em uma área que também não era urbanizada, onde passaram a residir e onde estavam até a realização da entrevista. Porém, o que mais chama a atenção no relato de José. é o saudosismo manifesto ao contar sobre o desmantelamento do Beco do Mota, quando diz que aquela época foi melhor para ele.

Os apontamentos anteriores respondem a alguns questionamentos feitos no segundo capítulo, acerca das circunstâncias, dos modos escolhidos para se retirar crianças e adolescentes de suas mães na zona de meretrício, bem como dos caminhos educacionais e formativos aos quais eram sujeitados esses menores. A tutela exercida sobre essas crianças, ao que parece, as retirava de seus locais de origem e do convívio com suas mães, mas não tratava de inseri-las em ambiente familiares e nem em escolas comuns aos filhos da sociedade. Eles permaneciam em situações e lugares destinados a descendentes de categorias marginalizadas, de modo que o estigma social não era rompido. Ademais, o pretexto de um processo formativo e profissionalizante não era solucionador daquelas demandas emocionais dos

meninos, denunciadas pelo imaginário coletivo apresentado pelos discursos presentes nos textos de jornal analisados.

De modo a ilustrar a incoerência presente nas ações sociais destinadas às crianças do Beco, tomam-se como exemplo as narrativas de José, que mostram que desde a sensação de abandono por parte da mãe, até as queixas sobre o trabalho infantil de capina, de fato, não apontam para possíveis medidas sócio-educativas ou protetivas que fossem capazes de suprir as lacunas que a sociedade dizia faltar a ele. É válido reforçar que o contexto de violações a estas crianças eram anteriores a estas medidas, como a própria exclusão social e o confinamento ao Beco do Mota. Já a afirmação de que a época em que viveu no Beco havia sido melhor, a despeito de tudo de ruim que por lá testemunhou, mostra que o vínculo e a presença da mãe eram o que mais importava para ele. Fato totalmente desprezado nas medidas tomadas para "protegê-lo".

A dimensão desta importância da relação com a mãe, a qual permaneceu ao longo da vida, é reforçada sobre o que o entrevistado contou sobre outros aspectos da vida dela e da relação entre os dois, principalmente no tempo presente:

Até hoje... ela traz comida pra mim... [...] Ela mora com meu padrasto! Com meu padrasto até hoje! Olha pra você ver... desde aquela época, hein?! Os dois tá junto... tá aí até hoje! [...] Tá aí até hoje... procê ver... desde... olha procê ver... ela... eu tinha... quer ver... ele me tirou lá do Epil com 14 anos de idade, olha procê ver... essa época... aí quando começou a namorar, e me tirou de lá... (José, 2018).

Além de falar com alegria sobre o convívio com a mãe, José demonstrou muito orgulho sobre o relacionamento estável e tão longo dela com o padrasto. Para além disso, a gratidão ao homem que o retirou do Epil era algo latente. O depoente também falou com carinho sobre as três irmãs, das quais uma nunca quis falar com a mãe. Das outras duas com quem ele e mãe mantinham convívio, uma havia falecido meses antes da entrevista, fato que, de acordo com José, estava acometendo a mãe de uma tristeza profunda. Estes elementos de sua narrativa elucidaram sua satisfação em possuir uma família, ainda que tardiamente e fora dos padrões impostos à época de sua infância.

Das narrativas orais aqui apresentadas, algumas dizem respeito às mesmas questões levantadas pela análise documental, como os casos de episódios de violência na zona de meretrício, os impactos do estigma social sobre o direito de ir e vir das prostitutas, a medidas de intervenção também violentas sobre os destinos das crianças que viviam com suas mães no Beco do Mota etc. Entretanto, tratam-se de perspectivas distintas do discurso hegemônico, haja vista que os depoentes que compartilharam suas memórias não necessariamente eram adeptos ao imaginário coletivo produzido por uma perspectiva de

romantização da boemia, fundada em um marco espacial de valor histórico para Diamantina. O diferencial em comum que permitiu que estes novos olhares sobre o passado viessem à tona foi a existência, por parte dos entrevistados, de algum tipo de contato, laço afetivo ou familiar com mulheres que trabalharam como prostitutas no Beco do Mota.

Mesmo nas narrativas em que, em alguma medida, pôde ser observada certa reprodução de valores conservadores pautados na moral religiosa diamantinense acerca de sua mais famosa zona boêmia, o que se apurou foi o cuidado para que à realidade dos sujeitos participantes do contexto do meretrício fosse conferida sua devida parcela de humanidade. Esta moral religiosa que cumpria o papel de qualificadora da dignidade, a qual relegou e expôs os moradores do beco a violências de toda a sorte. Por isso é importante que a dignidade seja isenta da moral e se baseie em um código de ética. Além do mais, diante da prerrogativa de que a formação das memórias se faz a partir do presente, a distância temporal do agora para a época a que estas memórias se referem é um fator determinante, visto que, recuperando a ideia de Portelli (2016), a memória, que não é um depositário de informações, mas algo que se constrói por um processo contínuo de reelaboração e ressignificação do passado.

Como resultado, algumas novas perspectivas registradas sobre um mesmo tema, um mesmo tempo, um mesmo espaço, uma mesma categoria de sujeitos sociais. Tais perspectivas, em grande medida, concorrem e disputam com as perspectivas hegemônicas. Entretanto, como recomendado por Alberti (2015), não convém, de maneira alguma, tratá-las a partir de um viés de polarização. A importância desta multiplicidade de olhares precisa ser reconhecida, bem como seu potencial para enriquecer as análises que podem ser feitas sobre o passado.

Importa, por fim, recuperar do primeiro capítulo o que foi tratado e ponderado acerca do modo como lidamos, tanto coletivamente como individualmente, com nossas sexualidades. Enquanto participantes e integrantes de uma sociedade herdeira das premissas culturais ocidentais, somos igualmente herdeiros de tradições e noções pautadas em valores patriarcais, judaico-cristãos e androcêntricos. A atuação de mecanismos simbólicos por meio de instituições, nos termos de Bourdieu (2017), colaboram para a perpetuação destas regras assimiladas e mantidas coletivamente ao longo do tempo. Como já discutido, entende-se que estas noções e valores introjetados e naturalizados, bem como o modo como lidamos com nossa própria sexualidade, atuam no modo como percebemos a sexualidade de outrem, o que pode conduzir a valoração moral quanto a sexualidades marginais, como no caso da

prostituição e, consequentemente, relegar à marginalidade social sujeitos que vivenciam tais sexualidades.

Simultaneamente, segundo apurado por Roberts (1998), a prostituição atravessou a história, ora respaldada pelos valores vigentes, como no caso da Roma Antiga; ora enfrentando tais valores, como no caso do período cristão, em que foram inaugurados tempos de ódio à mulher (ROBERTS, 1998). Logo, apesar de frequentes esforços, fossem eles sociais, institucionais ou de outra ordem, não se conseguiu extinguir a prostituição do seio da humanidade. Porém, a coexistência desta atividade sexual com os esforços para combatê-la engendra situações de conflito, como no caso do Beco do Mota.

Esta retomada ao que se discutiu no primeiro capítulo é importante para que se considere, ao pensar nas narrativas orais aqui apresentadas, em que medida, como indivíduos participantes de uma sociedade, somos reprodutores de moralismos que desqualificam e destituem de dignidade pessoas que comercializam o sexo. Seja em relação ao passado, seja no tempo presente. Este exercício se faz necessário diante do fato de que medir o outro a partir de moralismos pode resultar em processos de exclusão socialmente produzidos, os quais cerceiam liberdades, eximem direitos e violentam pessoas, como no caso das prostitutas do Beco do Mota e de seus descendentes.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não é tarefa simples escrever sobre a prostituição no âmbito acadêmico. A começar pelas escolhas a serem feitas acerca de qual viés adotar sobre um assunto complexo que, em considerável medida, costuma ser tratado a partir de sensos comuns. Esta afirmação se respalda na predominância de abordagens que não incluem perspectivas concernentes aos sujeitos participantes da prostituição em suas pesquisas e estudos, de modo a manter as ideias e postulados muito mais próximos à esfera de discursos e de imaginários coletivos produzidos, fomentados e perpetuados por moralismos e valores de raízes conservadoras, do que da realidade do trabalho sexual.

Este conservadorismo possui grande correlação com os modos de viver a sexualidade humana ao longo da história, dos quais somos herdeiros e os quais, desde os tempos mais remotos, por meio do patriarcado, impõem rígido controle sobre as escolhas e os corpos femininos. Neste sentido, a prostituição passa a ser encarada, de modo geral, como transgressão. Já a perspectiva deste trabalho em relação ao trabalho sexual se funda em uma postura compreensiva e de respeito para com as histórias e as memórias de seus sujeitos participantes. Não de modo a tomar como verdades absolutas as perspectivas subjetivas, mas, de modo a considerar tais perspectivas como participantes e também produtoras da história.

É necessário compreender que os reflexos do movimento de controle sexual sobre as mulheres e suas respectivas influências sobre coletividades quanto a como lidar com trabalhadoras sexuais não recaem sobre uma categoria abstrata, mas sobre pessoas. Pessoas cujas vidas não deveriam ser reduzidas a um ofício, nem concebidas a partir do estigma e, muito menos, destituídas das prerrogativas da dignidade humana. É imprescindível salientar que, posto o modelo patriarcal de sociedade, historicamente, aos homens sempre foram conferidas permissões inversamente proporcionais ao cerceamento imposto às mulheres. Talvez seja esta a raiz de uma das grandes contradições acerca do exercício da sexualidade: enquanto os homens são, desde sempre, encorajados em suas vidas sexuais, inclusive em tenra idade, as mulheres são instruídas a se resguardarem e não cederem às investidas masculinas. Entretanto, em contexto de heteronormatividade, homens encorajados demandam mulheres disponíveis, sobre as quais, independentemente de serem prostitutas ou não, recai algum tipo de condenação. Deste modo, os impactos negativos decorrentes da vigilância e do cerceamento da sexualidade feminina tratam de empurrar para a margem não somente mulheres que comercializam os serviços sexuais, mas quaisquer mulheres que exerçam, em qualquer medida, alguma autonomia ou liberdade sexual.

O que este trabalho procurou demonstrar a partir das discussões propostas foi como as relações das sociedades com a sexualidade ao longo da história contribuem para os modos contemporâneos de se compreender e de pensar acerca da prostituição. Tomando como parâmetros características do modelo ocidental de pensamento, é imprescindível enfatizar, em todo o tempo, o importante papel das influências patriarcais, judaico-cristãs e eurocêntricas neste processo.

Ao trazer o foco para o recorte espaço temporal da pesquisa – a zona boêmia no Beco do Mota em Diamantina-MG entre 1950 e 1969, e para os principais sujeitos de interesse do trabalho – mulheres que trabalharam com prostitutas neste período, passam-se a considerar, especialmente, as especificidades do cenário analisado. O conservadorismo exacerbado, estimulado pela presença influente da Igreja católica na cidade, se destaca como forte mecanismo de atuação sobre o pensamento hegemônico e respectivos modos desta sociedade lidar com a prostituição. O alinhamento do jornal Voz de Diamantina à postura de controle adotada pela Igreja é outro aspecto significativo, visto que a associação entre as duas instituições cumpriu o papel de disseminar e reforçar, por meio do discurso de textos jornalísticos, forte estigma sobre o reduto de meretrício. Cabe, também, salientar um terceiro elemento desta aliança institucional – a Ditadura Militar (1964-1985), o qual, a partir de seu modelo autoritário, conservador e moralista, deu cabo do meretrício no centro da cidade de Diamantina no final de 1968, a partir da expulsão das meretrizes e seus descendentes do referido espaço. Importa, também, esclarecer que não foi conferido nenhum tipo de resguardo ou política pública a estas pessoas, as quais foram lançadas à própria sorte, recrudescendo ainda mais a situação de marginalidade na qual viviam.

Como resultado prático da empreitada de condução moral social da sociedade, a partir da reprodução e reforço de dualismos como esposa e prostituta, mulheres boas e más, lares sagrados e zonas, crianças e meninos do beco, é fato que prostitutas e seus descendentes experimentaram uma série de consequências em suas vidas, pautadas pela marginalidade social, pelo preconceito, pelo cerceamento de direitos, pela separação compulsória de filhos e mães etc. Estas impressões, entretanto, não se fazem presentes nos registros escritos analisados. Por isso, foi necessária a investigação de perspectivas marginais, as quais constituíram as memórias que foram coletadas a partir da história oral e que ficaram aqui parcialmente registradas. É importante esclarecer que as narrativas concernentes a descendentes de prostitutas não estavam previstas ou mapeadas num primeiro momento. Entretanto, ganharam espaço no trabalho à medida que se mostraram ricamente reveladoras de

especificidades da infância vivida no Beco do Mota, bem como apresentaram contradições em relação aos textos de jornal.

A escolha de se realizar um esforço para acrescentar estas memórias marginais aos registros escritos sobre a história da prostituição no Beco do Mota não foi isenta, assim como nenhuma escolha acadêmica o é. No âmbito geral, acredita-se que o passado não se constitui por uma única via e que diferentes olhares e percepções são imprescindíveis à compreensão acerca da diversidade e multiplicidade de pessoas e ideias que produzem socialmente os espaços e a própria história. Acredita-se, também, que uma vez consideradas estas memórias, não cabe imprimir sobre elas uma perspectiva polarizada ou de mera contraposição aos registros já existentes. O que se espera é que estes novos registros possam ser complementares, ainda que concorrentes em alguma medida, de modo a enriquecer e ampliar as esferas de debate sobre o assunto.

No âmbito específico da investigação deste trabalho, a ideia de dar ênfase às perspectivas marginais não se refere à possibilidade de substituir as formulações acerca das mulheres que trabalharam no Beco do Mota a partir da prostituição por outros aspectos de suas vidas que puderam ser levantados. Ao contrário, se refere à importância de compreender que o passado no meretrício não precisa ser esquecido ou apagado, mas acrescido de uma série de outros pontos componentes de histórias e existências. O trabalho sexual, ainda que compulsório para a maioria das mulheres que trabalharam no Beco do Mota, precisa ser compreendido como um dos aspectos de suas vidas, e não como qualificador (ou desqualificador) de suas trajetórias. Quanto aos descendentes destas mulheres, o que se revelou como mais importante foi o registro de como o preconceito, estendido das mães aos filhos, marcou infâncias e atuou negativamente nos vínculos familiares legítimos. Tanto mães quanto filhos foram vítimas de um processo de exclusão, gerador de uma série de violências e violações.

É importante evidenciar que, apesar do contexto hostil de existência destes sujeitos, eles não eram totalmente destituídos de autonomia. No caso de algumas das mulheres, a prostituição, apesar de compulsória, não era um fim, mas um novo começo, o qual exigia que elas buscassem estratégias e modos de lidar com esta nova realidade para, assim, sobreviver e cuidar de seus descendentes. Esta resiliência demonstra, no que diz respeito tanto a mulheres quanto a seus filhos, que de alguma maneira, em algum momento, se fazia necessário que tomassem as rédeas da própria vida.

Por fim, foi possível, por meio e ao longo da pesquisa, imprimir um olhar questionador acerca das elaborações hegemônicas a respeito do Beco do Mota em

Diamantina, a partir da análise das memórias marginais registradas por meio dos relatos orais. Outro objetivo que pôde ser cumprido foi o de inserir tais memórias na arena do debate acadêmico, rompendo com o apagamento de um lado outro da história da prostituição no Beco do Mota. Salvaguardada toda a complexidade já admitida acerca da temática da prostituição, a qual permite diferentes perspectivas de compreensão, espera-se que a leitura deste trabalho possa estimular novos olhares para as existências destas prostitutas e exprostitutas do passado diamantinense, bem como de seus descendentes, para que elas sejam compreendidas e concebidas como mulheres, em toda a polissemia da palavra, tanto no contexto da prostituição quanto para além dele.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2015.

ALVES, Branca Moreira. **Em busca de nossa história**: o movimento pelo voto feminino no Brasil – 1919/1932, fatos e ideologia. 1977. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, IUPERJ, Rio de Janeiro, 1977.

A LISTA de Schindler. Direção: Steven Spilberg. Produção: Steven Spilberg, Gerald Molen, Branko Lusting. Estados Unidos: Universal Pictures, 1993. P&b, 195 min.

ARAS, Lina Maria Brandão de; MARINHO, Simone Ramos. A imprensa feminina: normatização da conduta feminina nos jornais para mulheres (Bahia, 1860-1917). **Historiae**, Rio Grande, v. 3, n. 2, p. 96-115, 2012.

ARBEX, Daniela. Holocausto brasileiro. São Paulo: Geração Editorial, 2013.

BARRETO, Letícia Cardoso. **Somos sujeitas políticas de nossa própria história:** prostituição e feminismos em Belo Horizonte. 2015. 261 f. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

BBC Brasil. São Paulo, 2017. Disponível em http://www.bbc.com/portuguese/internacional-39603792. Acesso em 15 dez. 2017.

BECKER, Howard Saul. **Outsiders**: estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2017.

BOZON, Michael. Amor, sexualidade e relações sociais de sexo na França contemporânea. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.3, n. 1, p. 122-135, jan./jun. 1995.

BRASIL. Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código penal. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 1940. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil-03/Decreto-Lei/Del2848.htm. Acesso em: 17 jan. 2017.

______. Lei Maria da Penha. Lei n. 11.340/2006. Coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher. Presidência da República, 2006.

______. Comissão Nacional da Verdade. Relatório: textos temáticos. Comissão Nacional da Verdade. 976 p. Relatório da Comissão Nacional da Verdade, v. 1. Brasília: CNV, 2014a. Disponível em:

http://www.memoriasreveladas.gov.br/administrator/components/com_simplefilemanager/uploads/CNV/relat%C3%B3rio%20cnv%20volume-1_digital.pdf>. Acesso em 20 out. 2018.

_____. Comissão Nacional da Verdade. Relatório: textos temáticos. **Comissão Nacional da Verdade**. 416 p. Relatório da Comissão Nacional da Verdade, v. 2. Brasília: CNV, 2014b.

Disponível em:

Acesso em: 17 jan. 2017.

http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_2_digital.pdf>. Acesso em 01 out. 2018.

_____. Lei n° 12.015, de 7 de agosto de 2009. Altera o Título VI da Parte Especial do Decreto-Lei n° 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e o art. 1° da Lei n° 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do inciso XLIII do art. 5° da Constituição Federal e revoga a Lei no 2.252, de 1° de julho de 1954, que trata de corrupção de menores. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010/2009/Lei/L12015.htm#art2>. Acesso em: 17 jan. 2017.

______. Congresso Nacional. **Projeto de lei 4.211/2012**. Regulamenta a atividade dos profissionais do sexo. Brasília, DF, 2012. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1012829&>.

BUTLER, Judith. Regulações de Gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 42, p. 249-274, jan./jun. 2014.

CARVALHO, Keila Auxiliadora. **Colônia Santa Izabel**: história e memória do isolamento compulsório de doentes de lepra. Curitiba: Editora Prismas, 2016.

CAVOUR, Renata Cassemiro. **Mulheres de família:** papéis e identidades da prostituta no contexto familiar. 2011. 148 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

CHAUVIN, Charles. Os cristãos e a prostituição. Petrópolis: Vozes, 1987.

CHILAND, Colette. O sexo conduz o mundo. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2005.

COELHO, Rafael Senra. **Dois lados da mesma viagem**: a mineiridade e o Clube da Esquina. 2010. 114 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Mestrado em Letras, Universidade Federal de São João Del Rei, São João Del Rei, 2010.

COLLINGWOOD, Robin George. A idéia de história. Portugal: Editorial Presença, 1981.

CUNHA, Manuela Ivone. Género, cultura e justiça: a propósito dos cortes genitais femininos. **Análise Social**, Lisboa, n. 209, p. 834-856, 2013.

DAVIDA, Grupo. Prostitutas "traficadas" e pânicos morais: uma análise da produção de fatos em pesquisas sobre o "tráfico de seres humanos". **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 25, p.153-184, jul./dez., 2005.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris. 10 dez. 1948. Disponível em: https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf. Acesso em: 01 jul. 2018.

DIAMANTINA Prefeitura Municipal. **Plano Decenal Municipal de Educação**. Diamantina, 2015.

DINIZ, Scheila Castro. **Nuvem cigana**: a trajetória do clube da esquina no campo da MPB. 2012. 249 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

DRUMMOND, Roberto. Hilda Furação. São Paulo: Siciliano, 1991.

DURHAM, Eunice Ribeiro. Chimpanzés também amam: a linguagem das emoções na ordem dos primatas. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 46, n. 1, p. 85-154, 2003.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

ENGEL, Magali. **Meretrizes e doutores**: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890). São Paulo: Brasiliense, 2004.

FARO, Julio Pinheiro; PESSANHA, Jackelline Fraga. O casamento civil homoafetivo e sua regulamentação no Brasil. **Revista de Bioética y Derecho**, Barcelona, n. 32, p. 72-81, 2014.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpos e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

FONSECA, Marcus Vinícius. **Pretos, pardos, crioulos e cabras nas escolas mineiras do século XIX**. 2007. 256 f. Tese (Doutorado em Educação) — Pós-graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade I**: a vontade de saber. 13. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998.

GONÇALVES, Cristiane Souza. Diamantina: breve relato de sua formação. **Arq.urb**, São Paulo, n. 8, p. 38-59, jul. /dez., 2012.

GOODWIN JUNIOR, James William. **Cidades de papel**: imprensa, progresso e tradição – Diamantina e Juiz de Fora, MG (1884-1914). 2007. 352 f. Tese (Doutorado em História Social) – Pós-graduação em História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

HOLANDA, Chico Buarque de. Geni e o Zepelin. Chico Buarque. [Compositor]. *In*: Ópera do Malandro. **Polygram**. São Paulo: Polygram, 1979. 1 LP (ca 55 min).

LAGENEST, Barruel. **Lenocínio e prostituição no Brasil**. Rio de Janeiro: Agir Editora, 1960.

LEIS, Héctor Ricardo. Sobre o conceito de interdisciplinaridade. **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 73, p. 2-23, 2005.

LEITE, Gabriela. Eu, mulher da vida. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

_____. **Filha, mãe, avó e puta**: a história de uma mulher que decidiu ser prostituta. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

LOBO, Bárbara Natália Lages. **Sexo, trabalho, direito e reconhecimento**: a igualdade de existência das mulheres trabalhadoras sexuais. 2017. 366 f. Tese (Doutorado em Direito) – Pós-Graduação em Direito, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

MARTINS, Marcos Lobato. A "fraqueza da terra" e do rio e a força do moinho de moer gente: as transformações sociais no Vale do Jequitinhonha nas últimas três décadas. **Revista Cronos**, Pedro Leopoldo, n.3, p. 55-82, 2001.

_____. **Breviário de Diamantina**: uma história do garimpo de diamantes nas Minas Gerais (século XIX). Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.

MARTINS, Marcos Lobato; MARTINS, Júnia Maria Lopes. O Colégio Nossa Senhora das Dores de Diamantina e a Educação Feminina no norte\nordeste mineiro(1860-1940). **Educação em Revista**, Belo Horizonte n. 17, p. 11-19, jun., 1993.

MAZZIEIRO, João Batista. Sexualidade criminalizada: prostituição, lenocínio e outros delitos — São Paulo 1870/1920. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 118, n. 35, p. 247-285, 1998.

MIRANDA, Ana. **Que seja em segredo**: escritos da devassidão nos conventos brasileiros e portugueses dos séculos XVII e XVIII. Porto Alegre: LPM Editores, 2014.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. **Cidadania no Feminino**. *In*: PINSKY, Jaime; PINKSY, Carla Bassanezi (Org.). História da Cidadania. São Paulo: Contexto Ed., 2003.

MORIN, Edgar. As estrelas: mito e sedução no cinema. São Paulo: José Olympio, 1989.

MURPHY, Emmett. **História dos grandes bordéis do mundo**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1994.

NANDA, Serena. **Neither men nor woman**: the hijras of India. United Kingdom: Wadsworth Publishing Company, 1998.

NASCIMENTO, Milton. Beco do Mota. Milton Nascimento, Fernando Brant. [Compositores]. *In*: ______. **Odeon**. São Paulo: EMI, 1969. 1 CD (ca. 40 min).

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 1-9, 2000.

PEDRO, Ana Paula. Ética, moral, axiologia e valores: confusões e ambiguidades em torno de um conceito comum. **Kriterion**, Belo Horizonte, n. 130, p. 483-498, 2014.

PISCITELLI, Adriana. Feminismos e prostituição no Brasil: uma leitura a partir da antropologia feminista. **Cuadernos de Antropología Social**, Buenos Aires, n. 36, p. 11-31, dez. 2012.

PORTELLI, Alessandro. História oral como arte da escuta. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

_____, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PRADA, Monique. O pior palavrão do mundo. **Mídia Ninja**, Rio de Janeiro, 11 mai. 2017. Disponível em http://midianinja.org/moniqueprada/o-pior-palavrao-do-mundo/?repeat=w3tc>. Acesso em: 15 dez. 2018.

_____. **Putafeminista**. São Paulo: Veneta, 2018.

RAGO, Luzia Margareth. **Os prazeres da noite**: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930). 1990. 541 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto Federal de Ciências Históricas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1990.

______, Luzia Margareth. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar – Brasil 1890-1930. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

ROBERTS, Nickie. As prostitutas na história. São Paulo: Rosa dos Temos, 1998.

RODRIGUES, Marlene Teixeira. O sistema de justiça criminal e a prostituição no Brasil contemporâneo: administração de conflitos, discriminação e exclusão. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 19, n. 1, p. 151-172, jan./jun. 2004.

ROUSSO, Henry. **A memória não é mais o que era**. *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). Usos & abusos da história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SALLES, Joana Pedrassoli. Arte, moda e indústria no Brasil na década de 1950: Christian Dior, Salvador Dalí, Jacques Fath e Elsa Schiaparelli. **IARA – Revista de Moda, Cultura e Arte**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 85-100, set./dez., 2009.

SANTOS, Dayse Lúcide Silva. O padrão idealizado de família e de mulher em Diamantina e região – 1860 a 1930. **Unimontes Científica**, Montes Claros, v. 5, n. 2, p. 67-84, jul./dez. 2003.

SERVILHA, Mateus de Moraes. **O Vale do Jequitinhonha entre a "di-visão" pela pobreza e sua significação pela identificação regional**. 354 f. Tese (Doutorado em Geografia) — Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

SILVA, Mario Bezerra da. Profissionais do sexo e o Ministério do Trabalho. **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, ano XI, n. 59, nov. 2008. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n link=revista artigos leitura&artigo id=5233>. Acesso em: 15 jan. 2017.

SOUSA, Renata Floriano. Cultura do estupro: prática e incitação à violência sexual contra mulheres. **Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 25, jan./abr. 2017, p. 9-29.

SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania**: para uma sociologia pública da modernidade periférica. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

TOURAINE, Alain. **O mundo das mulheres**. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

THOMPSON, Paul. História oral e contemporaneidade. **História Oral**, Rio de Janeiro, n. 5, p. 9-28, 2002.

VALE, Liana Gama do. **Desenvolvimento moral: a generosidade relacionada à justiça e à gratidão sob a ótica das crianças**. 138 f. Tese (Doutorado em Psicologia). – Pós Graduação em Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

VALE, Teresa Cristina de Souza Cardoso. Os direitos humanos como realidade internacional e sua apropriação no discurso do executivo brasileiro (1995-2015). In: 10° Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política – ABCP, 2016, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: set. 2016, 21 p.

VÁZQUES-FIGUEROA, Alberto. Tuareg. Porto Alegre: LP&M, 1980.

WILLIANS, Linda. Screening sex: revelando e dissimulando o sexo. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 38, p. 13-51, jan./jun. 2012.

ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta**: as organizações populares e o significado da pobreza. Brasília: Editora Brasiliense, 1994.

ZANOTTO, Gisele. A TFP em foco na academia. *In*: XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo: jul. 2011. 14 p.

ZELIZER, Viviana A. Dinheiro, poder e sexo. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 32, p.135-157, jan./jun. 2009.

ZIMMERMANN, Tânia Regina; CARLOS, Ana Carolina Oliveira. As representações sobre a mulher nas páginas do jornal católico mato-grossense A Cruz (1910-1915). **Faces da História**, Assis, v. 1, n. 1, p. 71-88, jan./jun., 2014.

Fontes orais

Lia, descendente de um falecido médico que prestava atendimento gratuito às mulheres do Beco do Mota. Entrevista realizada em 14/03/2018.

Sônia, parente distante e amiga de uma ex-prostituta do Beco do Mota. Entrevista realizada em 27/04/2018.

José, filho de uma ex-prostituta do Beco do Mota. Entrevista realizada em 26/10/2018.

Carlos, médico pediatra que atendia às crianças descendentes de prostitutas no Beco do Mota. Entrevista realizada em 05/11/2018.

Fontes jornalísticas

VOZ DE DIAMANTINA. Diamantina: Semanário independente, registrado no Departamento de Imprensa e Propaganda, ano 42, n. 06, 05 fevereiro 1950, 4p.

VOZ DE DIAMANTINA. Diamantina: Semanário independente, registrado no Departamento de Imprensa e Propaganda, ano 42, n. 12, 26 março 1950, 4p.

VOZ DE DIAMANTINA. Diamantina: Semanário independente, registrado no Departamento de Imprensa e Propaganda, ano 42, n. 15, 16 abril 1950, 4p.

VOZ DE DIAMANTINA. Diamantina: Semanário independente, registrado no Departamento de Imprensa e Propaganda, ano 44, n.09, 29 abril 1951, 4p.

VOZ DE DIAMANTINA. Diamantina: Semanário independente protetor da "Obra do Pão de S. Antonio", ano 44, n.40, 30 dezembro 1951, 4p.

VOZ DE DIAMANTINA. Diamantina: Semanário independente protetor da "Obra do Pão de Santo Antonio", ano 44, n.51, 16 março 1952, 4p.

VOZ DE DIAMANTINA. Diamantina: Semanário independente protetor da "Obra do Pão de S. Antonio", ano 44, n.07, 11 maio 1952, 4p.

VOZ DE DIAMANTINA. Diamantina: Semanário independente protetor da "Obra do Pão de S. Antonio", ano 44, n.19, 10 agosto 1952, 4p.

VOZ DE DIAMANTINA. Diamantina: Semanário independente protetor da "Obra do Pão de S. Antonio", ano 44, n.12, 22 junho 1952, 4p.

VOZ DE DIAMANTINA. Diamantina: Semanário independente protetor da "Obra do Pão de S. Antonio", ano 44, n.21, 24 agosto 1952, 4p.

VOZ DE DIAMANTINA. Diamantina: Semanário independente protetor da "Obra do Pão de S. Antonio", ano 44, n.28, 12 outubro 1952, 4p.

VOZ DE DIAMANTINA. Diamantina: Semanário independente protetor da "Obra do Pão de S. Antonio", ano 44, n.29, 19 outubro 1952, 4p.

VOZ DE DIAMANTINA. Diamantina: [Pia União do Pão de Santo Antônio], ano 44, n.33, 16 novembro 1952, 4p.

VOZ DE DIAMANTINA. Diamantina: Semanário independente protetor da "Obra do Pão de S. Antonio", ano 44, n.49, 08 março 1953, 4p.

VOZ DE DIAMANTINA. Diamantina: Semanário independente protetor da "Obra do Pão de Santo Antonio", ano 44, n.51, 16 março 1952, 4p.

VOZ DE DIAMANTINA. Diamantina: Semanário independente protetor da "Obra do Pão de S. Antonio", ano 50, n.02, 12 abril 1953, 4p.

VOZ DE DIAMANTINA. Diamantina: Semanário independente protetor da "Obra do Pão de S. Antonio", ano 51, n.09, 31 maio 1953, 4p.

VOZ DE DIAMANTINA. Diamantina: Semanário independente protetor da "Obra do Pão de S. Antonio", ano 51, n.10, 07 junho 1953, 4p.

VOZ DE DIAMANTINA. Diamantina: Semanário independente protetor da "Obra do Pão de S. Antonio", ano 51, n.25, 20 setembro 1953, 4p.

VOZ DE DIAMANTINA. Diamantina: Semanário independente protetor da "Obra do Pão de S. Antonio", ano 52, n.01, 04 de abril 1954, 4p.

VOZ DE DIAMANTINA. Diamantina: Semanário independente protetor da "Obra do Pão de S. Antonio", ano 52, n.05, 02 maio 1954, 4p.

VOZ DE DIAMANTINA. Diamantina: Semanário independente protetor da "Obra do Pão de S. Antonio", ano 52, n.08, 23 maio 1954, 4p.

VOZ DE DIAMANTINA. Diamantina: Semanário independente protetor da "Obra do Pão de S. Antonio", ano 52, n.09, 30 maio 1954, 4p.

VOZ DE DIAMANTINA. Diamantina: Semanário independente, protetor da "Obra do Pão de S. Antonio", ano 52, n.35, 28 novembro 1954, 4p.

VOZ DE DIAMANTINA. Diamantina: Propriedade da Associação do Pão de Santo Antonio, ano 51, n.03, 21 outubro 1956, 4p.

VOZ DE DIAMANTINA. Diamantina: Propriedade da Associação do Pão de Santo Antonio, ano 51, n.09, 02 dezembro 1956, 4p.

VOZ DE DIAMANTINA. Diamantina: Propriedade da Associação do Pão de Santo Antonio, ano 54, n.45, 24 junho 1956, 4p.

VOZ DE DIAMANTINA. Diamantina: Propriedade da Associação do Pão de Santo Antonio, ano 51, n. 14, 20 janeiro 1957, 4p.

VOZ DE DIAMANTINA. Diamantina: Propriedade da Associação do Pão de Santo Antonio, ano 51, n.40, 28 julho 1957, 4p.

VOZ DE DIAMANTINA. Diamantina: Propriedade da Associação do Pão de Santo Antonio, ano 52, n. 11, 15 dezembro 1957, 4p.

VOZ DE DIAMANTINA. Diamantina: Propriedade da Associação do Pão de Santo Antonio, ano 52, n.41, 27 julho 1958, 4p.

VOZ DE DIAMANTINA. Diamantina: Propriedade da Associação do Pão de Santo Antônio, ano 53, n. 15, 11 janeiro 1959, 4p.

VOZ DE DIAMANTINA. Diamantina: Propriedade da Associação do Pão de Santo Antônio, ano 53, n.38, 05 julho 1959, 4p.

VOZ DE DIAMANTINA. Diamantina: Propriedade da Associação do Pão de Santo Antônio, ano 55, n. 1, 02 outubro 1960, 4p.

VOZ DE DIAMANTINA. Diamantina: Propriedade da Associação do Pão de Santo Antônio, ano 55, n. 15, 08 janeiro 1961, 4p.

VOZ DE DIAMANTINA. Diamantina: Propriedade da Associação do Pão de Santo Antônio, ano 55, n. 22, 12 março 1961, 4p.

VOZ DE DIAMANTINA. Diamantina: Propriedade da Associação do Pão de Santo Antônio, ano 56, n. 9, 26 novembro 1961, 4p.

VOZ DE DIAMANTINA. Diamantina: Propriedade da Associação do Pão de Santo Antônio, ano 56, n. 44, 12 agosto 1962, 4p.

VOZ DE DIAMANTINA. Diamantina: Propriedade da Associação do Pão de Santo Antônio, ano 57, n. 45, 25 agosto 1963, 4p.

VOZ DE DIAMANTINA. Diamantina: Propriedade da Associação do Pão de Santo Antônio, ano 58, n. 25, 12 abril 1964, 4p.

VOZ DE DIAMANTINA. Diamantina: Propriedade da Associação do Pão de Santo Antônio, ano 58, n. 46, 06 setembro 1964, 4p.

VOZ DE DIAMANTINA. Diamantina: Propriedade da Associação do Pão de Santo Antônio, ano 59, n. 3, 18 outubro 1964, 4p.

VOZ DE DIAMANTINA. Diamantina: Propriedade da Associação do Pão de Santo Antônio, ano 59, n. 12, 20 dezembro 1964, 4p.

VOZ DE DIAMANTINA. Diamantina: Propriedade da Associação do Pão de Santo Antônio, ano 60, n. 11, 12 dezembro 1965, 4p.

VOZ DE DIAMANTINA. Diamantina: Propriedade da Associação do Pão de Santo Antônio, ano 60, n. 22, 20 março 1966, 4p.

VOZ DE DIAMANTINA. Diamantina: Propriedade da Associação do Pão de Santo Antônio, ano 61, n. 37, 09 julho 1967, 4p.

VOZ DE DIAMANTINA. Diamantina: Propriedade da Associação do Pão de Santo Antônio, ano 63, n. 9, 01 dezembro 1968, 4p.

VOZ DE DIAMANTINA. Diamantina: Propriedade da Associação do Pão de Santo Antônio, ano 63, n. 10, 06 dezembro 1968, 4p.

VOZ DE DIAMANTINA. Diamantina: Propriedade da Associação do Pão de Santo Antônio, ano 63, n. 11, 15 dezembro 1968, 4p.

VOZ DE DIAMANTINA. Diamantina: Propriedade da Associação do Pão de Santo Antônio, ano 63, n. 12, 22 dezembro 1968, 4p.

VOZ DE DIAMANTINA. Diamantina: Propriedade da Associação do Pão de Santo Antônio, ano 63, n. 14, 05 janeiro 1969, 4p.

VOZ DE DIAMANTINA. Diamantina: Propriedade da Associação do Pão de Santo Antônio, ano 63, n. 18, 02 março 1969, 4p.

VOZ DE DIAMANTINA. Diamantina: Propriedade da Associação do Pão de Santo Antônio, ano 63, n. 22, 30 março 1969, 4p.

VOZ DE DIAMANTINA. Diamantina: Propriedade da Associação do Pão de Santo Antônio, ano 63, n. 31, 01 junho 1969, 4p.

VOZ DE DIAMANTINA. Diamantina: Propriedade da Associação do Pão de Santo Antônio, ano 63, n. 47, 21 setembro 1969, 4p.